

piauí_238

julho



piauí_238_R\$42,00_ano 20_julho_2026
ISSN 19801750 00238
9 771980 175002

FESTIVAL piauí DE JORNALISMO



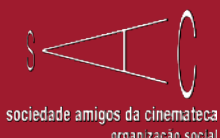
**No olho do furacão:
diretores de redação em tempos de tormenta**

**5 e 6 de setembro
Cinemateca Brasileira, São Paulo**

realização:

piauí

apoio:



**PULSO
HOTEL**

**CASA
DE
FRANCISCA**

parceira de mídia:

news

capa	<i>Outra barreira</i> , de Eloar Guazzelli Filho
colaboradores_4	Quem fez o quê na edição de julho imagens Caio Borges
questões vultosas_6	SUBMISSÃO As concessões da direita para acomodar Flávio Ana Clara Costa + imagem Allan Sieber
esquina_8	A desilusão de um músico peruano com a política de seu país; a Academia Brasileira de Letras do Cárcere reúne presos e ex-presos; uma iniciativa na Índia acolhe vítimas da extrema misoginia; um brasileiro entre os grandes especialistas mundiais em aracnídeos; o Brasil pede perdão ao craque do punho cerrado; os católicos catarinenses que pagam suas graças com pão imagens Andrés Sandoval
baixios das altas finanças_14	A ARMADILHA A construção do escândalo do Master Consuelo Dieguez + imagem Kleber Sales
histórias do tio sam I_24	A LÓGICA DO <i>OF COURSE</i> O fascismo na sua forma contemporânea Lília K. Moritz Schwarcz
diário do geraldo_29	O TIGRINHO PODE MAIS QUE O CANARINHO Precisamos escalar o menino Ney para publi de <i>bet</i> Renato Terra + imagem Caco Galhardo
histórias do tio sam II_30	KISSINGER NO MEIO DO REDEMOINHO A visita do futuro secretário de Estado ao Brasil em 1962, com o país agitado pela Copa do Mundo e uma grave crise política Luís Cláudio Villafañe G. Santos e Rogério de Souza Farias
questões artísticas_38	A RESPOSTA DA ARTE A GAZA Uma noite na Bienal de Coimbra e os protestos contra o genocídio Simone Duarte + imagem Taysir Batniji
vultos da imprensa_44	O <i>PUBLISHER</i> MISSIONÁRIO Como Guilherme Cunha Pereira fez da <i>Gazeta do Povo</i> seu ideário ultraconservador Felippe Aníbal + imagem Beto Nejme
questões petrolíferas_52	O PETRÓLEO É NOSSO A distante Oiapoque, no Amapá, quer se transformar em uma nova Dubai Camille Lichotti
anais da história_58	CRIME EM ALTO-MAR Arqueólogos brasileiros buscam os despojos da escravidão no leito dos oceanos Danilo Marques + imagem Yuri Sanada
questões capitalísticas_64	A ENGRENAGEM Como a WEG se tornou uma potência brasileira Ricardo Balthazar + imagem Kleber Sales
depoimento_72	UM DIA EU MORRI À TARDE Não é correto sobreviver à morte de um filho Vinícius Cacofonias + imagem Allan Sieber
ficção_78	<i>POSIDONIA</i> Sua especialidade era entrar na mente de assassinos Fabiane Secches + imagem Pedro Franz
poesia_82	Onde não existe forma para o fogo, o fogo é a forma Edimilson de Almeida Pereira + imagem Luciano Feijão
cartas_85	Notas revoltadas, contraventoras e futebolísticas
despedida_86	TERRA ARRASADA A gourmetização dos campos de várzea paulistanos Mônica Manir + imagem Rubens Cavallari

colaboradores_julho



Consuelo Dieguez



Edmilson Pereira



Felipe Aníbal



Lilia Schwarcz



Danilo Marques



Camille Lichotti

CAIO BORGES

Eloar Guazzelli Filho [Capa] é artista plástico, ilustrador, quadrinista e diretor de arte de animação. Publicou, entre outros livros, *Porto Alegre: guia inútil de lugares improváveis* e sua sequência, *A casa azul: Porto Alegre* (HQueria).

Ana Clara Costa [Submissão, p. 6] é repórter da **piauí** e apresentadora do podcast *Foro de Teresina*. Foi editora de política na *Veja*, editora do *Globo* em Brasília e editora-chefe na *Época*. Ilustração de **Allan Sieber**.

Consuelo Dieguez [A armadilha, p. 14] é repórter da **piauí**, autora de *O ovo da serpente – nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder* (Companhia das Letras). Ilustração de **Kleber Sales**.

Alberto Benett [Cartuns a partir da p. 16], cartunista, é sócio fundador do jornal *Plural*, de Curitiba. Chargista da *Folha de S. Paulo*, publicou *Amok: cabeça, tronco e membros* (Mórmula) e *Anedonia* (Arte & Letra).

Lilia K. Moritz Schwarcz [A lógica do of course, p. 24], historiadora e antropóloga, é professora da USP e da Universidade Princeton, e membro da ABL. Publicou, entre outros, *O espetáculo das raças*, *Lima Barreto: triste visionário* e *Imagens da branquitude* (Companhia das Letras).

Renato Terra [O tigrinho pode mais que o canarinho, p. 29], documentarista e escritor, dirigiu *O canto livre de Nara Leão*, *Narciso em férias* e *Uma noite em 67*, entre outros. Ilustração de **Caco Galhardo**.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos [Kissinger no meio do redemoinho, p. 30] é historiador e diplomata, chefe do Escritório Comercial do Brasil em Taipei (Taiwan). Publicou *Euclides da Cunha: uma biografia* (Todavia). **Rogério de Souza Farias** é doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília e trabalha no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Simone Duarte [A resposta da arte a Gaza, p. 38] é jornalista. Chefiou o escritório da

Globo em Nova York e foi diretora executiva do jornal português *Público*. Publicou *O vento mudou de direção: o Onze de Setembro que o mundo não viu* (Fósforo) e dirigiu o documentário *Sérgio Vieira de Mello – a caminho de Bagdá*.

Felipe Aníbal [O publisher missionário, p. 44], jornalista radicado em Curitiba, é autor do livro *Waltel Branco: o maestro oculto* (Banquinho Publicações). Fotomontagem de **Beto Nejme**.

Camille Lichotti [O petróleo é nosso, p. 52] é repórter da **piauí**.

Danilo Marques [Crime em alto-mar, p. 58] é repórter da **piauí**.

Ricardo Balthazar [A engrenagem, p. 64], jornalista, foi repórter e editor da *Folha de S. Paulo* e correspondente do *Valor Econômico* nos Estados Unidos. Ilustração de **Kleber Sales**.

Vinícius Antunes [Um dia eu morri à tarde, p. 72], conhecido como Cacofonias, é pai

do Chico, roteirista e professor. Ilustração de **Allan Sieber**.

Fabiane Secches [Posidonia, p. 78] é escritora, autora de *Ilhas suspensas* (Companhia das Letras), entre outros. Ilustração de **Pedro Franz**.

Edmilson de Almeida Pereira [Poesia, p. 82], poeta, ensaísta e professor, é colaborador do programa de pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora. Publicou *Poesia & agora* (Mazza Edições) e *A saliva da fala: notas sobre a poética banto-católica no Brasil* (Fósforo). Os poemas desta edição farão parte do livro *Jornal do museu de etnografia* (nova edição). Ilustração de **Luciano Feijão**.

Mônica Manir [Terra arrasada, p. 86] é jornalista, autora dos livros *Por um ponto final* (Com-Arte) e *Diário de uma fadiga* (Cancioneiro).

Ilustrações de *Esquina* por **Andrés Sandoval**.



Mais do que um ícone da música brasileira, Elza Soares é símbolo das lutas feminista e negra no país. A jornalista Lígia Moreli propõe uma análise crítica de sua trajetória, articulando feminismo, política, psicanálise e estudos de mídia para compreender seu posicionamento estético-político e sua relevância nas discussões sobre racismo, gênero e etarismo no Brasil.

saiba mais

edições
Sesc

f /edicoessescsp

sescsp.org.br/edicoes



questões vultosas

SUBMISSÃO

As concessões da direita para acomodar Flávio

ANA CLARA COSTA



Flávio Bolsonaro, Romeu Zema e Ronaldo Caiado foram os convidados de honra de uma reunião insólita realizada no fim de junho. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) organizou um encontro para apresentar as prioridades do setor aos presidentenciáveis. Lula também havia sido convidado, mas não compareceu.

No palco, onde cada um discursou individualmente, repetiram-se, em maior ou menor grau, as palavras de ordem habituais: privatizações, redução da carga tributária, diminuição do chamado “custo Brasil” e flexibilização regulatória. Uma reprodução quase literal da lista de anseios da alta patronagem. Zema classificou a proposta de redução da jornada 6x1 como um equívoco. Caiado reafirmou sua defesa de uma agenda liberal para a economia. E Flávio atribuiu ao Supremo Tribunal Federal parte da insegurança jurídica percebida por segmentos do setor produtivo.

Ninguém se lembrou de mencionar que a família Bolsonaro patrocinou o maior choque já imposto à indústria brasileira desde que a primeira fundição do Barão de Mauá foi inaugurada

no Império. Tampouco veio à tona o fato de que o próprio Flávio se reuniu com Trump para defender medidas que tendem a fragilizar a posição internacional dos produtos brasileiros, como iniciativas voltadas a enquadrar o país entre ambientes tolerantes ao terrorismo. Nem mesmo Zema e Caiado, que em tese disputam o mesmo espaço eleitoral do bolsonarismo, se dispuseram a explorar o tema.

Nenhum empresário presente se prontificou a questionar Flávio sobre o assunto. O presidente da CNI, Ricardo Alban, que investiu recursos da entidade em esforços de lobby nos Estados Unidos para tentar conter o avanço das sanções comerciais, também o recebeu sem constrangimentos. O silêncio dizia tanto quanto os discursos.

O ringue, no entanto, estava montado na CNI. Não contra Flávio, mas contra o governo. O ex-governador mineiro criticou “a ganância do Lula e do PT”. O goiano afirmou que a prioridade era “tirar o PT do poder” e advertiu que, se o partido vencesse a eleição, a economia formal seria “invadida pelo crime”. Já o senador fluminense declarou que “Lula faz mais mal ao país do que uma guerra”.

A artilharia contra o petista reflete as convicções do trio, mas também obedece a uma lógica eleitoral. Como disputam o mesmo campo político, atacar o bolsonarismo pode ser um exercício de autofagia, e a direita brasileira conhece bem os riscos dessa estratégia.

Geraldo Alckmin é o exemplo de livro-texto. Depois de décadas disputando eleições contra a esquerda pelo PSDB, lançou-se à Presidência em 2018 e fez o que parecia óbvio: concentrou seus ataques em Jair Bolsonaro, então um candidato de extrema direita que falava em “metralhar” opositores e cuja vitória, de início, parecia improvável. Terminou a campanha acusado de esquerdista pela mesma direita que o elegeu governador de São Paulo por três mandatos.

Zema e Caiado querem evitar o efeito Alckmin e, para isso, parecem dispostos a todo tipo de constrangimento. Além de já terem defendido a anistia a Bolsonaro, pisaram no freio nas críticas à relação de Flávio com o esquema de Daniel Vercaro para preservar a possibilidade de uma futura convergência. Zema é, de longe, o mais flexível. Pleiteou a vaga de vice bolsonarista, elevou o tom das críticas ao STF para agradar a

base bolsonarista e chegou a dizer publicamente que não vê problema em diretórios do Novo preterirem sua candidatura em favor de Flávio.

Caiado tem um ego um pouco mais pronunciado, mas sem exageros. A aliados, tem dito que pretende conter as críticas a Flávio para não afastar eleitores que possam migrar para sua candidatura. No fim de junho, quando Abelardo de la Espriella elegeu-se presidente da Colômbia representando a extrema direita, o governador goiano celebrou publicamente o resultado, afirmando ser mais um sinal do desgaste da esquerda na região.

Há um elemento novo nas eleições de 2026. O campo que se apresenta como democrático deixou de tratar a extrema direita como um adversário a ser isolado e passou a encará-la como uma força com a qual vale a pena conviver – e, se necessário, compor. Não se trata de uma ultradireita protegida pelo ineditismo, como ocorreu com Javier Milei, na Argentina, ou o próprio Espriella, que se tornaram competitivos no embalo de promessas e expectativas. No Brasil, é uma extrema direita já testada. Uma



extrema tão extrema que tentou um golpe de Estado violento, com planos de assassinatos, e que agora busca pressionar a soberania brasileira por intermédio dos Estados Unidos.

Em 2018, havia Bolsonaro, mas também havia Geraldo Alckmin, Ciro Gomes, Marina Silva, João Amoêdo, Alvaro Dias e Henrique Meirelles. Nenhum deles apoiou Bolsonaro, e Marina acabou apoiando o PT no segundo turno. Na eleição seguinte, em 2022, Marina e Simone Tebet se uniram à candidatura de Lula. Ciro Gomes, a despeito da convivência com o bolsonarismo que desempenhou ao longo da campanha, não declarou voto em Bolsonaro. Padre Kelmon estava com Bolsonaro.

Neste ano, o cenário é outro. Além de Zema e Caiado, Renan Santos, do Missão, legenda ligada ao MBL, reproduz boa parte da cartilha bolsonarista, ainda que sem a mesma intensidade retórica. Se são irrelevantes isoladamente, juntos somam 8% das intenções de voto, segundo o Datafolha. Mesmo sabendo-se que a transferência dos votos da direita não seria automática num eventual segundo turno entre Lula e Flávio, ainda assim o petista se encontra numa posição me-

nos confortável do que ocupava no mesmo momento do ciclo eleitoral de 2022.

Em junho daquele ano, o Datafolha mostrava Lula com 57% das intenções de voto contra 34% de Jair Bolsonaro no segundo turno. Agora, Lula e Flávio aparecem em empate técnico (47% contra 43%), com o petista à frente. A novidade agora não está apenas nos números. Está na transformação de candidatos que antes disputariam espaço na ultradireita em potenciais aliados do campo bolsonarista.

As vitórias da extrema direita na América Latina nos últimos anos reproduzem um padrão que não esteve presente na ascensão de Jair Bolsonaro. Seus candidatos têm chegado ao poder graças ao apoio de lideranças conservadoras dispostas a pagar o preço da aliança. Foi assim com Milei, com Espriella, com Keiko Fujimori, no Peru, e José Antonio Kast, no Chile. Na Europa, a coalizão que levou Giorgia Meloni ao poder na Itália seguiu lógica semelhante.

Em 2018, Bolsonaro venceu praticamente sozinho. O Centrão certamente não lhe presenteou um único voto em 2022. Agora, o terreno eleitoral brasi-

leiro se parece mais com o de seus vizinhos. O bolsonarismo é representado por um candidato que dificilmente chegará ao Planalto sozinho, mas é certo que conta com trampolins.

Embara a complacência de parcerias das elites com movimentos extremistas não seja novidade — o nazismo e o fascismo já contaram essa história —, o escritor francês Michel Houellebecq foi um dos primeiros a perceber como esse mecanismo voltaria a operar no século XXI. Percebeu-o, porém, com o sinal trocado. Em 2015, publicou *Submissão*, romance que descreve a disposição de setores das elites tradicionais para compor com o extremismo disfarçado de moderação a fim de impedir a vitória de um adversário político. No caso da França, a direita Marine Le Pen.

Crítico da influência cultural islâmica na Europa, defensor da identidade nacional francesa e observador do que considerava o declínio da civilização ocidental, Houellebecq direcionava sua atenção à ascensão do Islã político, do qual a extrema direita seria, em certa medida, uma reação. Por essas e outras convicções, ele foi considerado um de-

trator da intelectualidade francesa e simpatizante da própria Le Pen, embora nunca a tenha apoiado publicamente.

O que aconteceu na França e, em diferentes graus, no restante do mundo ocidental, foi o exato oposto do que Houellebecq anteviu. Setores tradicionais passaram a enxergar a extrema direita não como uma ameaça à ordem democrática, mas como um instrumento útil para derrotar adversários mais imediatos. A acomodação avançou por concessões sucessivas e silêncios convenientes.

Três anos antes da publicação de *Como as democracias morrem*, que se tornaria a mais influente cartilha sobre a ascensão da extrema direita, o historiador Mark Lilla escreveu uma resenha de *Submissão* para a revista *The New York Review of Books*. Lilla observou que grandes transformações políticas raramente chegam por meio de uma ruptura dramática. Elas avançam pela combinação de fadiga, indiferença e adaptação. Não há necessariamente um momento decisivo em que as instituições cedem. Não há uma conflagração final. As coisas simplesmente acontecem. No Brasil, elas estão acontecendo. ★



CANTO E DESENCANTO

A desilusão de um músico peruano com a política de seu país

Em meados dos anos 1970, quando ainda era um adolescente, Miguel Laura trabalhava nas ruas, vendendo livros e revistas em Lima, capital do Peru. Era um *canillita*, como são chamados esses ambulantes no país (a palavra vem de *canilla*, “canela da perna”).

Um dia, Laura se envolveu em um tumulto que tomou a Plaza Dos de Mayo, quando forças militares investiram contra trabalhadores que marchavam por Lima com destino à sede da Confederação Geral dos Trabalhadores. O presidente era então o general Francisco Morales Bermúdez, ferrenho anticomunista, que em 1975 derrubara do poder o também general Juan Velasco Alvarado, na melhor tradição das quarteladas latino-americanas.

Em meio à confusão nas ruas da capital, Laura foi detido pelas forças de Bermúdez. Duas obras explosivas haviam sido encontradas entre os livros que o garoto vendia: *O estado e a revolução*, de Lênin, e *As cinco teses filosóficas*, de Mao Tsé-tung. O segundo título era especialmente perigoso: o grupo guerrilheiro peruano Sendero Luminoso seguia a linha maoista.

Laura, que nunca teve envolvimento com a luta armada, foi interrogado pelos militares, que o liberaram em seguida. Mas essa breve passagem pelo aparato de repressão deixou sua marca. “Foi uma experiência muito forte que vivi, muito dramática, e que me fez aprender que o que eu vendia tinha algo diferente, distinto, que podia ser um perigo”, ele conta à *piauí*.

Ainda jovem, Laura se iniciou na música e na literatura, escrevendo canções, poemas e contos de teor crítico, sobre a pobreza e as injustiças no Peru. Hoje, aos 60 anos, ele é um dos principais compositores peruanos de *cumbia*,

gênero musical popular que nasceu na costa caribenha da Colômbia e se espalhou pela América de língua espanhola, misturando ritmos indígenas, africanos e europeus. É também um importante historiador desse estilo musical, sobre o qual já publicou livros, o mais recente deles *Historia de la cumbia peruana* (2021). “A *cumbia* é um grito de humanidade diante de um mundo desumanizado, materialista e mercantilista”, ele define.

Ao longo de sucessivos regimes autoritários no Peru, Laura se viu obrigado a engavetar muitas de suas letras. “Sempre tive uma posição humanista como artista, como músico”, diz. “Sempre tive uma simpatia profunda pelo meu povo, pelos mais necessitados e humildes.” Essa simpatia nunca esmoreceu, mas as repetidas crises no Peru desiludiram o compositor. Ele já não acredita que a política institucional possa trazer soluções para as mazelas de seu país.

Por isso mesmo, no segundo turno das eleições presidenciais peruanas, em 7 de junho passado, Laura tomou uma decisão radical: resolveu se abster pela primeira vez na vida.

No Rio de Janeiro, o estudante Diego Fuentes, sobrinho de Miguel Laura, também não estava entusiasmado com as eleições peruanas. No dia do segundo turno, porém, ele tomou ânimo, acordou cedo e foi de seu apartamento em Copacabana até a Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus, no bairro de Botafogo. Ali estava instalada uma cabine de votação para que os peruanos residentes no Rio pudessem escolher entre Keiko Fujimori, do partido de direita Força Popular, e Roberto Sánchez, da legenda de esquerda Juntos pelo Peru. Ape-

sar do desalento, o estudante de 23 anos não teve dúvida na hora do voto: apostou em Sánchez.

Há catorze anos no Brasil, os familiares de Fuentes rejeitam a direita, mas também estavam reticentes em relação ao candidato da esquerda. Por isso, alguns deles se abstiveram de votar. “O Peru realmente sofre com questões de segurança pública, uma das razões por que minha família saiu de lá. Esse é também um dos motivos de Keiko ser, hoje, a favorita. Ela quer militarizar o país”, afirma Fuentes, que é aluno do curso de rádio e tevê na UFRJ.

Nos últimos anos, o crime organizado se expandiu enormemente no Peru. Como outros políticos da direita latino-americana, Keiko Fujimori vê um caminho a ser seguido na linha dura que Nayib Bukele, presidente de El Salvador, adotou contra organizações criminosas, com o sacrifício de direitos constitucionais. Essa também foi a direção tomada na Colômbia pelo advogado Abelardo de la Espriella, de extrema direita, que venceu as eleições presidenciais no mês passado.

As vésperas do segundo turno no Peru, as pesquisas apontavam empate técnico entre Keiko Fujimori e Roberto Sánchez. Como a apuração se arrastou por semanas, com os candidatos se alternando na liderança da contagem, o suspense tomou conta do país, gerando novos conflitos. A campanha de Fujimori acusou irregularidades em várias atas eleitorais, e o mesmo fez o grupo de Sánchez. A Justiça Eleitoral teve que se debruçar sobre a recontagem de cédulas em algumas regiões, enquanto aguardava os votos vindos do estrangeiro, que tendiam a preferir Fujimori.

Para frustração de Fuentes, em 24 de junho – dezessete dias depois da vota-

ção –, com 99,86% das atas apuradas, as autoridades eleitorais peruanas disseram que Keiko Fujimori havia obtido uma vantagem insuperável em relação a Sánchez, com 50,12% dos votos contra 49,88% – uma diferença de cerca de 43 mil votos. Prevendo a derrota, Sánchez já havia anunciado que não reconheceria o governo de Fujimori, acirrando a crise política.

Keiko é filha do ex-presidente Alberto Fujimori, que, eleito em 1990, deu um golpe de Estado dois anos depois, fechando o Congresso, a pretexto de debelar a crise institucional e econômica do país, e também de combater a guerrilha. O ditador enfraqueceu o Sendero Luminoso à custa de violações de direitos humanos, controlou a hiperinflação e estabilizou a economia, mas não conseguiu resolver os principais problemas sociais do Peru.

Acossado por graves denúncias de corrupção e protestos em todo o país, Alberto Fujimori renunciou à Presidência em 2000, por meio de um fax enviado do Japão, onde estava em uma viagem oficial. A renúncia foi rejeitada, e o presidente acabou destituído pelo Congresso. Fujimori não retornou ao Peru. Passou cinco anos no Japão e foi preso no Chile em 2005. Dois anos depois, foi extraditado para seu país. Julgado e condenado por vários crimes, só deixou a cadeia em 2023. Morreu no ano seguinte, aos 86 anos.

Agora, o receio de muitos é que o fantasma autoritário de Alberto Fujimori volte a assombrar o país no governo de sua filha, que segue a típica cartilha da ultradireita: promete construir megaprisões, expulsar imigrantes e retirar o Peru da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

“As propostas de Roberto Sánchez são muito mais amplas que as de Kei-

ko Fujimori”, afirma o estudante Diego Fuentes. “Mas digamos que são uma cópia do que os presidentes de esquerda anteriores propuseram. Não têm renovação.” Sánchez defendia um Estado mais forte, políticas de redistribuição de renda e apoio prioritário aos que vivem no interior do país.

Também para Miguel Laura o candidato de esquerda seria mais tolerável que Keiko Fujimori. “Mas ser tolerável não basta para conquistar o coração do eleitor”, diz o compositor. “Eu estou um pouco decepcionado, desencantado, mas mantenho a esperança de que encontraremos, em algum momento, uma transformação integral.”

O Peru teve oito presidentes nos últimos dez anos, quatro deles afastados pelo Congresso. A instabilidade é um dos motivos do agudo desencanto com a política que assola o país. Sinal disso foi o que ocorreu neste segundo turno. Apesar de o voto no Peru ser obrigatório para cidadãos de 18 a 69 anos (inclusive para os que vivem fora do país), calcula-se que, como Laura, em torno de 28% dos 27,3 milhões de eleitores peruanos optaram pela abstenção. Cerca de 6,5% votaram branco ou nulo. ★

Danilo Marques

LIBERTAÇÃO LITERÁRIA

A Academia Brasileira de Letras do Cárcere reúne presos e ex-presos

José Genoino, ex-deputado federal e ex-presidente do PT, hoje afastado da vida pública, esteve preso em duas ocasiões. Durante a ditadura militar, ele se engajou na Guerrilha do Araguaia e foi capturado em 1972 pelo Exército. Só voltou à liberdade em 1977. Em 2013, o STF o condenou por envolvimento no escândalo do mensalão. A pena, em regime semiaberto, foi extinta dois anos depois. Essas experiências conferiram a Genoino as credenciais para entrar na Academia Brasileira de Letras do Cárcere (ABLC), que distingue escritores que já estiveram – ou ainda estão – na prisão.

A posse de Genoino na ABLC ocorreu em 15 de junho passado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Estou participando de um fato político inédito, e esse ineditismo mostra que estamos navegando contra a maré. Precisamos proclamar a ideia de que a esperança vale a pena”, disse ele em seu discurso. Na mesma cerimônia, outros onze escritores (dois deles presos) também tomaram posse, e a ABLC recebeu a honraria máxima do legislativo municipal, a Medalha Pedro Ernesto.

Seguindo o modelo da Academia Brasileira de Letras (ABL), a ABLC tem quarenta cadeiras, cada uma delas com um patrono. Genoino ocupa a cadeira 32, cujo patrono é Vladimir Lênin (o

revolucionário russo cumpre os critérios para ganhar essa distinção porque escreveu livros e passou um período preso). Graciliano Ramos, Jorge Amado, Nelson Mandela e Lélia Gonzalez são alguns dos outros patronos.

A ABLC foi fundada em abril de 2024 por Siro Darlan, desembargador aposentado, agora vice-presidente da instituição (embora não ocupe uma cadeira), e por mais quarenta advogados. Ele explica que esse grupo reúne pessoas preocupadas com a educação de presos e a ressocialização de ex-presos – e a academia é um passo a mais nessa tarefa. A sede da ABLC fica no escritório do ex-desembargador no Centro do Rio.

Em seu site, a entidade explica seu objetivo: “A ABLC nasceu da crença de que a arte é um direito humano inalienável – e que, mesmo dentro dos muros do cárcere, o ser humano é capaz de criar, refletir e se transformar. Nossa atuação reúne escritores, educadores, juristas e voluntários comprometidos com uma visão de justiça baseada na reintegração social e no reconhecimento da capacidade criativa de cada indivíduo.”

A escolha dos integrantes obedece a critérios parecidos com os da seleção dos patronos: os acadêmicos devem es-

tar presos ou já terem passado pela prisão e precisam ter pelo menos um livro publicado. Dos atuais 38 membros (dois faleceram há pouco), quatro ainda estão presos, entre eles Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marquinho VP, apontado como um dos líderes do Comando Vermelho, que está detido em uma unidade de segurança máxima há dezenove anos e já publicou quatro livros.

“A ABLC chama a atenção para uma produção que não passa pelas chances tradicionais, que não é guiada por parâmetros conservadores e excludentes, construídos historicamente”, afirma o escritor e editor Bruno Zeni, autor, com José André de Araújo, o André do Rap (ocupante da cadeira 23 da academia), de *Sobrevivente André do Rap (do massacre do Carandiru)*.

Na ABLC, de fato, se encontram homens, mulheres, negros, pessoas trans. “Nós somos a Academia Brasileira de Letras dos excluídos”, diz Siro Darlan, que, no entanto, gostaria de ver a instituição que idealizou sendo abraçada pela instituição-mãe da literatura brasileira.

Sirlene de Lima Domingues, de 50 anos, estava entre os novos integrantes que tomaram posse na ABLC no dia 15 de junho. Depois de duas passagens pelo cárcere, qua-

tro filhos, duas faculdades e um livro publicado, ela passou a ocupar a cadeira 31, que tem como patrona a revolucionária alemã Rosa Luxemburgo.

Com uma toga azul-clara, Domingues leu na Câmara Municipal o poema *Menino do Brasil*, que escreveu ainda na época da prisão: *Menino do Brasil hoje é criança carente. Amanhã, te chamarão de jovem delinquente*, dizem os versos finais. “Eu fui uma menina do Brasil. Cresci com várias situações de carência, de afeto, de lar, de comida, de educação”, disse Domingues, que contou sua primeira experiência prisional no livro *Lembranças do cárcere*.

Natural de Salvador, ela estava com 10 meses quando sua mãe a levou para São Paulo. Aos 21 anos, em 1997, foi condenada por assalto a bancos. Libertada em 2001, voltou a ser presa em 2009. Entrou no presídio grávida da terceira filha, Isabelly. Depois do parto, passou sete meses no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário de São Paulo, cuidando do bebê. Teve que deixar a filha aos cuidados de familiares, antes de ser levada à Penitenciária Feminina de Sant’Anna.

Na cadeia, Domingues caiu em depressão. Em busca de uma nova perspectiva de vida, entrou em um Clube de Leitura e gostou do modo como foi acolhida pelas mediadoras. “O tempo todo, temos um tratamento desumano e ríspido dentro da prisão. E aquelas mulheres eram empáticas, nos olhavam como seres humanos”, contou.

Em 2013, Domingues deixou a prisão e conseguiu ingressar na faculdade de farmácia com uma bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni). Diplomou-se e trabalhou como farmacêutica oncológica no Instituto de Tratamento do Câncer Infantil (Itaci). “Passei a reconstruir minha própria vida. Fui ficando cada vez mais orgulhosa de mim mesma”, diz à *piauí*, com um sorriso tímido. Não parou mais de estudar: fez pós-graduação em farmácia estética e atualmente cursa o quinto período de medicina, com financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O estigma de ex-detenta continua pesando na vida profissional de Domingues. “Eu ainda hoje sofro preconceito”, afirma. Mas ela não pretende esconder o passado. Entre estudo e trabalho, tenta mostrar a outras apenas as que existem alternativas à vida no crime. Faz isso com a mesma ferramenta a que atribui a mudança em sua história: tornou-se mediadora de uma oficina de leitura na Penitenciária Feminina de Tremembé, no interior paulista, ao lado da também ex-detenta Gih Trajano, hoje escritora, poeta e roteirista, titular da cadeira 17 da ABLC. “A educação mudou minha vida. Quero mostrar a outras pessoas que isso é possível”, diz Domingues. ★

Maria Bofill





O CAFÉ CONTRA O ÁCIDO

Uma iniciativa na Índia acolhe vítimas da extrema misoginia

A cafeteria Sheroes Hangout, em Nova Delhi, abre às onze da manhã e segue em atividade até onze da noite, bem perto da estação de metrô Sultanpur, em uma região movimentada da metrópole com mais de 30 milhões de habitantes. Antima Sharma trabalha lá faz oito meses. Organiza mesas, limpa balcões e atende os clientes no charmoso ambiente em que pequenas lâmpadas amarelas pendem de pergolados cobertos de plantas.

A atendente de 28 anos conta à **piauí** que a Sheroes Hangout desperta “curiosidade nos visitantes” – uma curiosidade voltada para as funcionárias da casa. Sharma e suas colegas de trabalho carregam marcas visíveis de uma forma de violência misógina enraizada na Índia: queimaduras de ácido, lançado sobre elas por homens.

O nome do lugar exalta, em inglês, a coragem das sobreviventes que preparam e servem café. *Shero*es aglutina as palavras *she* (ela) e *heroes* (nesse contexto, heroínas). *Hangout* é ponto de encontro. A primeira cafeteria da marca foi aberta em 2014, na cidade de Agra, por iniciativa da Fundação Chhany, ONG criada um ano antes para amparar as vítimas de ataques com ácido.

A proposta era montar um espaço de acolhimento e trabalho para mulheres que outros empregadores recusavam por preconceito. “O trabalho me dá dignidade. Me faz sentir que não estou apenas sobrevivendo”, diz

Sharma. A Sheroes Hangout é hoje uma pequena rede nacional, que opera no modelo “consume e pague quanto quiser”. Além de Agra e da capital, Nova Delhi, as cidades indianas de Lucknow, Noida e Pune também contam com unidades da cafeteria.

Dados de 2022 do Departamento Nacional de Registros Criminais vêm apontando entre 200 e 250 ataques com ácido por ano na Índia. As mulheres representam cerca de 80% das vítimas, um percentual consolidado por levantamentos da ONG britânica Fundação Internacional para Sobreviventes de Ácidos (Asti, na sigla em inglês). De acordo com uma revisão epidemiológica global publicada na revista científica *PRS Global Open*, os homens são 89% dos autores desses crimes. Na maioria dos casos, o agressor é uma pessoa conhecida da vítima.

Quando se sente confortável com os clientes, Antima Sharma às vezes conta a história do ataque bárbaro que sofreu há três anos, em sua própria casa.

Então com 25 anos, Sharma estava dormindo quando um homem invadiu a casa de sua família em Ayodhya, por volta das duas e meia da madrugada do dia 11 de julho de 2023. Ele foi até o quarto da jovem e derramou ácido sobre seu peito e rosto. A dor foi – e ainda é – “indescritível”. “Em um único instante, minha vida mudou completamente”, ela diz. Sharma teve de passar por diversas cirurgias, três delas foram no peito e outras duas para remover a pele queimada. Ela ficou três meses na UTI. Perdeu o olho esquerdo e partes do nariz e dos lábios.

Sharma conhecia o agressor: ele quase foi seu marido. De acordo com a ancestral tradição do matrimônio arranjado, ainda vigente em boa parte da Índia, a família fez os acertos para o casamento dos dois. Mas Sharma depois percebeu que ele bebia demais – tinha “hábitos ruins”, nas palavras dela – e cancelou o acordo. Inconformado, o sujeito decidiu atacar a ex-noiva.

No hospital, Sharma passou por uma traqueostomia, o que dificultava sua fala. “Eu estava passando por tanta dor que não conseguia compartilhar meus sentimentos com ninguém”, recorda. Sua mãe, sua irmã e o irmão lhe deram amparo, mas ela também recebia visitantes insensíveis. “Eles diziam coisas como: ‘Ela é uma garota, agora quem vai casar com ela?’” Por causa de comentários assim, Sharma passou muito tempo escondendo o rosto.

Desfigurar as vítimas é parte da lógica perversa dos ataques com ácido: a socióloga Garima Rawal, doutoranda da Escola de Economia de Delhi, que há quase uma década estuda essa forma extrema de misoginia, diz que ela repre-

senta “uma manifestação sistêmica do controle patriarcal”: o criminoso busca “punir a autonomia feminina” e provocar a “morte social” da mulher atacada.

O irmão de Sharma bancou parte das despesas hospitalares. “Algumas vezes, ele passava fome, mas sempre tentou ajudar”, ela conta. Meses depois da alta, a jovem ainda precisou ir ao hospital para continuar o tratamento.

Em uma das consultas em Lucknow, o médico lhe falou da Sheroes Hangout, que tinha uma unidade na cidade. No dia seguinte, 7 de setembro de 2024 – por coincidência, seu aniversário –, Sharma decidiu conhecer a cafeteria. “Quando fui lá, encontrei pessoas que eram como eu”, lembra. Inspirada pelas atendedoras do lugar, ela foi aos poucos perdendo a vergonha do convívio social. “Eu me senti bem feliz lá.” Também passou a frequentar as atividades da Sheroes Hangout em Noida. Em 15 de outubro de 2025, quando a unidade de Nova Delhi foi inaugurada, Sharma começou a trabalhar na capital.

Na Índia, até pouco mais de uma década atrás, as substâncias mais empregadas em ataques contra mulheres podiam ser adquiridas quase sem restrições no comércio, a preços razoáveis. Ácido sulfúrico e ácido nítrico, altamente corrosivos, eram vendidos para uso doméstico na limpeza de banheiros e encanamentos.

Em 2013, depois de forte pressão social liderada pela ativista Laxmi Agarwal, sobrevivente de um ataque, e por organizações como a Stop Acid Attacks (embrião do que pouco depois seria a Fundação Chhany), a Suprema Corte indiana regulou a venda de ácidos. Comerciantes agora têm de registrar a identidade dos compradores de substâncias corrosivas e declarar seus estoques às autoridades legais.

O Bharatiya Nyaya Sanhita, novo Código Penal indiano, em vigor desde 2024, prevê penas para ataques com ácido que podem chegar à prisão perpétua. Mas a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Índia considera que ainda é demasiado fácil obter corrosivos perigosos no país.

Na Sheroes Hangout, mulheres queimadas por essas substâncias agora criam, nas redes sociais, campanhas contra a violência misógina. Aparecem sempre sorrindo, por razões que Sharma explica bem: “Quero que a sociedade entenda que sobreviventes não são pessoas quebradas. Nós temos sonhos, habilidades e o direito de viver plenamente.” Em abril, um vídeo publicado pela equipe de Nova Delhi no Instagram ultrapassou 4 milhões de visualizações.

Trabalhando na cafeteria, Sharma diz ter compreendido uma noção essencial para a vida pós-trauma. “Hoje eu consigo olhar para mim mesma e

entender que sou mais do que aquilo que aconteceu comigo”, diz. Ela reforça o recado que todas as mulheres da Sheroes Hangout tentam dar à Índia: “A vergonha pertence ao agressor.”

Pedro Moro

DE OLHO NAS ARANHAS

Um brasileiro entre os grandes especialistas mundiais em aracnídeos

Trezentas aranhas estão trancadas num armário, em Belém, dentro de vidros com álcool etílico, esperando o dia em que se encontrarão com Alexandre Bonaldo. Nas últimas três décadas, 520 aracnídeos receberam atenção do gaúcho que olha para esses animais – a olho nu e com microscópio – como quase ninguém. Para ser preciso: existem só nove pessoas no mundo mais dedicadas às aranhas do que Bonaldo, segundo o Catálogo Mundial de Aranhas mantido pelo Museu de História Natural de Berna, na Suíça.

Bonaldo tem 60 anos e pesquisa aracnídeos desde os 22. Durante a graduação em biologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), chegou a trabalhar com botânica, mas as plantas não o mantiveram interessado por muito tempo. Soube, então, de um curso que seus professores ministravam no Parque Nacional de Aparados da Serra, região cercada por cânions na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. “Eu quis ir porque tinha ouvido que o lugar era maravilhoso”, diz Bonaldo. Só restavam vagas na turma de pesquisa sobre aranhas.

“Eu adorei os bichos”, conta o biólogo. “E nunca mais parei de olhar pra eles.” Virou mestre e doutor em aracnídeos. Aos 34 anos, passou em um concurso para integrar a equipe científica do Museu Emílio Goeldi, na capital paraense. Sua noiva, a também bióloga Maria Cristina dos Santos-Costa, estava no meio do doutorado sobre as cobras do Rio Grande do Sul. Para não ficar longe de Bonaldo, avisou ao orientador que continuaria pesquisando serpentes, mas se concentraria nas espécies da Amazônia paraense. Os dois se casaram, mudaram-se para Belém e lá tiveram gêmeos.

Alexandre Bonaldo costuma encontrar os bichos em expedições que faz na Amazônia com alunos de pós-graduação. “Mas nós vamos para o mato com menos frequência do que eu gostaria”, diz. Falta financiamento para as pesquisas. Ele também pede emprestados os exemplares que instituições internacionais guardam em seus acervos, o que não é menos complicado.

Cientistas estrangeiros resistem a confiar seus espécimes ao Brasil, e a desconfiança tem suas razões. No ano pas-

sado, moluscos e conchas coletados na Gâmbia por uma equipe de pesquisadores coordenada pelo professor Luiz Ricardo Lopes de Simone, do Museu de Zoologia da USP, foi retida na alfândega pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – e acabou sendo incinerada.

“Em alguns casos, as instituições internacionais nos mandam só fotografias”, diz Bonaldo. Recentemente, por exemplo, ele estava navegando no Catálogo Mundial de Aranhas e encontrou o registro de uma aranha descoberta em 1879, na Alemanha. A ficha do animal não apresentava a descrição de sua identidade. Bonaldo entrou em contato com a instituição francesa que guarda a aranha em seu acervo e conseguiu uma foto. Pela imagem, o biólogo conseguiu relacionar o bicho com aracnídeos que conhecia e, desse modo, identificou a família da aranha alemã. “Não vamos conseguir descobrir novas espécies se não conhecermos muito bem as que já foram identificadas”, diz.

Em cada artigo científico que publica, seja apresentando uma nova aranha ou reavaliando uma que foi descoberta séculos atrás, Bonaldo deve incluir imagens do bicho – de preferência, da genitália. “É por onde conseguimos identificar as espécies com mais segurança”, ele diz.

Existe tecnologia suficiente para fotografar as menores partes da anatomia animal, mas Bonaldo raramente usa, pois prefere desenhar as aranhas à mão. Ele recorre a um microscópio para ampliar os órgãos genitais e passa cerca de quatro horas reproduzindo-as no papel, a lápis. “As aranhas não são fotogêni-

cas”, diz. “Além disso, o desenho é mais interpretativo que as imagens feitas por máquinas. Posso dar ênfase a um caráter que considero importante para entender a história evolutiva dos bichos.”

Ainda jovem, Bonaldo decidiu se especializar em aranhas da família dos corinídeos, conhecidas por correrem depressa e terem talento para se camuflar como formigas. “Escolhi essa família porque sabia que tinham muitas espécies para serem descritas”, diz. “E realmente encontrei muito bicho, tanto que estou até hoje observando a mesma família.”

Cada animal descrito pelo biólogo é batizado com o nome dele. Em março, Bonaldo teve a ajuda de um aluno de pós-graduação para analisar uma aranha que vive na América do Sul e no Panamá. Ela foi registrada com o nome do professor e do estudante: *Castianeira pollux* Silva-Junior & Bonaldo.

“Meu nome está em cerca de 1% de todas as aranhas descobertas no mundo”, diz Bonaldo. “É um dado impressionante, mas nunca tive isso como meta no meu trabalho. Gosto de ver os artigos serem publicados e, principalmente, de fazer os meus desenhos. Eu sou muito orgulhoso dos meus desenhos. Gosto deles de verdade.”

Bonaldo planeja se aposentar dentro de dez anos. Até lá, espera conseguir descrever as trezentas aranhas que estão no armário do seu laboratório. Tem pela frente cerca de 1,2 mil horas de dedicação à arte de desenhar a genitália aracnídea. ✪

Thalys Braga

REI REPUBLICANO

O Brasil pede perdão ao craque do punho cerrado

Ao final do depoimento, todos na sala onde se reuniu a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – inclusive a então ministra Macaé Evaristo – ergueram o punho cerrado, gesto consagrado pelo movimento negro americano Panteras Negras. Por unanimidade, a comissão reconheceu em 2 de dezembro passado que José Reinaldo de Lima, o maior artilheiro da história do Atlético Mineiro, foi perseguido pela ditadura, e que essa perseguição lhe causou prejuízos pessoais e profissionais. O Estado brasileiro pediu perdão ao jogador e o indenizou em 100 mil reais.

“Talvez vocês se lembrem da minha trajetória nos campos, mas pode ser que não saibam da luta, muitas vezes silenciosa, que tive que enfrentar”, declarou Reinaldo, com voz embargada. “Todos sabemos dos horrores da ditadura que tiraram a vida de tantos brasileiros, mas a repressão foi além dos porões e não usava só a violência física. Criavam campanhas de difamação para acabar com a reputação das pessoas que consideravam ameaças. Era uma máquina de mentiras que agia nas sombras, com resultados terríveis na vida real.”

Nos anos 1970 e 1980, quando os militares ainda mandavam no país, Reinaldo costumava levantar o punho cerrado sempre que fazia um gol. Era um gesto de protesto e luta dos negros na época: punhos cerrados também foram erguidos no pódio dos Jogos Olímpicos do México, em 1968, pelos velocistas americanos Tommie Smith – medalha de ouro nos 200 metros –, e John Carlos, medalha de bronze.

Os problemas de Reinaldo com os militares começaram na preparação brasileira para a Copa do Mundo de 1978. A Argentina, país sede da disputa, era então governada pelo general Jorge Videla, que desejava vender a imagem de que tudo corria bem por lá. O ditador viu a seleção da casa levar a Copa. Teve, porém, de engolir o protesto da seleção holandesa, a vice-campeã, que se recusou a participar, depois da final, de uma cerimônia com a presença de Videla.

Naturalmente, os generais que detinham o poder no Brasil não desejavam melindrar o amigo argentino. Por isso, preocupavam-se com o jovem mineiro que despontava como craque na equipe que tinha Rivellino e Zico.

Meses antes da Copa, Reinaldo, então com 21 anos e cabelo *black power*, defendera, em entrevista ao jornal de esquerda *Movimento*, a criação de uma Constituinte, a anistia aos presos políticos e a realização de eleições diretas.



Em Porto Alegre, antes do embarque para Buenos Aires, o escrete foi chamado para um encontro com o presidente Ernesto Geisel, no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. “O general disse que eu jogava muito bem, mas que não deveria falar de política porque disso eles cuidavam. Fiquei assustado e não respondi nada”, recordou o jogador num depoimento registrado em *Punho cerrado: a história do Rei*, biografia escrita por Philippe Van Lima, seu filho.

No primeiro jogo da Copa, o Brasil perdia de 1 a 0 para a Suécia quando Toninho Cerezo recebeu a bola na intermediária e, num passe perfeito, encontrou Reinaldo na grande área. Com um toque sutil, ele se desvencilhou do zagueiro e chutou no ângulo, sem chances para o goleiro. Fez o gol e, sorrindo, ergueu o punho cerrado para o estádio.

Reinaldo não exerceu impunemente a liberdade de expressão. Até o fim da ditadura, espiões do Serviço Nacional de Informações (SNI) seguiram os passos do jogador, dando conta de atividades consideradas “subversivas”: a amizade com Frei Betto e a presença em eventos como o lançamento da Associação Cultural José Martí, voltada à promoção da cultura cubana. Antes sigilosos, esses relatórios são hoje públicos. A perseguição da ditadura a Reinaldo está documentada.

Mais difíceis de comprovar são as retaliações da Confederação Brasileira de Desportos (atual CBF) às ousadias do atletismo. Comandada então por Heleno Nunes, almirante filiado à Arena,



partido de sustentação da ditadura, a entidade proibiu Reinaldo de jogar a final do Brasileiro de 1977 contra o São Paulo. O pretexto: ele havia sido expulso pelo juiz, por reclamação, em uma partida que acontecera seis rodadas atrás.

Na final de 1980, vencida pelo Flamengo, o centroavante foi expulso, outra vez por reclamação. Na semifinal da Libertadores de 1981, também contra o Flamengo, o juiz expulsou cinco atletas do Atlético Mineiro, entre eles Reinaldo. *Sua senhoria, o vexame* foi o título que a revista *Placar* deu à reportagem sobre o jogo.

Para Reinaldo – e boa parte dos atleticanos – esses lances não foram casuais. Pelo contrário, refletiam a perseguição ao craque. “Não existia uma linha clara entre o público e o privado. O governo se metia em todas as áreas da sociedade. Por que teriam o limite ético de ficar de fora das decisões dentro de campo?”, questiona o jogador, em conversa com a **piauí**.

Depois da Copa de 1978, uma campanha de difamação, coordenada não se sabe por quem, começou a circular na imprensa mineira, sugerindo que Reinaldo era usuário de maconha, comunista e homossexual. Embora seguisse marcando gols e quebrando recordes, o centroavante nunca mais foi convocado para uma Copa.

“**O**s prejuízos não voltam, mas acho importante que as histórias sejam encaradas, sem fingir que nada aconteceu”, diz Reinaldo, refletindo sobre sua recente condição de anistiado político. “Já vimos que esse movimento de varrer para debaixo do tapete só serve para os erros voltarem a acontecer.”

Prestes a completar 70 anos, Reinaldo hoje se dedica a outro esporte: o xadrez. Amigo dos livros, ele percorreu as biografias de grandes mestres enxadristas, como Magnus Carlsen e Garry Kasparov, estudando suas estratégias. Criou também o Torneio de Xadrez do Rei, evento anual realizado em cidades mineiras que consta no calendário da modalidade.

Embora tenha sempre sido um atleta engajado, Reinaldo não estranha que boa parte dos jogadores de futebol não se importe com política. “A maioria vem de famílias humildes e deixam de estudar muito cedo. Por isso, existe uma dificuldade em ter um bom conhecimento de tudo que se passa”, diz. Exceção é Vinícius Júnior, atacante da Seleção Brasileira e do Real Madrid. “O esporte pode ajudar a despertar o que há de melhor nas pessoas, por isso é louvável a atitude do Vini de usar sua força para conscientizar o público sobre o racismo”, elogia Reinaldo.

Apesar dos sobressaltos que a democracia brasileira experimentou nos úl-

timos anos, o eterno Rei do Atlético prefere ver o copo meio cheio. “A democracia não é uma obra pronta, deve ser continuamente aperfeiçoada”, ele reflete. “No Brasil, existem motivos para pessimismo e otimismo. Eu prefiro fazer a minha parte para conseguirmos um mundo melhor para nós.” ✪

Leandro Aguiar

PROMESSAS EM MASSA

Os católicos catarinenses que pagam suas graças com pão

Passados 3 minutos das sete da manhã, Celestina Pereira da Silveira anda apressada entre a cozinha e a padaria artesanal – um puxadinho onde antes era a garagem de sua casa em Palhoça, município litorâneo da Região Metropolitana de Florianópolis. Com avental e touca, ela organiza os ingredientes das dezenove encomendas que anotou em um caderninho, a serem entregues à tarde. O plano era começar às 6 horas, mas Silveira atrasou os trabalhos em uma hora a pedido da neta Monyque Silveira, de 31 anos, que, naquela quarta-feira de junho, combinou de ajudar a avó na panificação, mas não quis acordar tão cedo.

Antes mesmo da chegada da neta (e da reportagem da **piauí**), dona Cici – como Silveira é conhecida na Enseada do Brito, comunidade onde vive – já tinha completado a primeira etapa do processo: a oração. “Para agilizar, né?”, justificou-se. A reza é necessária porque Silveira se especializou em massas da promessa, um tipo de pão feito para cumprir a função de ex-voto em algumas igrejas de Santa Catarina. Os ex-votos (abreviação de *ex-voto suscepto*, do latim: “pela promessa realizada”) são objetos que os fiéis católicos doam à igreja para agradecer a Deus por uma graça alcançada ou fazer um pedido de cura. O litoral catarinense é o único lugar do país em que o ex-voto é comestível.

Silveira tem 84 anos e confecciona massas da promessa há 63, desde que aprendeu a fazê-las com sua avó. Na bancada de sua padaria, há uma pequena pomba de madeira, tradicional representação do Espírito Santo, com fitas coloridas, um terço e uma garrafinha de água benta. É ali que ela se ajoelha para rezar, pensando nas graças que cada encomenda irá carregar.

Embora saiba de cor a receita que a avó lhe ensinou, Silveira de vez em quando recorre ao papelzinho desgastado no qual estão registradas as quantidades certas de farinha, fermento, sal, especiarias e outros ingredientes para fazer a massa, que é sovada à mão em uma bacia de 50 litros. Enquanto a massa descansa, Silveira e sua neta checam os formatos que os clientes encomenda-

ram para seus pães: pombinhas do Espírito Santo, meninas, meninos, mãos, peixes, um boizinho, um coração.

Em geral, as massas são encomendadas depois da promessa cumprida, mas há quem peça por graças futuras. A forma de cada ex-voto corresponde ao pedido que o fiel fez ou tem a fazer. Na maioria das vezes, o pão representa uma parte do corpo, como um seio (no caso, por exemplo, da remissão de um câncer da mama) ou uma cabeça (para o fim das crises de enxaqueca). A neta explica por que às vezes ela e a avó modelam animais de fazenda: “A pessoa só tem um boizinho ou uma vaquinha, que fica doente, então eles pedem pelo animal.” Os peixes, ideia de Silveira, atendem aos pescadores que pediram por uma rede farta de tainhas.

As massas da promessa são oferecidas às igrejas catarinenses de maio a setembro, durante o Ciclo do Divino, uma sequência de festas em homenagem ao Espírito Santo que foi introduzida no estado por imigrantes vindos do arquipélago português dos Açores. O primeiro registro de uma Festa do Divino é de 1776, em Florianópolis. Hoje há 65 festas em todo o estado. Nas mais tradicionais, as massas estão presentes.

O historiador Sérgio Luiz Ferreira, presidente da Casa dos Açores de Santa Catarina – associação cultural dos descendentes dos imigrantes –, conta que a massa sovada faz parte da culinária açoriana e das festas religiosas nas ilhas. Mas os formatos diferentes do pão, de acordo com a graça alcançada ou promessa, foram uma inovação dos catarinenses. “A festa do Espírito Santo é uma festa do povo. O Senhor Espírito Santo é do povo, não é da Igreja”, diz Ferreira. “O clero tomou a frente e foi cortando aspectos populares das festas.”



De acordo com a tradição, o fiel leva o ex-voto comestível para ser abençoado no altar durante a missa ou na novena que antecede a festa. Depois da bênção, a massa da promessa é entregue para a igreja, que a leiloa. Silveira cobra 20 ou 25 reais por encomenda. Nos leilões, cada pão costuma ser arrematado por valores entre 80 e 120 reais. O dinheiro é revertido para a igreja, e o pão muitas vezes é consumido coletivamente no local da festa.

Esse modelo, porém, está se transformando. No lugar da fabricação artesanal, como a de Silveira, estão entrando na festa panificadoras, que produzem em grande quantidade, usando massa de pão de leite, que não é sovada à mão. É o que acontece na Festa da Santíssima Trindade, no bairro Trindade, em Florianópolis. Na celebração deste ano, a paróquia vendeu 247 massas a 20 reais, mas só 31 delas foram doadas por fiéis. As demais foram encomendadas em uma padaria da região – e, nesse caso, o pão nem sempre é abençoado no altar ou leiloado.

Quando dá formato às massas, Celestina Silveira presta atenção nos detalhes, que elabora com tesoura, lâmina e pequenos feijões. De vez em quando, ela dá um pitaco na maneira como a neta esculpe os pães. Nos meninos, faz gravata e bolsos na calça. Nas meninas, desenha colares, texturas nas saias e sapatos de salto alto.

O tempo de espera pelo crescimento da massa varia conforme a temperatura do dia. Naquela quarta-feira, com o frio de outono, foi em torno de uma hora e meia. Em seguida, Silveira pincelou a massa com gema de ovo, antes de levar ao forno. Cerca de 20 minutos depois, a massa da promessa estava pronta para ser embalada em um saquinho plástico amarrado com fita vermelha, cor do Divino Espírito Santo.

Silveira nem arrisca estimar quantas massas já fez ao longo da vida. Anotações em seu caderninho indicam que, só no ano passado, foram mais de quatrocentas. Ela se orgulha especialmente de um trabalho que fez para Edineusa Silveira, mãe de Monyque, que, para pedir pela felicidade da filha, prometeu uma massa em forma de mulher – e em tamanho real. O pão de 1,72 metro precisou ser separado em três para caber no forno. Foi arrematado em 800 reais por um membro da família e dividido entre os festeiros da comunidade de Enseada do Brito.

Apesar das dores na lombar e do formigamento nas mãos, Celestina Silveira não pensa em parar. Mas já repassou a receita e os macetes às filhas e netas. “Afim de mais, como é que as pessoas vão ficar devendo as promessas?”, diz. ✪

Maitê Silveira

PROCURA-SE

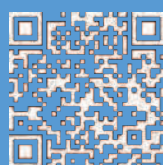


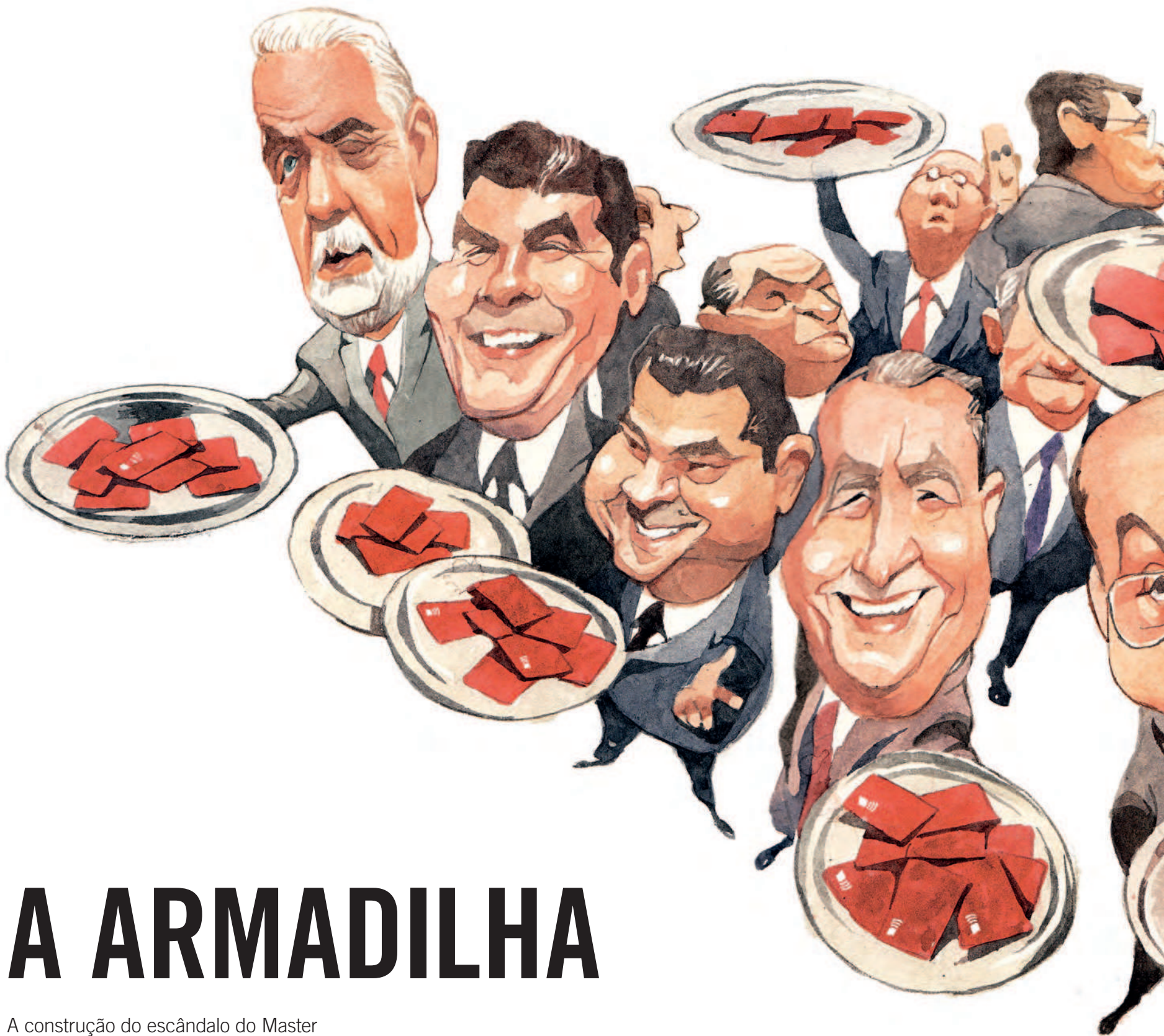
Vem aí a **piuí**, uma edição especial da **piauí** dedicada aos nossos futuros leitores, e estamos precisando de pinguins. De todos os tipos.

**Pinguins tímidos. Pinguins meio malucos.
Pinguins cientistas. Pinguins aventureiros.
Pinguins que gostam de ler.**

Se você conhece uma criança entre 8 e 14 anos e que gosta de desenhar, faça este chamado chegar até ela. Os desenhos enviados aparecerão na revista ou no site da **piuí**.

Regulamento e formas de envio:





A ARMADILHA

A construção do escândalo do Master

CONSUELO DIEGUEZ

Quem entra no escritório do advogado baiano Jorge Falcão, em um prédio novo de Salvador, precisa fazer um esforço para se ajeitar na apertada recepção, sempre lotada de clientes. O espaço é decorado com dois pequenos sofás e uma grande pintura de Irmã Dulce, freira baiana canonizada pela Igreja Católica, acompanhada do aforismo “No amor e na fé encontraremos a força necessária para a nossa missão”.

Numa ensolarada manhã de abril passado, quando chegou ao escritório,

Falcão já era aguardado por uma fila de rostos aflitos. A maioria idosos. Todos funcionários públicos e aposentados estaduais ou municipais. É com o estado e os municípios baianos que Falcão trava, há quase uma década, uma briga diária para fazer com que os servidores ativos e inativos, vítimas de algum prejuízo, sejam devidamente ressarcidos. O maior prejuízo, sem dúvida, são os gastos com os cartões de crédito consignado e de benefício oferecidos pelo Banco Master, até a liquidação da instituição, em novembro do ano passado,

pelo Banco Central, deixando um rombo de 60 bilhões de reais na praça.

Muito antes da liquidação, no entanto, em 2019, Falcão já havia percebido que algo grave estava acontecendo com o funcionalismo público da Bahia. No começo daquele ano, o advogado começou a ser procurado por uma onda de aposentados e servidores pedindo ajuda para resolver problemas em suas contas. Eles diziam ter recebido um cartão de crédito chamado Credcesta, administrado pelo Banco Máxima, e que, depois disso, passaram a ter descontos muito altos em

seus rendimentos, muito acima dos valores que tinham sido gastos. Não sabiam o que estava acontecendo e precisavam de auxílio profissional.

Falcão nunca ouvira falar em Banco Máxima, nome do Master na época, e, menos ainda, em Credcesta – e se espantou com os relatos que ouviu. Ao analisar os termos do contrato dos cartões dos servidores percebeu, imediatamente, que eram indecentes. Embora tratasse de “cartão consignado” ou “cartão de benefício”, o contrato não era transparente, e os juros cobrados superavam em mais de três vezes a taxa



As autoridades que compõem o pelotão do Credcesta, que nasceu na Bahia e, turbinado, se espalhou de Norte a Sul do país: apesar de tudo, o cartão continua sendo tocado pela PKL One, empresa de Augusto Lima, cuja sede fica num paraíso fiscal no Caribe

dos empréstimos consignados normais, aprovados por lei, e criados no primeiro governo Lula, em dezembro de 2003.

A lei permitia que funcionários públicos e aposentados, inclusive do INSS, comprometessem até 30% de sua renda com empréstimos, cujas prestações eram descontadas, mês a mês, no contracheque do servidor, ou direto na conta bancária do tomador do empréstimo – tudo com juros de, no máximo, 2,08% ao mês.

Com o Credcesta, a história era muito diferente. Além dos juros excessivamente altos para uma operação

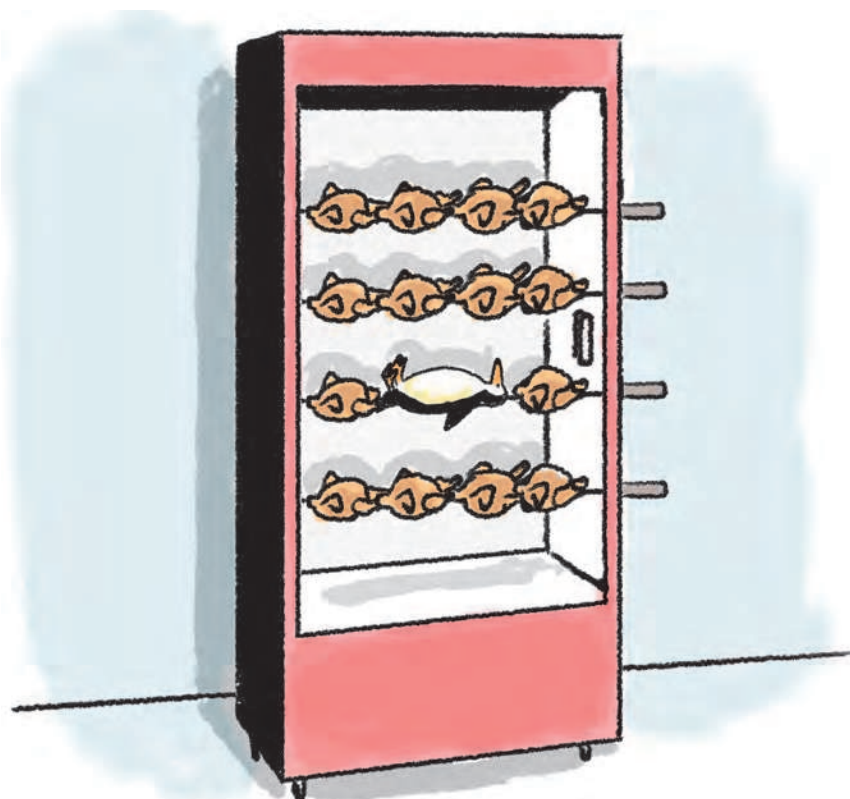
consignada – chegavam a até 6% ao mês –, Falcão notou que o tal cartão vinha recheado com cobranças de penduricalhos, como auxílios-saúde e funeral e seguro de vida – serviços que, muitas vezes, nem sequer haviam sido solicitados. Os tais penduricalhos oneravam ainda mais os tomadores do empréstimo. Para completar, os usuários reclamavam das insistentes ligações do *telemarketing* do Credcesta e do Banco Máxima. Inexplicavelmente, os operadores do *telemarketing* tinham acesso aos dados pessoais dos servidores, sem que nunca tivessem sido fornecidos.

Falcão não entendia como um produto abusivo como aquele tinha ido parar no mercado, já que não havia nenhuma lei federal autorizando este tipo de serviço. Estava também intrigado com o fato de que os servidores e aposentados baianos, apenas os baianos, eram as grandes vítimas daquela operação. Preocupado com o que parecia ser um golpe contra o servidor, Falcão decidiu investigar. Para sua surpresa, descobriu que havia uma conexão umbilical entre os parceiros no negócio: o Credcesta, o Máxima, o governo da Bahia e muitas

prefeituras do estado. Tudo começara um ano antes.

Em 2018, o então governador da Bahia, Rui Costa (PT) decidiu privatizar a Empresa Baiana de Alimentos S.A. (Ebal), cuja rede de supermercados, o Cesta do Povo, vendia alimentos subsidiados aos servidores públicos e aposentados do estado.

O Cesta do Povo tinha sido criado em 1979, durante o governo de Antônio Carlos Magalhães com o objetivo, segundo as línguas afiadas da Bahia, de provocar um desafeto, o empresário



O PINGUIM NILISTA

Mamede Paes Mendonça, dono de uma rede privada de supermercados. Havia dois incentivos para os servidores comprarem no Cesta do Povo: os produtos eram subsidiados, portanto mais baratos, e, mais tarde, criou-se um cartão próprio para uso na rede, o Credicesta – que então se escrevia com “i”. O Credicesta, lançado em 2007, oferecia duas vantagens: os gastos eram abatidos nos contracheques dos servidores ou na conta dos aposentados, e podiam ser parcelados sem juros.

Em 2015, quando assumiu o governo baiano, Rui Costa se comprometeu a fazer uma reforma administrativa para modernizar a gestão e equilibrar as contas do estado. A Ebal, dona do Cesta do Povo e com 49 lojas espalhadas pela Bahia, vinha prestando um serviço ruim e chegou a dar prejuízo de 60 milhões de reais ao ano, razões que a faziam uma candidata natural à privatização. O problema é que faltavam interessados. O governo baiano fizera duas tentativas frustradas de vender a Ebal. A explicação para o desinteresse dos compradores era a dívida alta da Ebal e a falta de produtos, embora muitos estabelecimentos ficassem em locais privilegiados.

Foi então que entrou em cena um personagem com quase nenhuma visibilidade no empresariado local, mas com boa penetração no mundo político da Bahia: Augusto Lima, um comerciante baiano cuja atividade inicial era a venda de abadás para blocos de Carnaval. Em 1991, Augusto Lima havia migrado para um negócio mais exótico: a administração de uma associação de trabalhadores do setor

público, usando como chamariz a intermediação de empréstimos aos associados. Para muitos servidores, a associação era uma saída para problemas financeiros, dado que os empréstimos nos bancos eram bem menos acessíveis do que hoje. Chamava-se Associação dos Servidores da Saúde e Afins da Administração Direta do Estado da Bahia (Asseba).

Em 2001, Augusto Lima avançou um pouco mais e criou a empresa Terra Firme, que operava na Bahia como correspondente bancário, título que se dá a quem atua em nome dos bancos, de modo a ampliar o acesso da população a serviços bancários. No ano seguinte, criou uma segunda entidade voltada para trabalhadores do setor público: a Associação dos Servidores Técnico-Administrativos e Afins do Estado da Bahia (Asteba), com os mesmos propósitos que a anterior. Em 2008, com as duas associações em pleno funcionamento, Augusto Lima se desligou da presidência de ambas, mas continuou – e continua até hoje – como controlador.

Além da concessão dos empréstimos, parte substancial do negócio, Lima buscava dar um caráter social às suas associações, oferecendo assistência médica e jurídica. De assistencial, porém, elas não tinham nada – e continuam a não ter. Outra fonte importante de renda das entidades era – e continua a ser – o preço da mensalidade que, muitas vezes, supera o valor das parcelas dos empréstimos tomados pelos associados.

Para Lima, as associações eram uma mina de ouro. Para os associados,

uma arapuca. Na verdade, era uma agiotagem disfarçada, com taxas de juros extorsivas. No site Reclame Aqui, é possível ver que as duas associações foram classificadas como muito ruins pelos usuários. As críticas se concentram nos juros abusivos dos empréstimos e na dificuldade de cancelar a filiação às entidades. Com o passar do tempo, por circular no universo dos servidores, Lima acabou se aproximando de políticos locais, como o então secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Jaques Wagner, hoje senador. E, assim, abriu-se um novo capítulo na história.

Como a venda da Ebal seguia encerrada, Augusto Lima sugeriu uma saída para o secretário Jaques Wagner: ampliar o uso do Credicesta. Na sua proposta, passaria a ser usado como cartão consignado em outros estabelecimentos, e não apenas no Cesta do Povo, e também serviria para saque e concessão de empréstimo. Na prática, a Ebal deixaria de ser uma empresa do setor de alimentos e passaria a atuar no setor financeiro.

Wagner se empolgou com a ideia e a levou para o governador analisar. Rui Costa aprovou. Então, no dia 11 de abril de 2018, a Ebal foi colocada à venda em novo leilão – desta vez, com sucesso. O certame atraiu uma única empresa, desconhecida do mercado, chamada N.G.V.S.P.E – Empreendimentos e Participações S.A., ou simplesmente NGV. Com sede em São Paulo, a NGV havia sido criada pouco antes do leilão e tinha apenas dois diretores, ambos sem função específica – um deles era Nyanne Vinnie Novais Britto, que vai reaparecer mais adiante na história.

No plano das aparências, a NGV tinha dois donos: um espanhol chamado Ignacio Morales e um empresário da área de supermercados, Joel Feldman, que, na época, presidia a Associação Baiana de Supermercados. Mas era só no plano das aparências. Na realidade, a NGV pertencia ao próprio Augusto Lima e outros três sócios, entre os quais o também baiano Henrique Peretto, dono até hoje da Cartos, companhia de serviços financeiros e tecnologia para crédito acusada de usar empresas de fachada nas carteiras de consignado. A NGV era o que o mercado chama de empresa de prateleira, aquela que tem CNPJ e só existe no papel. Se tivesse interesse, o governo do estado, com uma análise mínima, teria descoberto que a NGV era, na verdade, uma empresa fictícia, alocada em um fundo gerido pela corretora Reag Investimentos, de João Carlos Mansur, que vem a ser uma das estrelas do escândalo do Banco Master. (No curso do

escândalo, a Reag foi liquidada pelo Banco Central.)

As vantagens não pararam aí. A sugestão de Augusto Lima para Jaques Wagner de ampliar o uso do cartão Credicesta, e assim incentivar a venda da Ebal, não constou do edital do leilão. A informação – que dava imensa vantagem ao comprador – só surgiu em um decreto assinado pelo governador Rui Costa em 27 de abril, dezesseis dias depois do leilão de venda da Ebal. Em seu artigo terceiro, o decreto dizia que o novo dono do Credicesta podia “modificar, ampliar, aperfeiçoar ou, por quaisquer mecanismos viáveis e juridicamente legítimos, diversificar as funcionalidades do cartão, a este podendo associar a ampliação da rede de compras e a contratação de serviços, inclusive comerciais, creditícios e financeiros”.

Assim, Augusto Lima ganhou, com auxílio de Rui Costa e Jaques Wagner, o benefício de se tornar o dono de um cartão com direito a operar com crédito e com empréstimos consignados. Com o Credicesta, Lima levava junto, sem qualquer esforço de captação, uma clientela cativa de 400 mil servidores, pensionistas e aposentados dos três poderes baianos. Como os gastos no Credicesta seriam debitados automaticamente nas contas dos usuários, o risco de inadimplência era zero.

Outra transação nebulosa estava por vir. Ocorreu no 4 de junho de 2018, na véspera da homologação da venda da Ebal para a NGV. Naquele dia, de novo com a anuência do governo estadual, a NGV transferiu, por 22 milhões de reais, “a totalidade dos direitos de exploração comercial do cartão Credicesta” para outra empresa, chamada PKL One Participações. E quem era o proprietário da PKL One? De novo, Augusto Lima. Só que, dessa maneira, agora ele se transformava no único dono do cartão.

Mais tarde, o governo da Bahia deu outro presente a Augusto Lima. Concedeu exclusividade à NGV para operar com o cartão pelo prazo de quinze anos. Ou seja, por uma década e meia a NGV não teria concorrentes no negócio. Para facilitar ainda mais a vida da NGV, aumentou-se de 30% para 45% a fatia salarial que o servidor poderia comprometer no empréstimo consignado: 30% no consignador normal e 15% no cartão de crédito. Sem sombra de dúvida, o que se deu ali foi um esquema afrontosamente vantajoso para Augusto Lima, que saiu com tudo: cliente cativo, risco zero de inadimplência, exclusividade e faixa salarial garantida para novos serviços.

Quando os termos do contrato de privatização da Ebal vieram a público, a operação ganhou, imediatamente, ares de escândalo. Nem tanto pelo baixo valor da venda da Ebal, de 15 mi-

lhões de reais, quando o preço estipulado por consultorias contratadas pelo estado havia sido de 81 milhões de reais, mas sobretudo pela série de vantagens concedidas aos compradores. Ou melhor: o comprador.

Estava claro que o foco da venda não era nem a Ebal, nem a rede Cesta do Povo, mas sim o cartão Credicesta. O supermercado quebrado, o motivo público do leilão, passara para segundo plano. Sua venda contribuiu para aliviar as contas públicas, mas menos do que poderia, já que todos os passivos relevantes da Ebal, estimados em algo entre 300 e 400 milhões de reais, foram assumidos pelo governo do estado, como rezava o edital de venda. Os passivos eram formados por dívidas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e com fornecedores.

Como, evidentemente, um supermercado falido não era de interesse de Lima, a rede praticamente desapareceu. A maioria dos funcionários foi demitida e os melhores pontos foram adquiridos, posteriormente, por uma rede chilena de supermercados chamada Cencosud. Joel Feldman, que participou do negócio, ficaria, depois da privatização, como administrador das lojas que sobraram no interior do estado.

No dia 16 de junho passado, fiz uma chamada de vídeo com o senador Jaques Wagner, que durou 45 minutos. Queria ouvi-lo sobre as operações do Credicesta e entender por que a Bahia ofereceu tantas vantagens a Augusto Lima. Na conversa, o senador estava firme e tranquilo. Disse que era preciso vender o Cesta do Povo com urgência em razão do estrago que estava causando ao caixa da Bahia. “Era um trambolho, que ninguém queria e só dava prejuízo para o estado.” E engatou um discurso de vendedor de automóvel usado. “É que nem carro velho. O carro precisa tomar um polimento, precisa trocar pneu para vender melhor. Ai, nós entramos nessa.”

O problema é que as vantagens mais relevantes – como a ampliação do escopo de atuação do Credicesta e a concessão de exclusividade por quinze anos – foram concedidas depois da realização do leilão, quando, naturalmente, não havia mais necessidade de inventar atrativos para viabilizar a venda. Segundo o senador, as coisas se deram por meio de um acerto “verbal” depois do leilão – o que ele considerou “normal”.

Ainda assim, Wagner rebateu as acusações de privilégio e as suspeitas de negócios obscuros. “Eu pergunto: a

Polícia Federal já achou alguma coisa na Bahia? Que me conste, não. Eu não tenho nenhum negócio com Augusto Lima”, disse. “A Bahia é terra de muro baixo. Então, eu não tenho nem CNPJ. Eu só tenho CPF. O Rui [Costa] também, pelo que me consta, só tem CPF, não tem CNPJ. E, pelo que eu sei, quando se quer fazer trambicagem, se faz com CNPJ. Eu não tenho CNPJ.” E desafiou: “Que o presidente Lula mande a Federal rasgar tudo que tiver, eu estou absolutamente à vontade. Eu precisava vender um ativo.”

Contou que só conheceu Augusto Lima na operação que privatizou o Cesta do Povo. “Ele se apresentou dizendo que tinha interesse porque ele era vendedor de consignados para vários sindicatos. Não sei dizer quais são.” Wagner até rememorou um pouco o perfil empresarial de Augusto Lima, que ele chama de Guga Lima. “Ele, pelo que me consta, não era rico. E, portanto, ele arrematou [a Ebal] com esse espanhol [refere-se a Ignacio Morales] e foi buscar fluxo de caixa para poder operar, porque não adianta ter cartão se não tiver dinheiro para emprestar.”

Naquela altura, já era pública a notícia de que a nora do senador, Bonnie Bonilha, havia recebido cerca de 12 mi-

lhões de reais do banco de Daniel Vorcario por meio de um contrato de consultoria firmado com sua empresa, a BN Financeira. “Eu volto a dizer. A única coisa que acharam foi a história da minha nora que é, na verdade, casada com um filho de minha esposa. Mas isso foi por causa de um ex-sócio dele que tinha relacionamento com alguém que era da cúpula do governo Bolsonaro”, disse.

Antes de encerrar a conversa, Jaques Wagner fez questão de dizer que nem ele nem Rui Costa haviam encontrado “o senhor Daniel Vorcario nem mais gordo, nem mais magro”. Eles só foram apresentados depois que a venda foi concretizada. Segundo ele, Augusto Lima levou o banqueiro para conhecê-lo e ao governador. Naquele momento, Daniel Vorcario estava começando a entrar na história.

Logo depois da homologação da venda da Ebal em 2018, Augusto Lima, de posse do seu valioso Credicesta turbinado, saiu em busca de sócios para seu novo negócio. Para distribuir seu cartão, ele precisava de um banco. De saída, procurou o Bmg, que trabalhava agressivamente com empréstimos consignados. Os executivos do Bmg farejaram encrenca e

LANÇAMENTO

SESSÕES
SELO SESC

#18
NENÊ
TRIO

AO VIVO NO SESC
PINHEIROS
28.7.10



#18 NENÊ TRIO
AO VIVO NO SESC
PINHEIROS
28.7.10

Disponível em



selo
sesc

Visite a loja virtual e
conheça o catálogo completo
sescsp.org.br/loja

/selosesc



declinaram da sociedade. Augusto Lima, então, ligou para um conhecido que trabalhava em um banco novo, instalado havia pouco no segundo andar do suntuoso edifício Pátio Victor Malzoni, na Avenida Faria Lima, em São Paulo, onde fica o coração financeiro do país. Era o Banco Máxima – que, em 2021, passaria a se chamar Banco Master.

Em 2017, um ano antes de ser procurado por Augusto Lima, o Máxima havia sido comprado por um jovem empresário mineiro do ramo imobiliário chamado Daniel Vorcaro. Era desconhecido no mercado financeiro, mas popular na Polícia Federal e na Justiça mineira em razão de negócios fraudulentos com fundos de pensão públicos. Lima conseguiu uma entrevista com Vorcaro na mesma hora que o procurou no Pátio Victor Malzoni. Chegou acompanhado de alguns parceiros – Valério Marega Júnior, dono da WNT, uma gestora de recursos, e do advogado Daniel Lopes Monteiro, que montara a NGV.

(Como se saberia depois, com a eclosão do escândalo do Master, era uma turma da pesada. A WNT, de Marega Júnior, foi recentemente investigada pela Polícia Federal por gerir fundos falsos para o Master. O advogado Daniel Monteiro, por sua vez, foi preso pela PF em abril passado, por ordem do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, também por envolvimento nas fraudes do banco.)

Ao conhecer o projeto de Augusto Lima, Vorcaro, que dava então seus primeiros passos como banqueiro do Má-

xima, se entusiasmou com a proposta e fechou o negócio no mesmo instante. Na parceria assinada pelos dois, Vorcaro pagou 30 milhões de reais à PKL One para adquirir 50% do Credcesta.

Dois meses depois, Augusto Lima, já associado a Vorcaro, receberia outra ajuda providencial do governo baiano. Em 16 de agosto, um ofício da Secretaria de Administração, de número 207, foi enviado reservadamente ao diretor financeiro da Consiglog Tecnologia e Soluções, empresa que prestava serviço ao governo do Estado. O ofício solicitava que a Consiglog disponibilizasse os “dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas baianos para a empresa PKL One Participações S.A”. Em poucas linhas, o governo, sem autorização dos envolvidos, ofereceu todos os dados financeiros do funcionalismo baiano, ativo e inativo, para Augusto Lima e Daniel Vorcaro.

“Quando eu me deparei com esse ofício, ficou tudo claro para mim”, me disse o advogado Jorge Falcão, numa conversa no seu escritório. Estava explicado como o *telemarketing* dos novos donos do Credcesta vivia ligando para os portadores do cartão. “Os servidores tiveram todos os seus dados vazados pelo governo do estado, sem que eles tivessem autorizado. Lima e Vorcaro agora tinham, juntos, a faca e o queijo na mão para dar início a uma aberração no mercado de crédito brasileiro: o cartão de crédito consignado que, em pouco tempo, se espalharia da Bahia para o Brasil, alavancaria o Banco Master e, somado a outras manobras posteriores, empurraria milhões de famílias brasileiras para o

maior nível de endividamento da história do país.

Ao entrar para a carteira do Master, o Credcesta mudou de grafia, passando a se chamar Credcesta. Como a pronúncia continuava praticamente igual, abriu-se o caminho para que os servidores da Bahia confundissem uma coisa com outra, equívoco que afetou principalmente os usuários de idade mais avançada. Mas a tecnologia para dar um golpe nos servidores públicos manteve-se igual à que vinha sendo aplicada pelas associações de Augusto Lima, a Asseba e a Asteba, que tantos prejuízos causavam aos seus membros.

As entidades ligavam para os servidores e ofereciam benefício assistencial – que, na verdade, eram empréstimos, sobre os quais cobravam juros de 2% ao mês. Além disso, condicionavam o “benefício assistencial” à entrada na associação, que cobrava uma mensalidade alta. “Tem caso de servidor aqui na Bahia que tomou empréstimo de 1 mil reais na Asseba ou na Asteba, parcelados em 36 meses de 30 reais, mas, o golpe, nesse caso, é que também tiveram que assumir mensalidades de 80 reais da associação”, contou o advogado. Ou seja: acabou, de uma hora para outra, tendo que pagar 110 reais mensais – o que resultava, ao fim do empréstimo, em acréscimo de 300%. “São essas associações que encalacraram os aposentados do INSS, dos estados e municípios”, me disse Falcão. “E a CPI do INSS encerrou seus trabalhos sem responsabilizá-las.”

(Recentemente, a Asseba e a Asteba foram denunciadas pelo procurador da República no Distrito Federal, Gabriel Pimenta Alves, na mesma investigação que levou Daniel Vorcaro e Augusto Lima à prisão, em novembro do ano passado. Lima, hoje, está de tornozeleira eletrônica. Procurado para explicar seu papel no caso, Rui Costa, que há pouco deixou a chefia da Casa Civil do presidente Lula, não quis dar entrevista.)

O modelo enganoso empregado pelas associações também foi usado para vender o novo Credcesta, cujas condições eram draconianas se comparadas com as do antigo Credcesta. “Os servidores e aposentados, alguns bem idosos, começaram a me procurar, reclamando que tinham descontos em seus contracheques todos os meses, mas nunca paravam de pagar as dívidas”, disse o advogado Jorge Falcão. “Eles me mostravam o que tinha sido oferecido para eles. O problema é que eles não entendiam que se tratava de um crédito rotativo, e que, sobre a dívida do cartão que eles parcelavam, incidiam juros sobre juros. Assim, eles acabavam de-

vendo para o Credcesta mais do que tinham tomado emprestado.”

Na recepção do escritório de Falcão, conheci Albérico Pereira Alves, professor aposentado da Bahia, um homem franzino, elétrico e eloquente. Disse que estava desesperado porque o Credcesta vinha arruinando sua vida. “Eu não consigo entender. Eu peguei 2 mil reais emprestados no cartão. Já paguei uma fortuna e estou devendo 30 mil reais. Não sei como vou sair disso. Todo mês sofro um desconto pesado na minha aposentadoria.”

Ouvindo queixas como esta, Falcão decidiu entrar, de início, com ações individuais contra o Credcesta e o Master. Para fugir dos processos, o banco adotou uma estratégia. Disse que não operaria mais com linha de crédito pré-aprovado no cartão, como estava no edital, e sim com o que chamou de saque parcelado, que nada mais era do que um empréstimo disfarçado, com desconto em folha e parcelas fixas. Os juros, porém, continuavam os mesmos e também incidiam sobre as parcelas. Na prática, só mudava o nome – e continuava a mesma bola de neve.

“É um total absurdo. Os servidores estão pagando juros de 100% ao ano sobre um empréstimo consignado que era para ser barato”, disse Falcão. “Esse cartão é um golpe e, para completar, eles operam com exclusividade no estado. O servidor não tem nem a opção de mudar para um produto mais barato, de outro banco.” E o antigo Credcesta, ao contrário do novo Credcesta, não cobrava juros nas compras parceladas. “Ao transferir o cartão para o Augusto Lima, o governo do estado desvirtuou inteiramente o seu uso. Os servidores foram completamente engabelados”, protestou Falcão.

Exatamente como a Asseba e a Asteba, o Credcesta cobrava juros altíssimos e oferecia serviços não solicitados. As vítimas do cartão contaram para Falcão que estavam pagando por empréstimos que nem sequer haviam sido contratados. Reclamavam também que o *telemarketing* do Master ligava oferecendo, de forma confusa, serviços que às vezes eles aceitavam sem entender direito o que estava sendo ofertado. Em muitos casos, se tratava de renovação de contratos.

Falcão colocou algumas dessas mensagens do *telemarketing* do Master para que eu ouvisse. E, como ele alertara, é praticamente impossível entender o que está sendo dito. Em uma das chamadas, uma atendente chega até a engasgar de tão rápido que fala. Os atendentes citam todos os dados dos servidores, pedem confirmação, oferecem um serviço e, se o servidor titubeia, muitas vezes a indecisão é dada como aceite.

Em seguida, Falcão me mostrou, na tela do computador, os documentos

que comprovam o que ele chama de “situação de penúria financeira dos servidores baianos” em razão das operações com o Credcesta. Um dos contracheques é de um servidor com remuneração bruta de 8 665,73 reais, que, por causa do cartão, teve descontos de 7 017,79. Ou seja: 80,98% da renda ficou comprometida com dívidas. Em outro caso, um servidor com salário bruto de 3 361,45 reais teve descontos de empréstimos e juros de cartão consignado de 2 928,11, comprometendo 87,11% da sua renda. Falcão me mostrou mais de dez casos (ele disse que poderia passar o dia me mostrando essas contas) que seguem na mesma linha: descontos que chegam a morder mais de 90% da renda do servidor.

Chama a atenção o caso de uma aposentada que recebia um salário de 1 737,99 reais e teve desconto de 1 592,31. Ou seja, 91,62% da sua renda, da qual sobrava apenas 145,68 reais. Situação mais dramática é a de uma professora, também aposentada, que, no final do mês, recebia apenas 48 reais. Falcão ficou tão atormentado que tirou dinheiro do próprio bolso para ajudá-la. “Ela não tinha dinheiro para comer.”

Embora o advogado fizesse um esforço para melhorar a situação do de-

vedor, muitas vezes o banco oferecia a possibilidade de refinanciamento da dívida com prazos muito maiores, de até 96 meses. O usuário se impressionava com a redução expressiva do valor das parcelas mensais e acabava aceitando a renegociação. Essa é uma das grandes armadilhas dos cartões consignados, disse Falcão. Os bancos oferecem alívio na parcela, alongam o prazo, mas aumentam substancialmente o total a ser pago. Com isso, ainda mantêm o tomador do empréstimo preso à instituição.

Em 2020, diante das reclamações crescentes, Falcão decidiu entrar com uma ação civil pública contra o Banco Master e o Credcesta para anular os contratos. “Eu até me arrependi. Devia ter feito ações individuais, para dar mais trabalho para eles”, disse. Fez uma pausa, como se refletisse, e continuou. “Mas será que adiantava? Eles tinham todo mundo na mão. Até ministro do Supremo Tribunal Federal”, lamentou.

Inicialmente, na sua ação, o advogado não discutia os juros altos. Questionava apenas a exclusividade do Credcesta para operar com os servidores do estado. Afora isso, havia a falta de transparência. “Eles ofertavam empréstimo, mas lançavam como dívida

de cartão. A pessoa achava que estava tomando um empréstimo consignado e, na verdade, estava rolando uma dívida abusiva de cartão”, explicou.

Conforme o caixa do Master piorava, coisas mais graves aconteciam. De acordo com Falcão, outra leva de reclamações chegou ao seu escritório no começo do ano passado. Eram portadores do Credcesta que passaram a denunciar diversas compras no cartão que não haviam sido feitas. “Cobrei do banco que me enviasse os comprovantes das despesas feitas pelos usuários do cartão e eles nunca enviaram. Os gastos eram falsos. Na verdade, era uma retirada pura e simples do dinheiro das contas dos servidores. Nem sequer havia contratos assinados”, disse. “O banco fala em ‘aceite digital’, mas não apresenta log de sistema auditável, biometria facial válida ou contrato com assinatura eletrônica.”

Falcão estima que o Banco Master tinha cerca de 200 mil cartões ativos do Credcesta na Bahia. Os milhares de reclamações eram quase idênticos, como Falcão destacou em uma de suas ações: “O *modus operandi* é sempre o mesmo: impor um produto complexo e não solicitado (venda casada ou fraude), descontar valores pequenos (em torno de 59,50 reais) na esperança de

que passem despercebidos, e apresentar defesas genéricas quando processado.” Em outros casos, o cartão enviado ao consumidor nem havia sido usado. No fim do mês, no entanto, ele recebia o desconto automático na conta.

Em 2020, quando entrou com a ação civil pública, Falcão até teve a esperança de que o problema fosse resolvido rapidamente. A juíza Carla Carneiro Teixeira Ceará, da 15ª Vara de Relações de Consumo, julgou a queixa procedente. Ela entendeu que havia sérios abusos por parte do Master e do cartão Credcesta e determinou que todos os contratos fossem anulados. “A juíza foi rápida e muito efetiva”, disse Falcão. Na sentença, ela determinou que os contratos fossem repactuados, que o crédito rotativo fosse suspenso e que se aplicasse a taxa do empréstimo consignado normal, de 2,08% ao mês. “Ficamos animados com a decisão. Enfim, aquele descabro poderia ser parado”, disse.

Não foi o que ocorreu. Assim que a juíza deu a decisão, o Master entrou com recurso, pedindo uma perícia em todos os contratos. Foi quando Falcão se deu conta do poder do banco na Bahia, graças à influência de Augusto Lima entre as autoridades do estado e o Poder Judiciário baiano.

MINISTÉRIO DA CULTURA E MUSEU DO AMANHÃ APRESENTAM

museu do **amanhã**

SÍNTESE ARTE E TECNOLOGIA NA COLEÇÃO ITAÚ

NOVA EXPOSIÇÃO 2 JUL A 29 SET

museudoamanha.org.br

SÍNTESE: ARTE E TECNOLOGIA NA COLEÇÃO ITAÚ



PARCEIROS DO MUSEU DO AMANHÃ

PATROCINADOR
ESTRATÉGICO



MANTENEDORES



PATROCÍNIO



PARCERIA ESTRATÉGICA



GESTÃO



CONCEPÇÃO



REALIZAÇÃO





Para começar, o diretor jurídico do Master era André Kruschewsky, um advogado baiano cujo escritório prestava serviços para Augusto Lima na época da privatização da Ebal. Depois da compra da empresa, a NGV contratou dois gerentes jurídicos egressos da Ebal: o advogado Gustavo Castro Lima e Luiá Kruschewsky Monteiro, prima e sócia do diretor do Master. A proximidade do escritório de Kruschewsky com a Ebal se dava também através de outra sócia: Nyanne Viníe Novais Britto, aquela diretora da NGV que não tinha função nenhuma na empresa. Coincidência ou não, André Kruschewsky e sua prima Luiá Monteiro foram contratados, pouco depois, para trabalhar no Master, na Faria Lima.

Fechando o círculo das relações dos Kruschewsky com Augusto Lima e Daniel Vorcaro, outro integrante da família, Eugênio Kruschewsky é sócio do escritório Gabino Kruschewsky – Advogados Associados. Ele acumula a função de advogado com a de procurador do estado da Bahia. Como advogado, foi o responsável por defender o Master na ação coletiva movida por Falcão contra o banco. Eugênio Kruschewsky convocou duas sócias para ajudar na defesa: Ana Patrícia Dantas Leão e Lia Frank, esta última irmã do desembargador Roberto Frank, que foi indicado para o Tribunal de Justiça da Bahia por Jaques Wagner, então governador do estado.

Em 2013, quando Roberto Frank foi indicado, a OAB entrou com uma contestação. Alegou que a indicação violava o princípio da reputação ilibada

porque Frank respondia a um inquérito policial. A briga foi parar no STF. Coube ao então ministro Ricardo Lewandowski autorizar a posse do desembargador. (Quando se aposentou do STF em 2023, Lewandowski assumiu uma cadeira no conselho do Master, também por indicação de Wagner, com rendimentos mensais que ultrapassavam 100 mil reais. Além disso, o escritório de advocacia de Lewandowski prestava serviços para o Master. Na época, o ex-ministro disse que havia se desligado do escritório quando assumiu o Ministério da Justiça. O escritório, contudo, fora deixado aos cuidados da mulher e do filho e continuou prestando serviço para o banco.)

Eugênio Kruschewsky, o procurador e advogado, também foi fartamente beneficiado pelo Master. Uma recente investigação da Polícia Federal e do Ministério Público de Brasília levantou que o seu escritório ganhou 54 milhões de reais do banco, entre 2022 e 2025. É o quarto escritório que mais recebeu recursos da instituição de Vorcaro e Augusto Lima. O mais polpudo de todos, como se sabe, era o escritório de Viviane Barci, a mulher do ministro Alexandre de Moraes, com contrato de 129 milhões de reais, do qual recebeu 80 milhões no curso de dois anos.

Quando a ação de revisão dos contratos do Credcesta determinada pela juíza Carla Teixeira Ceará chegou ao Tribunal de Justiça da Bahia, dois desembargadores se declararam impedidos para julgar a causa. “Foi tudo muito inusitado”, disse Falcão. “A pri-

meira desembargadora se declarou suspeita. Até aí, tudo bem. O segundo, também. Mas, quando o terceiro desembargador também se declarou suspeito, eu entendi que algo muito estranho estava acontecendo.” Perguntei o que ele achava que se dera. “Bom, imagino que eles não queriam entregar a pressão que estavam sofrendo e, estrategicamente, declinaram do caso. Mas é pura especulação.” Os dois desembargadores que julgaram o caso anularam a decisão da juíza, alegando “cerceamento de defesa do Master”.

O caso acabou voltando à estaca zero e foi encaminhado para a Vara do Consumidor. Só que, a pedido do governo da Bahia, hoje sob o comando de Jerônimo Rodrigues (PT), foi transferido para a Vara de Fazenda. “Agora é que não anda mesmo”, disse Falcão. “Estranho é o estado não querer que a questão seja julgada logo, porque traria um alívio enorme para os servidores e aposentados baianos.”

Os Kruschewsky, no entanto, acabariam por se encenar em outro episódio. A Polícia Federal descobriu que André Kruschewsky, já no cargo de diretor jurídico do Master, foi o responsável pela redação da emenda apresentada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI) em 2024, propondo o aumento da cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de 250 mil reais para 1 milhão em depósitos de investidores nas instituições liquidadas pelo Banco Central. A proposta, afinal rejeitada, atendia tão claramente aos interesses do banco que foi apelidada de “Emenda Master”.

A proximidade de Vorcaro e Augusto Lima com os três poderes, tanto na Bahia quanto em Brasília, fez com que Falcão descreditasse da possibilidade de os servidores e aposentados baianos ganharem a causa contra o Master. Cinco anos já se passaram desde que ele entrou com a ação pública contra o banco. “Eu sou só um advogado lutando contra a elite do poder”, disse. E me contou que, no calor do embate no Tribunal de Justiça, a advogada Ana Patrícia Dantas Leão chegou a procurá-lo em seu escritório com uma oferta de emprego no Master. “Óbvio que eu não aceitei a oferta. Mas isso mostra a agressividade com que eles operavam.” Procurada, a advogada Dantas Leão disse, em nota, que “as acusações [...] são falsas, levianas e irresponsáveis. Nunca houve oferta de emprego ou de qualquer outra vantagem de natureza pessoal para ele ou para terceiros”. Hoje Dantas Leão postula uma vaga de desembargadora e é apoiada pelo desembargador José Aras, primo do ex-procurador-geral da República, Augusto Aras.

O senador baiano Octávio Mangabeira (1886-1960) é apontado como autor de uma expressão que se tornou antológica. “Pense num absurdo qualquer. Pois na Bahia tem precedente”, dizia ele, em tom de galhofa. A frase define o nascimento do Credcesta na Bahia e sua posterior expansão pelo Brasil. Em 2021, enquanto o advogado Jorge Falcão travava sua batalha judicial, o cartão de Augusto Lima e Daniel Vorcaro começou a conquistar o país. Primeiro, os dois se aproximaram da oposição ao PT na Bahia, representada pelo ex-prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, o ACM Neto. Progressivamente, o Credcesta chegou a 24 estados da federação e 176 municípios. Em 2018, o Master não tinha um centavo em consignado. Em 2024, eram 2,7 bilhões de reais.

Por meio do Credcesta, Lima e Vorcaro foram estreitando laços com quase todos os partidos. Notadamente, os da direita e do Centrão – do PL ao Republicanos; do União Brasil ao Progressistas; do Partido Novo ao PSDB e MDB. Foram políticos desses partidos que garantiram ao Credcesta livre trânsito para atuar nos estados e municípios que controlavam politicamente, provocando um nível dramático de endividamento de servidores públicos.

A começar pelos estados do Sudeste, a região mais rica do Brasil. A porta de entrada não poderia ter sido outra que não o estado do Rio de Janeiro, que abriga 424 mil servidores, pensionistas e aposentados, e tem um alarmante histórico de governadores afastados (e presos) por corrupção. Fincar sua bandeira no estado do Rio foi, sem dúvida, um negócio gigante para o pequeno Master e seu Credcesta.

Em 2021, houve uma negociação com o então governador Cláudio Castro (PL), por meio de uma articulação comandada por Antônio Rueda, futuro presidente do União Brasil, partido ao qual ACM Neto se filiara mais tarde. Consultado sobre o assunto, Rueda negou ter feito qualquer negociação. “Jamais participei de negociação, estruturação ou tomada de decisão de investimentos do Banco Master ou em qualquer instituição financeira”, disse. O fato é que, no Rio de Janeiro, o Master conseguiu a garantia de exclusividade para operar o seu cartão entre o funcionalismo público e aposentados do estado, que passaram a sofrer as mesmas agruras de seus colegas baianos.

No fim de 2024, os servidores e pensionistas do estado do Rio receberiam um golpe ainda maior. Houve um rombo bilionário no Rioprevidência, o fundo de pensão dos servidores do estado. Ao longo de dois anos, com a autorização de Cláudio Castro, o Rioprevidência aplicou 3,7 bilhões de reais no

Master, resgatou cerca de 600 mil – e os mais de 3 bilhões restantes viraram pó depois da liquidação do banco.

Para atingir a consagração, faltava a Vorcaro e Lima conquistar a maior vitrine e o maior PIB do país: o estado de São Paulo. Com um quadro de quase 1 milhão de servidores, pensionistas e aposentados, com salários mais altos que os dos demais entes da federação, São Paulo era a mais cobiçada joia da coroa. Havia um problema. O então governador João Doria (PSDB) estava reticente. Primeiro por causa da exclusividade que o Master pedia. Onde já havia a exclusividade, havia também críticas severas de favorecimento ao Master. Para piorar, já pipocavam, em vários estados, denúncias de que o cartão estava lesando os usuários. No Amapá, o estado do senador Davi Alcolumbre, do União Brasil, o Master vinha fazendo a festa, também sugando investimentos do fundo de pensão dos servidores. Situação semelhante ocorria no Pará de Helder Barbalho, no Distrito Federal de Ibaneis Rocha, ambos governadores pelo MDB. A Justiça desses estados já começava a receber as notificações dos lesados.

Mas as reticências de João Doria derreteram. No seu último ato antes de deixar o governo para tentar uma candidatura à Presidência da República, Doria aprovou o Credcesta. No dia 31 de março de 2022, o decreto foi assinado, mas com uma diferença relevante: não havia garantia de exclusividade. Assim, cartões consignados passaram a ser emitidos por várias instituições financeiras, na esteira da experiência do Master. O funcionalismo paulista tinha à disposição cartões do Bmg, do Daycoval, do Banco PAN, da Caixa, do Agibank.

A concorrência não diminuiu o problema dos abusos dos cartões. Em São Paulo, milhares de servidores também passaram a recorrer à Justiça contra o Credcesta e os cartões de outros bancos, por causa dos juros abusivos e descontos indevidos. Doria, no entanto, acabou recompensado por ter dado a autorização na hora de sua saída do governo. Ao menos pelo Master. O banco de Vorcaro financiou duas mesas de jantar da empresa de Doria, o Lide – Grupo de Líderes Empresariais, em Nova York, em novembro de 2022. Numa delas, sentou-se Vorcaro. Em outra, dois ministros do STF: Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Era uma indicação de que o banqueiro já havia ultrapassado, em muito, as fronteiras dos estados e municípios. O banco já expandira seus domínios para Brasília.

As relações próximas acabaram, literalmente, em casamento. No começo de 2022, Augusto Lima conheceu Flávia Carolina Péres, então ministra da

Secretaria de Governo de Jair Bolsonaro. Os dois passaram a se ver com frequência. Em novembro daquele ano, Flávia Péres anunciou sua separação do ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Ela e Augusto Lima casaram-se em janeiro de 2024.

Flávia Péres era muito entrosada na política de Brasília. Além de próxima do então ministro da Casa Civil de Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira, ela desfrutava da confiança do então governador do DF, Ibaneis Rocha. Todos prestaram grande ajuda para o esquema do Master, principalmente na tentativa de venda da instituição para o Banco de Brasília (BRB), um negócio cujas irregularidades eram tantas que acabou sendo barrado pelo Banco Central. (As associações de Augusto Lima, a Asteba e a Asseba, também se envolveram na fraude de vendas para o BRB das carteiras de crédito que não existiam, no valor de 12,7 bilhões de reais. Entre os comparsas na transação das carteiras falsas, está Henrique Peretto, dono da empresa Cartos, aquele mesmo que se associou a Augusto Lima na NGV para participar do leilão da Ebal.)

Em setembro de 2022, Lima e Vorcaro avançaram mais uma casa. Entraram com o Credcesta em Minas Gerais, no governo de Romeu Zema, do Partido Novo. A primeira loja do cartão foi aberta no Centro de Belo Horizonte. Valendo-se das mesmas táticas usadas nos outros estados parceiros, Zema liberou Minas para vender o produto predatório aos seus servidores, mas não concedeu a exclusividade.

Com o avanço do Credcesta pelo Brasil, agora em sociedade com o Master de Daniel Vorcaro, o senador Jaques Wagner sentiu-se confortável para dizer que a Bahia, na verdade, não foi o precedente de tudo. O senador lembra que, na fase baiana do cartão, não havia o envolvimento do Master – o que é verdade. “Não tem fundo nenhum de pensão da Bahia que botou dinheiro no Master”, disse. E acrescentou: “O Credcesta, depois que saiu da Bahia, virou outro. Como ele prosperou na rua não é da minha conta.”

Para ele, há uma disputa política, já que o Credcesta se expandiu para outros 23 estados e 176 municípios, a maioria deles sob comando de partidos de direita. “O Centrão governa 14 desses 23 estados onde o cartão entrou, e o Flávio Bolsonaro fica dizendo que tudo começou na Bahia? Não, nada começou na Bahia. Na Bahia, não tem trambique.” E como o Credcesta se expandiu? “Deve ter rolado uma graniha, claro”, diz o senador. “O ACM Neto, até não gosto de falar porque fica parecendo jogo eleitoral, está recebendo até agora 5 milhões e pouco de uma consultoria para o Master com um



CNPJ de consultoria em educação. Ora, ele não é professor, não é educador.”

Nossa conversa, que já batia nos 45 minutos, estava no fim. Ao encerrar, o senador disse que não tinha qualquer relação com o projeto que autorizou o cartão de crédito consignado a operar com o INSS. E completou: “Eu não tenho nada a ver com isso. Estou muito à vontade. A Federal não tem nenhuma conversa comigo, nem com o Rui [Costa].”

Dois dias depois, seu mundo estremeceu.

Na manhã de 18 de junho, a Polícia Federal cumpriu dezoito mandatos no país, incluindo Salvador e Brasília, cidades onde bateu na porta de Jaques Wagner. Em Salvador, os agentes foram ao apartamento do senador, no 13º andar de um dos condomínios mais sofisticados (e caros) do Corredor da Vitória, onde um imóvel pode custar 9 milhões de reais. Wagner tem dois. O outro fica no 14º e estava em reforma. A entrada do prédio é um antigo casarão em estilo neoclássico, com imensas colunas brancas. A área de lazer, com uma vista espetacular para a Baía de Todos-os-Santos, é alcançada por meio de um teleférico que desembarca numa piscina de borda infinita e numa praia privativa, onde um pter abriga os barcos dos moradores.

No apartamento em Salvador e na casa do senador em Brasília, os policiais encontraram 66 mil dólares, 40 mil euros e 16,5 mil reais – tudo em espécie. No imóvel da capital baiana, também acharam uma coleção de

relógios, joias e outros objetos valiosos. Na garagem, Wagner guarda seus três automóveis da marca BYD, que, segundo o mundo empresarial baiano, foram presentes da fabricante chinesa, que se instalou no estado em troca de uma montanha de benefícios fiscais.

Os investigadores da PF também encontraram uma troca de e-mail entre Jaques Wagner e Augusto Lima sobre um apartamento no edifício Poème Horto, no Horto Florestal. No e-mail, o senador manda dados do imóvel – “a unidade é 1702 e o preço é 2,45 milhões”, diz ele. Em seguida, Augusto Lima pede um favor para um personagem que já havia aparecido na história: Valério Marega Junior, aquele que acompanhou Lima na sua primeira visita a Daniel Vorcaro, em São Paulo, e depois acabou sendo investigado por gerir fundos falsos do Master. O favor: que Marega operasse a compra do imóvel citado pelo senador.

Em entrevista à Bandnews da Bahia, Jaques Wagner disse que o apartamento no Poème Horto seria dado à sua filha e que ele próprio pagaria os 2,5 milhões. Disse que pediu para Augusto Lima fazer o negócio apenas porque não tinha o dinheiro disponível e precisava vender um imóvel antes. Depois disso, então, ressarciria Augusto Lima do valor pago. A polícia não parece convencida da história e suspeita que a intermediação de Marega foi apenas uma forma de evitar que o nome do senador aparecesse no negócio.

Augusto Lima, conforme a apuração da PF, acumulou Jaques Wagner de afagos. Ofereceu carona ao senador e familiares no seu jatinho e pagou in-



gressos caríssimos para pelo menos um show. O senador pediu cinco ingressos para o camarote em uma apresentação de Taylor Swift, em São Paulo. Os bilhetes custavam, somados, 63,3 mil reais e foram pagos por João Carlos Mansur, o ex-dono da Reag que foi alvo de uma batida da PF em meados do ano passado.

Os privilégios e agrados, todos eles, foram concedidos por Augusto Lima depois que Jaques Wagner se elegeu senador, em 2018. Isso significa que Wagner continuou mantendo relações próximas com Augusto Lima bem depois de o empresário ter comprado a Ebal e o cartão. Em troca, Wagner apoiou medidas que favoreciam o Master, inclusive a “Emenda Master”, apresentada pelo senador Ciro Nogueira, o “amigo de vida” de Daniel Vorcaro.

Tem mais. A recente operação da Polícia Federal também descobriu outras relações. Em uma mensagem, o enteado de Jaques Wagner, Eduardo Mendonça Sodré Martins, conhecido como Eduardo Sodré e casado com Bonnie Bonilha, aparece cobrando pagamentos de Augusto Lima à sua empresa, a BN Financeira. “Amanhã vencem os boletos e são caros”, diz Sodré. Em documentos obtidos pela polícia, consta que a PKL One, dirigida por Andréa Lima Novaes, prima de Augusto Lima, desembolsou 3,5 milhões de reais em favor da BN Financeira. A operação foi realizada por outra figura que apareceu no início da história, o advogado Daniel Lopes Monteiro, que montou a NGV, a empresa que arrematou a Ebal.

Eduardo Sodré é filho de Guilherme Sodré com Fátima Mendonça, atual mulher de Jaques Wagner. O ex e o atual marido de Fátima se dão bastante bem. Tanto que coube a Guilherme Sodré, um ex-operador do banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity, apresentar Augusto Lima a Jaques Wagner. A apresentação rendeu frutos, pois acabou viabilizando a venda da Ebal para Augusto Lima. Em razão dessas relações, todos eles – Eduardo Sodré, sua mulher Bonnie Bonilha, seu pai Guilherme Sodré, a BN Financeira, Valério Marega e André Lima Novaes – foram alvos da operação da Polícia Federal, além, é claro, de Jaques Wagner e Augusto Lima.

Depois da revelação de suas relações com Augusto Lima, voltei a pedir nova entrevista com Jaques Wagner. Ele não retornou. Sua assessoria fez duas notas para a imprensa. Na primeira, dizia que o senador “não é réu, não foi denunciado e não foi acusado em nenhum processo relacionado aos fatos investigados”. Acrescentou que “o apartamento mencionado [refere-se ao imóvel de 2,5 milhões de reais no Poème Horto] jamais integrou o patrimônio do parlamentar” e que o senador “nega atuação em favor do Banco Master ou qualquer outra instituição financeira”. Sobre o dinheiro vivo, diz que “o montante é fruto de diárias legais, declaradas e não usadas em missões internacionais oficiais”. Na outra nota, informa que o senador entrou com recurso no STF para anular a decisão de André Mendonça que autorizou a busca e apreensão.

Com a entrada do senador do PT em cena, a crise do Master bateu na porta do governo Lula, que, até então, vinha surfando no escândalo que pegou Flávio Bolsonaro em cheio. No portal Uol, o assessor de comunicação no primeiro governo de Lula, o jornalista Ricardo Kotscho, rememorou que, naquela época, as coisas eram menos lentas. “No primeiro governo, quando surgia uma crise, Lula reunia um gabinete de crise com ministros pesos-pesados e tiravam decisões rápidas.” No dia 24 de junho, quarta-feira, depois de uma conversa com Lula no Palácio da Alvorada, Jaques Wagner finalmente deixou a liderança do governo no Senado.

No último ano do governo de Jair Bolsonaro, numa evidência de que o escândalo bancário agregava interesses multipartidários, o Master atingiu seu ápice. Em 2022, o governo ampliou as margens de comprometimento do salário do tomador do dinheiro – uma bênção para o banco de Daniel Vorcaro. No caso de empréstimo consignado, a margem subiu de 30% para 35%. No caso de cartão de crédito consignado, ficou em 10%. O benefício, além de contemplar aposentados e pensionistas do INSS, passou a ser extensivo aos usuários do Bolsa Família, que, na época, havia sido renomeado como Auxílio Brasil.

A medida provisória incluía outro dado valiosíssimo para o Master e seu Credcesta. Estabelecia que, na nova margem de 10%, metade podia ser destinada a operações com cartão de crédito consignado e outra metade para o cartão de benefício (o Credcesta funcionava como as duas coisas.), só que autorizava todas as instituições financeiras a operarem com o tal cartão consignado. Ou seja, a invenção baiana ficava mais apetitosa e ganhava alcance nacional, podendo agora ser oferecido aos mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros do INSS, além dos usuários do Bolsa Família. Melhor, impossível.

No dia 25 de março, o então presidente do INSS, José Carlos Oliveira, assinou uma instrução normativa colocando em prática o uso de cartão consignado e de benefício do Credcesta e de outros bancos pela nova massa de beneficiários do BPC e os aposentados e pensionistas do INSS. Uma reportagem da *Folha de S.Paulo* mostrou que, com essa autorização, os contratos do Master saltaram de 104,8 milhões de reais em 2022 para os 2,7 bilhões de reais em 2024.

A medida provisória foi relatada e defendida pelo senador Davi Alcolombe e aprovada no dia 7 de julho. A nova lei abriu um imenso campo de negócios para os bancos, ao mesmo tempo em que colocou os trabalhado-

res, aposentados e beneficiários dos programas sociais do governo em uma enrascada fenomenal. Hoje, pelas estimativas do Banco Central, o total de crédito consignado chega a 800 bilhões de reais. E os beneficiários do INSS respondem pela maior fatia dos empréstimos.

O resultado foi um brutal aumento do endividamento das famílias brasileiras. Um relatório do Banco Central aponta que, em 2020, as famílias comprometiam até 20% dos seus rendimentos com dívidas. O percentual saltou para 29,3% neste ano. Um indicador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) intitulado Índice de Desconforto de Crédito, elaborado pelos economistas Lauro Gonzalez, Rafael Schiozer e Matheus Carrijo, corrobora estes dados. “O que vemos é que, para cada 100 reais de renda familiar, quase 30 reais estão comprometidos com pagamento de juros e principal da dívida”, me disse Gonzalez.

Ele explica que o aumento do comprometimento da renda das famílias para pagar juros tem provocado um impacto negativo sobre o bem-estar da população. “Quando juntamos comprometimento de renda, inadimplência e qualidade de crédito, cria-se um índice chamado ‘desconforto de crédito’. E, hoje, nós chegamos ao máximo do desconforto.”

A realidade é dramática. Segundo Gonzalez, 82 milhões de pessoas estão negativadas no Brasil. “Isso significa, literalmente, metade da população adulta brasileira.” O resultado se reflete na percepção que a sociedade tem do governo. “O endividamento está tão alto que isto afasta a sensação de bem-estar das pessoas. A taxa de desemprego é a menor em anos. O poder de compra aumentou. Mas nada disso muda a percepção dos endividados de que a vida deles piorou.”

Outro dado intrigante é que o superendividamento atual atinge muito mais as pessoas físicas do que as empresas. De acordo com o estudo da FGV, o crédito não aumenta nas modalidades mais desejáveis, que seriam o microcrédito e o financiamento habitacional. Aumenta, justamente, no consumo. No caso do governo Bolsonaro, que criou o empréstimo consignado para os beneficiários do Bolsa Família, o resultado foi catastrófico.

Embora a operação tenha sido suspensa pelo governo Lula, até o ano passado havia gente pagando empréstimo contraído em 2022. “Foi um programa desastroso para os beneficiários. Eles perderam renda substancialmente. E os bancos se aproveitaram para lucrar, por terem a garantia de desconto automático nas contas de pessoas que não tinham a menor condição de se endividar”, disse Gonzalez.

Mas o erro não ocorreu apenas no governo Bolsonaro. O programa Crédito do Trabalhador, criado no ano passado, também contribuiu para o endividamento. O programa nada mais é do que um consignado para empregados do setor privado regidos pela CLT, inclusive trabalhadores domésticos, rurais e aqueles vinculados ao MEI (Microempreendedor individual) e aplicativos.

A forma de contrair o empréstimo é facilitada, o que estimula o endividamento. O trabalhador faz o pedido pelo aplicativo da carteira de trabalho digital, informa quanto deseja pegar, autoriza o acesso aos dados do e-Social e os bancos enviam as propostas. “O problema é que nós temos um ambiente de oferta de crédito predatório, com pouca transparência, e o consignado, principalmente o cartão de crédito consignado e de benefício, é relevante neste universo”, disse Gonzalez.

O efeito do superendividamento pode ser terrível para a economia como um todo. Na crise de 2008, provocada pelos Estados Unidos, os bancos passaram a oferecer crédito imobiliário sem o menor controle, o que resultou em um calote generalizado, abalando não só a economia americana, mas mundial. “Nós estamos criando, aqui no Brasil, uma máquina de oferta de crédito que pode ter consequências desastrosas para o país”, disse Gonzalez.

A economista paulistana Neide Ayoub, que há anos estuda a vida dos consumidores, é crítica do consignado, seja do empréstimo ou do cartão. “São os bancos que mais ganham com essas operações, mesmo porque, eles refinanciam as dívidas a perder de vista, mantendo as pessoas endividadas por anos”, diz ela. Ayoub critica ainda que, além dos prazos longuíssimos, na maioria das vezes o tomador do empréstimo consignado não tem noção do quanto aquilo vai comprometer o seu orçamento.

O consumidor, disse ela, acaba entrando numa dinâmica de endividamento crônico. “Ele não consegue pagar suas dívidas no cheque especial e no cartão de crédito e é orientado a fazer um consignado para pagar estas dívidas. Então ele se endivida mais e faz mais empréstimos para pagar as dívidas anteriores. Ele fica amarrado para sempre nessa armadilha.”

Não são apenas os governos os responsáveis por colocar os brasileiros nesta cilada. O sistema financeiro tem se aproveitado das dívidas consignadas. Um estudo comandado pela professora Maria Paula Bertran, da USP de Ribeirão Preto, é revelador dos estragos que muitas instituições fazem na vida dos tomadores dos consignados, mas, principalmente, nas

dos detentores dos cartões consignados e de benefícios.

Numa conversa em sua casa, em São Paulo, ela espalhou sobre a mesa milhares de páginas de estudos, documentos e processos sobre o que está ocorrendo no mercado de crédito consignado e de benefício. O cenário é assustador. A começar pelo número de reclamações de consumidores prejudicados pelas instituições financeiras. Bertran me mostrou um estudo feito pelo seu grupo de trabalho – composto por Lucas Lopes de Freitas da Silva e Pedro Augusto Gregorini – e que foi publicado na *Revista de Direito do Consumidor* em 2025. Ali, o índice de litigância, desenvolvido pela USP, mostra um ranking dos bancos que mais respondem, em termos proporcionais, a reclamações dos usuários do consignado e dos cartões. Entre os dez primeiros, pela ordem, estão Daycoval, Agibank, Bmg, Safra, Sicredi, Bradesco, Banrisul, Mercantil, BV e, fechando a fila, o Banco Master.

O Agibank, me disse Bertran, chegou ao cúmulo de instalar um plugue no aplicativo do banco e, quando o correntista ligava para o INSS, a ligação era desviada para ser atendida por um funcionário do Agibank. Ao ser consultado, o banco mandou uma nota em que diz o seguinte: “Em relação ao episódio citado, o Agibank esclarece que o caso foi devidamente apurado e encerrado, com as operações do banco sendo retomadas ainda em novembro de 2025.”

Bertran não esconde o que a deixa indignada no caso dos consignados. “É a exploração da vulnerabilidade de gente pobre e um ataque aos mecanismos de transferência de renda”, diz. “Tudo isso é capturado pelo pior do sistema financeiro, com a conivência do Banco Central, sob os auspícios do INSS, e sob o peso do silêncio da população que não tem organização para se defender.”

Ela enumera a lista de desequilíbrios. “Do lado dos fundos de investimento, nós temos a CVM”, diz, referindo-se à Comissão de Valores Mobiliários, responsável por fiscalizar e disciplinar o mercado de capitais. “Do lado dos bancos, temos a Febraban [entidade que representa o setor bancário]. Do lado dos rentistas, temos o Fundo Garantidor de Créditos. Mas quem está do lado da população?” Esta foi a mesma pergunta que me fez o advogado Jorge Falcão, quando estive com ele em Salvador. “Veja, parte do Executivo, do Congresso e do Judiciário, que deveriam defender esta população de vulneráveis, estava fechada com o Master. O que podemos fazer?”

No caso do Master, o levantamento da USP aponta quais são as queixas do consumidor. Elas vão de cobrança de



BENETT_2026

serviço não contratado, serviço não reconhecido, cartão não solicitado, dificuldade de obter informações acerca do pagamento, dificuldade de cancelar o serviço, cobranças de valores não informados, ligações indesejadas, entre várias outras malandragens.

Quando conversamos, Bertran estava preocupada com o novo programa Desenrola 2.0, que seria lançado pelo governo, em maio. Ela não se conformava com o fato de que o programa autorizava os consumidores a usar até mesmo parte do seu FGTS para pagar as dívidas. “Meu Deus, esta é a única garantia que eles têm de receber alguma poupança caso sejam demitidos”, disse. Mas, quando a proposta do governo foi anunciada, Bertran me mandou uma mensagem por WhatsApp. Estava aliviada. O governo acabou com aquela margem exclusiva de 10% – ou 5% para cartão consignado e 5% para cartão de benefício. Além disso, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou que a margem de consignação terá uma redução gradativa de 2 pontos percentuais até voltar para os 30% originais, quando foi criado o crédito consignado (no momento, está em 35%, conforme aprovado no governo Bolsonaro). E completou na mensagem: “Compartilho uma grande vitória. Conseguimos! O governo suspendeu novas contratações de consignado no cartão de crédito”, comemorou Bertran. E concluiu: “Por enquanto, o Brasil está livre dessas duas pragas financeiras.”

Livre, diga-se, para futuras contratações. No caso das atuais, os consu-

midores têm que continuar pagando pelos empréstimos que fizeram, com os juros preestabelecidos. Inclusive as vítimas do Credcesta. Quando o Banco Central liquidou o Master, permitiu que Augusto Lima criasse uma nova instituição, o Banco Pleno, antes chamado de Voiter, que também pertencia ao Master. Lima colocou na direção do Pleno seu amigo Ronaldo Vieira Bento, próximo a João Roma, o ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro que criou o consignado do Auxílio Brasil, o Bolsa Família da época. Roma é pré-candidato ao Senado pelo PL da Bahia. Seu adversário será Rui Costa, que concorrerá pelo PT baiano.

Depois da enxurrada de críticas por ter permitido o funcionamento do Banco Pleno quando Augusto Lima já era investigado pela fraude no BRB, o Banco Central acabou liquidando a instituição também. Mas o que aconteceu com o Credcesta? Segundo o BC, continua sendo tocado pela PKL One Participações, de Augusto Lima, com sede num paraíso fiscal no Caribe. Quem administra a cobrança dos créditos no Brasil é o BTG Pactual, de André Esteves, o banco que, junto com a XP Investimentos, mais distribuiu os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) do Master. O BTG também tem uma grande carteira de crédito do Credcesta, comprada do Master, ainda antes da sua liquidação. E continua fazendo as cobranças de seus devedores. Em 19 de junho passado, o Psol pediu ao Banco Central para parar com os descontos. Por enquanto, a cobrança continua. ✪

A LÓGICA DO *OF COURSE*

O fascismo na sua forma contemporânea

LILIA K. MORITZ SCHWARCZ

Comecei a dar aulas nos Estados Unidos em 2006. Primeiro na Universidade Brown, depois na Columbia e durante mais de quinze anos em Princeton. Portanto, a esta altura, entro naquele país e saio faz quase duas décadas. Sem esquecer que fui diversas vezes à “Terra do Tio Sam”¹ para simplesmente passear, dar uma palestra isolada, participar de um seminário ou de um evento acadêmico. Os Estados Unidos não são para mim uma “terra estrangeira”, ao

menos no sentido figurado da expressão. Confesso, porém, que, depois de tantos anos, vivi em abril passado meu primeiro ritual de iniciação.

É certo que não me faltam exemplos retirados da imprensa e casos ouvidos acerca da guinada fascista orquestrada pelo governo Trump, que tem empreendido uma verdadeira política de guerras – internacionais e nacionais. Dessa guinada faz parte a construção da ideia de “estrangeiro” e de “inimigo externo e interno”, e a partir daí a intimidação de imigrantes, jornalistas, professores, de toda e qualquer oposição. Afinal, um Estado como esse vive da coerção, da

humilhação e, como explica o ensaísta e professor de filosofia Vladimir Safatle no recém-lançado *A ameaça interna* (Ubu Editora), da produção da indiferença e da falta de sensibilidade.

Até então, e a despeito de ter tomado algumas pequenas invertidas, eu não havia ainda me deparado, de forma tão insofismável, com a maneira como o governo Trump atua e atravessa as pessoas – diariamente. Pois bem, depois de terminar mais uma temporada em Princeton, já no aeroporto e preparada para voltar ao Brasil, entrei na fila de embarque no Aeroporto Internacional John F. Kennedy. Estranhei quando

o movimento foi interrompido pela presença impositiva de seis pessoas, quatro delas policiais.

Ostensivamente trajados e armados, os policiais faziam parte do temido ICE (Immigration and Customs Enforcement), responsável por aplicar as leis de imigração, alfândega e comércio no país. Subordinados apenas ao poderoso Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês), os membros do ICE, na gestão Trump, têm autoridade para recolher, sequestrar e, se preciso, até matar. Investigam, detêm e deportam imigrantes indocumentados ou que, segundo

¹ O excesso de aspas e itálicos presentes neste artigo não é mera coincidência.



REPRODUÇÃO

Trump encarnando Jesus: a imagem feita por IA e publicada pelo presidente em sua rede social bebe de uma fonte antiga que atribui aos dirigentes um poder milagroso contra o mal



seus registros, violaram leis por trabalharem no país sem a devida documentação oficial. A prática do ICE é a da investida violenta, sem pejas ou subterfúgios. Tais atitudes não são exceção: fazem parte da própria lógica do espetáculo da intimidação.

Os policiais com os quais me deparei no aeroporto não fugiam à regra. Corpulentos, fortes, altivos, eles escoltavam até o embarque dois homens que vinham de cabeça baixa e em silêncio, como se cumprissem uma sentença – o que de fato cumpriam, ao menos enquanto se encontrassem em território americano.

Já na porta da aeronave, um rapaz jovem e sorridente dava as boas-vindas aos passageiros. Foi ele que estabeleceu o primeiro contato com os quatro mastodontes uniformizados, que, antes de entrarem no avião, entregaram dois envelopes, presumivelmente com os dados individuais dos homens escoltados. Aparentando naturalidade – nessa situação de exceção –, o chefe da polícia fez logo uma pergunta protocolar ao comissário de bordo, que, àquela altura, fingia não estar assustado: *Of course you know how to proceed?* (Naturalmente você sabe como proceder, não?)

“Obviamente”, o rapaz à porta não teve chance senão responder com outro *of course*, o que não o impediu de se desculpar e chamar às pressas (agora maldisfarçando o nervosismo) o seu superior, o comissário-chefe.

A fila de passageiros continuava parada, mas os policiais nem ao menos olhavam para trás ou julgavam dever qualquer tipo de explicação aos passageiros. Os dois rapazes escoltados eram

negros e evidentemente pobres. Mas ninguém na fila se manifestava a respeito da demora (nem eu). Afinal, os regimes autoritários são criados e se desenvolvem a partir da ideia de guerras justas, quase santas, como verdadeiros laboratórios de dessensibilização.

O comissário responsável chegou, visivelmente apressado. De forma solícita e aparentando domínio da situação, como se tudo fizesse “naturalmente” parte do seu expediente, ele pegou os envelopes, soltou mais um *of course* depois da mesma pergunta feita pelos agentes do ICE e os ajudou a conduzir os dois homens, que continuavam quietos e cabisbaixos, até os seus respectivos lugares.

Chamou minha atenção as repetidas vezes que diziam *of course*. É “claro” que todos sabíamos que diante de nossos olhos se realizava um ritual de humilhação. Mas ninguém comentava a respeito ou esboçava qualquer tipo de reação. O que estava em curso era a conhecida psicologia de massas executada com primor por governos autoritários, a mesma que impõe, na base do “lógico” e da “obviedade”, o que é da ordem da exceção, da violência de Estado e da anulação dos direitos individuais. E faz isso sempre em nome da proteção de um suposto “povo”, de uma entidade coletiva ou de uma nação. Para tanto, estabelece o confronto do “nós” contra “eles” (“os outros”), dos amigos contra os inimigos.

Aquela altura, a fila de passageiros ficara estranhamente em silêncio. Estávamos tomados pelo medo e pela retórica do “evidente”, querendo estar “dentro” e não ficar de “fora”.

A palavra “evidente” vem do latim: *evidens, evidentis*. É formada de duas partes – *e* (ou *ex*), que quer dizer “para fora”, “para fora de”, e *videns*, participio de *videre*, que significa “ver”. Assim, *evidens/evidente* significa literalmente “aquilo que se vê claramente”, “o que salta aos olhos”. Em português, ganhou uma formulação “clara”, designando aquilo que não deixa dúvida porque é perceptível de imediato.

Todavia, se o que estava na nossa frente na fila do avião era “evidente”, nada tinha de “óbvio”. Afinal, qual seria o destino daquelas duas pessoas? O que haviam feito? Qual era a lei que permitia conduzi-las daquela forma? Por que precisavam entrar caladas e sem os próprios documentos? Aquele era um ritual que se via, mas não se enxergava. Um rito em que negávamos entender o que acontecia bem ali, diante de nós, conferindo àquela situação excepcional um ar de normalidade. Como eu tivesse memorizado os números de assento das duas pessoas – que foram ditos em alto e bom som no momento da entrada no avião –, tentei, já dentro da aeronave, me aproximar delas. Mas fui logo reprimida. Era o protocolo, me disse o comissário de bordo. *Of course*.

Estavam ali reunidas uma série de características do fascismo histórico, mas agora praticado com as singularidades do nosso tempo: a naturalização da violência, uma certa domesticação psíquica do medo e (por vezes) da esperança, a política de neutralizar a solidariedade e a empatia, a certeza de que a sociedade não é para todos e pertence apenas a “nós”, que constituímos a essência da nação.

Parei para refletir como esses regimes se organizam por meio da ideia da inclusão, mas se pautam, de fato, na exclusão. Na inclusão de alguns (“os nossos”), na exclusão de muitos (“os outros”). Essa é também a lógica cada vez mais perversa dos aeroportos, que, com restrições crescentes, se valem da necessária segurança para impor uma forma ostensiva e agressiva de tratamento dos passageiros. Propiciam, rotineiramente, estruturas de entorpecimento: longas filas, pequenas humilhações realizadas por agentes alfandegários e pela polícia, que, em nome da segurança, abrem malas e muitas vezes vasculham a intimidade dos viajantes.

Assim, a cena que presenciei não era um ato isolado ou uma circunstância excepcional: praticada com frequência, era também um sintoma da anestesia social em que vivemos, da nossa capacidade de deletar a sensibilidade física ou emocional.

Não é de hoje que o fascismo vem sendo tratado de forma consistente pela historiografia, a filosofia, as ciências sociais e a psicologia. Em

comum, os estudiosos costumam associá-lo a um tipo de regime e de cultura política que alia práticas sociais muitas vezes violentas com rituais de massa que buscam a adesão emocional.

O historiador americano Robert Paxton, em *A anatomia do fascismo* (Paz & Terra, 2023), propõe uma das definições mais citadas acerca do tema. Para ele, o fascismo é uma prática política marcada pela obsessão com o declínio nacional, com a ideia de humilhação ou de vitimização. Para se contrapor a tais sentimentos, produz cultos de unidade, energia e pureza, que estimulam movimentos de massa, os quais abandonam a democracia para buscar uma suposta “regeneração social” da nação – não raro recorrendo à violência. Paxton insiste que o fascismo não é apenas uma ideologia, mas um processo histórico, que passa por etapas distintas, como mobilização, conquista do poder e radicalização.

Outro clássico sobre o tema foi escrito pelo historiador britânico Roger Griffin. Em *The nature of fascism*, publicado em 1991, ele oferece uma definição ainda mais conceitual e sintética. Para Griffin, o núcleo do fascismo é um “ultranacionalismo palingenético” – isto é, um corpo de funcionários do Estado que oferece a certeza de “um renascimento nacional” que virá sanear um período de decadência. Tal situação exige, por sua vez, uma espécie de revolução social e cultural, para criar um homem novo, uma nova era de glória, com frequência ancorada no saudosismo dos tempos de outrora, fartamente idealizados.

O termo *palingênese*, derivado do grego, significa, justamente, nascer de novo. E, quando utilizado em contextos políticos, remete à suposição de que a nação doente precisa passar por um processo de “purificação radical” para só então renascer. Assim, o fascismo promete reinventar a nação, muitas vezes a partir da criação de supostos inimigos internos e externos – e da eliminação sumária deles.

Vale lembrar ainda o belo ensaio de Umberto Eco, *Ur-fascism* (no Brasil, *O fascismo eterno*), de 1995, no qual o crítico e escritor não define o regime de forma acabada, mas identifica traços recorrentes, como o culto à tradição, a rejeição do pensamento crítico, o medo da diferença, o apelo a uma classe média frustrada, o nacionalismo exacerbado, o uso sistemático da linguagem para simplificar e manipular. Eco chama a atenção para as diferentes formas como esse regime pode reaparecer, diferentes dos modelos do passado. Como ele disse, “fascismo” se tornou um termo genérico, pois pode-se eliminar uma ou mais de suas características, e ele ainda guardará as mesmas estruturas.

Interessa também lembrar a teoria do historiador italiano Emilio Gentile, em *Fascismo: storia e interpretazione*, publicado em 2002, que enfatiza a face religiosa desse regime: um sistema que sacraliza o Estado, mobiliza as massas e busca moldar a sociedade e o indivíduo a partir de um discurso ao mesmo tempo sacro e leigo. Nada mais próximo disso do que a imagem veiculada, faz pouco tempo, por Donald Trump em que ele surge como uma espécie de Jesus Cristo, curando os doentes e sendo venerado pelos cidadãos, que olham para ele de baixo para cima com expressão de adoração.

Não é de hoje que políticos usam imagens assim para produzir adesão emocional. Procuram criar uma experiência visual que aproxima o povo de uma lógica religiosa aplicada à política. Aliás, não por coincidência, a palavra “imagem” tem a mesma raiz linguística que “magia”, uma vez que é isso que elas, as imagens, costumam fazer conosco. Produzem uma eficácia simbólica tal, que deixamos de realmente vê-las – já adivinhamos de antemão os seus significados.

A novidade, entretanto, é o uso da IA, que permite explodir qualquer princípio ético. A imagem publicada na conta de Trump na rede Truth Social mostra o presidente de olhos fechados, com manto carmim, pou-sando a palma da mão na testa de um homem doente, prestes a ser curado milagrosamente pelo gesto luminoso de seu líder absoluto, Trump.

O historiador francês Marc Bloch, da Escola dos Annales, em seu clássico *Os reis taumaturgos* (Companhia das Letras, 1993), analisa justamente essa espécie de providência divina delegada aos monarcas medievais, aos quais, sem qualquer comprovação, atribuíam-se a capacidade de curar as escrófulas de seus fiéis com um simples toque das mãos. Porém, como explica Bloch, nunca se pôde comprovar alguma cura entre a multidão que vinha em busca da salvação régia. Afinal, as pessoas ou não voltavam para atestar o “milagre”, quando curadas, ou pereciam, permanecendo no anonimato de suas tragédias. A despeito de tantas incertezas, a tradição perdurou, com o povo acreditando piamente no caráter milagroso da realeza.

A imagem produzida por Trump bebe, de certa maneira, dessa fonte antiquíssima, que imputa aos dirigentes um tipo de poder milagroso para combater o mal na Terra. Afinal, a postagem do presidente americano dizia o seguinte: “Eu nunca fui um homem muito religioso [...], mas não parece que, com todos esses monstros satânicos, demoníacos e que sacrificam crianças sendo expostos [...] Deus pode estar jogando sua carta Trump!”

Dessa vez, porém, parece que o remédio veio com doses exageradas. A reação mundial à postagem foi tão negativa que Trump resolveu logo depois apagá-la da sua rede social. No contexto imediato, a mensagem aludia às desavenças que Trump tem tido com o papa Leão XIV, o primeiro líder da Igreja Católica nascido nos Estados Unidos e um crítico declarado dos ataques ao Irã. Em um discurso feito em Argel, o papa chegou a denunciar as potências mundiais “neocoloniais”, que, na opinião dele, estavam violando o direito internacional.

Tem razão Leão XIV, e a imagem veiculada por Trump só confirma esse tipo de engenharia de inversão e de construção de um grande *of course* nacional. Afinal, o presidente não só se compara a Jesus, como inclui na imagem vários elementos para sublinhar a concepção de milagre. A águia, símbolo dos Estados Unidos, aparece no céu ao lado de aviões americanos. Além do homem no leito de morte, lá estão também, em torno de Trump, um soldado, uma mulher e um homem comuns, uma enfermeira, todos em posição de adoração. E nessa representação o povo americano é exclusivamente branco. Para confirmar a blasfêmia do presidente, a bandeira americana surge destacada, enquanto os militares, vistos como sombras fúlgidas no céu, aparecem ladeados pela Estátua da Liberdade. Tudo tão evidente e tão cafona.

Mas o objetivo de Trump é esse mesmo: popularizar e naturalizar a inversão. Não são os americanos que atacam outros países. São os Estados Unidos que estão sendo atacados. E só a união em torno de seu líder supremo é garantia de vitória, tanto bélica como espiritual.

O presidente americano também dialoga, por inversão, dissociação e deslocamento com o apelido The King, que lhe foi atribuído. A alcunha régia não tem uma origem formal ou histórica. Como muitas vezes ocorre na linguagem das redes sociais, determinados atributos aparecem de forma difusa e mudam de significado. O apelido surgiu como um tratamento crítico a Trump e foi adotado em 2025 por um movimento de oposição ao presidente, o *No Kings* (sem reis). Foi esse mesmo grupo que organizou, em várias cidades americanas, manifestações de rua para protestar contra ações autocráticas e abusos do poder pelo presidente que intenciona transformar a república americana em monarquia ou ditadura. Mas o próprio Trump tratou de se apropriar do conceito e transformá-lo em autoexaltação. E assim o termo *king* acabou tomando, ao menos entre seus apoiadores, uma conotação positiva, reforçando o culto a um presidente que faz o que quer e não se submete a qualquer regra.



O apelido se popularizou em 2018, quando Trump compartilhou no Twitter uma imagem inspirada na série *Game of thrones*, com a frase *Sanctions are coming* (As sanções estão chegando). Depois publicou outra, em que aparecia como se fosse um monarca, com a legenda *Long live the king* (viva o rei). O post gerou imensa adesão e repercussão (a favor e contra), consolidando o uso do apelido nas postagens do próprio Trump. Assim, a representação The King inseriu-se na “retórica política da ambivalência”, típica de chefes populistas que buscam dar novo significado a mensagens à primeira vista negativas. Nesse caso, The King acabou ampliando o culto à personalidade e à autoridade de Trump, expandindo sua popularidade.²

Esses são padrões de repetição, formas de retórica do poder, que em seu conjunto aludem a metáforas monárquicas, apresentando a autoridade pessoal do presidente como exemplo dos que estão acima das regras vigentes para o povo. E assim Trump passou a abusar das postagens com coroa, não raro acompanhadas de expressões como a mesma “Viva o rei”. Estamos tratando de figuras simbólicas que parecem clamar por dirigentes acima de tudo e de todos, produzindo, nas palavras do historiador francês Pierre Rosanvallon, em *O século do populismo* (Ateliê de Humanidades Editorial, 2021), uma “hiperpersonalização” do poder.

A ideia é construir a noção de excepcionalidade. É estabelecer o culto

à personalidade única de um político, levando com que seja considerado uma figura não só indispensável, mas também excepcional (no sentido de ser uma exceção), “salvadora” da nação.³ É uma fórmula antiga, já aplicada pelos fascismos do passado, que apostam na erosão do povo e das instituições democráticas para agregar valor aos *outsiders*: aqueles que escapam da política tradicional com o objetivo de investir na política em seus próprios termos.

Muitos pensadores têm usado expressões como “novos fascismos” para ajudar a definir o fenômeno dos autoritarismos contemporâneos. Mesmo cientes das diferenças contextuais, eles recusam a ideia de que tal regime tenha ficado parado no tempo, nos anos 1930-40.

Fascismo: um alerta (Crítica, 2018), de Madeleine Albright, ex-secretária de Estado dos Estados Unidos, insiste na ideia de que o fascismo não é só uma ideologia histórica, identificada em regimes do passado. Segundo ela, que conhece a estrutura por dentro, modelos autocráticos contemporâneos, sem serem idênticos, se espelham nos fascismos anteriores, buscando navegar em meio a crises econômicas e estados de desordem social, fazendo uso de instituições democráticas frágeis ou fragilizadas por eles.

Autores como Anne Applebaum, em *Autocracia S.A.: os ditadores que querem dominar o mundo* (Record, 2024), vêm

² A respeito disso ver o livro *Demagogue for president: the rhetorical genius of Donald Trump*, de Jennifer Mercieca (Texas A&M University Press, 2020).

³ Ver *Strongmen: Mussolini to the present*, de Ruth Ben-Ghiat (W. W. Norton & Company, 2020) e *Na contramão da liberdade*, de Timothy Snyder (Companhia das Letras, 2019).



demonstrando como os novos regimes autoritários não atuam isoladamente. Eles formam redes transnacionais de poder, baseadas em corrupção, uso ilícito e por vezes pessoais das finanças públicas, além de manipular extensamente a população. Applebaum argumenta que essas autocracias funcionam quase como “empresas” globais, cooperando em conjunto para enfraquecer democracias liberais.

No mesmo sentido, um dos livros mais citados nos últimos anos, *Como as democracias morrem* (Zahar, 2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, parte da tese de que os regimes autoritários contemporâneos raramente surgem de golpes à moda antiga, com tanques nas ruas, prisões em massa, mudanças de regime e ataque à institucionalidade. Eles emergem da erosão gradual das instituições democráticas e, com o tempo, em nome de supostos valores republicanos, passam a sequestrar sistematicamente conceitos caros à democracia, como diversidade, inclusão, liberdade de expressão, e assim por diante. A exemplo de alguns regimes fascistas do passado, autocratas partem então de bases legais, mas, uma vez instalados no poder, minam as regras democráticas, deslegitimando adversários, restringindo as liberdades civis e mostrando uma clara tolerância à violência.

A essa obra, acrescento o livro *Como funciona o fascismo* (L&PM, 2018), de Jason Stanley, que mostra como os fascismos do passado e os do presente introduzem conjuntos parecidos de estratégias discursivas, como o uso político da mentira, a criação de inimigos internos e externos, a explo-

ração do ressentimento, o ataque à educação e à imprensa. Para o autor, o pressuposto é que os novos fascismos podem existir, mas sem exatamente copiar os regimes clássicos, operando dentro de democracias.

Já Vladimir Safatle, em *A ameaça interna*, livro citado antes neste artigo, defende que os novos autoritarismos são versões de um fascismo global, que aparece não como expressão do mero ressentimento, da irracionalidade, de patologias individuais ou de impulsos descontrolados, mas como resposta popular a um horizonte de crises estruturais do capitalismo. Assim, os novos fascismos globais são reações diretas à dimensão profundamente autoritária dos modelos de gestão neoliberal, dada sua incapacidade de preservar macroestruturas de proteção social e promover a redistribuição de recursos, ampliando o cenário de desigualdades e concentração de renda. Eles funcionam, segundo Safatle, como uma espécie de “terapia de grupo” de um corpo social paranoico – de tamanho reduzido, mas bélico o suficiente para impor a brutalização social e a violência –, que é expressão, no limite, de um colapso psíquico do coletivo.

Volto ao episódio do ICE no aeroporto em Nova York. Afinal, como explicar eventos como aquele que presenciei? Como entender a reação apática das pessoas que acompanhavam o ritual fascista absolutamente caladas?

Quem sabe uma saída seria recorrer ao filósofo francês Étienne de La Boétie (1530-63), quando afirma que a força do tirano não vem apenas de

seus dois olhos, dois braços e duas pernas. Vem sobretudo dos milhares de olhos vigilantes de seus súditos, da força dos braços de seus seguidores, das pernas velozes de seu exército. A tese de *Discurso da servidão voluntária* (livro provavelmente escrito em 1548) é ao mesmo tempo simples e perturbadora: os tiranos só governam porque milhares de pessoas consentem em lhe obedecer. Ou seja, a dominação política não depende apenas da força, mas faz uso da adesão ativa ou passiva dos próprios dominados: da normalização do que é aberrante. Para La Boétie não seria necessário, pois, lutar contra o tirano: basta não o servir.

Ingênuo ou não, instigante com certeza, o ensaio desse amigo de Michel de Montaigne, que ajudou a divulgar a obra de La Boétie, mostra como não se trata de negar a violência do poder, mas de revelar como a dominação só se torna estável quando internalizada, quando passa a parecer tão natural como inevitável.

Assim, a cena que presenciei no aeroporto, a despeito de ter ocorrido em data, horário e local determinados, era também uma cena comum e cotidiana; mais parecia um sintoma de nossos tempos. A falta de reação diante da violência dos agentes do ICE indica a nossa crescente incapacidade de nos espantarmos com agressões como estas e de fazer gestos de solidariedade, em vez de simplesmente (e o que há de simples nisso?) obedecer.

É certo que dentro e fora da sociedade americana temos visto vários movimentos contrários à política de Trump. Logo depois da sua vitória eleitoral, em novembro de 2024, em San Jose, Berkeley, Chicago, Nova York, Filadélfia, Cleveland, manifestantes rejeitaram não só a eleição, como teceram críticas à agenda migratória e à guerra em Gaza. No contexto da posse, entre 18 e 20 de janeiro de 2025, ocorreu a *People's March* (a marcha do povo), quando ativistas clamaram por direitos civis e se opuseram ao novo presidente em diversas cidades, inclusive Washington. Isso, sem esquecer os protestos de fevereiro de 2025, em todos os cinquenta estados da federação, bem como os ocorridos de janeiro a junho do mesmo ano contra as deportações em massa e o ICE, no Texas, Colorado, Illinois, Geórgia, Alabama e outros locais.

Ainda em relação ao ano passado, vale lembrar as 1,2 mil manifestações realizadas em 5 de abril pelo movimento *Hands Off!* (Tire as mãos), em todos os estados americanos, e o protesto do *No Kings*, em 14 de junho, com 2,1 mil atos contra a concentração excessiva de poder por Trump. Ou ainda o *Good Trouble Lives On* (A boa luta continua), de 17 de julho, que

ocorreu em 1,6 mil localidades, com a população marchando por direitos civis, democracia e mobilização eleitoral. E os atos deste ano, como o de março passado, que mais uma vez contou com milhões de manifestantes espalhados por todo o país.

Há, pois, uma continuidade organizativa que combina grandes mobilizações nacionais com protestos locais permanentes, cujas pautas centrais lembram os temas evocados neste texto: reação à política de imigração e deportação, luta pelos direitos civis, críticas à política de guerras e à militarização, rejeição ao autoritarismo e à concentração de poder. O número de manifestantes é significativo, mas ainda abaixo de picos históricos, como os dos vários protestos ocorridos em 2017 ou do movimento *Black Lives Matter* (Vidas negras importam), em 2020. É pouco, também, diante do estado de guerra criado pelo governo americano, dentro e fora do país.

Minha questão é de escala, e não se limita aos Estados Unidos. Temos assistido ao crescimento das autocracias em todo o mundo sem esboçar reações individuais e coletivas mais efetivas. Às vezes, um tirano cai, mas não são poucas as vezes em que aqueles que os substituem são meros fantoches, menos caricatos, porém mais ardilosos.

Não digo que tudo o que ocorre hoje é “mais do mesmo” ou que “já vi esse filme”, pois a história não é feita de determinismo, e o ontem não precisa se inscrever na agenda do amanhã. Também já busquei explicar que “a história não é bula de remédio”, tampouco “prescrição com data de validade”. Mesmo assim, acredito em “lembretes”, na ideia de que uma lição dada pode restar como conteúdo aprendido. Afinal, sou de uma geração que apostou nos movimentos civis e elegeu líderes com essa agenda, que fez da república não só um regime, mas um modo de vida pautado na solidariedade, e que vislumbrou as virtudes da democracia – a capacidade de ser inclusiva, de lidar com a diversidade e optar pela igualdade –, mas também as incompletudes. Pois é sempre preciso qualificar a democracia, o que não significa erodi-la por dentro.

Já a sensação comungada na fila de entrada do avião era de um socializado *of course*. E de alívio, do tipo “eu não sou eles”, “eu não sou mais um na fila do pão”. “Lógico”, “claro”, “óbvio”, “natural” são termos que delimitam uma mesma dinâmica: a construção da indiferença e do autoritarismo por contaminação.

Adormeci durante o voo pensando nessa mutação acelerada dos nossos afetos sociais e políticos, cada vez mais atingidos pela lógica da dessensibilização e anestesia social. Pousei no Brasil com enxaqueca. ☘

O TIGRINHO PODE MAIS QUE O CANARINHO

CACO GALHARDO_2026



1º DE JUNHO O Brasil entra na Copa com a confiança de um candidato da terceira via. Libelu, que entende muito mais de futebol do que eu, aposta que os melhores momentos da Seleção Brasileira acontecerão na pausa para a hidratação.

Como eu amo a Libelu. A gente se complementa. Sou um sujeito que usa calçadeiras de madeira para vestir os sapatos, adora almofadas de carimbos, coleciona papéis-carbono e faz gargarejos com Pepto-Bismol nas refeições. Ela ensaia passos de K-pop quando erra uma jogada de futevôlei. Em outras palavras: eu sou como uma base cremosa de sabor neutro. Libelu é uma porção de pedacinhos de chocolate. Juntos, formamos uma coisa só: o sorvete de flocos.

2 DE JUNHO Não é fácil ser eu. Sacadas geniais fervilham a todo instante no meu cérebro. Hoje, durante a reunião com Gustavo Piccoli, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, me ocorreu que o setor deveria se envolver numa campanha social. Tudo surgiu a partir de um slogan que me caiu como uma visão: "Há pessoas que guardam tudo para si. Outras, algo dão." Gustavo anotou tudo.

4 DE JUNHO Eu não conheço metade dos jogadores da Seleção Brasileira, mas tenho percebido que a grande revelação dos últimos tempos é esse Felipe Nunes. O homem tá toda hora em algum canal da Globo esbanjando uma desenvoltura inigualável para as estatísticas. Ele é capaz de dividir os jogadores devedores de pensão em subgrupos que, quando analisados à luz dos livros sagrados dos astecas, revelam o mapa astral das tartarugas das Ilhas Galápagos. Um fenômeno!

8 DE JUNHO O poder tem algumas armadilhas. Recebi o convite para a 20ª edição do Bahia Farm Show. Eu li "Bahia" e "show" e fui preparado para distribuir meu axé e pular que nem pipoca. Mas o evento era muito mais *farm* do que "show", Pedro Bó.

11 DE JUNHO Hoje todos os olhares estarão na abertura da Copa do Mundo. Para não passar em branco, planejei um evento de grande impacto. Voei até a pujante cidade de Marília, em São Paulo, para protagonizar, nada mais, nada menos, do que o ato simbólico de Assinatura da Ordem de Serviço que autoriza o início das obras da Policlínica, no âmbito do Novo PAC Saúde. Se forem espertos, a Globo ou a CazéTV interrompem a programação para me colocar num link ao vivo.

12 DE JUNHO Hoje, Dia dos Namorados, levei a Libelu, namorada de toda a vida, para um programa romântico pra lá de especial em Pernambuco. Ela estava deslumbrante com um vestido escarlate e um perfume de gardênia. Nossos olhos se cruzaram com um misto de ardil e pureza quando assinei a Ordem de Serviço para início das obras do Canal da Mauricéia e Canal do Sanbra. Eu trato essa mulher a pão de ló.

Envolvida com a Copa, Libelu concluiu que os estádios agora são projetados para serem experiências imersivas de consumo. As pausas para hidratação são um intervalo comercial. Anúncios e músicas tocam aos berros nos estádios. E, com tranquilidade, ela concluiu que Ancelotti é um homem antenado com seu tempo. Entendeu que o futebol já não basta. Levou um influenciador para aumentar o alcance orgânico da Seleção. Eu, particular-

mente, não sei se levaria Neymar ou Gato Galáctico. Mas fiquei encabulado de comentar. A gente precisa saber quando jacu já é velho na fruteira.

13 DE JUNHO Com uma prancheta na mão, Libelu me chamou para mostrar, por A mais B, por que os Estados Unidos serão a grande surpresa da primeira fase. Fiquei com uma pulga atrás da orelha. Estaria Libelu ficando Maga? Ela balançou a cabeça e me chamou de tolinho: a razão, explicou, é o uniforme. "Aqueles listras onduladas deixam qualquer adversário mareado." Fui verificar, e é verdade. Na pausa para hidratação, metade do time paraguaio implorou por um comprimido de Plasil. Tomaram com o isotônico, mas não adiantou nada, levaram de 4 a 1. O Bobadilla estava tão tonto que saiu correndo com a bola na direção errada e quase marca outro golão contra.

14 DE JUNHO Libelu me mandou um link com uma notícia dada pelo Lauro Jardim: "Francisco Mendes, filho de Gilmar Mendes e hoje o mandachuva de fato da CBF, revelou a vários interlocutores durante o Gilmarpalooza, sem qualquer cerimônia, quem foi o responsável pela volta de Neymar à Seleção: 'Quem convocou o Neymar fui eu.'" Fiquei estupefato. Abrimos um precedente e agora temos um caminho sem volta. Na próxima convocação haverá um apadrinhado pelo Hugo Motta, uma indicação do Eduardo Cunha, uma zaga formada por cinco sobrinhos do Ciro Nogueira. Até a próxima Copa, teremos um escreto todo montado pelo Centrão.

Começaram as negociações com Trump para classificar como terrorista a escalção de Igor Thiago como titular. A estreia do Brasil, aliás, reafirmou a máxima do Barão de Itararé: "De onde menos se espera, é que não surge nada mesmo."

15 DE JUNHO O Leo Dias não brinca em serviço. Cravou que o Samir Xaud, presidente da CBF, levou a esposa e a amante para a Copa. Será que a convocação da amante também foi obra do filho do Gilmar?

16 DE JUNHO O STF condenou Eduardo Bolsonaro à inelegibilidade e a quatro anos de prisão. Agora só falta mandar um cabo e um soldado para buscá-lo nos Estados Unidos.

Sugeri ao Sidônio que iniciasse uma campanha associando Igor Thiago ao bolsonarismo. Se a coisa engrena, o Lula ganha no primeiro turno.

17 DE JUNHO Já não tinha perspectiva de Neymar entrar em campo. Agora, a CBF desistiu de cravar uma data para seu retorno aos treinos. Certíssimo. Precisamos escalar o menino Ney para publi de *bet*, *live* com apostadores ou ensaio promocional. O tigrinho tá mais na moda que o canarinho.

18 DE JUNHO Maria Bethânia faz 80 anos, e eu só consigo pensar na resiliência dessa grande mulher ao resistir às incontáveis propostas que deve ter recebido para fazer propaganda de *bets*. Seria a Maria Bet ideal. Que bom contar com bravas mulheres neste país.

Eu não entendo de astrologia o suficiente para decifrar o que significa Maria Bethânia e Fernando Henrique Cardoso terem nascido no mesmo dia.

19 DE JUNHO Hoje o Brasil entra em campo contra a fortíssima seleção do Haiti. Eu contava com um viral do Neymar para desestabilizar aquela defesa. Mas eis que leio na primeira página da Globo.com: "Antes do jogo do Brasil, Virginia muda visual das sobrancelhas com descolorante." Não tem como competir com isso. Estamos liquidados.

Quando eu já tinha perdido as esperanças, Libelu me explicou a estratégia genial da CBF para o jogo de hoje: "Meu chuchu, a Seleção vai entrar em campo com uma combinação inédita de uniforme: calção preto, meia preta e camisa azul." Diante do meu olhar incrédulo, ela concluiu: "A tática é essa mesmo. A Seleção não pode se parecer com a Seleção." Isso é brilhante! Que mulher!

Que nomes lindos tem o elenco do Haiti. Tem um Experience, um Fortune, um Providence e até um Pierrot. Como sou um lírico, fiquei com medo de tanta poesia. Ainda bem que o coração do técnico deles é de pedra e ele sacou o Providence. Deu no que deu.

20 DE JUNHO O goleiro Vozinha, de Cabo Verde, saltou de 50 mil para 15 milhões de seguidores no Instagram. Já temos um campeão? Só o tempo dirá.

21 DE JUNHO Reparei na profusão de chuteiras rosa na Copa. Todas as marcas devem ter usado a mesma versão do ChatGPT para definir o design de seus produtos. Deus me livre do dia que isso acontecer com as meias divertidas.

22 DE JUNHO Ô, Jaques... Precisava ser Taylor Swift em Los Angeles? Não dava pra ser Ludmilla em Araçatuba? Nem o *Intercept*, trabalhando em turno dobrado, repararia... ✨

KISSINGER NO MEIO DO REDEMPOINHO

A visita do futuro secretário de Estado ao Brasil em 1962, com o país agitado pela Copa do Mundo e uma grave crise política

LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS e ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS

Pelé exibiu seu melhor futebol naquela tarde em Viña del Mar, no Chile. Zagallo abriu o placar aos 11 minutos do segundo tempo, e 17 minutos depois o rei selou a vitória sobre o México com um gol memorável. O Brasil apresentava-se com quase a mesma equipe que conquistara o primeiro Mundial em 1958, e a boa estreia confirmava seu favoritismo para ganhar a Copa do Mundo que começava naquele 30 de maio de 1962. Na crônica para o *Jornal dos Sports*, Nelson Rodrigues sentenciou: “Nunca o *football* brasileiro foi tão bom.”

No mesmo dia do jogo inaugural, desembarcou no Aeroporto do Galeão um acadêmico de 40 anos da Universidade Harvard, em plena ascensão no meio político americano: Henry Kissinger (1923-2023). Descendente de judeus e nascido em Fürth, cidade alemã próxima de Nuremberg, Kissinger fora alvo direto do terror nazista. Em 1938, quando estava com 15 anos, ele refugiou-se nos Estados Unidos com sua família. Poucos anos

depois, observaria de perto a tragédia da guerra como soldado americano, ao desembarcar na França em novembro de 1944 como oficial de contrainteligência. Pelo menos treze parentes próximos seriam mortos no Holocausto.

Nos estudos, Kissinger se destacou como um prodígio desde cedo. O desempenho acadêmico o levou à Harvard, onde ficou conhecido pelo brilhantismo, a arrogância intelectual e a ambição. No fim dos anos 1950, começou a se envolver com a política, mas ainda era figura ideologicamente ambígua. Embora atuasse como assessor da fracassada campanha presidencial do político republicano Nelson Rockefeller em 1960, ofereceu-se para colaborar com o Partido Democrata em questões de política externa, por discordar da estratégia nuclear do governo de Dwight Eisenhower (1953-61).

Em 1961, o presidente democrata John F. Kennedy, também formado em Harvard, contratou Kissinger como consultor em tempo parcial. Nessa condição, ele foi encarregado de visitar o Brasil no ano seguinte. Tinha uma

dupla missão: avaliar os primeiros resultados da Aliança para o Progresso – o programa de ajuda internacional para a América Latina formulado pelo governo Kennedy – e ajudar a preparar a visita do presidente americano, prevista para o segundo semestre de 1962.

O Brasil estava em ebulição. Jânio Quadros renunciara em agosto de 1961. Setores da direita e das Forças Armadas haviam tentado impedir a posse de João Goulart, que só assumiu, apenas como chefe de Estado, depois de aprovada a emenda que instituiu o sistema parlamentarista no país, tolhendo os poderes do presidente. A chefia do governo vinha sendo exercida pelo primeiro-ministro Tancredo Neves. O tempo era de mudanças. Em outubro de 1962 ocorreriam as eleições para onze governos estaduais e para renovar o Congresso. Jango contava colher do novo Parlamento a volta ao presidencialismo.

A visita de Kissinger ao Brasil durou de 30 de maio a 18 de junho de 1962 e foi contada em detalhes por ele próprio em um relatório “restrito e confidencial” de pouco menos de 130

páginas, do qual foram feitas pelo menos dez cópias, que circularam nos altos escalões de Washington. Em formato de diário, com o título *Notas sobre o Brasil*, o texto surpreende por estar pontilhado de comentários sobre as paisagens brasileiras, comparações curiosas e descrições de situações banais ou inusitadas totalmente fora dos objetivos da viagem. As conclusões sobre a situação política brasileira são marcadamente alarmistas: Kissinger descreve um país à deriva, sem rumo político claro, e com risco iminente de um golpe de esquerda, diagnóstico que se somava a outras análises que assustaram o governo americano no período. Em 2011, Kissinger doou seu arquivo pessoal à Universidade Yale. Uma cópia do relatório guardada nos arquivos foi digitalizada e disponibilizada na internet.¹

A viagem de vinte dias foi mencionada por alguns estudiosos, como Matias Spektor, que em 2009 publicou *Kissinger e o Brasil* (Zahar), estudo

¹ A versão digital do relatório está disponível em: <https://collections.library.yale.edu/catalog/11786531>.



JORNAL FOLHA DE MINAS, 1962

Em Belo Horizonte: da esq. à dir., o diplomata Antônio Carlos Tavares; Jon S. Lodeesen, vice-cônsul americano; João Franzen de Lima, secretário de Interior e Justiça de Minas; e Kissinger

pioneiro em que apresentou a viagem de 1962, mas sem entrar em detalhes. Em 2015, Niall Ferguson publicou *Kissinger 1923-1968: the idealist*, o primeiro volume da biografia do secretário de Estado (lançado no Brasil em 2023, pela Crítica), com novas informações sobre a visita, mas se concentrou na conversa mantida pelo americano com Gilberto Freyre. Sem citar o relatório, que aparentemente não foi a base de seu trabalho, Ferguson definiu o tour como o início do “complexo e controverso relacionamento” de Kissinger com a América Latina.

Mais recentemente, em 2020, o historiador Stephen G. Rabe tratou não só da viagem como ressaltou seu impacto, em *Kissinger and Latin America* (Cornell University Press). Segundo Rabe, o americano afirmou, ao retornar a Brasília em 1976: “Desde minha viagem ao Brasil em 1962, estou profundamente convencido de que o país está destinado à grandeza mundial.” Também em 2020, na biografia *Samuel Wainer: o homem que estava lá* (Companhia das Letras), Karla Mon-

teiro citou o encontro entre o jornalista e Kissinger em 1962.

Tomada como um todo, contudo, a viagem permaneceu inexplorada pelos historiadores. Além do interesse histórico, o relatório é uma curiosa descrição sobre cada passo que Kissinger deu no Brasil, com uma avaliação muitas vezes impiedosa de seus interlocutores. Ele reuniu-se aqui com mais de oitenta pessoas da nata do mundo político, militar, intelectual, financeiro e jornalístico, como Carlos Lacerda, Celso Furtado, Júlio de Mesquita Filho, Samuel Wainer, Walther Moreira Salles,² Anísio Teixeira e Juracy Magalhães. Também falou com representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e com sindicalistas.

Logo que chegou ao Rio de Janeiro, Kissinger teve uma reunião na embaixada americana, mas sem a presença do então embaixador Lincoln Gordon, seu colega de Harvard, com quem manteve uma rela-

ção que oscilou entre a amizade e a competição. Para acompanhá-lo na visita ao Brasil, o Itamaraty havia escalado o diplomata Antônio Carlos Tavares (1932-63), que Kissinger descreve como “um dos homens mais ineficientes, ainda que simpático, que jamais conheci”.³

O primeiro compromisso oficial foi no dia 31, quinta-feira: uma palestra sobre estratégia nuclear na Escola Superior de Guerra. Depois, almoçou no apartamento duplex de um amigo de Tavares, na Avenida Atlântica. Jornistas e socialites cariocas também haviam sido convidados – um deles casado com uma marquesa, que, segundo Kissinger, seria “bisneta do último rei de Nápoles”. A alta sociedade carioca lhe pareceu algo caricata, e ele comentou que a atmosfera do encontro “lembrava de maneira quase séria a civilização romana”.

No regabofe, Kissinger conheceu o escritor e jornalista Antonio Callado

(1917-97), que publicara em 1960 o livro-reportagem *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*, sobre os desmandos de políticos e latifundiários com os recursos destinados pela União para o Nordeste. Kissinger conta que os dois conversaram sobre as Ligas Camponesas, que reuniam trabalhadores rurais favoráveis à reforma agrária, e seu líder, Francisco Julião (1915-99). Callado descreveu os dois com simpatia, contou o americano, “embora não vislumbre no movimento, ou na reforma agrária, por insuficiência de terras, a solução para a pobreza nordestina”.

À tarde, Kissinger visitou Samuel Wainer (1912-80), dono do jornal *Última Hora*, então no auge da influência, com uma circulação diária de cerca de 1 milhão de exemplares, diz Kissinger, “em um país com uma taxa de analfabetismo de 50%”. Ambas as informações, certamente repassadas pela embaixada americana, eram bem superestimadas, provavelmente para exagerar a influência de Wainer. Kissinger não tinha ideia de quem era

³ Todas as citações do relatório de Kissinger foram traduzidas pelos autores deste texto, que também corrigiram os nomes próprios grafados incorretamente no documento original.

² Walther Moreira Salles é pai do fundador da piauí. (N. R.)



Wainer e foi duro na avaliação que fez do jornalista, descrevendo-o como “um elemento algo sinistro”, “extremamente vaidoso, imaginando-se um Maquiavel que move as figuras políticas para seus fins”. Para ele, contudo, pareceu que o manipulado era o próprio Wainer, por causa de suas crônicas dificuldades financeiras.

Entre bafaradas de cigarro e generosas xícaras de café, Wainer atacou Jânio Quadros, defendeu João Goulart e insistiu na ideia de que era necessário reescrever a Constituição para permitir reformas sociais. Disse que era um homem de “centro” e descreveu a situação do país como de profunda crise, dividido entre a extrema direita e a extrema esquerda, ambas equivocadas e perigosas. Começava assim um padrão nas conversas do emissário americano, com os interlocutores sempre se dizendo politicamente de centro.

Kissinger não se deixou enrolar pelo jornalista, cuja visão política ele descreveu assim:

Se entendi Wainer corretamente, ele está propondo o fim da democracia representativa, pois, de acordo com ele, uma eleição democrática somente poderá produzir parlamentares reacionários. [...] A falta de clareza sobre que tipo específico de reformas ele tem em mente – exceto pela constante invocação da palavra progressista – pode gerar uma autêntica confusão. Isso também pode significar que ele está sendo deliberadamente evasivo, e que tem uma ideia clara sobre o que quer, um mandato popular para um regime essencialmente populista e ditatorial.

O dia seguinte – 1º de junho, sexta-feira – começou com um encontro com o intelectual católico Alceu Amoroso Lima (1893-1983), que disse a Kissinger logo de início que se sentia espiritualmente domiciliado na França. Na conversa, pontuada por estereótipos sobre o caráter nacional, o intelectual explicou o drama brasileiro recorrendo à psicologia. Buscou convencer seu interlocutor de que o brasileiro era um “povo lírico”, em contraposição ao caráter épico dos demais latino-americanos. Seguiu com uma comparação entre “os extremismos de amores e ódios” dos gaúchos, servindo de matéria-prima para revoluções, e os “pobres e deprimidos” nordestinos, que conseguiam ser “espiritualmente os mais heroicos” pelo seu “orgulho, lealdade, capacidade de resistência e por morrerem na defesa de princípios”. Nesse contexto, segundo Amoroso Lima, só a tradição de acomodação e compromisso poderia evitar que o país deslizesse para uma situação abertamente revolucionária. Kissinger registrou no relatório estar impressionado “pela capacidade dos brasileiros das diferentes visões políticas de sentarem lado a lado e discutirem sem acrimônia, e, devo dizer, sem real seriedade”.

Aproveitou para reclamar de Tavares, seu cicerone, que “chega tarde todas as manhãs e sem ter feito nenhuma das coisas que prometera fazer na noite anterior”. As queixas sobre a falta de pontualidade dos brasileiros, aliás, se repetem por todo o relatório. Tavares procurou se redimir

levando o convidado ao Corcovado. Aparentemente, a inspiração do Cristo Redentor amainou a fúria de Kissinger, que registrou: “A vista dali é a mais espetacular do que qualquer cidade que eu tenha visto.”

Seguiu-se uma visita ao Itamaraty, no Centro do Rio, que deixou boa impressão pelo velho palácio, mas teve pouco conteúdo. Resumiu-se a uma conversa com o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Alfredo Bernardes (1916-77), descrito como um homem “bastante alto, muito suave, com obviamente algo de ascendência negra e modos bastante lânguidos”. O tema que dominou a reunião foi o desarmamento, um debate mais ritual do que concreto, de gestos estritamente diplomáticos.

Se a visita ao Itamaraty não passou de uma formalidade elegante, a entrevista seguinte ofereceu o oposto: intensidade política em estado puro. O interlocutor foi o governador Carlos Lacerda (1914-77). Depois de assinalar a beleza dos jardins do Palácio Guanabara, sede do governo, Kissinger anotou que concordava com a descrição que lhe haviam feito de Lacerda: “Um demagogo impiedoso.”

Sobre a situação política do Brasil, Lacerda formulou para o americano uma explicação parecida com a de Samuel Wainer: o país estava dividido entre a extrema direita e a extrema esquerda. O governador se autodefiniu como um político de centro e atacou Wainer como “um canalha e um oportunista”, dizendo que todos sabiam ser ele um comunista “ou tão perto disso que não faz a menor diferença”, escreveu Kissinger.

Lacerda insistiu que se opunha à reforma da Constituição, pois via nisso o risco de transformar o Brasil em uma espécie de Iugoslávia. Previu a possibilidade de tanto a esquerda como a direita darem um golpe preventivo para evitar que o adversário assumisse o poder. Não poupou críticas à Política Externa Independente (PEI), iniciada em 1961 por Jânio e mantida, em linhas gerais, por Goulart.

A PEI pretendeu manter a autonomia do Brasil em relação às principais forças da Guerra Fria, ou seja, os Estados Unidos, de um lado, e a União Soviética, de outro. Além de apoiar ativamente a descolonização e o desarmamento, propagou a conveniência de reforçar as relações econômicas e comerciais com todos os países, inclusive aqueles do bloco soviético. Durante os governos militares, depois de um interregno, alguns elementos desse programa foram reabsorvidos, sob nova roupagem. Desde então, a política externa brasileira convive com o desafio de ser universalista sem abalar os vínculos com os aliados tradicio-

nais. A busca por autonomia em meio às pressões externas permanece como herança da PEI até os dias de hoje.

No mesmo encontro, indagado sobre a Aliança para o Progresso, Lacerda queixou-se de que o programa não estava “apoando as pessoas corretas”.

Na noite da mesma sexta-feira, Lincoln Gordon ofereceu um jantar na residência da embaixada (que ainda não se mudara para Brasília), sobre a qual Kissinger anotou: “Uma bela casa antiga brasileira cuja varanda traseira estava voltada para o Corcovado e livre daquele ar de *nouveau riche chic* de muitas outras embaixadas que conheci.” Seria o primeiro da série de comentários elogiosos ao amigo de Harvard, uma das poucas pessoas que escapou dos seus ataques e ironias.

O jantar reuniu diplomatas, políticos, empresários e jornalistas. A conversa mais longa de Kissinger ocorreu com o professor Candido Mendes de Almeida (1928-2022), que chefiara a Assessoria Técnica da Presidência durante o breve governo Jânio Quadros. “Jovem, energético, suave e repleto dos clichês convencionais da esquerda” foi como Kissinger descreveu o acadêmico brasileiro. Registrou ainda em uma nota: “O uso de terminologia marxista por um homem que certamente acabará em posições-chave é, em si, significativo.”

No dia 2 de junho, sábado, Kissinger conversou com jornalistas de *O Globo* e, depois, com o empresário e diretor do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito (1922-2003). A novidade esteve na rejeição da divisão da política brasileira em direita, centro e esquerda por Nascimento Brito. No lugar disso, o empresário recorreu a outras categorias, que, no entanto, pareceram a mesma coisa para Kissinger: revolucionários, reformistas e direitistas. O empresário – como de praxe – situou-se no centro, como reformista, grupo no qual também incluiu Lacerda. Destacou, contudo, que o Brasil estava a caminho de uma revolução, afirmação que não mereceu nenhum comentário de Kissinger naquele ponto do relatório.

Na parte da tarde houve um encontro no hotel Copacabana Palace, organizado pela embaixada americana, com militares de alta patente. Kissinger destacou a conversa com o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello (1903-71), a quem descreveu como “brilhante”, louvar raramente dispensado a seus interlocutores na viagem. Ex-ministro da Aeronáutica no governo Juscelino Kubitschek, conhecido popularmente como “Mello Maluco”, o militar foi alvo de uma pergunta direta e incômoda naquele ambiente público:

seria verdade que as Forças Armadas já preparavam uma intervenção?

Corrêa de Mello respondeu, lacônico, que, se algo estivesse sendo planejado, certamente não seria ele a dedurar os preparativos da sublevação. O militar disse ainda que os militares eram “protetores da ordem constitucional”, desde que “a Constituição fosse mantida”. Caso algum grupo a violasse ou ameaçasse “tomar o país”, então a intervenção militar se tornaria não ruptura da ordem democrática, mas defesa da legalidade. Não à toa, Corrêa de Mello se tornou uma das cabeças do Comando Supremo da Revolução, logo depois do golpe de 1964, e um dos três signatários do Ato Institucional nº 1.

Generais, brigadeiros e almirantes reclamaram com Kissinger sobre a infiltração de comunistas nas Forças Armadas, em especial nos estados em que os governadores estabeleciam laços com os níveis inferiores de comando, como o Rio Grande do Sul, então governado por Leonel Brizola.

Depois do convescote com ares conspiratórios organizado pela embaixada americana, o dia encerrou-se com uma visita à região onde hoje é a Barra da Tijuca, que rendeu outro elogio de Kissinger à cidade: “Ainda que o Rio em si pareça uma cidade italiana de província, suas paisagens são inigualáveis. Não conheço nenhuma cidade europeia – ou nenhuma cidade do mundo – cujas paisagens se possam aproximar das do Rio.”

Naquele mesmo dia 2 de junho ocorrera uma tragédia. O empate de 0 a 0 do Brasil com a Tchecoslováquia não afetava as perspectivas do bicampeonato mundial, mas Pelé sofrera uma distensão muscular aos 28 minutos do primeiro tempo e estava fora da Copa. “Desde sábado todo o Brasil chora e todo o Brasil vela a contusão de Pelé”, escreveu Nelson Rodrigues em *O Globo*. “Os ventos são mais tristes, os ventos são mais inconsoláveis.” E concluiu: “O desespero está ventando por todo o país.”

Na segunda-feira, dia 4, depois de ter visitado Petrópolis, Kissinger se reuniu na casa de Márcio Moreira Alves (1936-2009), então assessor do chanceler San Tiago Dantas (1911-64), com “um grupo de jornalistas esquerdistas”. Apesar do desencontro total das opiniões trocadas, Kissinger registrou uma nota benevolente sobre os brasileiros:

No Brasil não há, até onde eu posso ver, a feroz xenofobia dos indianos ou paquistaneses. Os indianos se consideram superiores aos outros povos. Os brasileiros estão maravilhados ao se descobrirem como uma potência importante. Às vezes, tem-se a impressão

de que eles não acreditam realmente que são tão importantes quanto a Suécia e constantemente insistem em sua independência, não por convicção, mas pelo medo de que, se não reiterarem isso com suficiente frequência, alguém possa se esquecer deles.

Seguiu-se um jantar na casa do empresário Israel Klabin (1926), durante o qual Kissinger conversou com o economista Alexandre Kafka (1917-2007), que procurou convencer o emissário americano de que, a despeito do vácuo de autoridade, não havia o risco de uma revolução no Brasil por causa do caráter conciliador dos brasileiros. Ainda que tenha concordado parcialmente com o argumento, Kissinger observou no seu relatório que “o caráter não violento dos brasileiros também fará com que haja pouca resistência aos grupos extremistas, desde que eles estejam bem organizados”.

Na terça-feira, dia 5, o Itamaraty ofereceu um almoço no Copacabana Palace, presidido por Bernardes, o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, com a presença da cúpula da pasta. Na intimidade dos pares, talvez procurando passar um recado para o governo americano, Bernardes insistiu na tese de que um dos principais problemas do Brasil seria a influência excessiva das Forças Armadas, cujo contingente era desproporcional a qualquer preocupação razoável de segurança. Urgia reduzir o aparato militar.

Kissinger avaliou que Bernardes estava “obviamente tentando me forçar a dizer que os Estados Unidos consideram que o tamanho das Forças Armadas brasileiras era excessivo” – e saiu pela tangente. O diálogo de surdos continuou com o pedido para que Bernardes explicasse em que medida a Política Externa Independente de João Goulart se diferenciava de uma política neutralista. O Brasil não participava oficialmente do Movimento dos Não Alinhados, mas tinha passado a votar com frequência contra as posições americanas na ONU, o que causava grande incômodo em Washington. Como justificativa para as constantes discordâncias, Bernardes argumentou que, ainda que houvesse coincidências com os Estados Unidos, era necessário deixar claro não existir uma atitude de subserviência, o que não convenceu Kissinger. Em seguida, os dois também divergiram sobre Cuba e Fidel Castro, que, na opinião de Bernardes, teriam sido empurrados para uma posição radical por causa da intransigência de Washington.

Kissinger conclui em suas notas que a PEI parecia uma demanda da opinião pública interna e da própria vaidade da diplomacia brasileira:



Até recentemente, ninguém ouvira falar de uma política brasileira sobre desarmamento. Agora, o Brasil é um dos autores de um projeto sobre testes nucleares. Essa posição tem atrativos que transcendem o julgamento brasileiro sobre o mérito intrínseco de qualquer disputa específica.

A recomendação de Kissinger ao governo americano no relatório foi tratar o Brasil com dureza: “Parece-me importante deixar claro que sabemos distinguir entre amigos, inimigos e neutros.” Caso contrário, segundo ele, “haveria uma gradual desmoralização dos elementos pró-americanos e um gradual aumento de um tipo de nacionalismo que se define apenas como antiamericano”.

Depois da conversa reservada, o enviado de Kennedy proferiu no Instituto Rio Branco uma palestra sem maior efeito. Se o encontro com a cúpula da diplomacia brasileira já fora frustrante, o que veio depois seria verdadeiramente conflitivo.

Em seguida ao jantar, Kissinger reuniu-se com representantes da então muito combativa UNE. O encontro fora marcado para às nove da noite. O americano, que não perdia a chance de criticar a falta de pontualidade dos brasileiros, chegou meia hora atrasado e havia apenas um estudante no local. Somente às dez e meia o debate esquentou. O choque de pontos de vista foi total. Os cerca de trinta presentes informaram a Kissinger que, no Brasil, uma revolução socialista era inevitável, e o capitalismo, impraticável e inaceitável.

Os Estados Unidos seriam uma força política e econômica imperialista espoliadora, a vanguarda de todas as forças reacionárias do mundo.

Com arrogante ar professoral, Kissinger cutucou: e o imperialismo soviético no Leste Europeu? Os estudantes retrucaram: melhor que a política americana. O enfraquecimento dos Estados Unidos, afirmaram, só ajudaria a paz e o progresso. No relatório, o americano confessou ter perdido a compostura, chegando até a chamar seus debatedores de ignorantes e mentirosos.

O encontro só terminou depois da meia-noite, com um tour pela sede da UNE, na Praia do Flamengo. O que chamou a atenção foram os cartazes armazenados nas instalações e que seriam colados pela cidade: um mostrava um terço do território americano como “roubado” da América Latina; outro exibia o cardápio habitual da opressão ianque em Porto Rico, Cuba e América Central. Kissinger, já sem muito ânimo, anotou que as dependências eram “extraordinárias”. Achou, inclusive, pitoresca a porta de aço feita para resistir a batidas policiais, algo que se provou inútil no golpe de 1º de abril de 1964, quando o prédio foi invadido e incendiado pelos militares. O americano concluiu, com frieza, que o movimento estudantil não passava de “uma ferramenta dos comunistas”. A partir daí, estendeu o raciocínio ao cenário nacional:

Ainda que os brasileiros não sejam, em essência, um povo revolucionário, e na medida em que é difícil imaginar qualquer governo eficiente no Brasil, um



grupo de pessoas determinadas que de algum modo tome o poder pode usar a própria passividade dos brasileiros para permanecer no poder. Isso é ilustrado pelo modo como os comunistas dominaram o movimento estudantil brasileiro.

No dia seguinte, Kissinger visitou Anísio Teixeira (1900-71), membro do Conselho Federal de Educação, que apresentou um relato bastante pessimista do estado da educação no Brasil. Teixeira descreveu o sistema educacional como sendo tão elitista quanto o europeu, mas com um nível muito medíocre, pior que o americano. Kissinger considerou toda a conversa “muito brasileira: um brilhante enunciado de dilemas, acompanhado de poucas soluções concretas”.

O educador defendeu que o sistema de ensino tinha que ser reformado, assim se poderia ensinar aos brasileiros que a grande revolução de nosso tempo não foi a russa, mas a americana. Kissinger prosseguiu: “Os Estados Unidos, argumentou Teixeira, são a única sociedade que deu conteúdo ao conceito de dignidade humana numa base universal. O sistema educacional americano reflete que democracia e educação são sinônimos.”

À tarde, a agenda deslocou-se para o terreno das relações trabalhistas, em encontro com Gilberto Chrockatt de Sá (1909-72), assessor de João Goulart para a área e reputado pela embaixada americana como “uma das pessoas mais inescrupulosas do Rio”. Ele tentou convencer Kissinger de que não havia risco de os comunistas influenciarem o movimento

trabalhista. Quando o adido trabalhista da embaixada americana citou o nome de vários comunistas do movimento sindical, Chrockatt deu de ombros e disse: “Bem, pode ser que haja alguns comunistas, mas só estão lá porque nós os usamos.”

Chrockatt tentou explicar a Kissinger como os sindicatos se mantinham, citando que 80% do imposto sindical era dividido entre as diferentes categorias de representantes de trabalhadores. O americano demonstrou curiosidade sobre o destino dos 20% remanescentes. Chrockatt olhou ao redor, deu de ombros, sorriu e respondeu: “Nós nunca afirmamos que éramos perfeitos.” Kissinger concluiu: “Ou seja, 20% do imposto é tomado por quem quer que controle o movimento sindical e ninguém sabe o que é feito do dinheiro.”

Após a conversa, o adido e Tavares, que continuava na tarefa de organizar a agenda do visitante, disseram que “nunca tinham visto tantas mentiras espremidas no período de uma hora”.

Em 6 de junho, quarta-feira, Henry Kissinger voou para São Paulo acompanhado de Tavares. As expectativas do emissário americano sobre a capital paulista, que ele comparou com Milão, eram elevadas: “A atmosfera em São Paulo é bastante diferente da carioca. O Rio é uma cidade algo sedutora e indolente. São Paulo irradia energia.”

Depois de visitar a Assembleia Legislativa, onde ouviu as habituais diatribes contra o Rio e o Nordeste, esteve

com o prefeito Prestes Maia (1896-1965), que reclamou da corrupção do antecessor, Ademar de Barros, e pediu que recursos da Aliança para o Progresso também fossem destinados à cidade. Durante essa entrevista, a Copa do Mundo finalmente invadiu o relato do enviado de Kennedy:

Subitamente, enquanto eu conversava com o prefeito, desatou-se um pandemônio. Pessoas entraram no gabinete às pressas para se abraçarem; fogos de artifício voavam das janelas. O Brasil marcara um gol. Depois que saí do encontro e estava no trânsito de volta para o hotel, os automóveis paravam e as pessoas saíam para se abraçar; mais fogos de artifício eram disparados. O Brasil marcara outro gol. Cinco minutos depois, o tráfego parou outra vez. Repetiu-se o espetáculo. O jogo terminara com o Brasil ganhando de 2 a 1.

Kissinger não deixou de especular sobre o possível impacto político da campanha da Seleção Brasileira nos gramados do Chile:

Várias pessoas me disseram de forma séria que o futebol é uma das grandes forças unificadoras do Brasil, dando ao país um sentido de consciência nacional. Eles também me contaram (meio de brincadeira) que, caso o Brasil perca, os ânimos ficarão tão acirrados que a situação política estaria fadada a se deteriorar. Isso pode parecer ridículo, mas qualquer um que tenha presenciado as cenas de São Paulo – a cidade mais sóbria do Brasil – pode realmente acreditar.

Fora um jogo difícil. A Espanha dominava e abriu o placar aos 35 minutos do primeiro tempo. No início do segundo tempo, Nilton Santos derrubou um adversário dentro da área, mas deu dois passos à frente, e o juiz marcou a falta fora da área. A penalidade foi cobrada para dentro da área, e o espanhol Joaquín Peiró marcou um golaço de bicicleta. O juiz anulou, alegando jogo perigoso, impedimento ou sabe-se lá o quê. O Brasil reagiu, e Amarildo, que tinha a terrível tarefa de substituir Pelé, marcou dois gols, aos 27 e aos 41 minutos. O *Jornal dos Sports* descreveu a partida como uma vitória dramática e espetacular. Em crônica publicada dias depois no jornal *O Globo*, Nelson Rodrigues resumiu o sentimento dos torcedores: “Amigos, como é mais linda a vitória roubada. O juiz gatuno deu ao nosso feito uma dimensão mais comovida e mais deslumbrante.”

Em São Paulo, a programação seguinte de Kissinger foi a reunião com Ademar de Barros (1901-69), que tentava voltar a governar o estado na eleição de outubro. Em visita ao hotel onde Kissinger se hospedava, Ademar procurou convencê-lo, sem muito sucesso, de que já havia um plano em curso, desde Porto Alegre, para derrubar o governo.

À noite, o encontro foi com Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo* (Kissinger não cita onde ocorreu a conversa). O jornalista descreveu as dificuldades do Brasil como uma herança direta do varguismo e disse que Goulart era ainda pior que Getúlio: “Um completo oportunista e nada confiável.” Para Mesquita Filho, também San Tiago Dantas era um oportunista que não acreditava na própria política externa. Em contraste, elogiou os governadores de São Paulo (Carlos Alberto Carvalho Pinto), da Guanabara (Carlos Lacerda) e da Bahia (Juracy Magalhães) e sugeriu que os recursos da Aliança para o Progresso fossem destinados diretamente aos estados.

No relatório, Kissinger deixa clara a frustração com as tentativas infrutíferas de agendar um encontro com Jânio Quadros. Em determinado ponto do documento, resume sua perplexidade com o ex-presidente: “Quadros é um enigma.”

No dia 7 de junho, o emissário de Kennedy reuniu-se com o governador Carvalho Pinto (1910-87), que insistiu na ideia de que o futuro do Brasil dependia do resultado da próxima eleição paulista. Segundo o governador, disputavam dois demagogos, Jânio e Ademar de Barros, e um “homem honesto” (nas palavras dele), José Bonifácio Coutinho Nogueira, seu candidato. A conversa fluíu, e Kissinger saiu bem impressionado com Carvalho Pinto, que àquela altura despontava como um futuro presidencial. Em suas notas, registrou: “Pinto parece uma pessoa que seria uma boa aposta para os Estados Unidos bancar.”

Dos demais encontros do dia, o mais relevante foi a longa conversa com o deputado federal Herbert Levy (1911-2002), um dos líderes da União Democrática Nacional (UDN), que não chegou a despertar o entusiasmo de Kissinger. As impressões do americano sobre a política brasileira eram crescentemente pessimistas:

Minha impressão pessoal é que Goulart está longe de ser o incapaz que a embaixada [americana] me descreveu no primeiro dia. Penso que ele está jogando com muita habilidade: por um lado, paralisa o Parlamento, e, por outro, radicaliza a vida política, ao encorajar o movimento sindical [...]. Finalmente, está tentando dividir o Exército e apelando para sua ala nacionalista, com sua chamada Política Externa Independente. Se pusermos todos esses componentes juntos, ele pode emergir dessa crise como um homem forte.

A procura por aliados de direita ou do centro que fossem viáveis eleitoralmente e também do agrado dos americanos parecia malograr: “Ninguém

que eu tenha encontrado até agora dos grupos moderados e conservadores (com a possível exceção de Carvalho Pinto) parece saber o que quer ou ser capaz de o realizar.” E deve ter colocado em alerta a cúpula do governo americano, ao falar no relatório sobre a perspectiva de uma vitória comunista no Brasil: “Se o Exército está realmente dividido, as coisas podem se dirigir rapidamente na direção de algum tipo de titoísmo.⁴ Outra possibilidade é, naturalmente, o caos completo. Uma outra remota opção seria uma guerra civil.”

No dia 8, sexta-feira, Kissinger conversou com José Bonifácio Nogueira (1923-2002), o candidato de Carvalho Pinto ao governo paulista que pareceu a Kissinger o mais lúcido dos três postulantes e um dos políticos brasileiros mais inteligentes. Com uma ressalva: “Ele é demasiadamente insípido, demasiadamente pedante e, talvez, demasiadamente escrupuloso.” Bonifácio Nogueira, naturalmente, situou-se como um político de centro e descreveu o Exército como uma instituição dividida entre anticomunistas e nacionalistas extremados.

À noite, o deputado federal Antônio Sylvio Cunha Bueno (1918-81), do Partido Social Democrático (PSD), ofereceu a Kissinger um coquetel, em que esteve presente o general Nelson de Melo (1899-1989), chefe do Segundo Exército, que dias depois se tornaria ministro do Exército. O general não perdeu a oportunidade para desabafar: queixou-se de que os Estados Unidos tratavam o Brasil, um fiel aliado, como se fosse a Nicarágua. Kissinger assinalou no relatório: “Por alguma razão, os brasileiros sempre usam a Nicarágua como o país com o qual não querem ser comparados, nunca Honduras ou El Salvador.” Em tom mais sério, registrou que o general Melo estimava que o Exército estaria unido em caso de uma crise. Nesse momento, o anfitrião chegou na roda de conversa e Kissinger o questionou sobre Quadros. Cunha Bueno não hesitou: “Se vamos ter um ditador, é melhor que seja uma pessoa estável a um louco.” O americano observa: “Em outras palavras, o Brasil prefere ter uma ditadura militar a Quadros.”

No sábado, dia 9, depois de receber um grupo de sindicalistas no hotel, Kissinger encontrou-se com o comentarista internacional de *O Estado de S. Paulo*, que ele denomina padre Boer, provavelmente se referindo a Nikolaas Boer (1914-87), professor de educação da USP e articulista do jor-

nal, que lhe descreveu um quadro de divisão nas Forças Armadas, com potencial para empurrar o Brasil para o caminho de Cuba.

Com essa perspectiva, que certamente não era do seu agrado, Kissinger partiu para Belo Horizonte, e de lá para Ouro Preto, agora numa jornada mais turística que política.

“Uma das cidades mais charmosas em que já estive.” Assim, Kissinger descreveu Ouro Preto no relatório confidencial. Para ele, a cidade histórica exibia “algumas das características de Roma, apenas com cores muito mais vibrantes”. Lá, o emissário americano travou novos conhecimentos. Entre eles, com uma amiga de Tavares, cujo nome não cita, “uma senhora extraordinariamente bonita, muito imprudente”, que seguia para sua quarta separação matrimonial. Juntou-se ao grupo o chefe de cerimonial do estado de Minas – e a longa noite terminou em um bar, diante de uma garrafa de vinho, onde não faltaram histórias de fantasmas. Uma das histórias envolvia um caso de amor infeliz, um assassinato e um suicídio. Kissinger chegou a se convencer de que os anfitriões, de fato, acreditavam nas assombrações que descreviam com detalhes: o suicídio por enforcamento do assassino, o rosto esverdeado do cadáver.

Os confrades de mesa o levaram até a entrada da mina onde se teria passado parte da história. Iriam pregar-lhe um trote, que não aconteceu devido à infalível impontualidade brasileira. Depois da visita à mina, no caminho de volta para o hotel, a turma se depa-rou com o atrasado estudante contratado para assustar o convidado, correndo na direção oposta, com uma corda no pescoço e o rosto pintado de verde.

O domingo, dia 10 de junho, foi de passeios pela cidade. Enquanto isso, no Chile, os brasileiros venciam os ingleses por 3 a 1, com uma exibição fenomenal de Garrincha, que marcou dois gols. O *Jornal dos Sports* não resistiu ao clichê: “Foi uma exibição para inglês ver.” Em *O Globo*, Nelson Rodrigues, com muito mais contundência, resumiu: “Feliz do povo que pode esfregar um Garrincha na cara do mundo!” O Brasil jogaria nas semifinais contra o dono da casa.

Na segunda-feira, dia 11, já de volta a Belo Horizonte, Kissinger visitou o reitor da Universidade de Minas Gerais (futura UFMG), Orlando Magalhães Carvalho (1910-98), um dos fundadores da UDN no estado. Carvalho reclamou que a greve estudantil que enfrentava naquele momento era um exemplo da desintegração da autoridade no país. O encontro seguinte foi com Milton Campos (1900-72), também da UDN e candidato derrotado por Goulart na



BENETT/2026

eleição para vice-presidente (que, na época, era escolhido em separado do voto para presidente). Kissinger o descreveu como um homem suave e “irritantemente vago, como todos os líderes da UDN que conheci”. Em certo ponto da conversa, Campos disse que o Brasil precisava de um homem forte. Kissinger observa no relatório: “Mas ele não soube dizer onde aquele homem forte poderia ser encontrado.”

No mesmo dia, o americano voou para Brasília – sem a companhia de Tavares, talvez para alívio do cicerone. Na capital federal, o primeiro encontro foi na casa do reitor da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro (1922-97), no qual esteve presente o chefe da Casa Civil, Hermes Lima (1902-78), que leu um pequeno discurso, defendendo que os recursos da Aliança para o Progresso fossem dirigidos ao governo federal e não entregues aos estados. A conclusão que constou no relatório de Kissinger foi muito negativa, sem uma palavra sobre Darcy Ribeiro:

Parece-me que a indeterminação dos brasileiros, combinada com a aparente falta de liderança das forças democráticas, traz péssimos presságios. Parece-me que, se algum demagogo chegar a controlar a máquina de governo – particularmente se o fizer de maneira legal, de modo que o Exército fique paralisado –, as possibilidades de uma virada de extrema esquerda aumentam muito. O dogmatismo de um homem tão próximo ao presidente como Hermes Lima é muito inquietante.

No dia seguinte, Kissinger passeou pela cidade com Georges Daniel Lan-

dau (1934-2015), um ex-aluno de Harvard, e Wilson Reis Netto (1923-2001), arquiteto da equipe de Niemeyer. Depois, deu uma palestra na sede provisória do Itamaraty, no atual prédio do Ministério da Saúde. Depois do almoço conheceu os palácios do Planalto e da Alvorada. A avaliação sobre o último foi impiedosa: “Como todas as criações de Niemeyer, é um edifício imensamente impressionante por fora e insuportável por dentro. Sua combinação de grandeza e desumanidade faz com que seja inconcebível que alguém possa aguentar nele morar.”

Depois, visitou o Congresso, onde se reuniu com alguns senadores, “a maior parte da UDN”. A conversa foi desoladora. Todos coincidiam na necessidade de reformas, mas não conseguiam definir a natureza das mudanças. Ansiam por um improvável homem forte com convicções democráticas e não tinham ideia de como evitar o caos que eles mesmos previam.

Kissinger também conversou com a esquerda. Na casa do deputado federal Luiz Fernando Bocayuva Cunha (1922-93), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reuniu-se com o anfitrião e os deputados Sérgio Magalhães (1916-91), também do PTB, e Saturnino Braga (1931-2024), do PSB. Os três procuraram convencer Kissinger da conveniência de os Estados Unidos apoiarem as reformas no Brasil e mesmo criar um grupo de especialistas para estudar as propostas da esquerda, na expectativa de que se reconhecesse nelas o rumo adequado. Saturnino Braga chegou a mencionar a Iugoslávia

⁴ Referência ao ditador Josip Broz Tito (1892-1980), que adotou o socialismo na Iugoslávia, mas de modo independente da influência da União Soviética. Essa posição levou a Iugoslávia a assumir, durante a Guerra Fria, a liderança de um movimento de países que não se alinhavam nem à União Soviética nem aos Estados Unidos.



como um modelo a ser adotado, por não se subordinar à União Soviética. As conclusões de Kissinger são generosas com a esquerda brasileira, mas as recomendações para o governo americano são inflexíveis:

O dilema do Brasil talvez seja que a extrema esquerda é o único grupo que sabe bem o que quer e ao menos tem alguma ideia de como o conseguir. Ao mesmo tempo, tenho a impressão de que as reformas que eles [os políticos de esquerda] aspiram vão muito além do conjunto algo pragmático do que entendemos como reformas sociais ou das medidas específicas que propõem. Sua tendência natural é anticapitalista, e porque nos consideram [os Estados Unidos] a epítome do capitalismo, ainda que progressista, sua política externa sempre será dirigida contra nós em alguma medida. Nossa melhor política será lidar com eles de forma pragmática, apoiar reformas específicas, mas não mostrar excessiva tolerância quando agirem de forma contrária aos nossos interesses internacionais.

O tour de Kissinger pelo Brasil continuou em Salvador, onde ele desembarcou em 13 de junho, quarta-feira. A comparação com Brasília tornou-se inevitável.

A nova capital federal lhe parecera marcada por uma tensão não resolvida entre planejamento e organicidade. Era monumental, mas impessoal; ordenada, mas sem naturalidade. Kissinger descreveu como “fantástica” a cidade erguida em apenas quatro anos sob um céu de azul translúcido,

com prédios cintilando ao Sol. Mas, passada a impressão inicial, sentiu o desconforto de um espaço excessivamente coreografado, com uma arquitetura que parecia exigir que a vida seguisse as “rígidas ideias de Niemeyer sobre o bem viver”:

Brasília aparenta ser uma exposição industrial. É impressionante, mas é terrivelmente pública com todas suas janelas abertas. Não tem calçadas; tampouco sentido de comunidade. É tão plenamente planejada que perdeu toda espontaneidade e, portanto, todo o mistério.

Em Salvador, cidade que ele achou parecida com Nápoles, Kissinger viu algo que Brasília não oferecia: um espaço que permitia desvios, improvisos, apropriações inesperadas. Ali, seu primeiro encontro foi com o governador baiano, Juracy Magalhães (1905-2001), militar e prócer da UDN, com quem teve uma conversa amena e com muitas coincidências de pontos de vista. Kissinger lamentou que Magalhães tenha dado sinal de interesse em deixar a vida pública, pois se tratava de “um líder nacional bem-intencionado, sério, dedicado, pró-americano, que entende os perigos pela frente”. A dedicação de Juracy Magalhães aos Estados Unidos seria recompensada com a nomeação para ser o primeiro embaixador do Brasil em Washington após o golpe de 1964, quando se notabilizou pela infame frase: “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil.”

No restante do dia 13, Kissinger passeou pela cidade com um funcionário do governo americano dedicado a pro-

mover no Brasil o *soft power* dos Estados Unidos. Nas reflexões sobre o poder de sedução da diplomacia americana para os chefes em Washington, desancou o trabalho que estava sendo feito e os diplomatas americanos em geral, com a notável exceção de Lincoln Gordon. Os profissionais destacados para acompanhá-lo haviam sido úteis e eficientes na organização da viagem, mas Kissinger, com sua tradicional veia crítica, não poupou adjetivos: “Pedantes, insossos, burocráticos e sem imaginação.” Ilustrou o julgamento com o caso de seu acompanhante em Salvador, um diplomata vindo originalmente da área publicitária. Descreveu-o como “cansativo, pomposo e moralista”, capaz até do desatino de pregar a Juracy Magalhães uma lição sobre o “caráter brasileiro”. A arrogância, refletiu Kissinger, longe de impressionar, era malvista pelos interlocutores locais e apenas dificultava a promoção dos interesses americanos no Brasil.

Naquele dia, na partida pelas semifinais, o Brasil derrotou o Chile por 4 a 2, em outra grande exibição de Garrincha, que marcou dois gols. O jornal *El Mercurio* do dia seguinte perguntou: “Garrincha, de que planeta vens?” Contudo, as incertezas voltaram a assombrar os brasileiros. No finalzinho da partida, Garrincha acertou um pontapé na bunda de um jogador chileno. O juiz não percebeu, mas o bandeirinha uruguaio Esteban Marino viu e Mané acabou expulso. O craque ficaria – pendente de um julgamento, pois na época a suspensão não era automática – fora da final. O afastamento de Pelé no início do campeonato e agora, na final, da grande estrela da Copa pareciam ser prenúncios de um desastre para a Seleção.

No dia 14, Kissinger chegou ao Recife e impressionou-se muito desfavoravelmente com as favelas da cidade. “A miséria e a imundice se aproximam das condições indianas”, escreveu. Avaliou que o Nordeste seria a parte do Brasil com maior potencial para uma revolta popular. Com sua visão europeia impregnada de determinismo geográfico recorreu, de novo, à comparação com a Itália para explicar o Brasil:

Há muitas semelhanças entre o Brasil e a Itália. [...] O Sul [da Itália] é realmente um país distinto do Norte. O Norte é rico e energético; o Sul empobrecido, mas com graça e um feroz sentido de lealdade. No Brasil, é o Sul que é industrializado, e o Norte, subdesenvolvido.

Acrescentou, ainda, que “em muitas de suas características, os brasileiros são muito similares aos italianos”.

No dia seguinte, tentou falar com Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas, mas houve um desencontro. Conseguiu, porém, encontrar-se com Gilberto Freyre (1900-87), cuja

entrevista marcada para o dia anterior não acontecera. A conversa logo enveredou para a política, tendo como mote a provável vitória de Miguel Arraes na eleição para o governo do estado em outubro (o que acabou ocorrendo). Freyre resumiu os problemas brasileiros na falta de lideranças adequadas, sendo o grande desafio encontrar algum tipo de líder democrata.

Voltando-se para um tema mais ameno, ambos coincidiram em mal-dizer Brasília, ainda que preservando Niemeyer. “O paradoxo que uma pessoa tão humana tenha concebido uma capital tão desumana”, resumiu Kissinger. Contou ainda que Freyre soltou uma *boutade*, que não disfarçava a vaidade, ao dizer que, se tivesse de se exilar, preferia fazê-lo em Santa Helena (para onde Napoleão foi banido) do que em Brasília.

Um almoço com membros do consulado e um empresário pernambucano foi organizado. Eles garantiram a Kissinger que Celso Furtado, então diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), era um comunista. O empresário pertencia ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), fundado no ano anterior para, alegadamente, “defender a democracia”.

Pela conversa, Kissinger deduziu que o Ipes era um “grupo da extrema direita”. E era mesmo, tendo em seus quadros, inclusive, o general Golbery do Couto e Silva, que viria a ser um dos cérebros do regime militar. Kissinger não sabia, mas quem ajudava a financiar o instituto era seu amigo Lincoln Gordon, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

Ao contrário do que desejaria o empresário, o encontro com o próprio Celso Furtado (1920-2004), ainda no Recife, foi extremamente positivo, gerando, inclusive, um raro elogio por parte do emissário americano:

Furtado é talvez o funcionário brasileiro mais impressionante que conheci. Sem dúvida é o mais competente tecnicamente. Ele é uma das poucas pessoas que tem uma ideia clara de para onde está indo. Se de fato é comunista (como alguns garantem), que Deus tenha piedade de nós, porque ele é muito duro, inteligente e implacável.

A final da Copa, entre Brasil e Tchecoslováquia, estava marcada para o 17 de junho, dali a dois dias. O bandeirinha Esteban Marino, que reportara ao árbitro a agressão de Garrincha ao adversário, desapareceu do Chile e não apareceu no Uruguai, ou em nenhuma outra parte. Sem seu testemunho, o tribunal da Fifa decidiu não suspender Garrincha da final. Depois da partida, finalmente localizaram Esteban que, segundo consta, estava 10 mil dólares mais rico.

De volta ao Rio, Kissinger passeou pela Baía de Guanabara na lancha do empresário Israel Klabin e jantou com o ministro da Fazenda, Walthor Moreira Salles (1912-2001), que o americano descreveu assim: “Um banqueiro muito suave, muito inteligente, extremamente rico, um amigo íntimo de Nelson Rockefeller e que foi embaixador nos Estados Unidos duas vezes. Sua casa é uma das mais bonitas que já vi, muito moderna e arrojada.” O ânimo político de Moreira Salles, porém, foi definido por Kissinger como “extremamente pessimista”: o banqueiro achava que o país viveria “um longo período de instabilidade” e também “não descartava um golpe dos comunistas”.

Naquela tarde, o Brasil derrotou a Tchecoslováquia por 3 gols contra 1 e sagrou-se bicampeão mundial de futebol. Para Nelson Rodrigues, “foi a vitória do homem brasileiro, ele sim, o maior homem do mundo. Hoje o Brasil tem a potencialidade criadora de uma nação de napoleões”. Kissinger não esteve alheio à festa da vitória:

Quando voltei ao meu hotel, desatou-se uma loucura coletiva. O Brasil acabara de ganhar o campeonato de futebol. Fogos de artifício eram disparados de quase todas as janelas. Toneladas de papel caíam em cascatas nas ruas, onde eram incendiadas. Grupos de samba começaram a desfilar, e uma enorme procissão se formou, bloqueando todo o trânsito. Um conhecido brasileiro atravessou o pandemônio até o hotel. Insistiu que eu fosse ver o Carnaval no Centro da cidade. Ocorria uma festa selvagem. O tráfego parou completamente e vários grupos de samba em diferentes uniformes marchavam com instrumentos muito rudimentares, mas com um enorme sentido de ritmo. Uma das músicas dizia: “Não temos feijão... Não temos açúcar... Mas temos a Copa do Mundo.” O ponto mais doce da canção era para ser cantada sem malícia.

A cena tocou em algo mais profundo em Kissinger. Ele era fascinado por futebol desde a infância, quando enfrentou riscos para acompanhar os jogos do time de sua cidade na Alemanha nazista, pois judeus foram proibidos de frequentar os estádios. Depois da guerra, uma de suas primeiras providências ao retornar à cidade natal foi se dirigir ao estádio – agora como soldado americano. Ele esteve presente em pelo menos sete finais de Copa do Mundo. Na primeira, no México, em 1970, observou estupefato e agora ao vivo o “estilo exuberante” (nas suas palavras) do futebol brasileiro liderado por Pelé. Mais tarde, seria um dos arquitetos do convite para o rei jogar no New York

Cosmos. Em 1986, afirmou, no jornal *The Washington Post*, que o futebol condensava os mesmos elementos da política: tensão entre estrutura e improviso, entre tática coletiva e talento individual. Em 1999, em um artigo sobre Pelé para a revista *Time*, repetiu a associação, aplicando-a ao caso do Brasil: a fascinação pela leveza coreografada do jogador era temperada pela crítica à vertigem do individualismo. Jogadores brilhavam mais pela capacidade de improvisar do que pelo respeito a esquemas táticos.

Essa compreensão seria difícil de dissociar da imagem que formara da política brasileira na visita de 1962. O relatório apresenta um teatro de personalidades vibrantes, instituições fracas e compromissos instáveis, como um time com alguns jogadores excepcionais, mas indisciplinado e refeito da própria desorganização. Não por acaso, Kissinger também comparou a política brasileira em 1962 às “lutas pelo poder dos príncipes italianos da Renascença”: era um teatro de ambições individualistas, com um cenário de alianças voláteis.

No dia seguinte à consagração brasileira no Chile, em 18 de junho de 1962, segunda-feira, Henry Kissinger regressou aos Estados Unidos convencido de que a Aliança para o Progresso não cumpria seus objetivos no Brasil e que seria difícil formular qualquer programa de ajuda econômica que se convertesse em influência política:

É bastante fácil observar que a Aliança para o Progresso não está funcionando. Muito menos claro, contudo, é identificar que tipo de programa de ajuda americana poderia ter êxito ou como, no Brasil, se poderia converter a ajuda econômica em influência política. [...] Embora exista descontentamento econômico, este não é a principal fonte da dificuldade. Para a ajuda econômica aliviar a agitação política, é necessário que os beneficiários dessa ajuda estejam comprometidos com uma política moderada e democrática. É preciso que haja um grupo dirigente que compartilhe alguns de nossos propósitos e concorde com uma apreciação comum da realidade. No Brasil, porém, tais condições não existem.

Kissinger deduz que o reformismo da esquerda avançava com convicção, enquanto o centro e a direita revelavam-se incapazes de formar uma alternativa robusta, comprometida tanto com a estabilidade quanto com a democracia. O país que dera ao mundo Pelé e Garrincha revelava, na política, um centro e uma direita sem craques e torcida. Para ele, em vista da perspectiva de uma ditadura de esquerda, não

fazia sentido deixar de apoiar as forças de extrema direita, uma vez que existiam setores mais moderados ou de centro: “A real dificuldade é que os elementos democráticos ainda devem ser criados.” A conclusão do relatório é anticlimática:

Os Estados Unidos são bastante apreciados no Brasil, e Kennedy é extremamente popular. O problema é desenvolver um grupo de pessoas sinceramente dedicadas à democracia; usar o bom senso para separar os amigos dos inimigos e ter a determinação de apoiar nossos amigos no difícil caminho para a estabilidade. Isto é uma série infeliz de platitudes [e], honestamente, não tenho uma ideia clara de como conseguir esse objetivo.

Nesse contexto, se esgotaria rapidamente a paciência dos Estados Unidos com a espera por um centro ou uma direita no Brasil que fosse viável politicamente e confiável aos olhos dos americanos. Já no dia 30 de julho de 1962 – pouco mais de um mês depois da viagem de Kissinger –, o embaixador Lincoln Gordon se encontrou com John Kennedy na Casa Branca. O presidente americano decidiu “fortalecer a espinha dos militares” brasileiros, instruindo que se indicasse a eles – discretamente – que Washington não se oporia a uma intervenção contra João Goulart.

Na ocasião, Gordon também conseguiu a aprovação de um repasse de 5 milhões de dólares para financiar candidaturas conservadoras nas eleições estaduais, uma ingerência direta na política interna brasileira. Essa

reunião no Salão Oval pode ser vista como o momento em que os Estados Unidos perderam os escrúpulos de apoiar os setores golpistas no Brasil.

Não há evidência concreta de que o relato de Kissinger tenha contribuído diretamente para a mudança de política, mas essa é uma hipótese que não pode ser descartada, tanto mais se considerada a proximidade das datas.

O cancelamento da visita de Kennedy ao Brasil foi uma das primeiras sinalizações públicas de que os americanos tinham chegado à conclusão de que Godot afinal não chegaria ao Brasil. É desanimador lembrar que isso ocorreu quando os Estados Unidos eram governados por pessoas progressistas no espectro político daquele país.

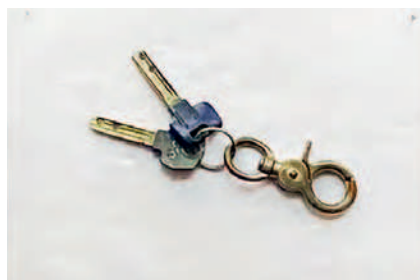
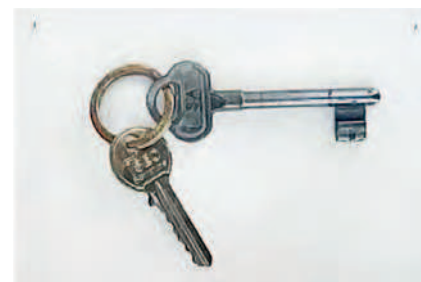
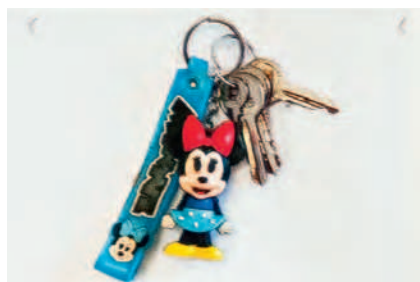
Pouco depois, Kissinger romperia com a administração Kennedy, para só se reaproximar dos democratas na gestão de Lyndon Johnson, como assessor extraoficial do governo, no contexto da Guerra do Vietnã. Nas primárias de 1968, apoiou Nelson Rockefeller em sua nova tentativa de se tornar candidato presidencial pelo Partido Republicano. Quem venceu as eleições daquele ano foi o republicano Richard Nixon, que convidou Kissinger para comandar a política externa americana. O tom de desânimo e estupefação que permeia o relato da viagem de 1962 ao Brasil soa hoje como um prelúdio de dois desrezos: sua indiferença futura com relação aos latino-americanos e sua falta de compromisso com os direitos humanos e a democracia ao redor do mundo. ✪



A RESPOSTA DA ARTE A GAZA

Uma noite na Bienal de Coimbra e os protestos contra o genocídio

SIMONE DUARTE, em Coimbra



A chave da casa do palestino Mahmoud está pendurada em um chaveiro de couro na forma de coração, estampado com flores pintadas à mão; o chaveiro de Abu Bassel traz a imagem de uma casa; o de Ammar tem um boneco dormindo; o de Bahaa, a figura da Minnie, a eterna namorada do Mickey; o de Sari reproduz a frase *I love you*; os chaveiros de Mazen são dois: um com o mapa da Palestina, outro com um coração. As fotografias dessas e outras chaves de palestinos ocupam três paredes do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, em Portugal.

A luz que atravessa as amplas janelas do espaço cultural torna o conjunto das 240 fotografias ainda mais íntimo e avassalador. Cercada pela

natureza de um dos locais históricos mais famosos da cidade – o Jardim da Sereia –, a exposição reúne obras de artistas judeus e de um palestino em reação à catástrofe em curso em Gaza. É uma das mostras da Anozero – Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, realizada entre 11 de abril e 5 de julho, em oito espaços da cidade.

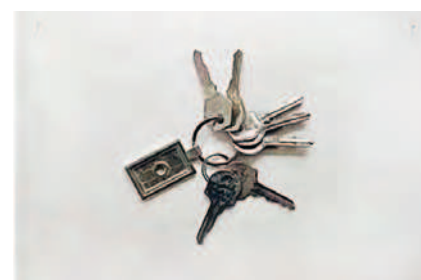
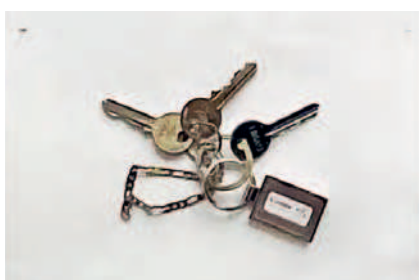
Abaixo de cada imagem das chaves, o canadense John Zeppetelli, cocurador da Bienal, escreveu a lápis o nome do dono da casa, quando teve de abandoná-la e quando ela foi destruída, onde o morador está agora e se perdeu algum parente durante a retirada forçada. Quase 2 milhões de palestinos foram obrigados a abandonar as suas casas. Em 7 de outubro de 2023, ataques terroristas do Hamas em Israel

mataram cerca de 1,2 mil israelenses no maior atentado da história do país. Em resposta à agressão, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ordenou uma ofensiva militar na Faixa de Gaza que já dura mais de dois anos e matou mais de 70 mil palestinos. Cerca de 70% dos civis mortos nas áreas residenciais foram mulheres e crianças, segundo a ONU.

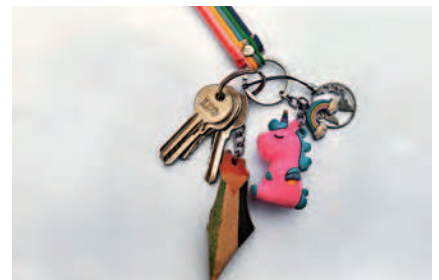
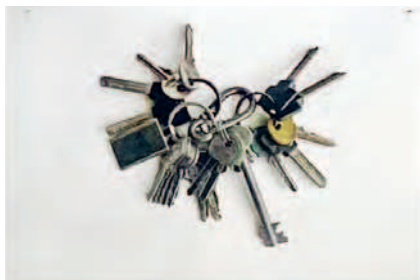
“Levei quatro dias para escrever todas as legendas”, conta Zeppetelli, enquanto observo as fotos das chaves na obra *Just in case #2*, do artista palestino Taysir Batniji. “Escrever as histórias por trás de cada chave acabou por me aproximar do artista e das pessoas. São histórias emocionantes e difíceis de quem levou uma vida a construir a sua casa para depois vê-la destruída. Gaza

tornou-se a questão moral do nosso tempo, pelo menos do ponto de vista ocidental”, afirma Zeppetelli. “Sei que há outros conflitos, como no Sudão, na Ucrânia, mas a situação na Palestina polariza muito as opiniões e era importante para mim abordar o que se passa em Gaza e mostrar como muitos artistas estão reagindo a isso.”

Sigo pela exposição. Ao fundo da galeria, em uma sala às escuras, a projeção em vídeo do céu azul de Gaza provoca uma sensação hipnotizante. É o trabalho *Death by a thousand cuts* (Morte lenta e dolorosa), do Forensic Architecture (Arquitetura forense), um grupo fundado em 2010 pelo arquiteto israelense Eyal Weizman. Sediado no Goldsmiths College, da Universidade de Londres, o grupo



Just in case #2, do artista palestino Taysir Batniji: muitas das pessoas cujas chaves aparecem na obra morreram depois de enviarem a foto. “Era muito delicado pedir que fotografassem



JUST IN CASE #2_TAYSIR BATNIJI_2024_CORTESIA DO ARTISTA E DA GALERIA SFEIR

reúne arquitetos, jornalistas, cinegrafistas, advogados e fotógrafos, que, recorrendo a métodos da arquitetura, como modelos tridimensionais e análise espacial, investigam violações de direitos humanos em todo o mundo.

O vídeo exibe imagens feitas com celular por palestinos no momento que aviões israelenses despejam papéis com a ordem de evacuação sobre a Faixa de Gaza. Uma chuva de panfletos vai se formando lentamente nos ares para o fascínio das crianças e a aflição dos adultos, que têm duas horas para deixar suas casas, conforme as ordens de Israel. Na sala do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, panfletos cobrem o chão, como uma extensão do que se vê na tela. A intensidade do azul do céu nas imagens confunde o

espectador, com os papéis em queda transmitindo uma momentânea sensação de tranquilidade. “Este projeto está relacionado com as chaves de Taysir Batniji. O que parece ser um gesto humanitário, uma folha de papel com um aviso para você deixar sua casa e não ser bombardeado, é uma farsa, já que em seguida também bombardearão a dita zona segura para onde mandaram você ir. É sinistro e destrutivo”, diz Zeppetelli.

Do lado oposto dessa sala, as vozes de outro vídeo trazem de volta a brutal realidade vivida pelos que seguem à risca as ordens caídas do céu. “Já aviso: é difícil de assistir, mas é importante”, continua o curador, ao falar de *Three days at Al-Azhar University* (Três dias na Universidade de Al-Azhar), reali-

zado também pelo Forensic Architecture. A voz em inglês do escritor nigero-americano Teju Cole é intercalada com a de uma mulher, falando em árabe. No vídeo de 12 minutos, acompanhamos a odisseia de um jovem casal da cidade de Beit Hanoun – Nádia, de 21 anos, e Ahmad, de 24 (nomes fictícios usados para proteger as suas identidades) – em seus doze deslocamentos a pé. Durante quatro meses, quase sem água, sempre sob bombardeio e cercados por tanques israelenses, eles atravessam as zonas ditas seguras, também bombardeadas, até chegarem à Universidade de Al-Azhar, ao sul da Cidade de Gaza.

No vídeo, não vemos o casal, mas ouvimos suas vozes e as de outras pessoas. As imagens são de satélites,

mostrando as movimentações militares israelenses e um mapa com o percurso que o casal foi obrigado a fazer. Nádia relata que, quando os soldados israelenses ocuparam a universidade, eles separaram os homens das mulheres e crianças. Os militares obrigaram os homens a ficar nus e andar sobre cacos de vidro. Durante três dias, foram espancados e torturados, enquanto os parentes ouviam seus gritos de agonia. Setenta e duas horas depois, os soldados anunciaram que as mulheres e crianças seriam libertadas. Nádia suplica para que deixem Ahmad e outros homens de sua família virem com ela. Na marcha perto da praia, escoltados por patrulhas e atiradores israelenses, os refugiados tornam-se presas fáceis para os navios de Israel que disparam contra a fila de pa-



suas chaves em meio aos bombardeios”, diz Batniji. “Mas pensei: preciso ter coragem de pedir. Se eu não tivesse esses dados, elas continuariam no anonimato, como se não existissem”



lestinos. Nádia conta que, durante a caminhada, ela e os parentes viram, espalhados pela areia da praia, esqueletos e corpos sendo comidos por cachorros. Nádia e Ahmad conseguem chegar vivos a uma escola.

A imagem mais forte aparece quase no fim da narração: uma foto das costas de Ahmad marcada com a estrela de Davi. Os soldados usaram um estilete para mutilar a pele do marido de Nádia. A voz do escritor Teju Cole ecoa pela sala: “Os porta-vozes de Israel abusam de sua história para justificar a campanha genocida contra os palestinos. A rotulagem violenta com a estrela de Davi – associada historicamente ao racismo europeu e ao antissemitismo – é agora praticada pelos descendentes das vítimas.” Ainda ouvimos Nádia dizer, perplexa: “Essa história vive dentro de você. Você pode visualizá-la e, de fato, senti-la, mas como descrevê-la a alguém que não é sensível ao que passamos, que está longe de nós, que não vive essa realidade? É como estar enterrada em um túmulo, sem conseguir respirar.”

A maneira como a imprensa retrata a realidade é a base do trabalho do artista visual judeu-alemão Thomas Demand exibido na Bienal. A partir de fotos de jornal, ele criou esculturas em tamanho real de papelão e as fotografou em seguida. “O resultado final é a fotografia de uma escultura que antes já era uma fotografia de jornal, o que significa que é algo três vezes afastado da realidade”, explica Zeppetelli. A mais forte das três fotos de Demand em exposição em Coimbra é *Demonstration*, feita a partir da ima-

gem de uma manifestação em Tel Aviv, em janeiro de 2023, em um dia chuvoso, quando milhares de israelenses com guarda-chuvas protestaram contra o governo. “Netanyahu queria mudar a Constituição para se livrar do escândalo de corrupção. É uma imagem muito interessante e oblíqua, que se conecta com tudo o que vemos nesta galeria”, diz o curador. Tomando como base uma foto da manifestação publicada em jornal, Demand fez esculturas de guarda-chuvas de diferentes cores, juntou todos eles em um estúdio e fotografou o conjunto. O artista sempre destrói as esculturas depois de fotografá-las.

Durante dezoito meses, entre 2021 e 2022, os fotógrafos Adam Broomberg e Rafael Gonzalez, baseados em Berlim, fotografaram oliveiras de até 4 mil anos nos territórios ocupados na Cisjordânia. Os retratos grandiosos, que já foram exibidos na Bienal de Veneza de 2024, ocupam outra sala do Círculo de Artes. A indústria do azeite é responsável pelo sustento de 100 mil famílias palestinas, mas, desde 1967, colonos e militares israelenses destruíram mais de 800 mil oliveiras em territórios palestinos. “Na ofensiva militar, a primeira coisa que fazem é destruí-las”, diz Zeppetelli. “Às vezes são queimadas pelo sinistro prazer de destruir uma árvore, que pode ter 3 mil, 4 mil anos, e é testemunha de uma história. As oliveiras são um símbolo da identidade e da resiliência palestinas. Portanto, são um símbolo importante a ser destruído em uma campanha de limpeza étnica. E Broomberg, como artista judeu, está muito

preocupado com a documentação dessas árvores.”

Adam Broomberg é sul-africano, cresceu durante o regime do apartheid e estudou numa escola religiosa judaica de orientação sionista. A sua obra, assim como a do francês Rafael Gonzalez, explora fotografia, ativismo social e engajamento político. “Este é um espaço extraordinário para estes retratos tão imponentes. A exposição não seria possível hoje nos Estados Unidos ou na Alemanha. Mas gostaria de reforçar que nenhum destes trabalhos estaria aqui se não tivesse um indiscutível valor artístico, antes de serem uma proposta de ativismo”, garante o curador.

Zeppetelli, de 65 anos, renunciou ao cargo de curador de arte contemporânea da Galeria de Arte de Ontário em setembro do ano passado, depois de uma disputa envolvendo a aquisição de uma obra da artista americana judia Nan Goldin, considerada em 2023 a figura mais influente no mundo das artes pela revista *ArtReview*. Ele conta que um membro da comissão de acervo do museu fez uma campanha interna contra a compra da obra, argumentando que Goldin, por apoiar os palestinos, era antisemita e contra Israel.

O curador estava em Berlim, em novembro de 2024, na abertura da retrospectiva de cinquenta anos de trabalho de Nan Goldin, quando ela fez um discurso manifestando sua “indignação moral pelo genocídio em Gaza e no Líbano”. A artista disse: “Antissemitismo não tem nada a ver com antissemitismo. O que eu vejo em Gaza me faz lembrar os pogroms [perseguições e massacres de judeus na Rússia e no Leste Europeu, no século XIX e início do XX] dos quais meus avós escaparam. Nunca mais quer dizer nunca mais para todos.” A expressão “Nunca mais” é associada ao compromisso assumido pelos países de que jamais permitiriam outro genocídio depois do Holocausto de 6 milhões de judeus pelos nazistas. “Foi muito corajoso da parte de uma artista judia. Ela pediu 5 minutos de silêncio pelas vítimas israelenses, palestinas e libanesas. Foi eletrizante”, relembra Zeppetelli.

A obra que o museu canadense pretendia adquirir em conjunto com a Vancouver Art Gallery, no Canadá, e o Walker Arts Center, em Mineápolis, nos Estados Unidos, era *Síndrome de Stendhal* (2024), desenvolvida ao longo de duas décadas por Nan Goldin. O trabalho reúne slides de retratos íntimos de amigos e amores da artista intercalados com imagens de obras de arte de mais de vinte museus, como o Louvre e o Prado. O título faz referência à chamada “síndrome de Stendhal”, um fenômeno psicossom-

mático associado a reações físicas intensas do espectador diante de obras de arte de beleza avassaladora. A comissão da Galeria de Arte de Ontário decidiu pela não aquisição contando 11 votos contra 9. “Eu me reunia com essas pessoas de 5 a 6 vezes por ano”, diz Zeppetelli. “Não podia continuar fazendo parte de uma comunidade que usa a posição política de uma artista contra a sua própria obra e que prefere defender um genocídio em vez do apelo de paz de uma artista judia.”

Fui em direção à Sala da Cidade, no Museu Municipal de Coimbra, outro espaço da Bienal, onde reencontrei Zeppetelli e assisti à exibição de 26 minutos dos slides da *Síndrome de Stendhal*, de Nan Goldin. Cerca de quatrocentas fotografias estão organizadas em torno de seis mitos do poema épico *Metamorfoses*, de Ovídio, com um texto narrado pela artista. *Síndrome de Stendhal* não tem nada a ver com a Palestina nem com Israel.

“Não é incrível?”, pergunta Zeppetelli ao fim da exibição. É.

Desde outubro de 2023, os ataques incessantes de Israel e a destruição maciça em Gaza têm abalado e polarizado o mundo das artes. No final de abril deste ano, o júri da 61ª Bienal de Veneza, presidido pela brasileira Solange Farkas, decidiu não permitir que concorressem ao Leão de Ouro, prêmio máximo da mostra, artistas de países cujos líderes estão sendo procurados ou acusados por crimes contra a humanidade. A decisão afetava principalmente Israel e a Rússia. O governo israelense protestou contra a decisão, gerando uma forte polêmica, e os cinco membros do júri renunciaram, faltando nove dias para a abertura da Bienal.

Em março, dezenas de artistas já haviam assinado uma carta pedindo a exclusão dos pavilhões de Israel e da Rússia (que, pela primeira vez desde o início da guerra na Ucrânia, voltou a participar da Bienal de Veneza). O artista indo-britânico Anish Kapoor afirmou que o júri foi corajoso ao renunciar, mas que também deveria ter excluído da premiação os Estados Unidos por causa de “sua abominável política de ódio e belicismo incessante”.

No dia 8 de maio, pela primeira vez em 131 anos de Bienal, uma greve de 24 horas de artistas e trabalhadores do setor cultural italiano reuniu milhares de pessoas nas ruas de Veneza. “A greve é a rejeição coletiva à normalização do genocídio na cultura e às condições precárias de trabalho da Bienal”, disseram os porta-vozes do coletivo Art Not Genocide Alliance (Aliança de arte contra o genocídio). Dos 100 pavilhões com obras de arte,

27 foram parcial ou totalmente fechados. Mais de 70 artistas de 22 pavilhões resolveram retirar suas obras da Bienal. “Palestina livre, não a Putin em Veneza”; “Israel, não se esconda, nós te acusamos de genocídio”, gritavam os manifestantes.

Depois da renúncia do júri, a organização da Bienal anunciou o Leão do Visitante, prêmio criado para que o público vote nas obras até novembro, quando serão divulgados os ganhadores. Pela primeira vez desde a década de 1980, não haverá a entrega dos tradicionais Leões de Ouro e Prata aos artistas.

“O mundo das artes e os museus vivem uma crise profunda. Eles não conseguem mostrar a verdade sobre o mundo político em que vivemos”, diz o israelense Eyal Weizman, fundador do Forensic Architecture. “O que está acontecendo em Veneza e em toda parte é que os desdobramentos dos ataques de 7 de outubro a Israel estão sendo contestados. Nós, do Forensic Architecture, transformamos a sala de aula, a universidade, o tribunal e a galeria em espaços de contestação política. Precisamos estar em toda parte, na tentativa de impedir que o genocídio dos palestinos continue. E você pode me citar, mesmo que

isso traga a polícia até aqui” diz Weizman, durante entrevista por videoconferência de Londres. Ele conta que seu grupo está produzindo provas e trabalhando com advogados no processo de genocídio movido pela África do Sul contra Israel no Tribunal Penal Internacional. “O conflito está atravessando todas essas instituições da arte, e elas terão de mudar, porque não conseguem sustentar a distância entre aquilo que os artistas estão produzindo e o que as gerações mais velhas, que controlam essas instituições, estão dispostas a permitir que eles digam.”

Eyal Weizman nasceu em Haifa, Israel. Entendeu logo cedo que a arquitetura e o urbanismo tinham um papel opressor na relação entre israelenses e palestinos. A classe média judaica vivia no alto das colinas, enquanto os palestinos eram confinados no vale. Depois de estudar arquitetura em Londres, ele trabalhou como voluntário para o Ministério do Planejamento e Cooperação Internacional da Autoridade Palestina, na Cisjordânia. Ali, chegou à conclusão de que a arquitetura e a topografia estavam relacionadas ao colonialismo de assentamento praticado por Israel. Percebeu também que muitos arquitetos

israelenses eram militares e entendeu a natureza política e o poder da cartografia. Chegou a escrever um relatório em que incriminava arquitetos pela colonização e limpeza étnica de palestinos devido à maneira como projetavam assentamentos, bairros e estradas na fronteira. A cumplicidade de seus colegas de profissão era evidente: se eles construíam dois assentamentos em Jerusalém e os dividiam por estradas, o objetivo era fazer com que os palestinos que viviam ao redor acabassem indo embora. Nos anos 1990, nas bibliotecas israelenses, fotografou e fotocopiou mapas com os duzentos enclaves palestinos porque o governo de Israel não havia cedido qualquer imagem às autoridades palestinas. “Em Israel, você precisa aprender a confiar nos seus olhos, pois estão sempre tentando evitar que você veja o que está na sua frente”, afirma ele. “Se existem ruínas de um edifício cercado de cactos, dizem que são bizantinas, quando provavelmente são de uma mesquita de uma aldeia que foi brutalmente esvaziada. O tempo todo você tem que descascar esses filtros e decodificá-los para ver e acreditar no que vê e começar a resistir.”

O Forensic Architecture nasceu da vontade de Weizman de usar a arquite-

tura para promover justiça. O trabalho do coletivo é muitas vezes comparado ao dos peritos criminais da série de televisão *CSI: investigação criminal*. Só que, em vez de atuar para governos ou forças policiais em laboratórios, o grupo faz trabalho de campo, investigando alegações da sociedade civil de abusos de poder por parte do Estado, violações de direitos humanos e crimes de guerra em todo o mundo. O Forensic Architecture tem escritórios afiliados na Cisjordânia e em diversos países, como Brasil, México, Colômbia, Grécia e Turquia, e sempre apresenta suas conclusões e evidências em fóruns públicos, como tribunais internacionais ou exposições de arte.

Em 2023, o grupo começou a catalogar de forma muito metódica toda a ofensiva militar em Gaza. Os trabalhos em exposição na Bienal de Coimbra, como *Three days at Al-Azhar University*, fazem parte de *A cartography of genocide: Israel's conduct in Gaza since October 2023* (A cartografia do genocídio: a conduta de Israel em Gaza desde outubro de 2023). “Vemos o genocídio através de uma lente cartográfica e arquitetônica, como a transformação do ambiente”, explica Weizman. “Essa é a alegação maior que o Forensic Architecture faz: se o genocídio dos judeus

PARA ENTENDER O CAOS GLOBAL

Na assinatura do
Le Monde Diplomatique Brasil
leitores da **piauí** têm

10%
de desconto
Utilize o cupom:
Piauí10



Aponte a câmera
do seu celular
para o QR Code



LE MONDE
diplomatique BRASIL

Ou acesse:
diplomatique.org.br
e apoie o jornalismo independente



durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu por meio de pelotões de fuzilamento ou câmaras de gás, o dos palestinos é por meio da destruição do ambiente. Esse é o mecanismo de morte: a destruição de cidades, hospitais, campos agrícolas, casas. O espaço, a arquitetura, o território são os instrumentos de morte. Você cria um espaço no qual a vida se torna impossível de ser vivida. É isso que demonstramos com enorme nível de detalhe, através de testemunhos, vídeos, blogs de palestinos no local, imagens de satélite, mapas do solo, sensores agrícolas, imagens tridimensionais, tudo junto.”

Pergunto sobre o que ele pensa quando vê a estrela de Davi talhada com um estilete nas costas de Ahmad no vídeo *Three days at Al-Azhar University*. “A estrela era um sinal de perseguição e vulnerabilidade. Era o símbolo que meus avós tiveram que usar nos casacos quando foram expulsos de suas casas e escravizados em campos de concentração. Esse símbolo mostra o quão violenta essa vulnerabilidade pode se tornar”, diz Weizman. “O que está acontecendo hoje em Israel é a produção da vulnerabilidade judaica junto com a supremacia judaica. O governo de Israel age como se a nossa fragilidade fosse mais preciosa do que a de qualquer outra pessoa. É uma forma patética de enxergar a sua própria vulnerabilidade e só ver a própria dor, sem conseguir enxergar que aquilo que considera autoproteção está destruindo toda uma região, as cidades, as civilizações. O governo israelense acha que isso tudo precisa desaparecer para que os judeus se sintam

seguros. Mas isso não é a tradição judaica da qual eu faço parte nem a que eu queira defender.”

Uma semana depois da minha primeira visita à Bienal de Coimbra conversei por videochamada com o artista palestino Taysir Batniji, de 59 anos, que fez o trabalho *Just in case #2*, com as chaves dos palestinos. “Quando o genocídio começou em Gaza, eu fiquei, como toda gente, paralisado, atordoado, com o que estava acontecendo. Durante um mês não conseguia trabalhar, perdi mais de cem familiares até hoje”, conta Batniji, que vive em Paris. Uma de suas irmãs e 21 parentes morreram durante um bombardeio israelense que destruiu a casa da sua família. Um de seus irmãos morreu de trombose dias depois por falta de atendimento médico. Todas as pinturas e desenhos do artista que estavam na casa foram destruídos. “Os donos dessas chaves foram expulsos de suas casas pelas tropas israelenses e forçados a se dirigir do Norte para o Sul com suas famílias, para depois descobrirem que suas casas tinham sido destruídas”, diz Batniji. “Eu queria dar a essas pessoas nomes, esperança, porque na mídia nós nos tornamos apenas números: 10 mil, 20 mil, 70 mil mortos... Eu realmente quis personalizar esta ideia de perda recorrendo aos molhos de chaves.”

Just in case #2 volta ao tema da primeira obra de Batniji, em que ele utilizou impressões em papel de chaves de palestinos forçados a abandonar a suas casas em 1948, ano da criação de Israel

e da primeira guerra árabe-israelense. A expulsão de 700 mil palestinos naquele ano é chamada de *Nakba*, que significa “catástrofe” em árabe. Examinando com atenção a nova obra de Batniji, vê-se que o chaveiro de Hatem Kamel Mohamed Dalloul traz uma chave de 1948, a da casa que seus antepassados foram obrigados a abandonar, além das chaves da sua própria casa, destruída em 2023. “A chave tem um simbolismo muito forte para nós: evoca a perda da Palestina, a expulsão dos palestinos de suas terras. De geração em geração, guardamos as chaves de casa”, diz o artista.

No início da realização do trabalho, Batniji pediu a amigos e familiares que fizessem fotos de suas chaves. Uns foram pedindo a outros, até que ele entrou em contato com uma jovem que trabalhava com deslocados na Faixa de Gaza e conseguiu cerca de 80% das imagens das chaves de *Just in case #2*. “Era muito delicado pedir que as pessoas fotografassem suas chaves em meio aos bombardeios, com a morte por todo o lado”, conta Batniji. “Eu nem ousava perguntar o nome da pessoa, onde morava, porque ela tinha saído de sua casa. Mas eu pensei: preciso ter coragem de pedir essas informações. Se eu não tivesse esses dados, elas continuariam no anonimato, como se não existissem.”

Muitas das pessoas cujas chaves aparecem na obra de Batniji morreram depois de enviarem a foto. “Foi doloroso trabalhar nesse projeto. Todos os dias, quando recebia uma série de fotos, meu estômago embrulhava. Em dado momento, a jovem que me ajudava ficou doente, e eu pensei que não importava a quantidade de chaves, pois o essencial estava lá: essas pessoas que foram deslocadas, massacradas e tiveram destruídas suas vidas, suas casas, sua memória, tudo.”

Entre os anos 1990 e início dos anos 2000, o artista se dividia entre a Faixa de Gaza e Paris. Em 2006, resolveu retornar a Gaza, mas não conseguiu: a fronteira foi fechada por causa do sequestro de um soldado israelense pelo Hamas. Batniji, que estava numa exposição na Jordânia, teve que voltar para Paris, onde começou uma saga para conseguir a cidadania francesa. “Da noite para o dia, as minhas chaves não serviam mais para nada. Fiz uma cópia delas em vidro para exprimir essa fragilidade, essa impossibilidade de voltar para casa. Chaves de vidro não abrem nada, se partem, quebram”, diz. “O governo de Israel tem carta branca do Ocidente para matar, para destruir. Essa sede de sangue por parte de Israel ultrapassa a sua própria história de sofrimento. Há um desejo permanente de destruição. Esse genocídio ultrapassou os limites do horror e da brutalidade, e ao mesmo tempo se tornou normal, banal. Há uma banaliza-

ção da crueldade, através das redes sociais. Por isso as chaves, para dar um contexto mais humano que nos toca a todos. Todos se identificam com essas imagens. A chave é universal.”

Quando foi convidado para ser curador da Anozero – Bienal de Coimbra, a sexta realizada na cidade, o historiador e crítico de arquitetura holandês Hans Ibelings resolveu chamar John Zeppetelli para trabalhar com ele. “Segurar, dar e receber” foi o tema que escolheram para o evento. “Fiquei impressionado com a raiz comum das palavras ‘exibição’ e ‘habitat’. Ambas vêm da raiz protoindo-europeia **ghabh*, que significa segurar, dar, receber. Dessas três palavras, a mais importante é ‘dar’, que pressupõe generosidade, o que mais falta no mundo hoje”, diz Ibelings. “Esta Bienal quer amparar as pessoas e oferecer abrigo.” Para os dois curadores, a mostra deveria abordar a generosidade, a ajuda mútua, a hospitalidade no mundo em convulsão no qual vivemos.

O Mosteiro de Santa Clara-a-Nova é o centro da Bienal, uma das poucas do mundo com entrada gratuita. Foi construído no século XVII no topo de uma colina para substituir o mosteiro medieval de Santa Clara-a-Velha, alvo de frequentes inundações do Rio Mondego. Em estilo barroco, ladeado por torreões (um tipo de torre), o Santa Clara-a-Nova é monumental, ocupando uma área de 97 mil m². De um lado, estão a igreja com os restos mortais da rainha Isabel de Portugal (1274-1336), canonizada pela Igreja, seu claustro, o pátio e um albergue para peregrinos que fazem o caminho de Santiago de Compostela, que passa por ali. A continuação do edifício foi ocupada por monjas clarissas (da Ordem de Santa Clara) que viveram em clausura até 1891, ano em que a última delas morreu. Depois, o local tornou-se um quartel militar. Estava abandonado quando, em 2017, o casal Carlos Antunes e Désirée Pedro, diretores da Bienal, chegaram. Nos últimos nove anos, eles tomaram conta do espaço, que foram restaurando aos poucos. O local agora corre o risco de se tornar um hotel de luxo.

A ideia de Carlos Antunes foi reabilitar três aposentos da antiga ordem religiosa. Durante o dia, os locais servem como espaços expositivos. À noite, dois deles se tornam quartos de hóspedes, e o terceiro, uma sala, preparados para serem “alugados” dois dias na semana. Como sou fascinada por *Ma nuit au musée* (Minha noite no museu), uma coleção de livros da editora francesa Stock que convida autores para dormirem uma noite num museu, candidatei-me para ser a primeira a dormir na Bienal. Durante

o evento, os visitantes podiam pernoitar no mosteiro, pagando 150 euros (cerca de 870 reais) por um quarto para duas pessoas.

Sempre que entro no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, fico estupefata com a sua construção majestosa, as pilastras colossais e o enorme refeitório de paredes forradas de azulejos. Os dois andares têm alas de corredores largos e extensos, com um pé-direito a perder de vista e duas fileiras de celas contíguas, onde dormiram as monjas clarissas por dois séculos e os soldados durante quase cem anos. Nas duas extremidades do segundo andar, escadarias dão para os dois torreões. A coruja-branca que habita um dos torreões é generosa: foi embora quando começou a Bienal, em abril, e só deve retornar no fim do evento.

Pelas janelas, tem-se uma vista inigualável de Coimbra. Nos jardins, estão as ruínas de duas capelas e edificações deixadas pelos militares. Segundo o inglês Noel Kingsbury, consultor científico para seleção de espécies em áreas vegetais, é raro encontrar um jardim com uma composição de solo e resiliência como esse do mosteiro. De vez em quando, os funcionários da Bienal avistam javalis e raposas passeando pelos 11 hectares de vegetação silvestre. Os animais fogem quando alguém se aproxima.

Durante meu pernoite no mosteiro, não vejo necessidade de ir ao jardim. Os quase 9,5 mil m² do edifício me parecem suficientes como território de exploração por uma madrugada. Às 23h30, já estou completamente sozinha no segundo piso. A única outra pessoa no mosteiro é o vigia que garante a segurança na entrada do andar térreo. As luzes, com exceção de trechos do corredor próximos ao meu quarto, estão todas apagadas. À meia-noite, de pijama e roupão, começo a caminhar em direção à obra que o curador Hans Ibelings disse ter sido o seu ponto de partida.

Antes de encontrá-la, ouço uma voz que vem do banheiro. Entro. Os espelhos em frente às pias estão tapados com papel. A voz torna-se mais nítida: *Are you there?* (Você está aí?) Vou em direção a um dos cubículos: *Can you hear me?* (Consegue me ouvir?) Vejo o pequeno espelho próximo ao vaso sanitário: *Hello!* Tudo isso faz parte da instalação sonora da artista portuguesa Luisa Cunha. Sorrio e saio com a voz repetindo as mesmas perguntas, sem parar. Respondo alto: “Estou aqui”, antes de entrar na cela onde está a obra indicada pelo curador, com as fotos do peruano Carlos Ferrand Zavala.

As imagens são de famílias construindo casas num deserto de areia no Peru. Lembro do que Ibelings contou: em 1971, o governo militar de esquer-

da, que havia tomado o poder anos antes, entregou terras para 4 mil famílias que viviam amontadas em barracas para que erguessem suas casas. O fotógrafo testemunhou o primeiro dia da cidade de Villa El Salvador sendo construída pelos próprios moradores. E voltou outras vezes ao longo dos anos. Penso nas chaves de Gaza, nas casas que não existem mais, na obra de Taysir Batniji.

Continuo a minha ronda. Entro nas três salas onde estão as peças sonoras de *A máquina de escuta 1,2,3*, instalação do artista português Vasco Araújo. Acendo as luzes e ligo a obra na tomada. Uma voz pergunta: *Are you free?* (Você é livre?); *Are you allowed to talk?* (Você tem autorização para falar?); *Can you talk to everybody?* (Você pode falar com todo mundo?). Volto a caminhar pelo corredor, deixando para trás os sons das frases em inglês que se misturam umas às outras, rompendo o silêncio do mosteiro. *Are you allowed to think?* (Você tem autorização para pensar?)

Agora, outra vez, estou na escuridão. Habituo-me a ela. Subo com muito cuidado as escadarias que dão em um dos torreões. Só vou recorrer à lanterna do celular em último caso. Paro no topo da escada e olho a réplica do meteorito que paira, suspenso, levitando sobre areia vulcânica, na obra *The desert turned to glass* (O deserto virou vidro), do canadense Charles Stankievecch.

Volto pelo corredor em direção à cela que é meu quarto. Passo por *Untitled – Moving microphone* (Sem título – microfone em movimento), da indiana Shilpa Gupta, uma espécie de arquivo poético da violência de Estado. No escuro da sala, um microfone pendurado se move lentamente, sussurrando os nomes de cem poetas de diferentes épocas e países, bem como os anos em que foram presos. O microfone e uma única lâmpada em rotação refletem a censura e a verdade silenciada. Num banco alto, sob um foco de luz, há um papel com os nomes dos mesmos poetas – que foram executados, que ainda estão presos ou foram libertados.

Nem reparo que já se passaram duas horas desde que comecei a minha peregrinação artística. As noções de tempo e espaço parecem outras. Na antessala da minha cela, ainda vejo *La chambre* (O quarto), da cineasta e artista visual belga Chantal Akerman. A câmera em movimento descreve o espaço de uma sala em 360°, com uma sucessão de objetos e naturezas-mortas: uma cadeira, frutas sobre uma mesa... Há um único sinal de presença humana: uma jovem sentada na cama, a própria Akerman. São dois planos iguais, fazendo o mesmo movimento. O terceiro plano interrompe seu percurso no meio, inverte o movimento da câmera e reenquadra a artista, que



— ELE DISSE QUE ESQUECEU O FORNO LIGADO EM CASA...

come uma maçã. Desligo o projetor e caio na cama.

Durmo profundamente por três horas. Às cinco da manhã, decido me instalar em frente à janela da sala ao lado do quarto, e reler *O perfume das flores à noite*, que a escritora franco-marroquina Leïla Slimani escreveu quando passou uma noite sozinha em Punta della Dogana, um monumento mítico de Veneza transformado em museu de arte contemporânea. Abro a janela e deixo o vento frio entrar, até o Sol começar a nascer na colina da cidade alta de Coimbra.

São oito e meia da manhã. Desço até a entrada do mosteiro e não há ninguém ali. O segurança já partiu e as assistentes da Bienal de Coimbra só chegam mais tarde. O mosteiro agora é meu. Vagueio sem rumo. Acho que consigo entender a intensa emoção que o escritor francês Stendhal sentiu em 1817 quando admirava obras de arte em Florença – a origem da síndrome que ganhou seu nome. Subo para tomar banho e estar pronta para quando a Bienal for aberta ao público.

As assistentes começam a chegar. Todas perguntam sobre o que vivi à noite, num misto de curiosidade e excitação. Acompanho a inspeção que fazem antes da abertura. As jovens acionam os programas de computador que comandam as instalações, ligam monitores e tomadas. Quando chegamos ao torreão onde está o meteorito de Charles Stankievecch, ele não está mais suspenso. Duas assistentes tentam colocá-lo em suspensão antes da abertura. Aos poucos, a realidade vai ocupando todo o espaço.

Está quase na hora de deixar o mosteiro que foi minha casa por uma noite. Uma casa talvez seja a única coisa que consegue nos dar a noção de segurança e conforto. Mesmo quando não temos uma, não é ela que procuramos? Não é sempre o lugar para onde tentamos voltar quando nos deslocamos? Não levamos para todo o lado o chaveiro com a chave de casa?

Entro em um corredor escuro. Estou sozinha. É a última obra que vejo, antes de ir embora. Caminho com cuidado para não tropeçar no chão irregular de pedra. Ouço vozes. As trevas me dão a impressão de que aqueles quase 200 metros são infinitos. Ao longe, bem ao fundo, vislumbro uma porta monumental e uma mínima fresta de luz. Os sons aumentam de intensidade: são canções, orações, choros, lamentos, em diversas línguas. A cada passo, reverberam as vozes de carpideiras, essas profissionais do luto contratadas para chorar em enterros.

Na escuridão, percebo o pé-direito altíssimo que parece projetar as vozes até o além. Estou imersa na instalação sonora da americana Taryn Simon, *Start again the lament* (Comece outra vez o lamento), que evoca a tradição milenar das carpideiras, existente em vários lugares, inclusive em Portugal e no Brasil. Aqui, as vozes que ecoam vêm de onze países, como Colômbia, Venezuela, Albânia, Curdistão e Grécia. Esse gigantesco lamento de diferentes culturas me deixa atordoada, emocionada, como se a dor de todo o mundo se manifestasse no mosteiro, como se todos nós estivéssemos chorando. ☹

O PUBLISHER MISSIONÁRIO

Como Guilherme Cunha Pereira fez da *Gazeta do Povo* seu ideário ultraconservador

FELIPPE ANÍBAL*

O burburinho que se ouvia na redação da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), tevê afiliada à Rede Globo no Paraná, indicava que algo importante estava por vir naquela manhã de sexta-feira, dia 30 de janeiro passado. Em pé, aglomeradas entre fileiras de computadores, havia duas centenas de pessoas: não só a equipe da RPC, mas também das duas rádios do grupo – Mundo Livre e 98 FM – e da divisão paranaense do portal gl. Todos esses profissionais haviam sido convocados para uma reunião a ser transmitida por internet às sucursais no interior e aos funcionários dos jornais *Gazeta do Povo* e *Tribuna do Paraná*. Juntos, esses veículos compunham então o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), um dos mais influentes conglomerados regionais de mídia do país.

Pouco antes das dez da manhã, postaram-se à frente do salão os irmãos Guilherme Döring Cunha Pereira e Ana

Amélia Cunha Pereira Filizola, sócios e executivos do GRPCOM. Minutos depois, chegou outro sócio, o advogado Mariano Lemanski. Os funcionários custaram a reconhecê-lo. Criador de cavalos da raça appaloosa, Lemanski usava um chapéu de caubói e óculos escuros.

Com um microfone em mãos, “doutor Guilherme” – como Cunha Pereira é chamado – abriu a reunião, comemorando os bons resultados do grupo em 2025. Sua linguagem corporal chamou a atenção dos ouvintes: conforme falava, foi contraindo os ombros, ficou com as bochechas enrubescidas e a voz embargada. Continuou dizendo que se sentia “confortável em passar a bola”, mas caiu em lágrimas, sem conseguir concluir. Ana Amélia, então, assumiu o microfone e explicou que a família Cunha Pereira havia vendido à família Lemanski a maior parte de sua participação acionária na RPC. O criador de cavalos acabara de assumir o comando absoluto da tevê e das rádios, deixando aos Cunha Pereira apenas a posse dos dois jornais.

Por fim, Lemanski tomou a palavra. Elogiou o diretor-geral da RPC, Eduardo Boschetti, e depois, em tom fanfarrão, dirigiu-se aos funcionários: “Amo vocês!” Ao encerrar, não se conteve e bradou vivas à liberdade e à democracia. Três funcionários que estavam na reunião disseram à **piauí** que interpretaram os brados de Lemanski como um grito de alívio para o empresário: estava encerrado, enfim, o domínio dos Cunha Pereira sobre as rádios e a tevê – considerada a joia da coroa do grupo de comunicação. Todo aquele anúncio não demorou mais do que 10 minutos.

A alteração acionária havia sido oficializada mais de um mês antes, em 19 de dezembro de 2025. A ata da assembleia geral aponta que a família Lemanski ficou com 96% das ações do grupo. Os Cunha Pereira, que tinham metade das ações, reduziram sua participação a apenas 4%, divididos igualmente entre três holdings ligadas à família. Na mesma assembleia, Ana Amélia entregou sua carta de renúncia, desligando-se da

direção do grupo, e Lemanski foi escolhido como novo diretor, para um mandato de três anos.

As partes não revelam detalhes da transação, alegando cláusulas contratuais de confidencialidade. Na imprensa local, circulou que os Cunha Pereira venderam sua participação por cerca de 300 milhões de reais, mas é provável que a cifra do negócio seja bem maior. As últimas demonstrações financeiras publicadas apontam que o grupo teve lucro líquido de 63,8 milhões de reais em 2022 e 57,6 milhões de reais no ano seguinte. A seguir nesse ritmo, a aquisição por 300 milhões será paga em apenas cinco anos. Fontes da RPC ouvidas pela **piauí** estimam que o negócio tenha girado na casa de 1 bilhão de reais.

Sem o controle da tevê e das rádios, a família Cunha Pereira permanece com os dois jornais: um de perfil popular, a *Tribuna do Paraná*, e outro, que deu na última década uma notável guinada ideológica, tornando-se porta-voz da direita ultraconservadora, a centenária *Gazeta do Povo*.

* O autor desta reportagem foi repórter da *Gazeta do Povo* entre março de 2010 e outubro de 2018.



MONTAGEM DE BETO NEUME_2026

O *publisher* Guilherme Cunha Pereira: membro da Opus Dei, ele pratica ritos de penitência, vive numa residência coletiva da prelazia em Curitiba e toca teclado nas missas no local



Ao encerrar seu vínculo com a estrutura decisória da RPC – que tem limitações impostas pelos princípios editoriais do Grupo Globo, do qual a empresa é parceira no gl do Paraná –, Guilherme Cunha Pereira sentiu-se livre para seus arrojos radicais como presidente da *Gazeta do Povo*. Em 3 de fevereiro, quatro dias depois do anúncio na redação da RPC, ele gravou um vídeo com ataques duros ao Supremo Tribunal Federal (STF), algo sem precedentes para um *publisher* na imprensa brasileira.

No vídeo, seu tom de voz era sóbrio, mas a mensagem, estridente. Ele disse que uma “anomalia institucional” se instalou no país, com “ruptura da ordem constitucional” e que o Brasil vive sob uma “ditadura do Judiciário”. Recorreu até à parábola do sapo que foi colocado na frigideira e que se acomodou pouco a pouco ao aumento gradual da temperatura do fogão – até acabar frito. “A democracia e a sociedade estão na frigideira”, comparou. E sentenciou que o Brasil está vivendo uma “autocracia pavorosa”. (Ele não achou que a democracia estava na frigideira na intentona golpista do Oito de Janeiro de 2023: a *Gazeta* publicou mais tarde um *e-book* tratando os condenados como presos políticos.)

O *publisher* também defendeu no vídeo uma mobilização social a fim de que fosse criada uma CPI “para apurar abusos de autoridade da cúpula do Poder Judiciário”. Valendo-se da primeira pessoa do plural, como um sacerdote que prega a convertidos, disse que a *Gazeta* terá um lado nas eleições: “As chances de mudança serão tanto maio-

res quanto mais conseguirmos juntos eleger lideranças no Executivo e Legislativo, especialmente no Senado.” O controle do Senado é uma das principais táticas da direita e da extrema direita para as eleições de outubro, porque, entre outras vantagens, a Casa tem a prerrogativa de cassar ministros do STF.

Dessa gravação, nasceu um programa fixo, o *Opinião na Mesa*, veiculado nos canais da *Gazeta do Povo*, em que Guilherme comenta temas do noticiário nacional e internacional. O seu alvo principal continua a ser o STF, mas ele já fez vídeos criticando as ações movidas contra líderes religiosos que atacam a homossexualidade e apoiando famílias que preferem educar seus filhos em casa, em vez de mandá-los para a escola. No debate sobre a indicação de Jorge Messias ao STF, sua posição não poderia ser outra: ampla rejeição ao escolhido por Lula. Assim, com seu próprio *publisher* expondo a imagem e a voz nas mensagens, a *Gazeta do Povo*, o maior jornal do Paraná, radicalizou sua posição de porta-voz da direita mais extremada.

Fundada em 3 de fevereiro de 1919, em Curitiba, pelos advogados Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva, a *Gazeta do Povo* nasceu se autoproclamando “um jornal imparcial”, independente e de espírito crítico, como consta do primeiro editorial: “Destina-se à defesa dos interesses gerais da sociedade, a chamar a atenção de todos e de cada um para assuntos que, direta ou indiretamente, nos interessam.” Naquele mesmo ano, o jornal apoiou a candidatura à presidên-

cia de Rui Barbosa – que acabaria derrotado por Epiácio Pessoa.

Separado administrativamente de São Paulo em 1853, o Paraná tinha apenas 39 municípios quando a *Gazeta do Povo* foi fundada (hoje tem 399). Curitiba contava com 79 mil habitantes (para efeitos de comparação, a população de São Paulo era de 570 mil pessoas, e a da cidade do Rio de Janeiro de mais de 1,1 milhão). Nessa época, a *Gazeta* concentrava sua cobertura e circulação principalmente no então chamado Paraná Tradicional, que se estendia da capital até o litoral e à região dos Campos Gerais, no centro-leste do estado.

Como era praxe nos jornais da Primeira República, a imparcialidade da *Gazeta do Povo* era só discurso. O diário fazia um jornalismo enviesado. “As matérias eram editorializadas, traziam – diferentemente do que se faz no presente – uma visão de mundo bem evidenciada”, escrevem José Carlos Fernandes e Marcio Renato dos Santos, no livro *Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo*, lançado em 2010 pelo próprio jornal.

Aos poucos, a *Gazeta* foi construindo seu público, até se tornar, em duas décadas, o jornal mais lido da capital paranaense. Segundo o anuário de publicidade de 1949, tinha a preferência de 34% dos curitibanos, batendo os concorrentes *Diário da Tarde* (24%) e *O Dia* (22%). Por essa época, a *Gazeta* já tinha adotado um perfil moderado, livrando-se de tensões com o Estado Novo e de confrontos com o governo estadual.

Apesar de manter leitores fiéis, nas décadas seguintes o jornal entrou em apuros financeiros, com dificuldades para acompanhar as mudanças na imprensa. As limitações técnicas também eram grandes, em razão de seu parque gráfico obsoleto. Em 1962, quando se encontrava em estado falimentar, atolada em dívidas e sem conseguir sequer pagar os funcionários, a *Gazeta* foi comprada pelos advogados Edmundo Lemanski – que entrou com o dinheiro – e Francisco Cunha Pereira Filho – que empenhou seu capital social no negócio.

Nascido em Porto Alegre e filho de um ferroviário, Lemanski tinha se mudado para Curitiba na segunda metade dos anos 1940, disposto a fazer fortuna. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), casou-se com a filha do banqueiro Raphael Pappa, dono do Banco Comercial do Paraná (Bancial) – da qual se separou mais tarde – e se tornou diretor do banco. Na *Gazeta*, Lemanski ficou responsável pela administração financeira. “Minha meta diária sempre foi pensar em como aumentar as vendas do jornal e torná-lo

rentável”, disse em entrevista ao seu próprio jornal, em 2009.

Francisco, por sua vez, era filho da elite local. Seu avô materno, o médico João Cândido Ferreira, era considerado um herói da Revolução Federalista (1893-95) e chegou a presidente interino do Paraná (um cargo equivalente ao de governador). Seu pai, Francisco Cunha Pereira, era de Minas Gerais, mas fez carreira de magistrado no Paraná. Depois de passar por repartições importantes do Tribunal de Justiça, tornou-se desembargador e presidiu o Tribunal Regional Eleitoral. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Curitiba.

Na juventude, Francisco filho era tido como o melhor partido da cidade. Advogado eloquente, com modos de *gentleman* e aparência de ator hollywoodiano, ganhou o apelido de Chico Beleza. Em 1956, quando estava com 30 anos, em um baile de Natal no tradicional Clube Curitibano, chamou sua atenção uma moça que lembrava a atriz Grace Kelly. Era Teresinha Döring, de 15 anos, que em 1957 seria eleita “o broto do ano” pela revista *Alta Sociedade*. Os dois se enamoraram, mas tiveram que esperar um bom tempo para se casar, em dezembro de 1963. A festa do casamento durou dois dias. Foi esse homem que passou a conduzir os rumos da *Gazeta*, adquirida em sociedade com Edmundo Lemanski.

Francisco Cunha Pereira Filho entrou de cabeça na rotina do jornal. Chegava de manhã e só ia embora depois que a edição do dia era enviada para as rotativas. Sua sala tinha uma aura solene. A mesa em que trabalhava, de madeira maciça escura, ficava sobre um patamar um pouco mais elevado, de modo que ele sempre olhava do alto para os visitantes, afundados em poltronas postadas à frente.

Logo de início, criou uma coluna que flutuava pelo jornal a cada edição e que consistia em uma foto-legenda na qual se registrava a “visita à redação” naquele dia. Com a criação da coluna, “representantes da sociedade organizada viriam à redação expor seus projetos, saindo em nota com fotos na edição do dia seguinte”, escreveram Fernandes e Santos, no livro sobre o jornal. “Ficou declarado naquele pequeno espaço editorial que a redação da *Gazeta* tinha uma porta sempre aberta para a sociedade paranaense.” Não apenas a do Paraná. Francisco, que quase nunca saía nas fotos, passou a receber líderes políticos nacionais, da direita à esquerda, sindicalistas e empresários, inclusive Lula, que o visitou em 2002, quando fazia campanha para a Presidência. A coluna se manteve por quatro décadas.

O *publisher* também estabeleceu uma máxima para a nova era do jor-

nal: “Os governos e os governantes passam, mas a *Gazeta* deve permanecer.” Todas as matérias a serem publicadas eram submetidas ao crivo de Francisco, que não se acanhava em cancelar o que pudesse melindrar lideranças ou parceiros. Nessas ocasiões, telefonava para a pessoa que tinha sido alvo da reportagem, dizendo que ela não precisava se preocupar, porque não seria publicada. Assim, ele atravessou décadas sem se indispor com nenhum político, exceto o governador Roberto Requião. (Em um dos episódios da disputa, Requião e seu partido, o PMDB, espalharam pelo estado outdoors nos quais se lia: “A *Gazeta do Povo* mente.”) Durante a ditadura militar, o diário não fugiu à regra. Em entrevista ao próprio jornal em 2009, Lemanski disse que encarou o golpe de 64 como a “retomada da tranquilidade após a ameaça que os subversivos causavam à ordem”. E concluiu: “Nunca tivemos problemas com a ditadura porque o jornal era imparcial.”

Da mesma forma, o diário passou a acomodar interesses diversos, focando a cobertura na agenda da cidade, com um jornalismo ligeiro e pouco aprofundado. Na página 2 chegou a ter um espaço destinado apenas às “boas notícias”. Por tudo isso, a *Gazeta* ganhou

a pecha de chapa-branca. Francisco também se deixou seduzir pela ideia de estimular debates públicos e “grandes causas”, atribuindo ao seu jornal a missão cívica de desenvolver o Paraná, o que o levou a deflagrar dezenas de campanhas com ampla cobertura da *Gazeta*. Algumas acabaram bem, como o movimento para que o estado recebesse royalties da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Outras, como a da inclusão do Paraná na rota do gasoduto Brasil-Bolívia, deram em nada.

Dois anos depois da compra, os sócios Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski já tinham colocado as finanças da casa em ordem. Em 1969, deram mais um passo, comprando a TV Paranaense – a futura RPC. Foi o início do que viria a ser o maior grupo de comunicação do estado. Adulado por empresários, políticos e autoridades, Francisco gostava de aparecer em inaugurações de escolas e em audiências solenes da Assembleia Legislativa do Paraná, ou no Congresso em Brasília. “Não raro, a redação parava para assistilo na tevê, quando marcava presença em algum evento e fazia discursos. Nasceria para o púlpito”, dizem Fernandes e Santos, no livro sobre a *Gazeta*.

Ao longo das décadas seguintes, os sócios promoveram constantes atuali-

zações no parque gráfico e fizeram da *Gazeta* o diário mais lido do Paraná. A empresa faturava tanto com assinaturas quanto com publicidade e classificados. Ficou famosa em Curitiba a fila para anunciar nos classificados, que chegava a dobrar a esquina da Praça Carlos Gomes, o endereço de sua sede. Nos anos 1990, quando Francisco já tinha ultrapassado os 70 anos de idade, o jornalismo da *Gazeta* começou a dar sinais de esgotamento. A pauta era preguiçosa e sem apuro investigativo. A diagramação parecia antiquada. Era preciso planejar não só a modernização da *Gazeta*, mas dar os primeiros passos para definir a sucessão no comando do jornal – e “doutor Guilherme” entrou em cena.

Segundo dos quatro filhos de Francisco e Terezinha, Guilherme Döring Cunha Pereira é um homem gentil e reservado, de 60 anos. Magro e de ombros estreitos, tem as sobrancelhas levemente arqueadas e os cabelos castanho-claros penteados para a direita. Usa ternos simples – nunca de marcas renomadas. Com um tom de voz suave e formal, recorre a perguntas retóricas e contrai levemente os lábios ao concluir cada pensamento. Nunca levanta a voz, mas,

quando contrariado, fica corado e lança ao interlocutor um olhar severo.

Embora raramente altere seu ponto de vista, ele costuma dizer para seus interlocutores: “Me convença e mudo de opinião.” Flerta com a teoria da justiça do filósofo americano John Rawls, que defende que as regras de uma sociedade justa, baseadas na igualdade de oportunidades, devem ser definidas de forma imparcial. Também costuma mencionar o educador Stephen Covey, autor de *Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes*. “Eu vejo o Guilherme como um grande intelectual, como um cara muito preocupado com a sociedade. E ele tem o ponto de vista dele”, diz o advogado e jornalista Rhodrigo Deda, que foi repórter e editor executivo da editoria *Vida Pública*, na *Gazeta*. “Ele é um cara simples, muito simples, que gosta de conversar, de entender as coisas. É o tipo de pessoa de quem você pode divergir, mas que está sempre aberta a discutir.”

Quando fazia direito na UFPR, em 1983, apesar dos recursos e da posição da família, Guilherme ia para a faculdade de ônibus e se vestia com modéstia. Andava pela escola com o agasalho das aulas de educação física, enquanto seus colegas já vestiam

Estúdio Pulso



PROGRAMAÇÃO
JUL-DEZ 2026

28.07

Guinga

25.08

Tulipa Ruiz

29.09

Zé Ibarra

27.10

Cícero

24.11

Alaíde Costa

08.12

Bem Gil &
Moreno Veloso



ÀS TERÇAS 19H - 01H
INÍCIO DO SHOW 20:30H

PULSO
HOTEL

RUA HENRIQUE MONTEIRO
154, PULSO HOTEL



COMPRA
SEU INGRESSO



ternos. “Ele era disciplinado, discreto e estudioso”, recorda o ex-deputado e ex-prefeito de Curitiba Gustavo Fruet (PDT), contemporâneo de Guilherme na faculdade.

Naqueles anos, o jovem entrou para as fileiras do Opus Dei, prelazia ultraconservadora da Igreja Católica, formada principalmente por leigos. A “Obra” (como é chamada por seus membros) parte do princípio de que a santidade não está restrita aos sacerdotes, mas pode ser buscada por todos os cristãos na vida cotidiana, especialmente por meio do trabalho e da vida familiar. Apesar de não contar com um número expressivo de membros – são cerca de 150 fiéis em Curitiba, em torno de 3 mil no país –, o Opus Dei costuma arrebanhar adeptos com alta posição social.

Guilherme se tornou um numerário, o adepto que assume um compromisso ainda mais intenso com a vida espiritual e as missões da Obra. Além de fazer votos de castidade, pobreza e obediência, alguns numerários praticam ritos de penitência, como o uso do cilício, uma espécie de corrente, geralmente usada na coxa, com ganchos pontiagudos que entram na carne conforme se aperta o instrumento. O Opus Dei acredita que o ritual de mortificação corporal aproxima os fiéis de Jesus Cristo, que sofreu na cruz.

A opção religiosa fez com que Guilherme também passasse a residir, até hoje, em uma casa da prelazia. Ele mora no Centro Mauá, um espaço de formação do Opus Dei que serve de residência coletiva. É um edifício de quadro andares, com tijolos à vista e jardim

bem cuidado, lembrando um pequeno hotel. Entrando-se no segundo andar percebe-se que é um prédio religioso: sobre um aparador há três fotos do monsenhor Josemaría Escrivá, o espanhol fundador do Opus Dei, e perto dali um oratório onde se rezam missas diárias. Nos outros andares, moram três sacerdotes e dez numerários – entre eles, Guilherme, que toca teclado ou órgão durante as missas no oratório. Na casa da prelazia, que a **piauí** visitou, ninguém quis falar sobre ele.

No fim da década de 1990, quando foi convocado pela família para integrar a direção da *Gazeta*, Guilherme tinha dado outro rumo a sua vida, distante dos negócios familiares. Com mestrado em direito comercial e doutorado em direito da comunicação, defendido na USP, ele começou a advogar e dar aulas na Faculdade Cásper Líbero e residia em uma casa do Opus Dei em São Paulo. Quem o conhece diz que seu plano era permanecer nessa cidade e fazer carreira jurídica. Mas voltou a Curitiba, atendendo ao chamado da família, e passou a ajudar na gestão do jornal, ao lado do pai e da irmã Ana Amélia, formada em jornalismo pela UFPR e que começara na *Gazeta* antes dele, como repórter e criadora do *Caderno G*, dedicado a temas culturais.

Uma das primeiras decisões da dupla foi fazer uma reforma gráfica e editorial na *Gazeta*. Para isso, Guilherme convenceu o pai, Francisco – que continuava a presidir o jornal –, a contratar uma consultoria da Universidade de Navarra, fundada na Espa-

nha pelo mesmo Josemaría Escrivá e ligada ao Opus Dei. A reformulação foi concluída em 1998 e deu uma cara mais moderna ao jornal. Outra mudança: Guilherme cismou com os classificados de massagistas e acompanhantes para fins sexuais. Mesmo representando uma fatia considerável da arrecadação, ele cortou os anúncios que considerava imorais.

Em 2000, a família Cunha Pereira se envolveu em um caso que chegou ao noticiário nacional. Francisco Cunha Pereira Neto, irmão mais velho de Guilherme e mestrando em física quântica, estava de casamento marcado com Valéria Colombo, estudante de educação artística. Segundo a revista *IstoÉ*, faltando menos de um mês para o casamento, Guilherme e o pai entraram no apartamento do casal, acompanhados de uma equipe médica, e internaram o noivo à força. Guilherme disse ao Ministério Público que “a família separou o casal porque o irmão é esquizofrênico”. Tal condição afastou Francisco Neto dos negócios familiares.

Em meados da década de 2000, por questões de saúde, Francisco saiu em definitivo do jornal – e os filhos Guilherme e Ana Amélia assumiram de vez o comando. “São dois temperamentos completamente diferentes. A Ana Amélia é absolutamente extrovertida, falante. E o Guilherme é mais introvertido, mais reflexivo, mas muito preparado”, diz o jornalista e professor Carlos Alberto Di Franco, amigo da família Cunha Pereira e também membro do Opus Dei.

Juntos, os irmãos continuaram a construir uma nova *Gazeta*. A contagotas, demitiram antigos funcionários e começaram a apostar em coberturas mais robustas. Logo viria a fase das grandes reportagens. “A gente correu solto”, lembra Oscar Röcker Neto, que ocupou um posto de editor naqueles anos e chegaria a chefe de redação. “Se o doutor Francisco não tivesse se afastado, talvez a gente não tivesse tido aquela liberdade toda. E o Guilherme e a Ana Amélia deram aquela liberdade porque queriam se posicionar e acabar com aquele ranço do passado, da *Gazeta* chapa-branca”, avalia.

Apesar de Guilherme e Ana Amélia atuarem em conjunto, era a opinião dele que costumava prevalecer. Em reuniões, quando ela manifestava algo que desagradava o irmão, ele lançava um olhar de repreensão. Se ela insistisse na argumentação, Guilherme a interrompia, dizendo “Ana Amélia, depois eu te explico isso”, encerrando o assunto. Em março de 2009, um mês depois de a *Gazeta* completar 90 anos, Francisco Cunha Pereira Filho faleceu, aos 82, em decorrência de uma parada cardiorrespiratória. Coube a Guilherme assumir o papel de *publisher*.

Repórter da sucursal da *Gazeta do Povo* em Foz do Iguaçu, Mauri König investigava, em julho de 2003, um esquema de furto de carros integrado por policiais civis. Os agentes suspeitaram que König estava fazendo uma reportagem sobre eles, e o jornalista, sentindo-se ameaçado, deixou a cidade às pressas e foi se refugiar em Curitiba. Foi então que König teve seu primeiro contato com Guilherme, que estava substituindo o velho Francisco, afastado temporariamente por questões de saúde. Depois de ler a reportagem editada, Guilherme sugeriu ao repórter algumas alterações, como dizer que os policiais tinham sido “lenientes” com o furto, em vez de cravar que participavam do esquema de furtos. “Eu me sentei na mesa, na frente dele, que foi muito cortês, um *gentleman*, na verdade”, lembra König. “Discordei do termo ‘lenientes’ e de uns três ou quatro que ele queria mudar. E ele cedeu, mantendo o texto exatamente como eu tinha feito.” Publicada em 13 de julho daquele ano, a reportagem é um marco no jornal, pois deixou claro que a *Gazeta* estava apta a fazer jornalismo investigativo.

Em janeiro de 2004, porém, apareceram indícios de que a mudança não seria tão tranquila. König tinha passado nove dias no Paraguai, apurando que propriedades rurais compradas por brasileiros no país vizinho estavam sendo invadidas por sem-terra paraguaios. A primeira reportagem da série foi diagramada como manchete da edição de domingo. König comprou o jornal, mas não encontrou a matéria. Uma editora lhe contou que tinha sido derrubada por ordem do velho Francisco, que havia voltado ao trabalho. Indignado, o repórter informou que se demitiria.

No dia seguinte, König foi chamado à sala de Guilherme, que o demoveu da ideia de se demitir. “Ele disse: ‘Me dá um tempo, eu e a Ana Amélia vamos conversar com meu pai para entender o que aconteceu e publicar seu material’”, conta o repórter. Cerca de duas semanas depois, entre 11 e 15 de janeiro de 2004, a série de reportagens foi publicada na íntegra. Guilherme tinha, efetivamente, batallado pela publicação. Ele explicou a König que o pai vetara o material por receio de provocar “um conflito diplomático” entre Brasil e Paraguai.

Apesar da intervenção de Guilherme, ainda havia resistência dentro da própria redação, da parte dos que eram fiéis a Francisco. Algum tempo depois, König produziu uma reportagem especial sobre a fome no Paraná, intitulada *Devorados pela miséria*. Contava a história de uma família na cidade de Mangueirinha cujas condições de vida

eram tão extremas que as pessoas faziam um “rodízio” na hora da alimentação: a cada dia, um comia um pouco mais que os outros. A foto escolhida para abrir o texto, feita por Albari Rosa da Silva, retratava os pés descalços de um menino de 5 anos, com os dedos deformados, tomados por bichos-de-pé.

Um dos chefes de reportagem se recusou a publicar a matéria. König o ouviu dizer que não concordava com “essa opção terceiro-mundista do jornal”. Para driblar a resistência interna, outra chefe de redação, Claudia Belfort, optou por publicar na edição de sábado, dia 3 de julho de 2004, considerada menos nobre e, portanto, com menos vigilância interna. A matéria estabeleceu um novo marco na redação: venceu o Prêmio Esso, na categoria Regional Sul, e recebeu menção especial nos Prêmios Ibero-Americanos pelos Direitos da Infância. As fotos ganharam menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog.

Guilherme exultou. Com carta branca do *publisher*, o jornal passou a desenvolver uma cultura de grandes reportagens investigativas. Vieram o reconhecimento nacional e vários prêmios. O exemplo mais celebrado é a série de reportagens *Diários secretos*, sobre funcionários-fantasmas na Assembleia Legislativa do Paraná, produzida em 2010, em parceria com a RPC. Assinado por Katia Brembatti, Karlos Kohlbach, James Alberti e Gabriel Tabatcheik, o material está entre os mais premiados do jornal. Provocou, além disso, um movimento estadual pela moralização na política.

Na *Gazeta*, König conquistou também o prestigioso Prêmio Maria Moors Cabot, conferido pela Universidade Columbia. (Segundo ranking do *Jornalistas&Cia*, é o repórter brasileiro com mais prêmios internacionais.) Outra série de reportagens, feita por ele e mais três jornalistas, focou em desvios da cúpula das polícias Civil e Militar. Ameaçados, os repórteres passaram a andar com escolta armada, custeada pela *Gazeta*. König chegou a sair do país. Guilherme sofreu ameaças veladas e teve que lidar com uma série de pressões do governo do Paraná. Ainda assim manteve a publicação da série até o fim e seus desdobramentos. “Ele, como *publisher*, como herdeiro do grupo, tinha esse poder de bancar essas reportagens”, diz König. “Achava que isso era importante para marcar uma posição social do jornal e para produzir mudanças sociais, que acreditava ser o papel do jornalismo. O problema é o tipo de mudança e os métodos que ele passou a usar mais tarde.”

No início de 2009, um caso ocorrido no interior do Pernambuco chamou a atenção do país: uma

menina de 9 anos de idade engravidara, depois de ter sido estuprada pelo padrasto, no município de Alagoinha. A criança tinha 36 kg, 1,32 metro de altura, o que tornava a gestação de altíssimo risco. O episódio gerou debates acalorados em torno do aborto legal, provocando reações extremas de setores da Igreja Católica. Um dos nomes mais engajados nesse embate foi o arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, que defendeu fervorosamente que a menina deveria dar à luz. Por fim, a gestação foi interrompida. Dom José excomungou todos os envolvidos no procedimento – da mãe da menina aos médicos.

Em Curitiba, ainda antes de o aborto legal ser realizado, Guilherme determinou que seu time de editorialistas redigisse um editorial defendendo o arcebispo e argumentando que a gestação deveria ser levada até o fim. A então editora de *Opinião*, Maria Sandra Gonçalves, teve que se desdobrar: apontou que soaria mal ao jornal se envolver de forma tão ferrenha em um tema tão sensível à sociedade. O editorial acabou não sendo publicado. Foi uma das raras vezes em que Guilherme voltou atrás em suas convicções.

Bem antes disso, em 2004, o jovem repórter Pedro Carrano havia feito uma reportagem de capa para o caderno *Fun* – voltado ao público adolescente –, tratando de questões de gênero. “A matéria buscava explicar o que era transgênero, transexual, travesti, crossdressing”, relembra o jornalista. Com o caderno já diagramado, o então diretor de redação, Arnaldo Cruz, vetou a publicação. Uma prova de impressão com a reportagem chegou às mãos de Guilherme, que concordou com o veto e fez picadinho das duas páginas. Como não havia tempo hábil de diagramar um novo material para ocupar o espaço da reportagem censurada, o caderno semanal simplesmente não circulou. A reportagem nunca foi publicada. “O José Carlos Fernandes [editor do caderno] fez o que pôde para tentar publicar o material”, diz Carrano.

Com os dogmas do Opus Dei debaixo do braço, Guilherme é um fervoroso crítico do aborto e um defensor da família tradicional. “Em seus editoriais, a *Gazeta* nunca teve nenhuma dificuldade em se posicionar, mesmo de maneira contramajoritária em temas bem polêmicos”, diz Maria Sandra Gonçalves, a editora de *Opinião*. “Como fazer a defesa da vida, ao invés da defesa do aborto, como a maioria dos jornais.”

Desde a chegada de Guilherme à *Gazeta*, todos sabiam sua relação com o Opus Dei. Na década de 2000, quando publicações colocaram a Obra sob a luz dos holofotes (como *O código Da Vinci*, de Dan Brown, e *Opus*



BENETT 2026

Dei: os bastidores, de Dario Fortes, Marcio Fernandes da Silva e Jean Lauand), Guilherme reuniu seus editores e promoveu uma espécie de tira-dúvidas com a redação, respondendo perguntas sobre a Obra. Na ocasião, ele confirmou que é celibatário e faz uso do cilício. Na mesma década, a *Gazeta* enviou seus editores a São Paulo para cursos de aperfeiçoamento ministrados pelo Master Negócios de Mídia, um braço do Ise Business School, que tem um convênio com o Opus Dei. O próprio Guilherme ministrou um módulo do curso. Em uma confraternização dos alunos, o diretor-geral do Master, Carlos Alberto Di Franco, levantou um brinde ao autor de *O código Da Vinci*.

À *piauí*, Di Franco contou que fez brindes a Dan Brown não uma, mas inúmeras vezes. “Porque *O código Da Vinci* levou a uma, digamos, crise de imagem, que foi ótima para o Opus Dei. O Opus Dei tinha uma postura muito mais reativa e passou a ter uma postura propositiva”, afirmou. Sobre o fato de o ideário de Guilherme ter se tornado cada vez mais presente na *Gazeta do Povo*, Di Franco disse: “Claro que ele tem suas convicções e entende, de alguma maneira, que elas podem ser úteis para o país. Nesse sentido, eu acho legítimo e creio que, de fato, ele tem essa aspiração [de influenciar a sociedade].”

Em Curitiba, no início dos anos 2010, a *Gazeta* passou a realizar um Programa de Desenvolvimento de Jornalismo, o “masterzinho”, voltado aos repórteres da casa. Além de contar, entre outros, com alguns professores da Universidade de Navarra, o

curso tinha dois módulos ministrados por Guilherme. Em um deles, o executivo versava sobre direito da comunicação. Em outro, mais etéreo, abordava as virtudes na perspectiva aristotélica. Defendia que não se nasce virtuoso, mas que a virtude se forja pelo hábito e que a felicidade reside no exercício constante das virtudes. Por essas e outras, em tom de galhofa, os participantes apelidaram o “masterzinho” de “catecismo”.

Guilherme tinha obsessão em identificar as pessoas com poder de transformar a sociedade. Semanalmente, promovia rodadas em que ouvia políticos, secretários de Estado, empresários e outros líderes. As reuniões eram realizadas na sede da RPC ou da *Gazeta* e contavam com a participação da cúpula dos veículos, além de alguns repórteres de áreas afins. Guilherme também almoçava com lideranças, com a mesma finalidade. “Em regra, eu fazia uma apresentação de algum tema, depois era sabatinado. O Guilherme parecia ver aquilo como uma missão”, diz Gustavo Fruet, que, quando era prefeito de Curitiba (de 2013 a 2016), participou algumas vezes das rodadas e almoçou com o *publisher*. “Ele queria saber sobre política, a fim de fazer uma avaliação de conjuntura, mas também saber o que eu pensava sobre aspectos espirituais, como se fosse uma tentativa de sondagem. Era uma tentativa de diálogo, mas também de se certificar sobre envolvimento religioso”, conta Fruet.

Na redação, Guilherme costumava questionar o perfil dos personagens das reportagens. Lamentava que as matérias



não tratassem tanto como ele gostaria de pessoas com filhos e reclamava que falassem de muitas mulheres que haviam se separado para viver com independência. Queixava-se como se a redação conspirasse para destruir a família tradicional. Por isso, alguns editores acabavam filtrando os conteúdos para não desagradar o dono. Há casos que beiram o ridículo. Numa reportagem sobre o imposto de renda, o jornalista entrevistou um casal homoafetivo. No processo de edição, por excesso de zelo, a palavra “casal” foi trocada por “dupla”. Quando o material editado chegou à sua mesa, o então chefe de redação, Oscar Röcker Neto, achou a troca uma bobajada e retomou o termo “casal” no texto. Röcker Neto, que trabalhou na *Gazeta* de 2003 até 2012, sabia das preferências de Guilherme, mas achou a mudança era inofensiva. “Eu não imaginava que, depois, aquilo chegaria ainda mais longe.”

Em 2010, Maria Sandra Gonçalves foi nomeada diretora de redação da *Gazeta do Povo*, o cargo mais importante do jornal. Era a primeira mulher a exercer o posto e também a primeira indicação de Guilherme e Ana Amélia para o comando do jornal. A nomeação foi uma surpresa, já que a jornalista tinha apenas 39 anos, nenhuma experiência executiva e liderava uma editoria, a de *Opinião*, de menor relevância no jornal. Como editora, ela participava das reuniões semanais em que os sócios do jornal, o diretor e o chefe de redação decidiam os rumos dos editoriais e definiam as linhas da cobertura dos temas mais relevantes. No curso des-

ses encontros, Gonçalves acabou compreendendo como o *publisher* pensava e estabelecendo afinidade com ele.

Gonçalves permaneceu no cargo até meados de 2015. Em 2017, já com Leonardo Mendes Júnior na diretoria de redação, o jornal saiu em definitivo do armário. Em um projeto conduzido por Guilherme e sem paralelo na imprensa nacional, a *Gazeta* publicou um manifesto editorial ultraconservador intitulado *Nossas convicções*. “É um conjunto de textos que explicitam de uma maneira um pouco mais sistemática qual é a visão de mundo do jornal, qual é o seu DNA imutável”, diz Mendes Júnior à *piauí*. Ao longo de 28 textos, a *Gazeta* seguiu um padrão corrente – é ultraconservadora nos costumes e liberal na economia. É contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, contra o aborto, contra qualquer estrutura de família que não seja a tradicional. É a favor do Estado mínimo, da livre-iniciativa, do mercado livre. “É como se a gente dissesse naquela época: ‘Esse aqui é o ideário que nos guia’”, afirma Mendes Júnior, hoje diretor de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*. “As pessoas passam a ter mais condições, olhando para isso, de entender se aquele veículo faz sentido para elas ou não e também se está sendo coerente com o que elas defendem.” Para ele, enfim, é uma questão de transparência.

Enquanto vivia seu melhor período jornalístico, empilhando prêmios e começando a ganhar um certo reconhecimento nacional, a *Ga-*

zeta do Povo sofreu um desajuste em suas contas, entrando no vermelho. Não era uma particularidade do diário paranaense, mas algo que afetou indistintamente os jornais brasileiros ao longo da década de 2010. Os veículos impressos passaram a perder receita de publicidade para a internet e, depois, para as redes sociais. Mesmo ampliando sua audiência digital, os diários se viam com dificuldades para monetizar seus sites e manter os anunciantes, cada vez mais atraídos pelo mundo digital.

Com o descompasso, a *Gazeta* passou a cortar na própria carne. Houve uma série de passarálhos – o jargão usado na imprensa para definir as demissões em massa. Os desligamentos chegaram a tal ponto que o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Paraná criou o “demissômetro”, para alertar periodicamente sobre os cortes. Segundo a entidade, entre 2011 e 2015, a *Gazeta* mandou embora 59 jornalistas. (Uma década antes, em 2004, a redação contava com 150 jornalistas; hoje são 94 profissionais, incluindo gestores e todo o departamento comercial.) Em 2015, Mauri König, o principal representante da fase premiada do jornal, também foi demitido.

O enxugamento afetou em cheio o jornal, que se viu obrigado a reduzir as pautas. As reportagens especiais e investigativas foram se tornando mais raras até morrerem por asfixia. “À medida que o problema financeiro se agravou, o desafio foi se tornando maior e minando o ânimo das pessoas”, lamenta Maria Sandra Gonçalves.

Nessa fase, ela promoveu reuniões com as diferentes editorias da *Gazeta* para anunciar uma nova orientação. Mencionando a Regra de Pareto (que diz que 80% de resultados provêm de 20% de causas), ela disse que o conteúdo do jornal, até então, era 80% baseado em critérios jornalísticos e 20% influenciado pelos interesses dos leitores. A partir daquele momento, a proporção se inverteria porque era preciso satisfazer os leitores para aumentar a audiência. À *piauí*, Gonçalves diz não se lembrar dessas reuniões, mas relata que existia, sim, uma linha editorial de “ter mais presente a opinião do leitor, para que a conexão aumentasse”.

Com o prejuízo anual crescendo ano a ano, Guilherme acelerou as mudanças. Demitiu Gonçalves e, em outubro de 2015, confiou a direção de redação a Leonardo Mendes Júnior, então com 36 anos. Outra vez, a decisão surpreendeu. Mendes Júnior tinha sido um bom repórter de esportes, mas não tinha experiência executiva. Apenas dois meses e meio antes, ele assumira a edição executiva de uma pasta que congregava as editorias de *Vida e Cidadania*, *Vida Pública* e

Mundo. Logo de saída, houve a sinalização de que o impresso deixaria de ser prioridade. Além disso, o formato da *Gazeta* mudou de *standard* para *berliner*, que é mais compacto. As edições de fim de semana (sábado e domingo) deixaram de circular, dando lugar a uma revista.

A partir de então, o jornal passou a planejar a sua “virada”, nas palavras de Mendes Júnior. Em 2017, saiu do papel o projeto que se assentava em um tripé. Foi extinto o jornal impresso, cujo conteúdo migrou para o universo digital (manteve-se apenas a revista de fim de semana), nacionalizou-se a cobertura e o público-alvo, e escancarou-se a linha editorial de ultradireita. Na reunião em que apresentou o novo modelo à redação, Mendes Júnior celebrou a ousadia. “Nós seremos o *case*”, disse.

Ainda no primeiro semestre de 2017, a *Gazeta do Povo* ampliou seu time de colunistas, trazendo nomes alinhados à direita, como Rodrigo Constantino e Leandro Narloch. Logo no início, Mendes Júnior deixou claro que as convicções do jornal não ficariam restritas aos espaços editoriais e de opinião, mas deveriam perpassar todo o conteúdo, incluindo as reportagens. Mesmo as fontes a serem ouvidas deveriam ser alinhadas à perspectiva do jornal. Era o fim da pluralidade e da objetividade. “Se você tem como algo crucial a visão de um veículo, não faz muito sentido isso ficar restrito à área de opinião, ao editorial”, afirma Mendes Júnior.

Aos poucos, com a ascensão da ultradireita no Brasil, o jornal começou a atrair uma audiência ideológica, capturando leitores de outros estados. Segundo Mendes Júnior, em 2018, quando Jair Bolsonaro venceu a eleição, o número de assinantes de fora do Paraná superou os do estado. “E isso, sim, é um atestado de que a nacionalização estava caminhando”, ele diz. Naquele ano, a *Gazeta* declarou apoio veemente a Bolsonaro, catapultando a audiência. Em outubro, mês das eleições, apostando em um conteúdo editorializado, o jornal registrou 33,7 milhões de usuários únicos em seu site, tornando-se o veículo digital mais lido do país. As assinaturas dispararam. O jornal online fechou 2017 com 50 mil assinantes. Em 2025, tinha 140 mil.

Ao mesmo tempo, a *Gazeta* começou a reduzir seu prejuízo, embora ainda amargasse um rombo milionário. Antes da virada, o déficit anual estava na casa dos 40 milhões de reais. Em 2017, o saldo negativo caiu para a dos 30 milhões de reais. Em 2018, 20 milhões. O buraco era coberto pelo superávit do grupo, principalmente pelos lucros da RPC. “Na época, eu vi esse projeto como a melhor oportuni-

dade que a *Gazeta* tinha. Era onde realmente valia colocar as fichas”, diz Mendes Júnior. Conforme um acordo coletivo de trabalho protocolado em abril de 2025, a meta da *Gazeta* era fechar o ano passado com saldo negativo de 2,7 milhões de reais.

Apesar da crise atravessada pela *Gazeta*, dinheiro não é um problema premente para os Cunha Pereira. A família tem participação em pelo menos 36 CNPJs, que somam um capital social superior a 137 milhões de reais. Além de holdings e empresas de comunicação, tem negócios em construtoras, imobiliárias, concessionárias de automóveis e até em uma empresa de aquicultura que produz camarões. Guilherme é sócio e presidente da Faculdade Belavista, em São Paulo, voltada aos cursos de direito e economia, que tem entre os parceiros a Universidade de Navarra e outras instituições ligadas ao Opus Dei.

A radicalização conservadora e a inclinação à extrema direita política do veículo não se devem, claro, unicamente ao viés financeiro. “A virada era um caminho que permitia ampliar o alcance das convicções, dos valores defendidos por Guilherme”, diz Mendes Júnior. “O problema do Guilherme é que ele acha que tem uma missão divina para cumprir na Terra. Essa missão divina é a plataforma dele, que ele vai promover mundos e fundos para fazer virar”, afirma Oscar Röcker Neto, ex-chefe de redação. A opção do *publisher* pelo bolsonarismo, diz ele, tem mais a ver com o aborto do que com aspectos propriamente políticos: “Se você garantir que vai vetar o aborto de tudo quanto é jeito, todo o resto, para o Guilherme, se justifica.”

A *Gazeta* persistiu em seu avanço rumo à direita radical. Demitiu o único colunista identificado com o progressismo, o paranaense Rogerio Galindo – e contratou Alexandre Garcia, Guilherme Fiuza e J.R. Guzzo. “O que eu posso te dizer é que Galindo não foi demitido por ser de esquerda, Galindo não foi demitido porque criticava o Bolsonaro”, diz Mendes Júnior, sem, no entanto, informar o real motivo da demissão. Mais tarde, o jornal acrescentou ao seu corpo de articulistas o senador Sergio Moro (PL-PR), o deputado federal cassado Deltan Dallagnol e o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG).

O *e-book* que o jornal lançou defendendo a intentona golpista do Oito de Janeiro é assinado por Cristina Graeml, ferrabrás da direita gestada nos corredores da *Gazeta* e que agora tenta uma carreira política. Depois de perder a eleição para a Prefeitura de Curitiba em 2024, ela deve disputar uma vaga ao Senado. Outros *e-books* editados pela *Gazeta* seguem a mesma linha, como

O fim da democracia no Brasil, que reúne textos com críticas ao STF, *A vida e obra de Bento XVI*, elogioso ao conservadorismo do papa alemão, e *Cristofobia: como o Ocidente está se curvando ao medo*, escritos por vários autores.

No dia 18 de março, a *Gazeta do Povo* publicou um editorial em que defendeu a conversão da prisão de Bolsonaro em regime domiciliar por razões humanitárias. “Não é privilégio, mas sensatez”, diz o jornal, aludindo ao estado de saúde do ex-presidente, condenado a 27 anos e três meses. Em 2019, Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão de Lula, morreu de câncer. Na ocasião, o petista estava preso em Curitiba e foi impedido, não de ir para a prisão domiciliar, mas apenas de comparecer ao velório. Em sua coluna na *Gazeta*, Rodrigo Constantino escreveu na época que “desumano é fazer palanque político em velório de parente”.

Em junho de 2021, Guilherme Cunha Pereira concedeu uma entrevista ao amigo Carlos Alberto Di Franco, transmitida pelo YouTube. Nela, o *publisher* deixou claro que a radicalização da *Gazeta do Povo* ocorreu porque ele enxergou “uma grande oportunidade” no fato de não haver no Brasil veículos da grande mídia posicionados de forma incisiva à direita. “Essa oportunidade, curiosamente, não tem a ver prioritariamente com uma questão tecnológica, tem a ver com uma questão de conteúdo e convicções”, disse o executivo, que, em seguida, resumiu o ideário da *Gazeta*: “Nós somos mais liberais em termos sociopolíticos e econômicos, né? E mais conservadores em termos de comportamento, em termos de preservação e proteção da família, da vida. E nós achamos que [esse] é o posicionamento de boa parte dos brasileiros.”

Guilherme disse que as últimas pesquisas apontam que cerca de 80% dos brasileiros são contrários ao aborto. “O que nos surpreendia é o fato de não haver veículos que traduzissem essa mesma visão”, afirmou o *publisher*. Há nuances. Em uma pesquisa do Datafolha em 2024, 66% dos brasileiros se declararam contrários ao projeto de lei do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que pretendia equiparar a pena para o aborto à prevista para homicídio, inclusive em casos hoje considerados como aborto legal. O projeto de lei provocou grande reação na sociedade. Até hoje não foi votado. A mesma pesquisa apontou que 59% dos brasileiros são a favor de alguma forma de aborto.

À *piauí*, Di Franco elogia o projeto capitaneado por Guilherme. Avalia que, com o caminho adotado, a *Gazeta* conseguiu melhorar seus resultados, fidelizando leitores ao deixar



explícito seu posicionamento político e nacionalizar seu conteúdo. “Eles simplesmente passaram a dar uma credibilidade e uma visibilidade a uma visão que já tinham. E essa visão casou com uma demanda de uma parcela importante do leitorado brasileiro”, afirma Di Franco. “Você pode gostar mais ou gostar menos, mas é indiscutível que eles conseguiram um resultado muito impressionante do ponto de vista de projeto.”

Quem ajudou a construir a reputação jornalística da *Gazeta* lamenta os novos rumos. Para Mauri König, o veículo “regrediu 150 anos”, em termos jornalísticos, retornando ao modelo adotado no século XIX, quando os jornais se restringiam à publicação de textos opinativos e enviesados. “A *Gazeta do Povo* é o retrato do que o Guilherme pensa para a sociedade e que é manifestado por meio dos colunistas e das matérias editorializadas que produz sobre os temas de interesse dele”, diz König.

Ao mudar de rumo, o veículo se desfez do ideal do velho Francisco – aquele segundo o qual “os governos e os governantes passam, mas a *Gazeta* deve permanecer”. Röcker Netto chama a atenção para o fato de o projeto de nacionalização da *Gazeta* ser diametralmente oposto ao viés “paranista” defendido por Francisco. “O Guilherme jogou o legado do pai dele no lixo, porque abandonou o Paraná. Tanto é que o projeto da *Gazeta*, hoje, não tem a ver com o Paraná, mas com reunir esse nicho de extrema direita espalhado pelo Brasil”, diz Maria Sandra Gonçalves

ves também lamenta que o jornal tenha abandonado a cobertura de temas do estado. “O que sinto falta é daquele serviço, daquela conexão bem local.”

Alegando ter um acordo de confidencialidade sobre a venda de sua participação na RPC, Guilherme não quis falar com a *piauí*. Depois de quatro pedidos de entrevistas, o *publisher* me telefonou em 11 de março e, em tom amigável, disse que sua “linha sempre foi de abertura”, mas que não haveria como conceder entrevista sem “abordar o tema da transição que ocorreu e do próprio negócio [da venda das ações da RPC]”. Entretanto, respondeu rapidamente sobre sua decisão de participar dos vídeos editoriais da *Gazeta*. “Acho que o momento pedia, talvez, o posicionamento. E a própria equipe entende que o fato de você ter uma cara tem um peso de consistência, dá mais identidade e mais força”, disse.

Ao encerrar a conversa, afirmou, de maneira cordial: “Boa sorte aí e espero que faça um belo trabalho. Imagino que eu não vá gostar muito, mas pode ficar tranquilo. Respeito profundamente. Pessoas diferentes têm visões diferentes. Posso até discordar, mas sei que é o esforço de fazer uma leitura da realidade da melhor maneira possível.” Dias depois, em 23 de março, Guilherme gravou um novo vídeo. Estava menos cordial. Atacou o Supremo, pediu o impeachment de Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e defendeu uma CPI para investigar os “abusos de autoridade no âmbito dos tribunais superiores”. ★

O PETRÓLEO É NOSSO

A distante Oiapoque, no Amapá, quer se transformar em uma nova Dubai

CAMILLE LICHOTTI

A empresária Lilma da Silva Campos, de 50 anos, abriu a porta de seu escritório e tomou uma lufada gelada do ar-condicionado, um alívio instantâneo para o calor amazônico do lado de fora, em dezembro passado. “Champagne!”, exclamou, ao se deparar com uma garrafa embrulhada em papel celofane sobre sua mesa. “E ainda é francês, da Moët & Chandon.” Depois de examinar o rótulo por alguns segundos, a dona do Chalets Paradis (Chalés Paraíso, em francês), uma pousada no município de Oiapoque, no Norte do Amapá, me explicou que ganhara a bebida de um de seus hóspedes mais fiéis. “No fim do ano o pessoal costuma trazer muito champanhe da Guiana Francesa.”

A maior parte de seus clientes vem do departamento ultramarino francês, cuja fronteira com o Brasil é quase toda delimitada pelo leito do Rio Oiapoque. De barco, a travessia de um país ao outro dura em torno de 10 minutos. O trajeto pela Ponte Binacional Franco-Brasileira, que liga a cidade de Oiapoque à franco-guianense Saint-Georges-de-l’Oyapock, pode durar mais de uma hora.

As filas à beira do rio se formam antes de o Sol nascer em Oiapoque. Sentadas em bancos de concreto nos pontos de embarque, famílias inteiras da Guiana Francesa aguardam sua vez

de embarcar de volta para Saint-Georges, cheias de malas e sacolas de compras. Os franco-guianenses aproveitam a desvalorização do real para comprar em mercados e lojas do lado brasileiro. Frequentam os restaurantes e passeiam nos fins de semana, movimentando a economia da cidade, que é geograficamente isolada do resto do Brasil.

Os brasileiros fazem o caminho oposto, em direção à Guiana Francesa, em busca de algum serviço informal que lhes pague na moeda local – o euro. O garimpo ilegal é o mais comum. A rua que beira o rio no lado brasileiro amanece engarrafada de picapes dos garimpeiros, sujas de lama, nas quais são embarcados mantimentos e combustível para abastecer os garimpos da Guiana Francesa. No vaivém dos pontos de embarque, cambistas se oferecem para trocar dinheiro, apesar de não ser necessário em Oiapoque: o comércio na cidade aceita pagamento em real, euro ou ouro. Fala-se português, francês e um pouco de crioulo franco-guianense.

Há também os brasileiros que vão à Guiana Francesa em busca de oportunidades mais sólidas. Foi o que aconteceu com os pais de Lilma Campos, um pescador e uma vendedora ambulante que cruzaram o rio com a família depois que a Vila Taperebá, onde moravam, praticamente deixou de existir.

Em 1980, com a fundação do Parque Nacional do Cabo Orange, a área da vila foi integrada a uma reserva ambiental de proteção integral, o que restringiu a pesca e outras atividades na região.

A vida era difícil para a família de Campos à beira do Rio Cassiporé, na Vila Taperebá. Sem água encanada nem esgoto, ela e os nove irmãos tinham de tomar banho na água barrenta da pororoca e almoçar sentados no chão da casa sem mobília. Precisavam remar por quilômetros para buscar água potável nos igarapés. “Eu ia para a escola toda tuíra”, lembra a empresária, usando uma expressão local que é sinônimo de pele escamosa ou ressecada. “Hoje eu só uso creme da Dior.” Enquanto fala, as pulseiras e braceletes de ouro tilintam em seu braço. No colar, ela carrega um crucifixo grosso, também de ouro.

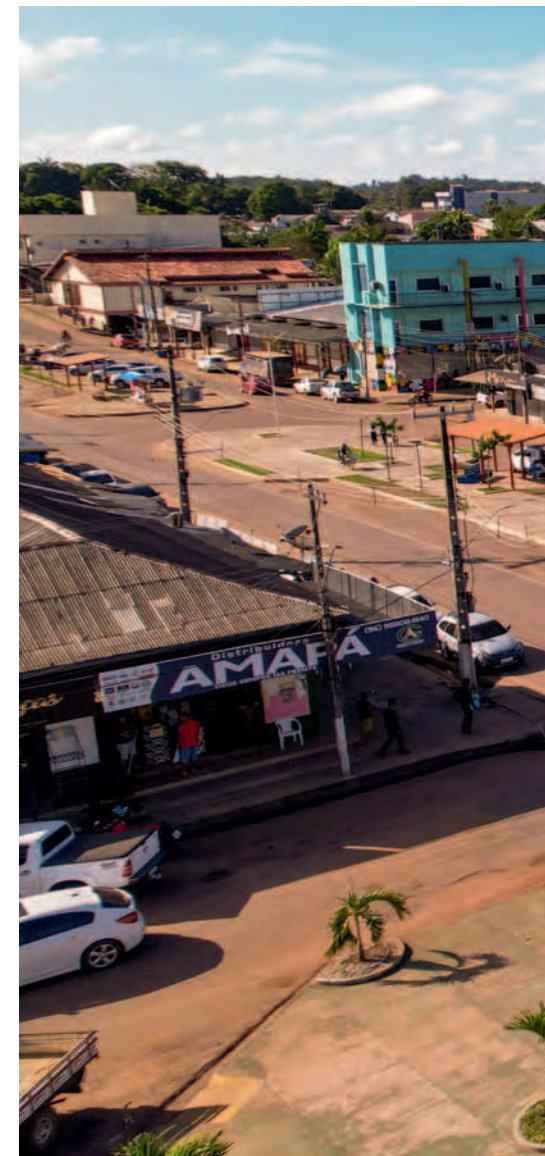
Na Guiana Francesa, Campos estudou, casou e teve filhos. “Mas a cidade que me deu oportunidade de ascensão foi Oiapoque”, diz. Em 2012, ela comprou a chácara onde funciona a sua pousada, com dezessete chalés de madeira, de no máximo 30 m² cada, equipados com camas de casal e beliches. As construções são simples, mas a propriedade se destaca na vizinhança formada por casas precárias e ruas sem asfalto. Logo na entrada há uma loja, onde são vendidos suvenires, artesanato indígena, rou-

pas, biquínis e bijuterias. Num pátio circular e aberto funciona um bar de drinks e o restaurante de comida brasileira, com espaço para quase cem pessoas. A pousada conta ainda com uma piscina e, na área externa arborizada, um lago ornamental. Ali, Campos vende aos turistas europeus a oportunidade de imersão num pedaço brasileiro da Floresta Amazônica.

Ela emprega atualmente 23 pessoas, fora as diaristas e os funcionários temporários. Cem fornecedores locais abastecem a pousada, onde Campos está construindo agora um spa que vai oferecer serviços de massagem, cabeleireira e manicure. Por ser uma das principais empresárias da cidade, ela está à frente da Associação Comercial e Industrial de Oiapoque (Acoi) desde 2017. Hoje a entidade representa 98 empresas.

Da infância na Vila Taperebá, ela também se lembra de ver helicópteros das empresas petrolíferas sobrevoando a região enquanto brincava com as outras crianças. “Naquela época já se falava dessa bacia de petróleo. A gente não dava importância porque não sabia nada de nada.”

O primeiro poço na costa do Amapá foi perfurado em janeiro de 1970 e não encontraram nem óleo, nem gás. Mesmo assim, as espe-



Obelisco em praça de Oiapoque: políticos creem



que a cidade, cujo orçamento atual é de 12 milhões de reais por mês, receberá uma enxurrada bilionária de royalties por ser a mais próxima do bloco exploratório de petróleo na Foz do Amazonas

dições e pesquisas continuaram nos anos seguintes, e representantes das petrolíferas chegaram a fazer contato com indígenas isolados da região. Em dezembro de 1978, uma nova perfuração detectou pela primeira vez a existência de petróleo na área, mas em quantidade “subcomercial”.

O primeiro bloco de perfuração na Foz do Amazonas foi ofertado na primeira licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 1999. O leilão realizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso ocorreu na esteira da privatização da exploração de petróleo no país, até então monopolizada pela Petrobras. O único bloco disponível acabou arrematado por um consórcio de cinco empresas: BP Energy do Brasil, Esso, Petrobras, Shell e British-Borneo Oil & Gas. Na época, a Foz do Amazonas estava longe dos holofotes – a estrela do leilão era a Bacia de Campos. O interesse aumentou conforme surgiam novas descobertas geológicas. A indústria pressionou pela abertura de novas áreas exploratórias depois do frisson causado pelo pré-sal na década de 2010.

O bloco de exploração FZA-M-59, a 175 km da costa da cidade de Oiapoque, foi cedido inicialmente a um consórcio entre a empresa britânica BP e a Petrobras, em maio de 2013, no

11º leilão da ANP. No ano seguinte, o Ibama iniciou o processo de licenciamento ambiental, a pedido da BP, majoritária no consórcio. O trâmite se arrastou por anos, com sucessivos pedidos de esclarecimento e complementação feitos pelo Ibama.

A BP, ao lado da Petrobras, uniu esforços com a Queiroz Galvão Exploração e Produção (que passou a se chamar Enauta em 2019 e hoje integra a Brava Energia) e a francesa Total E&P do Brasil – duas outras petrolíferas com concessão de blocos na Foz do Amazonas – para obter um diagnóstico ambiental conjunto, evitando que o Ibama tivesse que analisar o pedido de licenciamento de cada uma das empresas. Mas a estratégia não deu certo. Em 2018, o Ibama negou o licenciamento a cinco blocos da Total, que recorreu da decisão, sem sucesso. A empresa então abandonou o consórcio. A BP ainda corria para cumprir as exigências de seu processo no Ibama, construindo uma base de proteção à fauna, quando também resolveu abandonar a operação, em abril de 2021. Vendeu a titularidade do bloco FZA-M-59 para a Petrobras (a estatal informou que o valor da transação é confidencial). A partir de então, o cenário mudou.

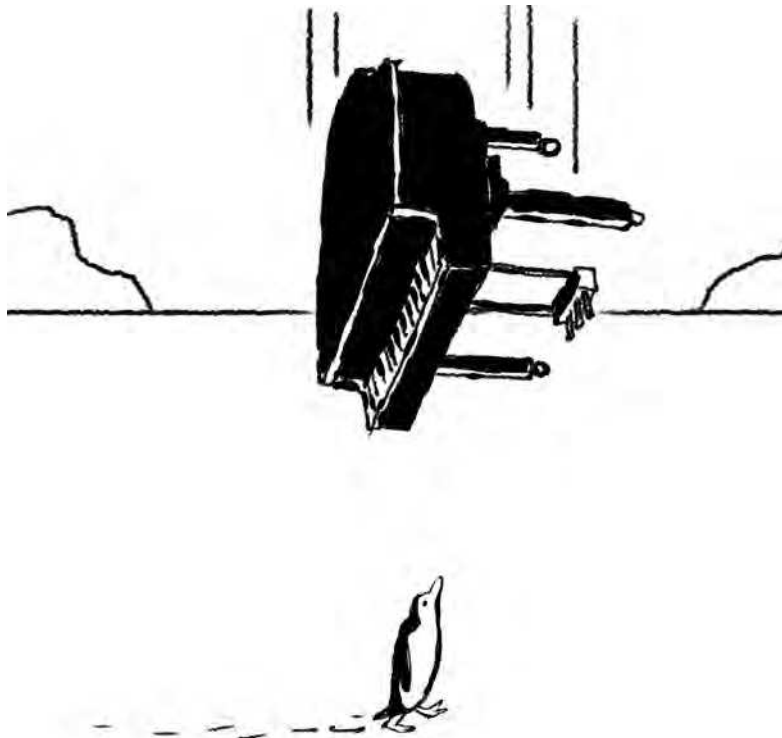
Em maio de 2023, o Ibama voltou a negar a licença para perfuração do bloco porque a estatal não demonstrara ter

capacidade de responder a um eventual vazamento de óleo, entre outras inconsistências técnicas. O instituto também destacou que a falta da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), que nunca havia sido realizada na região, era um empecilho para a sua análise. Em resposta ao resultado negativo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acionou a Advocacia-Geral da União (AGU) para emitir um parecer em favor da empresa. A AGU atendeu o pedido.

A Petrobras entrou com recurso e o Ibama aceitou reconsiderar a decisão, desde que recebesse documentos complementares. Em fevereiro de 2025, um parecer assinado por 29 analistas ambientais do Ibama recomendou novamente que o órgão recusasse a licença do bloco FZA-M-59, alertando que, mais uma vez, a estatal não comprovara estar aparelhada para enfrentar um acidente – o que colocaria em risco o maior complexo de mangues do mundo, além de recifes de coral, animais, a Foz do Rio Amazonas, a população do Amapá e a da Guiana Francesa. Com a máquina pública pressionando a favor da licença e tentando contornar as resistências do Ibama, a licença para a campanha exploratória acabou sendo finalmente concedida no dia 20 de outubro de 2025. Ela serve para aferir se, de fato, existe petróleo em escala comercial.

A ex-presidente do Ibama Suely Araújo, que negou o licenciamento para a Total, avalia que os problemas identificados no processo da empresa francesa em 2018 se repetiram no material entregue pela Petrobras, especialmente no que diz respeito à capacidade de lidar com um eventual vazamento de óleo. “A modelagem não tem a precisão necessária para uma operação tão arriscada”, diz ela. “Na região existem correntes marítimas fortíssimas. Ninguém questiona a capacidade da Petrobras em termos de tecnologia. Mas ela não tem experiência de exploração com essas correntes. Nem a Petrobras nem ninguém.”

Hoje na coordenação de políticas públicas do Observatório do Clima – uma rede de entidades ambientais –, Suely Araújo vê a licença do bloco FZA-M-59 como uma “porteira” que a Petrobras queria abrir para destravar a exploração de petróleo em toda a Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte. Ao longo da Margem Equatorial, 69 blocos estão em fase de estudo, 33 deles operados pela estatal. “Se o Ibama já aceitou a exploração em um parecer, qual argumento terá para negar as outras?”, questiona Araújo. Ela não se lembra, entre as mais de mil licenças ambientais que assinou, de alguma na



qual tenha havido interferência da AGU no processo de licenciamento.

A pressão pública pela liberação foi capitaneada pelo presidente Lula e pela atual presidente da Petrobras, Magda Chambriard, sob o argumento de que a perfuração aconteceria de forma “extremamente segura”, sem risco de danos ambientais por acidente.

O primeiro acidente ocorreu menos de dois meses depois do início da operação, em 4 de janeiro de 2026. Houve vazamento de 18 mil litros de fluido de perfuração, e o trabalho teve de ser interrompido para reparos. A Petrobras afirmou que o acidente teve baixo risco ambiental. O Ibama aplicou uma multa de 2,5 milhões de reais pela descarga do fluido no mar, já que qualquer tipo de substância química pode afetar o frágil ecossistema que existe ali.

Em 2024, a diretora de Exploração e Produção da estatal, Sylvia dos Anjos, havia dito que a existência de recifes de coral na Amazônia é *fake news* científica. A Petrobras não comentou a declaração da diretora, mas afirmou, em nota, que realizou inspeção no entorno do poço e não encontrou corais. Os analistas ambientais, por outro lado, argumentam que o mar não respeita o limite quadrangular desenhado para o bloco FZA-M-59. O Grande Sistema de Recifes da Amazônia se estende por 9,5 mil km² da costa, segundo um texto publicado na revista *Science Advances* em 2016. Pode ser até maior e mais diverso do que se sabe, como indicam dados analisados em outro artigo, publicado em 2018 na *Frontiers in Marine Science*. Já em 2022, em nova publicação desta mesma revista, 21 pesquisadores compilaram as principais informações sobre o sistema recifal, indicaram os impactos da exploração de petróleo e ressaltaram a “baixa qualidade” dos estudos de im-

pacto ambiental realizados nos processos de licenciamento brasileiros.

Quando o Ibama concedeu a licença à Petrobras, em outubro passado, um grupo de funcionários da estatal hospedados em Oiapoque organizou um churrasco no terraço de um hotel para comemorar a decisão. Eles haviam começado a chegar à cidade tão logo a empresa assumiu o processo de licença ambiental, em 2021. A partir de 2023, conforme os estudos avançavam, a presença dos servidores e de funcionários das subsidiárias foi se intensificando. A orientação da Petrobras era que eles não usassem uniforme em público e evitassem contato com a população, para não gerar especulações, e também com a imprensa.

Mas foi quase impossível que passassem despercebidos. De quinze em quinze dias, desembarcavam dezenas de novos funcionários, lotando os hotéis. Aos poucos, os forasteiros se integraram à cidade e hoje já circulam notícias de que alguns deles estão investindo em imóveis em Oiapoque.

A Petrobras anunciou que até março deste ano concluiria seu trabalho de verificar se há petróleo em escala comercial na região. Mas em junho passado ainda não havia apresentado suas conclusões. A estatal diz que a perfuração está prevista para terminar em agosto. As expectativas são altas porque a multinacional Exxon Mobil Corporation descobriu uma reserva de quase 11 bilhões de barris de petróleo na costa da Guiana (a antiga Guiana Britânica), que faz fronteira com os estados de Roraima e Pará, também na Região Norte.

A Guiana, que tem características geológicas semelhantes às do Amapá e da Guiana Francesa, já chegou a produzir 900 mil barris por dia, quantida-

de igual à extraída em Omã, no Oriente Médio. Em 2024, o país sul-americano teve o maior crescimento de Produto Interno Bruto (PIB) no mundo. Isso é mais que suficiente para fazer brilhar os olhos de qualquer gestor público e da população que pode se beneficiar diretamente da exploração petrolífera. Não foi diferente em Oiapoque, que ocupa posição estratégica para a operação da Petrobras.

A euforia na cidade e no estado chegou ao auge no dia 7 de novembro passado, menos de um mês depois da concessão da licença para a Petrobras. Nesse dia, o governador do Amapá, Clécio Luís (União Brasil), fez uma apresentação para os empresários de Oiapoque ao lado de Wagner Fernandes, servidor da equipe logística da Petrobras na cidade. Os dois exibiram mapas, gráficos e números para mostrar que a “era do petróleo” estava próxima e que os moradores precisavam se preparar para ela. “O Oiapoque está no centro das atenções do mundo, porque a soberania do Brasil vai sair do Oiapoque”, afirmou Fernandes na ocasião.

O governador sugeriu que os empresários colocassem, por ora, o francês de lado (a língua do país vizinho) e aprendessem inglês para facilitar a relação com investidores internacionais, que já se mostravam interessados no petróleo amapaense. Orientou a classe empresarial da cidade a “refinar o paladar” e apostar em empreendimentos mais sofisticados, como charcutarias, espaços com bons vinhos e produtos da melhor qualidade possível para satisfazer o público que Oiapoque receberá no futuro.

“Dizem que isso aqui vai explodir de dinheiro”, comenta Lilma Campos, a dona da pousada e presidente da associação de empresários, que participou do encontro com o governador. Os mais empolgados falam que Oiapoque vai se transformar em uma nova Dubai. Como marco da futura era de progresso, foi inaugurado no fim do ano passado o primeiro prédio com elevador da cidade. A fachada do edifício é na cor salmão. No térreo funcionam uma loja de roupas e uma perfumaria. Os três andares acima abrigam um hotel.

Apesar de ter apenas 30 mil habitantes, Oiapoque é conhecida por contar com muitos hotéis e pousadas (segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá são 26), ocupados principalmente pelos franco-guianeses e forasteiros atraídos pela fronteira. A demanda por quartos agora é ainda maior. Em dezembro passado, praticamente todos estavam lotados. Foram reservados pela Petrobras com meses de antecedência.

As ruas principais da cidade, mais próximas ao rio, têm asfalto irregular e estão repletas de canteiros de obras de

futuros prédios, que receberam investimentos de empresários locais, além de franco-guianeses, franceses e até chineses. Campos diz que a chegada da Petrobras deu “uma injeção de dinamismo” na classe empresarial. Ela vê nesse impulso a única chance de erguer ali uma cidade “de Primeiro Mundo mesmo”, com todas as coisas que Oiapoque não tem: transporte público, asfalto em todas as ruas, escolas e creches que não sejam adaptações de casas abandonadas, coleta de esgoto, Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), cinema e uma praça bem planejada. “Eu sou pelo desenvolvimento”, diz ela. “Não quero jamais viver na caverna, mana. Já saí de lá.”

Para dar à população oiapoquense a dimensão da dinheirama que o petróleo poderá trazer, os políticos da cidade recorrem a uma estimativa de pagamento de royalties feita pelo economista Adriano Pires, analista de setor energético do canal por assinatura CNN Brasil. Defensor da exploração na Bacia da Foz do Amazonas, Pires trabalhou como assessor da Agência Nacional de Petróleo e em 2022 foi chamado por Jair Bolsonaro para comandar a Petrobras, convite que recusou em meio a uma investigação de conflito de interesse. Em suas contas, ele prevê uma produção de 1,1 milhão de barris de petróleo por dia na Foz do Amazonas. Essa projeção, que Pires diz conservadora, resultaria no pagamento de royalties no valor de 3,4 bilhões de dólares (cerca de 16 bilhões de reais) por mês, a serem divididos entre a União, o estado do Amapá e os municípios produtores, que teriam direito a 6 bilhões de reais por mês.

Por causa da localização de Oiapoque – o município mais próximo do bloco exploratório –, vereadores e deputados estão convencidos de que a cidade terá um orçamento mensal bilionário – alguma coisa na casa de 1 bilhão mensal, segundo cálculos ainda muito precários. Seja como for, será uma enxurrada de dinheiro sem precedentes para a cidade, cujo orçamento atual é de 12 milhões de reais por mês, em média. Repasses do governo federal e emendas parlamentares são os meios de sustento atuais da prefeitura, que até dezembro passado nunca tinha recolhido IPTU (a maioria dos terrenos pertenceu à União até 2022, e só em 2025 as propriedades começaram a ser regularizadas).

Todos esses números do petróleo são hipotéticos. Antes, será preciso confirmar a existência de reservas, saber o tamanho delas e a escala de produção correspondente. Além disso, a exploração da Foz do Amazonas ocorrerá sob o regime de concessão, em que os royalties pagos são menores do que no regime de partilha que vigora nas bacias do pré-sal, no litoral do Sudeste, beneficiando cidades como Macaé e

Maricá, no Rio de Janeiro, e Santos e São Sebastião, no estado de São Paulo. O Supremo Tribunal Federal (STF) também está julgando uma ação que redefine as regras de pagamento e divisão de royalties em todo o país para diminuir a fatia dos municípios.

Resta saber quem vai pilotar o tal orçamento bilionário. “A Petrobras pode vir e injetar milhões e trilhões”, pondera Lilma Campos. “Mas, se Oiapoque não acertar num bom gestor, nós não vamos passar disso que temos hoje aqui.”

Se o petróleo é por enquanto uma fantasia em Oiapoque, os impasses políticos na cidade são bem concretos – e atingiram o ápice no dia 16 de dezembro passado. Naquela manhã, o então prefeito Breno Almeida (PP) e seu vice foram afastados do cargo depois de o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AP) cassar os mandatos por compra de votos e abuso de poder. Às 15h32, o presidente da Câmara Municipal de Oiapoque, Guido Mecânico (Pedro Guido Nascimento de Castro), do União Brasil, deu dois toques numa campanha de mesa, igual às aquelas usadas em recepções e cozinhas, para abrir a sessão legislativa destinada a empossá-lo como prefeito interino até a realização de novas eleições.

Guido Mecânico entrou sorrindo no plenário, instalado no térreo de um sobrado comercial alugado, pois a Câmara não tem sede própria. Usava uma blusa cinza de gola alta por baixo de um blazer preto e calças jeans. O cabelo tingido com luzes loiras e besuntado de gel estava penteado para o lado. Ele fez a leitura do texto regimental na velocidade dos leiloeiros de gado e logo passou a palavra ao “homem do petróleo”, o vereador Tiago da Universidade (Tiago Vieira Araújo), da Rede, responsável pela Comissão de Petróleo criada em agosto de 2025, para que lesse o requerimento de posse.

Além de congratular e elogiar o novo prefeito, todos os vereadores fizeram referência à nova era do petróleo na cidade. Um deles chamou Oiapoque de “a menina dos olhos do Brasil”. Outro ressaltou o papel estratégico que o município terá para o país daqui para a frente. Guido Mecânico ouviu os colegas com satisfação. Ao notar que um pedaço de linha saltava do pulso do seu paletó, ergueu o braço e a cortou com os dentes.

Ele foi econômico em seu discurso de despedida do cargo de vereador, lançando promessas sobre sua nova e interina função de prefeito. “Prometo fazer um trabalho para o nosso município. Não é fácil, eu sei que é difícil. Para quem está do lado de fora é muito fácil jogar pedra”, disse. “É verdade”, alguém concordou na plateia. Cerca de cinquenta pessoas assistiam à sessão, enquanto

uma lâmpada branca piscava sem parar no teto, embora ainda não fosse noite.

Ao efetivamente tomar posse como prefeito, Guido Mecânico improvisou palavras por uns 5 minutos. “A gente vai ter que tomar um rumo no nosso município para a permanência da Petrobras”, declarou. Não entrou em detalhes, mas provavelmente se referia à infraestrutura necessária para integrar uma cadeia de produção altamente qualificada. “Não vou me prolongar muito porque temos que começar a trabalhar. É trabalho.”

À frente da Comissão de Petróleo da Câmara de Vereadores, Tiago da Universidade viajou a Macaé e Maricá, no Rio de Janeiro, para estudar os erros e acertos das cidades que ganharam na loteria do petróleo. Como se sabe pelos exemplos de cidades, metrópoles e mesmo países inteiros, os royalties do petróleo estão longe de ser uma garantia de desenvolvimento social. A recorrência dos maus exemplos levou ao que os estudiosos chamam de “paradoxo da abundância”. Ou seja: a exuberância de recursos naturais pode levar não ao paraíso, mas ao inferno. O exemplo mais próximo do Brasil – e de Oiapoque – é a Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo e, no entanto, um país que anda para trás.

No caso dos municípios do Brasil, um levantamento feito pela Agência Pública analisou as quinze cidades campeãs em receitas petrolíferas entre 1999 e 2024. O estudo mostrou que, apesar dos orçamentos turbinados, 46% da população dessas cidades estão cadastradas no CadÚnico – o cadastro do governo para famílias de baixa renda –, uma proporção semelhante à média brasileira. Nove dos quinze municípios analisados estão entre os que mais têm pessoas cadastradas no CadÚnico em seus respectivos estados. É o caso de São João da Barra, também no Rio de Janeiro, onde 70% dos moradores vivem em situação de vulnerabilidade social. A maioria apresenta índices socioeconômicos medianos ou baixos.

Na capixaba Presidente Kennedy, que nos últimos 25 anos recebeu a maior quantia de royalties per capita do Brasil – 390 mil reais por habitante –, a Agência Pública constatou falta de saneamento básico, queixas sobre atendimento médico e educação pública deficiente. Mais da metade da população da cidade está cadastrada no CadÚnico.

Mesmo nos municípios que conseguiram algum avanço, o petróleo não foi a chave para resolver graves problemas sociais. Maricá faz um bom uso dos recursos públicos ao financiar transporte público gratuito, programas de transferência de renda e até uma universidade local. Entretanto, apenas 12,5% da população tem coleta de esgoto. É um dos piores índices do estado do Rio de Janeiro.

Em Maricá, Tiago da Universidade obteve uma lista dos vinte cursos mais importantes para a cadeia produtiva do petróleo. O plano é inaugurar os no Senai em Oiapoque e preparar os trabalhadores locais, evitando assim o que ocorreu em Macaé, onde a população não conseguiu se inserir na cadeia produtiva do petróleo. O mais comum nessas cidades petrorrentistas é a mão de obra especializada vir de fora, enquanto aos moradores são destinadas vagas precarizadas. O vereador também compartilhou com os colegas na Câmara Municipal a ideia de aplicar os eventuais royalties em um fundo de investimento, seguindo a experiência maricaense, já que os recursos petrolíferos são finitos. Na Procuradoria-Geral da cidade do Rio, ele foi aconselhado a atualizar o código tributário de sua cidade. “A gente precisa superar a fase do amadorismo”, afirma o vereador.

Oiapoque ainda não conta com um efetivo corpo administrativo. Além disso, todos os procedimentos burocráticos são realizados em suportes físicos, com papel e carimbo, porque a prefeitura não tem um sistema digitalizado para fiscalizar os gastos. Há uma longa lista de reformas que precisam ser feitas para não acontecer com o dinheiro do petróleo o que ocorreu com a privatização da Companhia de Água e Es-

goto do Amapá (Caesa). Pouco mais de 40 milhões de reais recebidos pela Prefeitura de Oiapoque evaporaram sem que fosse feita qualquer prestação de contas. “A cidade vive à bangu [*no improviso*]”, me diz o vereador Bruno do Areal (Tiago Bruno Gadelha de Sousa), do Solidariedade, no plenário da Câmara. “Não tem planejamento. Cada um faz o que quer do jeito que quer.” Como seu nome já indica, Bruno do Areal é dono de uma empresa que faz extração de minério.

Sentado ao lado, Tiago da Universidade se esforçava para suavizar o discurso do colega. “A gente sabe que é um processo de construção. Estamos correndo contra o tempo para ter pelo menos uma base”, afirma. “Temos várias divergências políticas, mas para essa pauta todo mundo está de mãos dadas.” Como exercia a vereança na condição de suplente, Tiago da Universidade perdeu o mandato quando a vereadora titular reassumiu o posto.

Em 12 de abril passado, ocorreu a acirrada eleição suplementar, na qual se confrontaram Guido Mecânico e Inácio Maciel (PDT). Tiago da Universidade pretende se candidatar para manter a condição de “homem do petróleo” na política oiapoquense. Disse que sofreu represália por atuar na campanha de Maciel, apoiado pelo senador Randolfe

Ministério da Cultura e PETROBRAS apresentam

ESPAÇO PETROBRAS

O CANECO É NOSSO!

Novo programa de exposições do MAM Rio apresenta **O CANECO É NOSSO!**, do artista Froiid.

A instalação parte da história da taça Jules Rimet, símbolo máximo do futebol mundial.

www.mam.rio

Organização

Museu de Arte Moderna Rio de Janeiro

Patrocínio Oficial

Patrocínio Estratégico

Apoio

Realização

piauí_julho



Rodrigues (PT-AP) e o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes (PDT-AP). Delegado de polícia e ex-deputado estadual, Maciel é comprometido com a defesa da exploração de petróleo na costa do Amapá. Na disputa pelo controle da Prefeitura de Oiapoque, que sonha em se tornar uma máquina administrativa bilionária, Maciel usou o discurso de modernização. Venceu a eleição com 49,5% dos votos – 509 a mais que Guido Mecânico, apoiado pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A entrada da aldeia Manga, a maior do povo Karipuna, fica a 5 minutos da sede do município de Oiapoque. O trajeto pode demorar mais que isso nos períodos de chuva, quando caminhonetes e carros atolam antes mesmo de alcançarem o pé da aldeia. Num tarde chuvosa de dezembro passado, a lama respingava até o teto do veículo. Logo depois do atoleiro, um grupo de homens, mulheres e crianças seguia pela estrada carregando, debaixo de chuva, as cestas básicas que haviam acabado de chegar de barco, pelo Rio Curipi.

Essas doações hoje sustentam a comunidade indígena, que antes era próspera. Toda casa tinha roças de mandioca que serviam para a alimentação das famílias e como fonte de renda. “A gente abastecia 65% do município de Oiapoque e parte da Guiana Francesa com farinha de mandioca”, conta o cacique Wagner Karipuna na varanda de sua casa, localizada no ponto mais alto da aldeia. “Era a melhor farinha da região.” Toda a plantação foi dizimada pelo fungo vassoura-de-bruxa em 2023.

Além disso, os indígenas não podem mais caçar porque o barulho dos heli-

cópteros e aviões espantaram os animais. Esse problema foi citado em um parecer de técnicos do Ibama que recomendou a rejeição da licença em 2024. Eles argumentam que a Petrobras não realizou o Estudo de Componente Indígena (ECI) nem o Quilombola (ECQ), desconsiderando, entre outros pontos, as consequências do tráfego de aeronaves sobre as terras indígenas. A Petrobras alegou que os impactos do ruído sobre as comunidades não são causados diretamente pela atividade de perfuração, mas sim pela operação do aeroporto – cuja licença ambiental não é de sua responsabilidade. A empresa se recusou a apresentar análises e ações de mitigação propostas pelos técnicos com base em parecer da AGU, elaborando a pedido da própria Petrobras.

O aeródromo de Oiapoque, no meio da floresta, foi reformado e ampliado pela Petrobras a partir de 2022, assim que a estatal chegou ao município para preparar a operação da Foz do Amazonas, muito antes de obter a licença exploratória. A estatal prevê um aumento de 3.000% no tráfego do aeroporto em consequência da exploração de petróleo. Em 2025, a Azul Linhas Aéreas Brasileiras começou a operar voos comerciais fretados, por enquanto exclusivos para funcionários da Petrobras. Quando a petrolífera realiza simulações de atuação em casos de emergência, os helicópteros se multiplicam. Com isso, a presença dos pássaros diminuiu bastante na aldeia Manga. A Petrobras informou à **piauí** que modificou as rotas de voos depois de receber reclamações dos indígenas. Não foi suficiente para diminuir os impactos, segundo duas lideranças indígenas.

Para piorar, o preço dos alimentos disparou no Oiapoque. Nos restaurantes mais centrais, um prato de peixe grelhado, com arroz, salada, batata e farofa, chega a 120 reais. O aluguel de um apartamento pequeno hoje pode custar 2 mil reais por mês. Jovens indígenas das aldeias mais distantes, que moravam em Oiapoque para fazer graduação num campus transfronteiriço da Universidade Federal do Amapá, tiveram que abandonar o curso por não conseguirem se sustentar na cidade.

Existem 67 aldeias no Oiapoque, divididas entre três povos, além do Karipuna: Palikur, Galibi Kali’na e Galibi-Marworno. A área do município concentra 71% de toda a população indígena do estado do Amapá, e só na aldeia Manga vivem 409 famílias, num total de cerca de mil habitantes. “A mudança chegou, né?”, diz o cacique Karipuna, com o cotovelo apoiado na mesa da varanda. “A gente sabe que não vai evitar. É muita gente querendo: presidente, senador, governador, deputado, prefeito, vereador.” Ele estava entre os indígenas que organizaram um protesto na COP30 contra a exploração na Margem Equatorial. Alguns foram impedidos de entrar numa das áreas onde circulavam os negociadores e as delegações.

A Petrobras se reuniu apenas uma vez com o Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO), numa conversa intermediada pelo governador Clécio Luís. Nada ficou resolvido, mas foi mencionada uma compensação financeira às comunidades. Segundo a Petrobras, 0,5% do valor investido na fase de exploração será destinado às Unidades de Conservação. O cacique Karipuna diz que, em caso de vazamento de óleo, o primeiro rio afetado seria o Uaçá – que não chegou a ser atingido pelo vazamento dos 18 mil litros de fluido. É do Uaçá que os indígenas de sua aldeia tiram a única fonte de alimentação que sobrou, os peixes. Acompanhado de outros caciques, ele testemunhou as consequências nefastas da exploração do petróleo para comunidades tradicionais ao visitar o Equador e a Colômbia, onde a população indígena sofre com o odor do óleo e o aumento da ocorrência de cânceres.

Por isso, Karipuna e os outros caciques estão determinados a exigir que as compensações sejam feitas conforme suas próprias regras. “A gente não é contra o progresso, mas o progresso tem que nos consultar”, afirma. Os caciques planejam aplicar o dinheiro em um fundo controlado pelos próprios indígenas, sem a interferência de ONGs ou institutos. “Nós queremos fazer o balancete”, diz. “Hoje temos gente capacitada para isso, indígenas formados em várias áreas. Se a Petrobras ficar por cem anos, nós queremos ser compensados por cem anos. Se vier para ficar duzentos, vamos que-

rer duzentos anos. E tudo registrado em documento, nada de combinar na conversa. Não é só fazer um colégio aqui, um hospital, e abandonar.”

A preocupação das lideranças é, acima de tudo, perder partes de suas terras, já ameaçadas pela Lei do Marco Temporal (segundo a qual os indígenas do país só terão direito aos territórios que ocupavam em 1988, e não antes). Karipuna relatou que pessoas estranhas passaram a circular por sua comunidade, inclusive durante a madrugada. Quando confrontadas, elas dizem estar apenas visitando ou que entraram ali por engano – apesar de haver uma grande placa com o nome da aldeia na entrada e a informação de que o território é demarcado. “Estão sondando”, conclui o cacique.

Quando indagado sobre a mudança mais impactante trazida pela notícia do petróleo, ele apoia a cabeça na mão direita, cerra os olhos e começa a chorar. Fecha os punhos e bate na cabeça três vezes. Depois de um longo silêncio, pede desculpas e levanta-se para buscar um copo d’água. “Eu fico emocionado nessa questão porque nós, como lideranças indígenas, estamos com medo de ir à cidade”, ele continua, ao voltar para varanda. “Ouvimos coisa ruim contra a gente, até ameaça de morte.” Os indígenas estão sendo acusados de impedir o desenvolvimento de Oiapoque em razão das ressalvas que levantam à exploração de petróleo.

Karipuna conta que, certa vez, estava fazendo compras na cidade e foi xingado por uma pessoa. “Eles falam: ‘Olha, os indígenas agora querem estar aqui na cidade dependendo da gente, mas não deixam entrar na aldeia deles.’ Falam que vão me pegar na porta da minha casa.” Em outro episódio, foi hostilizado por um grupo de homens dentro do ônibus a caminho de Macapá. Ele e o presidente do CCPIO, Gilberto Iaparrá, que o acompanhava, foram xingados durante toda a viagem, que pode durar até dez horas por causa dos atoleiros. Karipuna quis revidar, mas foi dissuadido pelo colega. Antes da promessa do petróleo, ele nunca havia passado por situação semelhante. “Tivemos que engolir.”

O Amapá é o estado mais preservado do país em termos ambientais, com 95% de vegetação nativa e 73% do território sob proteção. Oiapoque é ainda mais preservado: 96% do município é formado por parques nacionais, terras indígenas e áreas de preservação integral. Mas esse cenário está mudando com a corrida do petróleo. Em um ano, Oiapoque ganhou sete novos bairros, ocupados por migrantes de outras cidades do Amapá e de estados do Nordeste.

O bairro Independência é um dos que se expandem em direção à Ponte Binacional, que liga Oiapoque a Saint-

Georges-de-l'Oyapock, do outro lado do rio. As novas construções avançam também rumo à floresta em torno, e a estrada de 7 km que atravessa o bairro agora divide a área em duas: de um lado, as árvores que ainda estão em pé; do outro, a terra nua para construção das casas. O único fiscal ambiental que monitora essa devastação foi ameaçado diversas vezes pelos moradores.

As poucas casas de madeira são precárias. Algumas não têm sequer parede: são envolvidas por lonas ou sacos plásticos. O bairro não tem energia elétrica e, como o resto da cidade, é desprovido de coleta de esgoto (todos precisam usar fossa séptica). Também não há água encanada no bairro Inconfidência, situação semelhante à de 62% de toda população de Oiapoque, segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico.

Em dezembro passado, alguns tocos de árvores recém-queimados ainda fumegavam. Francisco de Oliveira, de 48 anos, tinha acabado de dividir um dos troncos derrubados em grossas estacas de madeira para cercar um novo lote. Ele faz o serviço de limpeza dos lotes, retirando qualquer resquício de floresta. Para isso recebe de 300 a 600 reais, a depender do tamanho da área a ser devastada. Ele conta que faz esse tipo de trabalho desde que se entende por gente. Natural do Maranhão, Oliveira se mudou para Oiapoque há dez anos para ficar próximo da mãe, que já havia migrado. Atualmente, mora em outro bairro recém-ocupado, Belo Monte.

Oliveira não está interessado no petróleo, porque acha que isso não vai mudar a realidade das pessoas que, como ele, não conseguiram terminar o ensino fundamental. “Vai circular mais dinheiro, mas esse negócio de emprego, eu acho que não vai ter”, diz. “Para as pessoas que já têm formação e emprego bom é outra história.” Ele está mais interessado em ir embora dali, apesar das promessas de um futuro de fartura. Quer voltar ao Maranhão para trabalhar em um campo de garimpo ilegal, atividade que já exerceu anos atrás. “Lá qualquer pouquinho de ouro já dá um dinheiro.”

Oiapoque, por ser situada na fronteira, nunca foi um lugar pacato. Antes da expectativa do petróleo, era uma cidade de passagem – não um ímã para novos moradores. Agora, a circulação de carros aumentou, a ponto de ter sido necessário instalar os primeiros semáforos na cidade, o que começou a ser feito no ano passado. O município nunca contou com planejamento urbano e não dispõe de assistência social para atender a população que agora se instala em ocupações precárias. Em dois anos, o número de matrículas nas escolas públicas saltou de 4 mil para 6 mil.

Tudo isso preocupa Hortência Pinheiro, de 31 anos, recepcionista da Associação Comercial e Industrial. Sua mãe, dona de uma loja de material de construção, embarcou na euforia e construiu, em 2025, três quitinetes no terreno ao lado de sua casa – todas já alugadas para recém-chegados. Pretende construir mais três. Hortência Pinheiro, por seu lado, permanece hesitante. “O governador fala que a gente precisa se preparar, mas nem sabemos direito para quê. Tudo que eles vendem é tão grandioso.”

Ela assistiu à palestra que o governador organizou para os empresários em novembro. “As pessoas vibravam”, lembra. “Eu pensei assim: ‘Meu Deus, será que eu estou louca por pensar diferente de todo mundo aqui?’ Parece que tudo que eu acredito está em jogo agora.” Embora trabalhe como recepcionista, Pinheiro formou-se em gestão ambiental e é vice-presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente da cidade, criado para receber os futuros recursos de compensação da exploração de petróleo. Por isso, o que mais a preocupa é justamente a questão ambiental.

Pinheiro acredita que a exploração de petróleo representa um risco altíssimo para a preservação do meio ambiente e para quem depende diretamente dele. Na recepção da associação, ela busca atrás de si um mapa com todas as aldeias indígenas no município. “Essa costa todinha vive em perfeito equilíbrio”, explica, apontando o Parque Nacional do Cabo Orange, onde se concentram os manguezais tão importantes para proteção dos ecossistemas amazônicos. “A exploração de petróleo vai acontecer aqui”, diz ela, movendo o dedo alguns centímetros na direção do mar. Um acidente com vazamento de óleo poderia facilmente extinguir os manguezais e causar um impacto sem precedentes. “Como vai ficar a situação dos pescadores? Eu não consigo apoiar isso, eu não consigo achar legal.”

Mas Pinheiro tem medo de compartilhar de maneira mais veemente sua opinião em público. Quase sussurrando, ela diz: “Tem momentos em que é melhor ficar neutra. Quando alguém fala contra o petróleo aqui, as pessoas respondem com muita violência.” Depois de corrigir a postura, a recepcionista volta a se expressar no tom de voz anterior: “Mas os empresários estão com muita esperança. Economicamente, a gente está muito esperançosa aqui na associação. Não podemos torcer contra, né?”

Em maio de 2025, ela foi hostilizada ao voltar de uma conferência nacional. Carregava uma bandeira contra a exploração de petróleo quando foi abordada por uma ativista defensora da empreitada na Foz do Amazonas. “Só não fui agredida porque seguraram ela”, conta Pinheiro. “Eu não quero me colocar em risco. O Brasil mata seus ambientalistas.”

No dia 17 de dezembro, os indígenas planejavam fechar a BR-156 logo de manhã, bloqueando a única saída terrestre de Oiapoque em protesto contra o marco temporal. A baraca de Valdilene Capucho da Silva, de 49 anos, já estava montada à beira do rio, antes do amanhecer e de os garimpeiros começarem a embalar seus mantimentos para cruzar a ponte, rumo à Guiana Francesa.

Val, como é conhecida, vende na rua o café da manhã completo: suco, fruta batida com leite, café, bolos, salgados. Em uma chapa esquentada o pão e faz misto- quente. Ela ri das alcunhas grandiosas que andam atribuindo a Oiapoque: “Nova Dubai”, “centro do mundo”, “menina dos olhos do Brasil” e outras. “Isso só vai servir para deixar os ricos mais ricos. O que vai continuar sustentando a cidade é isso aqui”, diz, apontando para um francês alto que pagava o pão na chapa com uma nota de 200 reais.

Enquanto ela falava sobre os problemas que a prefeitura precisa resolver antes de pensar em petróleo, uma pica-pe preta estacionou na calçada. Dela saltou Manoel “Galinha” do Espírito Santo Madureira de Vilhena, de 70 anos, um dos clientes mais assíduos da vendedora. Ele ganhou esse apelido por causa de um acidente espetacular na BR-156. Na época em que trabalhava como caminhoneiro, seu veículo tombou na estrada a caminho de Oiapoque, e as centenas de galinhas que transportava se libertaram das caixas tombadas na estrada, espalhando-se por todo lado. Hoje, Vilhena é um dos empresários mais ricos da cidade. Mas ele não entra em detalhes sobre seus negócios, e as pessoas em Oiapoque não costumam fazer muitas perguntas.

Usando chapéu de caubói e colar de ouro com um grande crucifixo, ele estava no carro ao lado de seu filho, Viktor Campos, que também carregava um crucifixo. Os dois pediram café à vendedora. Indagados sobre o que pensavam da nova economia do petróleo em Oiapoque, eles não estavam muito informados a respeito, mas disseram ter percebido que a economia da cidade está aquecendo. Preferiram falar de outro assunto. Com apenas 15 anos, Viktor Campos é dono do prédio que ostenta o primeiro elevador da cidade. Foi um presente de seu pai. Orgulhoso, Vilhena sorria, ouvindo o rapaz se gabar por ter um dos edifícios mais modernos de Oiapoque. Apesar de ser ainda um adolescente, ele sabe muito bem o que quer ser no futuro: “Eu quero ficar rico.”*✳

* Em fevereiro de 2026, dois meses depois do café da manhã, Manoel “Galinha” Vilhena foi preso pela Polícia Federal ao sair de uma agência bancária da cidade com 400 mil reais em espécie, dinheiro cuja origem ele não foi capaz de comprovar. O empresário foi liberado depois de pagar fiança e responde ao processo em liberdade.

piuí e aqui

PARA ASSINAR

piaui.uol.com.br/assine
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
segunda a sexta, 9h às 17h

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]

ASSINATURA DIGITAL:
assinaturas@revistapiaui.com.br

ASSINATURA IMPRESSA OU COMBO:
site: minhaabril.com.br
email: atendimento.piaui@abril.com.br
whatsapp e SAC: (11) 3584-9200

PARA ANUNCIAR

publicidade@revistapiaui.com.br

EDIÇÕES ANTERIORES

colecione@revistapiaui.com.br

ESCREVA PARA A PIAUÍ

redacaopiaui@revistapiaui.com.br
forodeteresina@revistapiaui.com.br

site da piauí_com conteúdo extra
piaui.uol.com.br
_dona do próprio nariz

CRIME EM ALTO-MAR

No primeiro dia da expedição, os mergulhadores localizaram no fundo do mar, a pouca distância da Costa de Salvador, na Bahia, dois canhões despedaçados, alguns destroços de madeira e fragmentos de uma louçaria chinesa. Eram restos do navio Nossa Senhora do Rosário e Santo André, guardados no leito marinho desde 1737, quando a embarcação foi a pique. “Esses despojos são a prova de um crime que não prescreveu”, disse o arqueólogo sergipano Luis Felipe Freire Dantas Santos à **piauí**.

O crime é a escravidão. O Nossa Senhora do Rosário e Santo André era um galeão português usado na chamada Carreira da Índia, a rota de mercadorias entre Portugal e o Oriente. Na volta para Lisboa, o navio aportou em Salvador. Antes que pudesse continuar viagem, foi destruído por um incêndio talvez acidental, bem perto da Praia de Boa Viagem. Oficialmente, o galeão transportava apenas as mercadorias orientais, mas Santos reuniu elementos para afirmar que ele também servia ao tráfico de africanos para o Brasil.

Arqueólogos dedicados à pesquisa de sítios em ambientes aquáticos são raridade no Brasil. Mais raros ainda são aqueles que investigam embarcações escravagistas no fundo das águas. Santos, de 36 anos, é um desses poucos pesquisadores. Professor-assistente de arqueologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ele também preside o Instituto AfrOrigens, uma entidade criada em 2023 para fazer pesquisas arqueológicas sobre o tráfico negreiro. Foi naquele mesmo ano que o arqueólogo iniciou os trabalhos sobre o Santo André – como é mais conhecido o galeão – e encontrou as primeiras provas do crime: entre os despojos no fundo do oceano, havia dezenas de cauris, ou búzios.

Os cauris são pequenas conchas de moluscos do gênero *Cypraea*. Devido à sua raridade na África Ocidental, eles foram usados no século XVIII como moeda, servindo inclusive para a compra de homens, mulheres e crianças.

Dentre os cauris, os mais valorizados eram os do gênero *Cypraea moneta*, encontrados sobretudo nas Maldivas, no Oceano Índico. Em meados do século XVII, na região do Benim, uma pessoa escravizada podia custar cerca de 40 mil cauris, de acordo com o historiador Robin Law, em *The slave coast of West Africa 1550-1750* (A costa escravagista da África Ocidental 1550-1750).

Em 22 de janeiro deste ano, Santos voltou ao litoral de Salvador para novas pesquisas sobre o galeão. Estava acompanhado de três outros arqueólogos subaquáticos – dois brasileiros e um canadense – e um instrutor de mergulho e cinegrafista. A **piauí** acompanhou em Salvador o trabalho em terra e mar feito pelos especialistas, que orientavam uma turma de vinte estudantes de história e arqueologia, entre outros interessados em arqueologia subaquática e memória afrodiaspórica. Para Santos, trata-se de uma iniciativa que visa transformar a arqueologia em “ferramenta revolucionária”, criando uma geração de arqueólogos capacitados a reinterpretar discursos históricos oficiais.

Antes do mergulho, os alunos – com idades na faixa dos 20 aos 30 anos, a maior parte composta por mulheres negras – fizeram um curso de cerca de duas semanas oferecido pelo AfrOrigens na UFBA. Nas aulas foram ensinadas técnicas de medição de materiais encontrados no fundo do mar, o uso das ferramentas necessárias para a atividade e noções de arquitetura e cultura navais. Aqueles que já tinham experiência em mergulho poderiam visitar nos dias seguintes a área mais profunda onde foram localizados os despojos do Santo André, a 4 metros de profundidade. Os outros passariam por treinos para só dali a uma semana alcançar o navio naufragado.

Antes de vestir sua roupa de mergulho, no primeiro dia das pesquisas no mar, a arqueóloga Luciana Bozzo Alves, de 54 anos, doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e diretora de projetos arqueológicos do AfrOrigens, colocou uma guia de umbanda para empenhar-se na missão. Em seu antebraço, estava tatuado *Patacori Ogum*,

saudação ao deus guerreiro africano. Um dos alunos, o babalorixá e quilombola Emerson Mec (Emerson Luiz Ramos), de 28 anos, colocou um fio de contas de Iemanjá no pescoço antes de mergulhar. Outros alunos portavam colares feitos com búzios – como aquelas conchas que há duzentos anos serviram de moeda na África. Todos os participantes da empreitada, cada um à sua maneira, fizeram questão de empunhar algo da memória afrodiaspórica antes de mergulharem nas águas da Baía de Todos-os-Santos.

Ao retornarem do mergulho, os pesquisadores comentaram a maneira como os restos da embarcação estavam dispostos entre uma grande fenda de rochas encrustadas de corais. Também redesenharam os rascunhos que haviam feito no fundo do mar com uma espécie de minilousa e lápis, próprios para uso subaquático. É tudo muito minucioso, com o intuito de não intervir na “cena do crime”, eles me explicam.

As pesquisas arqueológicas do AfrOrigens estão sendo realizadas com o apoio do Slave Wrecks Project (SWP), um braço do Instituto Smithsonian criado em 2008, que desembolsou 100 mil reais para a empreitada brasileira. O SWP, que também tem a participação da Universidade George Washington, é um projeto de abrangência mundial. Seus participantes já encontraram embarcações escravagistas naufragadas nos Estados Unidos, na África do Sul e em Moçambique.

No Brasil, foi graças a essa parceria que o AfrOrigens fez uma descoberta de grande impacto em 2023: encontrou no fundo do mar de Angra dos Reis, no litoral fluminense, os despojos do Camargo, o último navio a traficar africanos para o Brasil. Como o tráfico negreiro já estava proibido, o Camargo era uma embarcação fora da lei, mas que tinha por trás dois dos homens mais ricos do país, agindo contra os ditames da Justiça.

O galeão Nossa Senhora do Rosário e Santo André, que afundou na Costa de Salvador, era um navio de propulsão a vela que transportava cargas valiosas

O cinegrafista Yuri Sanada fotografa os restos do

Arqueólogos brasileiros buscam os despojos da escravidão no leito dos oceanos

DANILO MARQUES



YURI SANADA_2024

Camargo: para fazer as imagens, ele pôs a câmera num saco plástico transparente com água doce, o que dispersou a lama sobre a superfície dos despojos do navio, permitindo registrá-los



do Oriente, como especiarias, chás, marfim e porcelanas. Pesquisas recentes desenvolvidas pelo AfrOrigens mostram que a embarcação, apesar de, oficialmente, só poder transportar esses produtos orientais, transportava também escravizados como “bens pessoais” da tripulação. “A questão é que o comandante podia trazer duas pessoas e ele trazia quinze”, explica Santos.

Quando o Santo André pegou fogo na Baía de Todos-os-Santos, em 10 de maio de 1737, foram resgatadas do incêndio 134 pessoas escravizadas, e não apenas africanos. Havia também indianos.* Por isso, Gilson Rambelli, de 61 anos, professor de arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e coordenador científico do AfrOrigens, defende que, na prática, não havia distinção entre navios escravagistas e outras embarcações, como as comerciais. Para o arqueólogo, a história da navegação por quase quatrocentos anos esteve relacionada ao transporte de pessoas escravizadas. E uma forma de provar isso é investigando os naufrágios de navios da época colonial na costa do país. “O Brasil não conhece o Brasil debaixo d’água”, diz ele. Até hoje, por exemplo, não se sabe o número certo de embarcações escravagistas naufragadas no litoral brasileiro.

* O Império Português não se limitou a escravizar africanos. Também o fez, em menor escala, com indianos e outros povos asiáticos, como explica a historiadora Patrícia Souza de Faria em *Escravos trazidos do Índico: estudos de caso de presenças efêmeras na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII)*: “Os escravos provenientes do Índico que foram transportados nas naus da Carreira da Índia provinham de diversas localidades, que englobavam a costa oriental africana, Índia, Ceilão, Japão, China, Malaca, Java, Pegu e seus arredores. Uma pequena parcela dessas populações oriundas do Índico, geralmente batizadas na fé católica, foi transportada de Goa e de Cochim (na Índia) para Lisboa. Uma das formas de ingresso de tais escravizados no Brasil esteve associada ao movimento das naus da Carreira da Índia, em função das escalas realizadas em Salvador e posteriormente no Rio de Janeiro.”

Autor do livro *Arqueologia até debaixo d’água* (Maranta), Gilson Rambelli é um dos pioneiros da arqueologia subaquática e náutica no país. “Quando eu comecei, tudo se resumia aqui a ir atrás de navios afundados para caçar tesouros”, ele conta, em sua casa em Aracaju, Sergipe. As brechas da lei brasileira que permitiam a “caça ao tesouro” de navios afundados tiravam o seu sono, pois essa rapina causa danos irreparáveis aos sítios arqueológicos, tanto os terrestres, quanto os subaquáticos.

Em 2004, Rambelli estava caminhando pela Avenida Faria Lima, na capital paulista, quando uma publicação exposta em uma banca de jornal chamou sua atenção. Era o *Guia dos naufrágios da Baía de Ilha Grande* (Grupo Náutica), de José Eduardo Galindo, um pesquisador e cinegrafista subaquático. No livro, havia todo um capítulo dedicado à misteriosa história do navio negreiro Camargo, afundado na região de Angra dos Reis. Foi uma virada de chave para Rambelli, que fazia o pós-doutorado em arqueologia subaquática na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – e logo arquitetou um projeto de estudos sobre o Camargo. Entre 2005 e 2007, com bolsa da Fapesp, aprofundou as pesquisas sobre o navio. “Naquela época, ninguém no mundo trabalhava com arqueologia subaquática relacionada à escravidão”, diz.

Rambelli fez várias expedições para encontrar o Camargo na Costa de Angra dos Reis, sem sucesso. “Mas passei inúmeras vezes muito perto de onde está o navio que foi achado depois”, recorda. Ele se consola por não ter encontrado o galeão naquele período: “Se eu o tivesse encontrado naquela época, não haveria a repercussão que está tendo hoje.” O que ocorre atual-

mente é um renovado interesse pela história da diáspora africana provocada pela escravidão e pelos sinais deixados por essa tragédia coletiva em boa parte do mundo, inclusive no fundo dos oceanos. O intuito é que essas pesquisas sirvam como “ferramentas de reparação histórica e justiça social”, nas palavras de Luis Felipe Santos.

Durante a adolescência, o tempo livre de Santos dividia-se entre os estudos, atividades artísticas e uma banda de punk rock (foi nessa época que ele mandou tatuar na panturrilha os dizeres TROPICAL PUNK). Prestes a completar 18 anos, ao se decidir sobre que faculdade fazer, Santos flertou com o curso de arqueologia como opção no vestibular da Federal de Sergipe, mas, por não saber exatamente do que se tratava, decidiu fazer história.

No início do curso, na disciplina sobre pré-história, ficou sabendo sobre os Cânions do Xingó, um sítio arqueológico em Sergipe onde foram encontrados vestígios de ocupações humanas de cerca de 9 a 10 mil anos atrás. Ficou fascinado. Alguma coisa o atraía para a pesquisa arqueológica. A virada aconteceu depois que ele assistiu, em 2008, a uma palestra sobre arqueologia subaquática feita no Departamento de História por Rambelli, então já professor da UFS e considerado um importante especialista no assunto. Interessado pelo tema, Santos procurou Rambelli para obter mais detalhes, e os dois travaram amizade.

Santos acabou trocando o curso de história pelo de arqueologia e logo foi convidado a participar de uma expedição de Rambelli. Convocado pelo Ministério Público Federal para avaliar canhões antigos encontrados no Rio São Francisco, na fronteira entre Sergipe e Alagoas, o professor pediu a Santos que fizesse croquis dos objetos. “Ele veio com um desenho tão fantástico que eu falei: ‘Agora você vai ser o desenhista da equipe’”, conta Rambelli.

Nos anos 1970, antes que Angra dos Reis fosse ocupada por milhões e multidões de turistas, a historiadora carioca Martha Abreu costumava passar as férias na cidade litorânea. Décadas depois, a região estaria relacionada a um relevante estudo feito por ela sobre a escravidão no Brasil.

Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Abreu dedicou-se no mestrado e no doutorado a pesquisar as festas populares no Rio antigo. Estava prestes a dar um ponto final em sua tese de doutorado, quando o historiador Eduardo Schnoor entregou ao Laboratório de História Oral e Imagem, do qual Abreu fazia parte, na Universidade Federal Fluminense (UFF), um conjunto precioso de documentos que lhe haviam sido confiados

pelos descendentes do comendador Manoel de Aguiar Vallim (1806-78).

Os papéis diziam respeito à Fazenda Resgate, que pertencia a Vallim e ficava na cidade de Bananal, no estado de São Paulo, quase na divisa com o Rio de Janeiro. Era uma das propriedades mais prósperas do país em meados do século XIX. Naqueles anos, a fonte de riqueza do agronegócio brasileiro era o café plantado no Vale do Paraíba, em fazendas que se estendiam de São Paulo até o Rio de Janeiro, com centenas de escravizados. Os documentos recebidos por Schnoor permitiam não apenas entender o tamanho da fortuna de Vallim como uma parte relevante da história da escravidão.

Um grupo ligado ao laboratório da UFF decidiu iniciar um estudo a respeito da fazenda. “Eu, de primeira, não quis participar das pesquisas”, conta Abreu, que naquele momento estava mais preocupada com a defesa de sua tese. Mas tudo mudou pouco depois. Ao pesquisar em jornais da década de 1850 sobre o seu tema de doutorado, Abreu esbarrou com uma série de notícias sobre os esforços que vinham sendo feitos pela polícia para resgatar africanos recém-trazidos ao Brasil de maneira ilegal, depois da proibição do tráfico negreiro (que precisou de duas leis para se impor no país, uma em 1831, outra em 1850). A embarcação fora da lei era o Camargo, que aportara secretamente no litoral da Fazenda Santa Rita do Bracuhy, em Angra dos Reis, transportando africanos para serem escravizados por vários fazendeiros do Vale do Paraíba, entre eles o comendador Vallim.

Abreu resolveu se dedicar ao assunto, ao mesmo tempo que se preparava para o doutorado. Seu estudo, chamado *O caso do Bracuhy*, foi o primeiro a mergulhar com profundidade no episódio envolvendo o Camargo. O trabalho dela e dos demais historiadores sobre a fazenda de Vallim e sua época foram reunidos no livro *Resgate: uma janela para o Oitocentos* (Topbooks), organizado por Schnoor e Hebe Mattos Gomes de Castro, e publicado em 1995. A pesquisa sobre o navio e a fazenda foi um pequeno desvio na carreira de Abreu. No ano seguinte, ela defendeu seu doutorado em história na Unicamp, e voltou ao seu tema principal – as festas populares.

Em 2005, dez anos depois da publicação do texto *O caso do Bracuhy*, levando adiante seus estudos, Abreu foi até um quilombo estabelecido nas antigas terras da Fazenda Santa Rita do Bracuhy, para um projeto acadêmico sobre as celebrações de comunidades historicamente marginalizadas. Estava acompanhada da historiadora Hebe Mattos e do graduando em história Thiago Campos Pessoa. Ao falar com os moradores do quilombo, Abreu buscou primeiro,

em suas palavras, o “mais velho, o guardião da memória”, atendendo às regras metodológicas da pesquisa.

O guardião da memória era Manoel Moraes, um negro calvo e loquaz. As historiadoras conversaram com ele sobre as canções de jongo e de calangos. Conversa vai, conversa vem, ao narrar como seus antepassados chegaram no Bracuhy, Moraes disse: “Antigamente, os escravos saltavam num porto de desembarque, que ficava ali para baixo, chamado Guimarães.” Abreu perguntou: “Quem te contava essa história?” Ele respondeu: “Meu tio Antônio Joaquim.” Thiago Pessoa indagou: “E o desembarque que o senhor mencionou, como funcionava?” E então Moraes contou a seguinte história para o vídeo gravado por Abreu:

Na última vez que o barco viajou de lá para cá cheio de escravos, já estava proibida a venda de escravos. Não podia mais, né? Mas foram lá e ainda fizeram, contrataram esses negros, ainda trouxeram um bocado de negros para cá. Aí vieram. Mas, quando chegou no meio do largo, vinha um pessoal correndo atrás dele. Polícia, né? A polícia foi até eles. Então chegou aqui na Cunhambebe [uma área de Angra dos Reis], não sei se você sabe desse caso [ele se dirige a sua esposa]. O barco afundou. O barco afundou porque, me disseram, tem um buraco. [...] Como sabiam que iam ser presos pelo pessoal que estava procurando eles, eles bateram o pino [quebraram o casco] naquele barco. E então jogaram aquelas embarcaçõeszinhas pequenas na água e alguns se salvaram, mas a maioria morreu.

Para Manoel Moraes e a comunidade quilombola, o naufrágio do Camargo se dera por causa de um buraco feito no casco do navio – que é também uma das hipóteses do afundamento do navio, embora a mais aceita pelos historiadores seja a de que o navio foi a pique depois de ter sido incendiado. Moraes insistiu, sobre a localização do Camargo: “Isso tá aqui na Ponta da Cunhambebe.”

A informação sobre a exata localização do navio não tinha tanta importância para Martha Abreu quanto teria para o arqueólogo Gilson Rambelli, que já transitava pela região, pesquisando o Camargo, mas sem recursos suficientes para uma expedição subaquática de alto nível. O mesmo fazia o instrutor de mergulho e cinegrafista Yuri Sanada, mas atrás dos restos do navio para fazer um filme de ficção.

Martha Abreu, interessada na memória da comunidade quilombola, aproximou-se de Rambelli e de Sanada, aos quais transmitiu a informação contada por Moraes, que viria a morrer em 2018, aos 90 anos. Os três pesquisadores, então, se empenharam em achar o navio – em vão. A pista dada pelo quilombola não foi suficiente para localizar o Camargo, e o trio acabou se dispersando.

As coisas voltaram a andar quando Abreu soube do Slave Wrecks Project, do Instituto Smithsonian. Por intermédio do curador Paul Gardullo, diretor do Museu Nacional da História e Cultura Afro-Americana, um dos braços do instituto, ela procurou o antropólogo Stephen Lubkemann, cofundador e coordenador internacional do SWP, em busca de um financiamento para o projeto de encontrar os despojos do Camargo em Angra dos Reis.

As tratativas andaram a passos lentos. Quando finalmente pareceu que poderiam iniciar os trabalhos, chegou a Covid. Foi preciso esperar o fim da pandemia para o trio Abreu-Rambelli-Sanada retomar o contato. Naquele momento, porém, eles se depararam com outro obstáculo para viabilizar o patrocínio americano: as universidades públicas brasileiras não sabem muito bem como lidar com o financiamento privado. Foi preciso que o trio criasse em 2023 um instituto, o AfrOrigens, e um CNPJ para encurtar o caminho do apoio financeiro dos Estados Unidos até o Brasil. Luis Felipe Santos, que fazia na época seu pós-doutorado em arqueologia, se juntou à turma e foi escolhido para presidir o instituto.

Só então, finalmente, o grupo pôde organizar expedições profissionais nas águas de Angra dos Reis, com equipamentos de tecnologia de ponta, como sonares de varredura lateral (utilizados para captar imagens em altíssima resolução do fundo do mar) e magnetômetros (que registram variações de intensidade do campo magnético). Fizeram seis tentativas, sem sucesso.

Não foram os aparelhos sofisticados que ajudaram a encontrar o barco. No último mergulho do último dia, durante a sétima expedição, em 7 de dezembro de 2023, o clima era de total desânimo. A equipe já se preparava para retornar a terra firme, quando cruzou no mar com dois pescadores em uma canoa. Um deles, cujo apelido era Luís Tenente, contou que sabia onde estava o Camargo. “Se vocês me pagarem uma cerveja, levo todo mundo até lá”, disse. Ele conhecia bem o local: nos anos 1960 e 1970, seu pai conduzira caçadores de tesouro de navios afundados até a Ponta do Cunhambebe, um promontório na região do mesmo nome – o exato lugar que o quilombola Manoel Moraes havia indicado.

Os pesquisadores seguiram a pista, sem muita esperança. A visibilidade era nula no local. Nas palavras de Sanada, que hoje é vice-presidente do AfrOrigens, era como “uma sopa de ervilha”. Os mergulhadores se lançaram ao mar e desapareceram na névoa produzida pela lama. Até que um deles, Alvanir Silveira de Oliveira – representante internacional da Associação Nacional de Instrutores Aquáticos (Nauí, na sigla

em inglês) na América Latina, um coletivo de mergulhadores –, afundou a mão no lodo e tocou um pedaço de madeira carbonizada. O lodo “era macio como um pudim”, de acordo com Sanada, em mais uma de suas analogias culinárias. Em meio ao pudim escuro, Oliveira encontrou também materiais com cobre, metal geralmente utilizado em embarcações de séculos passados para afugentar o turu, um molusco chamado de “verme de navio”, que perfurava os cascos de madeira.

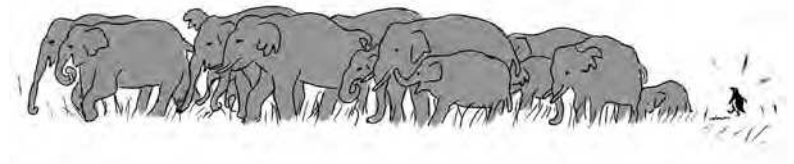
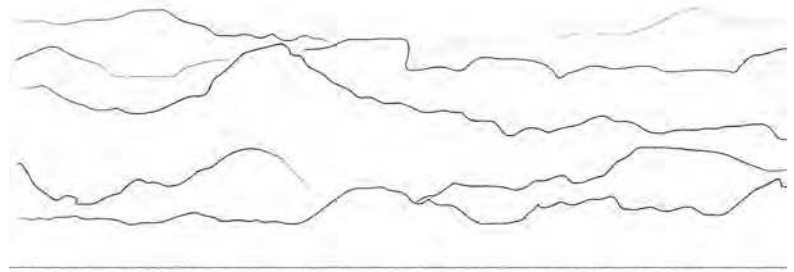
Já perto de anoitecer, Rambelli, Santos e Sanada descenderam também ao fundo. As descobertas eram vultosas: indicavam ser os restos de um navio, e de um navio incendiado. Só podiam ser os despojos do Camargo. A principal hipótese deles era que os grandes destroços de madeira compunham o casco da embarcação, dispostos da forma como teriam afundado. Também foram encontrados pesados objetos de ferro que, segundo conclusões do antropólogo canadense Marc-André Bernier – que participou de pesquisas sobre o naufrágio do navio negreiro francês L'Aurore, afundado na Costa de Moçambique –, eram partes do cabrestante, ferramenta utilizada para içar a âncora. Os pesquisadores resolveram demarcar o sítio arqueológico com estacas e fios vermelhos. A cervejinha do Luís Tenente havia resolvido o mistério.

No dia seguinte, uma assombrosa tempestade assolou Angra dos Reis. A chuva, além de alagar ruas e casas, aumentou em cerca de 1 metro a camada de lama no fundo do Rio Bracuhy. Como o rio desagua perto de onde foi encontrada a embarcação, isso aumentou a quantidade de lama sobre os despojos do navio. Ou seja, um dia a mais, e o Camargo não teria sido en-

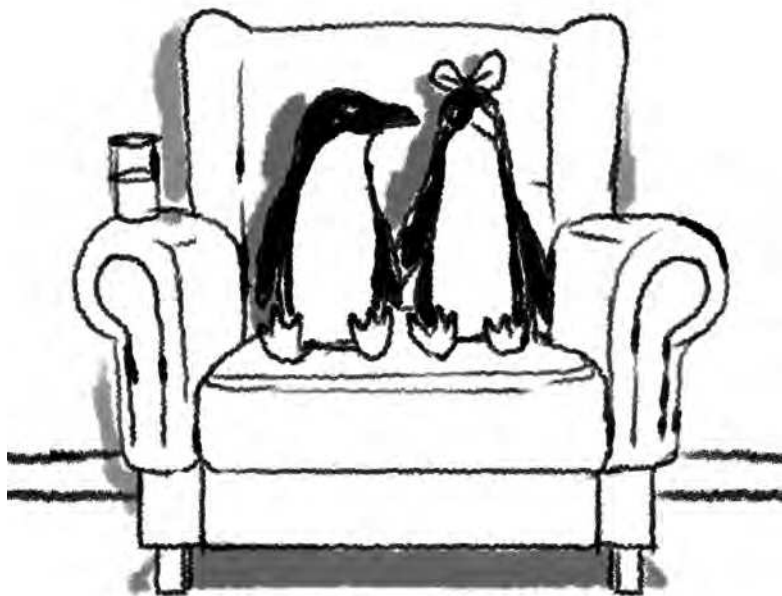
contrado. Sorte que a demarcação no fundo do mar fora feita no dia anterior. Até hoje, entretanto, com ou sem tempestades, a visibilidade no local é quase nula, e as investigações subaquáticas sobre o Camargo são sobretudo táteis. É como fazer “um mergulho em braille”, na definição de Rambelli.

A hipótese de tirar os despojos do fundo do mar para analisá-los na superfície nem passa pela cabeça dos arqueólogos. Isso implicaria em desestabilizar completamente o meio em que o Camargo repousa há centenas de anos, bem conservado, pois o ambiente subaquático preserva materiais orgânicos (como as madeiras da embarcação) com mais eficiência que o terrestre. Além disso, trazer os vários destroços à superfície custa muito caro. Nos Estados Unidos, o Slave Wrecks Project cogitou fazer isso com o Clotilda, outra embarcação escravagista, achada em 2019 no fundo do Rio Mobile, no estado do Alabama. A empreitada ficaria em cerca de 30 milhões de dólares (cerca de 164 milhões de reais).

A invisibilidade no local frustra principalmente Yuri Sanada. Seus caros equipamentos fotográficos não conseguem capturar com nitidez os despojos do navio. Apesar das dificuldades, ele conseguiu fazer algumas fotos do Camargo, que mostram apenas formas pouco nítidas. O cinegrafista desenvolveu um método engenhoso para registrar as imagens. Primeiro, colocou a câmera dentro de um saco plástico transparente cheio de água doce. Depois, pressionou o saco contra os restos do Camargo. Com a pressão causada pela bolsa sobre a superfície dos objetos, a lama se dispersou por alguns minutos. Foi o suficiente para, nesses lampejos de



O PINGUIM NIILISTA



— E SE A GENTE VENDESSE TUDO
E MUDASSE PARA O PARAGUAI?

transparência, ele conseguiu capturar os vultos dos despojos.

A curiosidade de Sanada pela arqueologia vem da infância. Começou quando leu *Deuses, túmulos e sábios*, um famoso livro de divulgação publicado em 1949 pelo alemão C. W. Ceram. A obra narra na forma de grandes peripécias a história de algumas descobertas arqueológicas famosas, como a das ruínas de Troia por Heinrich Schliemann, em 1871, e do túmulo de Tutancâmon por Howard Carter, em 1922. Talvez por causa dessa leitura, talvez devido ao seu temperamento intrépido, Sanada acabou se interessando mais pelo lado aventureiro da arqueologia do que pelas pesquisas acadêmicas, o que o levou a participar de várias empreitadas curiosas. Em uma delas, acompanhou um grupo de pesquisadores que queriam provar que os fenícios circum-navegaram a África no século VI a.C. — ou seja, quase 2 mil anos antes de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama. O grupo refez todo o trajeto presumido em uma embarcação parecida com a utilizada pelos fenícios. Não mudaram a história oficial, que continua atribuindo o feito a Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, mas conseguiram concluir a viagem.

Em meados dos anos 1990, depois de viver no Japão, nos Estados Unidos e outros países, Sanada comprou um veleiro a bom preço em Los Angeles e retornou nele ao Brasil. Atracou o barco — no qual morava com sua mulher, Vera — em Angra dos Reis, às margens do Rio Bracuí, e passou a conviver com o quilombo instalado na região, que já sofria com a especulação imobiliária e o assédio dos que queriam construir condomínios de luxo e pequenas mansões de veraneio na área.

Nas conversas com os quilombolas, o cinegrafista ficou sabendo da história de um navio afundado ali perto, no século XIX, capitaneado por um americano que traficava africanos e fugira vestido de mulher depois de tocar fogo na embarcação. Sanada ficou tão interessado pela história que planejou fazer um filme sobre o caso. Como tinha experiência em mergulho, tentou achar o navio. Não conseguiu. Ele precisou esperar a entrada em cena do AfrOrigens para encontrar o Camargo com os arqueólogos.

O naufrágio do Camargo leva a um mergulho bastante fundo em questões cruciais da formação brasileira, como a escravidão, a economia extrativista, a condição subalterna e dependente do país, e a arrogância das elites locais, que pretendem se colocar acima da lei. Mas o episódio também conta sobre o esforço inédito feito pelo governo e pela Justiça, durante o Segundo Reinado (1840-89), para fazer valer a proibição do tráfico negreiro no Brasil.

Não se sabe o dia exato nem a hora em que o Camargo afundou. Estima-se que foi em uma noite de dezembro de 1852. As autoridades tiveram notícia de que uma embarcação que passara pelo Porto de Quelimane, em Moçambique, atracara na região da Fazenda Santa Rita do Bracuhy, em Angra dos Reis, carregada de negros, e que depois foi incendiada, para não deixar rastros do comércio ilegal que estava fazendo.

O Brasil proibira o tráfico negreiro havia mais de duas décadas, em 1831, depois de sofrer grande pressão da Grã-Bretanha, que exercia um poder imperial sobre boa parte do mundo. Mas ninguém respeitou a nova lei: nem os

traficantes de escravizados, nem os compradores, nem as instituições públicas. E o tráfico continuou, como era antes. “A lei de 1831 foi considerada uma lei ‘para inglês ver’”, escreveu o historiador Boris Fausto em sua *História do Brasil* (Edusp), recorrendo à expressão que se popularizaria no país a partir dessa época.

A Grã-Bretanha, porém, continuou a pressionar — e agora para valer. Chegou a afundar navios de traficantes na costa do Brasil, desafiando a soberania nacional. O governo brasileiro foi forçado a promulgar uma nova lei, mais severa, em 1850. Quando o Camargo aportou em Angra dos Reis, a 165 km do Rio de Janeiro, ele estava afrontando uma legislação muito mais dura que a anterior, e que exigia a mobilização de todo o aparato da Justiça e da polícia para impedir e punir traficantes de africanos.

O tráfico promovido pelo Camargo “foi um enorme desafio para a nova lei e para a autoridade do governo imperial”, escreve Martha Abreu, em seu estudo *O caso do Bracuhy*. “A região do desembarque era muito próxima da Corte, envolvia importantes fazendeiros de um dos municípios mais prósperos do café e, como palco das operações, o episódio foi largamente discutido e polemizado nos jornais entre os meses de janeiro e março de 1853.”

O Camargo era um brigue, nave de dois mastros e velas quadradas, muito ligeira, apropriada para manobras rápidas. Seu capitão era o americano Nathaniel Gordon (1826-62), um traficante de negros, conhecido de ponta a ponta nas Américas. Ele planejou com minúcia a chegada da embarcação ao Brasil. Antes de alcançar o destino, Gordon fez uma parada em Ilha Grande, também no litoral fluminense, para verificar se havia algum patrulhamento da Marinha brasileira. Depois, como o navio poderia atolar caso se aproximasse muito da costa de Angra dos Reis, ele parou a razoável distância.

Deu, então, início a um serviço que, em hipótese alguma, poderia chamar a atenção. A tripulação, com ajuda de serviçais e moradores do cafezal, desembarcou um número estimado de quinhentos africanos do navio e colocou-os em diversos pequenos barcos, levando-os até a Fazenda Santa Rita do Bracuhy, de propriedade do comendador José de Souza Breves, um dos homens mais ricos do Império do Brasil e traficante ilegal de escravizados. Dali, os negros foram encaminhados para outras fazendas no Vale do Paraíba.

Tudo ocorreu como previsto. Depois de esvaziado os porões do brigue, onde haviam viajado os escravizados, Gordon possivelmente quebrou parte do casco e tocou fogo na embarcação. Conhecido das autoridades brasileiras como traficante de escravizados, o capitão fugiu do país logo em seguida, rumo

aos Estados Unidos, onde o tráfico negreiro havia sido proibido muito tempo antes, em 1808. Apesar de visado pela Justiça americana, Gordon continuou a oferecer serviços de transporte de escravizados da África para as Américas.

Em 1860, quando comandava a embarcação *Erie*, carregada de africanos, ele foi abordado pelo navio *Mohican*, da Marinha americana, na costa Oeste da África rumo ao Norte. O tenente que averiguou o barco relatou ter encontrado o convés abarrotado de homens, mulheres e crianças africanos, com idades que variavam entre 6 meses e 40 anos. “O mau cheiro proveniente do porão era terrível, e a sujeira e a imundície em seus corpos eram indescritivelmente ofensivas”, noticiou na época a revista *Harper’s Weekly*.

Gordon foi preso e condenado à morte por enforcamento. Foi o primeiro traficante de escravizados a receber a pena capital nos Estados Unidos. Como último desejo, ele pediu que lhe levassem uísque e que entregassem à sua mulher uma mecha de seu cabelo. O primeiro pedido fez com que ele, embriagado, antes de pisar no cadafalso, rascunhasse um sorriso para a plateia que assistia ao seu enforcamento em 21 de fevereiro de 1862. A tampa do patíbulo se abriu, seu corpo balançou de um lado para outro e ficou pendurado “como um bloco de argila infame”, nas palavras da *Harper’s Weekly*, em 8 de março daquele ano.

O Camargo foi o último navio a desembarcar africanos escravizados no Brasil. José de Souza Breves, proprietário do local que servia de porto improvisado, numa região que não estava sob vigilância de autoridades, possuía terras a perder de vista. Conta-se que ele podia cavalgar desde o litoral fluminense até o Sul de Minas Gerais sem passar por terras alheias. Com seu irmão, o comendador Joaquim de Souza Breves, enriquecera com o café, do qual os dois foram os maiores produtores durante o Império, na região do Vale do Paraíba. Mas também fizeram fortuna com o tráfico negreiro e eram donos de uma escravaria sem precedentes: cerca de 10 mil negros. Mantinham ainda uma intensa atividade náutica na região de Mangaratiba, Itacuruçá e Angra dos Reis, com embarcações que eram utilizadas tanto para o comércio do café como para o tráfico escravagista.

Embora enquadrado como liberal, José de Souza Breves fez defesas acaloradas em favor da revogação da Lei Eusébio de Queirós, como ficou conhecida a legislação mais dura aprovada em 1850. Para ele, as pressões inglesas para o fim do tráfico e da escravidão eram uma intromissão indevida nos assuntos brasileiros. À beira da morte, em 1889, um ano após a Abolição, o comendador, seja por superstição, seja por culpa,

doou a Fazenda Santa Rita do Bracuhy aos negros que lá viviam. Muitos dos quilombolas que hoje moram na região são descendentes desses escravizados.

As denúncias sobre o Camargo e seu tráfico ilegal começaram a se espalhar logo em dezembro de 1852, o mesmo mês do desembarque dos africanos. Em janeiro do ano seguinte, a situação já se tornara uma questão de Estado – e um grave problema policial. Martha Abreu diz em *O caso do Bracuhy* que em carta pessoal ao imperador Pedro II, em 5 de janeiro de 1853, o ministro dos Negócios da Justiça no Rio de Janeiro, José Ildefonso de Sousa Ramos, informou que haviam sido presos quatro marinheiros do Camargo, que confirmaram o desembarque de quinhentos africanos, distribuídos depois para fazendeiros da região.

Para investigar o caso, o governo decidiu reunir uma força policial e judicial, tomando o cuidado de não deixar o trabalho para as autoridades locais, dada a promiscuidade entre elas e os poderosos da região. Em Bananal, por exemplo, o delegado de polícia era o próprio comendador Manoel de Aguiar Vallim, dono da Fazenda Resgate, um dos receptores dos escravizados vindos no Camargo. O ministro Sousa Ramos escreveu aos presidentes das províncias que o objetivo dos policiais “não era vexar os fazendeiros, contudo não deveriam prescindir da obrigação que lhes cabia de dar buscas nas fazendas suspeitas”.

Martha Abreu relata que uma pesquisa realizada pela PUC-Rio constatou que, para as buscas dos africanos na região, “além do Corpo Policial da Corte, com um contingente aproximado de trezentos homens, foram convocados os destacamentos vizinhos, praças do Exército, a Guarda Nacional e guardas do próprio Palácio Imperial”. Era a primeira vez que o governo se permitia investigar fazendeiros milionários, preferindo para isso “escolher funcionários pela sua idoneidade e não pela preferência política”, diz a historiadora.

A iniciativa deu resultado. Nas terras da Fazenda Resgate, de Vallim, foram apreendidos em 16 de janeiro dez dos africanos traficados no Camargo. No dia 20, mais 33 foram capturados na fazenda de José Barbosa, também em Bananal. Ao todo, foram resgatados quarenta negros nessa cidade. Em seguida, começaram os indiciamentos, entre eles o de José de Souza Breves. No início de fevereiro, o chefe de polícia interino de São Paulo, Joaquim Fernandes da Fonseca, tomou uma decisão radical: demitiu o comendador Vallim do cargo de delegado de Bananal.

A Justiça agiu rápido naqueles meados do século XIX. Em 12 de fevereiro de 1853, menos de um mês depois do

início dos trabalhos policiais, o fazendeiro Francisco Ramos de Paula foi denunciado na cidade de Resende, no Rio de Janeiro, pela compra de vinte africanos do brigue Camargo. No dia 19, foram indiciados na paulista Bananal quatro poderosos: Vallim, “por crime de importação de africanos livres”, como escreve Martha Abreu, o comendador Luciano José de Almeida, sogro de Vallim, o fazendeiro Pedro Ramos Nogueira, barão de Joatinga, chefe de polícia e compadre de José Breves, e um major e também comendador, Antonio José Nogueira. Enquanto isso, em Angra dos Reis, o milionário José de Souza Breves era levado a julgamento.

A historiadora conta que não existem registros do resultado do primeiro processo (o do fazendeiro Ramos de Paula), mas que se pode presumir que tenha sido igual aos dos demais réus: todos foram considerados inocentes. A expressão “para inglês ver” já havia se difundido, mas ainda levaria um bom tempo para se disseminar outra máxima popular que diz que, no Brasil, tudo acaba em pizza.

Apesar de os culpados terem sido considerados inocentes, o caso deixou lições, como ressalta Martha Abreu:

Mostrou aos fazendeiros simpáticos ou cúmplices do tráfico, após três meses de investidas e manobras de todos os lados, que o governo estava disposto a ir até onde preciso fosse, mesmo às senzalas de qualquer um; evidenciou a muitos outros que era perigoso acobertar o tráfico ilegal e, finalmente, obrigou todos os envolvidos a declararem na imprensa que eram contra aquele “bárbaro” negócio. Mais do que nunca, o “caso do Bracuhy” expôs nos jornais os “terríveis traficantes” à execração pública, separando-os dos responsáveis pela criação da riqueza nacional, os fazendeiros. [...] Num país sempre tão mal-acostumado ao cumprimento da lei, aquelas ações em Bananal, durante o verão de 1853, foram exemplares para todos os lados, recolocando no centro da discussão o papel dos escravos e do próprio Judiciário, estabelecendo direitos aos africanos, na transformação do sistema escravista no Brasil.

Para Abreu, toda essa operação contra o tráfico negreiro e pelo resgate dos africanos parece impensável, mesmo atualmente, mas foi feita naqueles anos do século XIX. “Você imagina a polícia entrando na Maré para defender o povo preto e periférico?”, ela pergunta. Nossa primeira conversa aconteceu pouco depois da maior chacina de que se tem notícia no Brasil, nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, quando 122 pessoas foram assassinadas numa operação policial.

Sinal de que a pressão britânica sobre o tráfico negreiro no Brasil era para valer e que a interferência da



Grã-Bretanha não respeitava os limites territoriais do país foi o que aconteceu com o navio Maltesa. Essa sumaca – embarcação de menor porte que o brigue, usada em geral para navegação costeira – foi abatida em 19 de junho de 1850 por um navio inglês no litoral da cidade de Maricá, no litoral fluminense.

A Maltesa, que também serviu ao tráfico negreiro, é o novo objeto de investigação do AfrOrigens. No fim do ano passado, um robô submarino localizou no fundo do mar perto das Ilhas Maricás detritos de um navio que agora os arqueólogos investigam se não seriam da sumaca afundada.

A embarcação não foi avistada pelos ingleses ali. O tenente John Crawshay Bailey, comandante do HMS Sharpshooter, suspeitou do navio brasileiro quando ele estava estacionado num ancoradouro natural perto de Itaipu, também na costa do estado do Rio. Bailey desconfiou de que pudesse estar servindo ao tráfico negreiro.

O navio tinha saído no mesmo mês de junho da cidade do Rio de Janeiro para fazer uma rápida viagem de cabotagem – transporte de cargas ou pessoas entre portos de um mesmo país. O objetivo, segundo os registros portuários, era ir apenas até Cabo Frio. A Maltesa, porém, parou na Costa de Itaipu, em Niterói. Suspeita-se de que o plano de seu capitão, Antônio Joaquim de Azevedo, era abastecer ali para uma viagem mais longa do que a registrada, que o levaria secretamente até Luanda, na costa angolana, em busca de novos escravizados.

Ao avistar a bandeira inglesa, os tripulantes da Maltesa entraram em pânico, buscando um meio de fugir com a embarcação. A agitação chamou a atenção de Bailey, que ao subir no navio

encontrou mantimentos em excesso para a alegada viagem de curta duração.

A lei britânica mandava que os navios suspeitos fossem levados a julgamento na colônia inglesa de Santa Helena, uma ilha no meio do Atlântico Sul. Mas Bailey avaliou, de acordo com os padrões britânicos de segurança, que a Maltesa não aguentaria a viagem, o que levou à decisão drástica de afundar a sumaca perto das Ilhas Maricás, com um tiro de artilharia.

“A detenção da sumaca Maltesa pela repressão inglesa em Itaipu era a ponta de um iceberg, a parte visível de uma poderosa trama familiar de negociantes negreiros de Mangaratiba, com ramificações nos dois lados do Atlântico”, escreveu o pesquisador Henrique Barahona, no texto *O naufrágio da sumaca Maltesa: um navio escravagista em Itaipu e a rede transatlântica do tráfico de africanos escravizados*.

A Maltesa era propriedade da família Monte Bello, proveniente de Malta (daí o nome de batismo do navio), que operava no comércio de escravizados e tinha negócios com os Souza Breves, os mesmos envolvidos com o brigue Camargo. “A escravidão não é um episódio do passado, é um crime que não prescreveu e que é corrente. As vítimas estão sentindo ainda o legado desse crime”, diz o arqueólogo Luis Felipe Santos.

Em março deste ano, o presidente de Gana, John Dramani Mahama, apresentou na ONU uma resolução para reconhecer a escravidão e o tráfico transatlântico como os mais hediondos crimes cometidos contra a humanidade. A proposta foi aprovada pelas Nações Unidas, apesar dos 52 países que se abstiveram e dos três que votaram contra: Estados Unidos, Argentina e Israel. 🌐

A ENGRENAGEM

Como a WEG se tornou uma potência brasileira

RICARDO BALTHAZAR

Duas semanas depois que o presidente Donald Trump anunciou a intenção de taxar em 50% a importação de produtos brasileiros, em julho do ano passado, uma das empresas mais ameaçadas pelo tarifaço divulgou números frescos sobre seu desempenho. A WEG, fabricante de motores elétricos e outros equipamentos, com sede em Santa Catarina e negócios no mundo inteiro, tinha resultados positivos para apresentar, com vendas crescentes no segundo trimestre de 2025 e taxas de retorno elevadas para seus acionistas. Nada disso, porém, foi suficiente para tranquilizar os investidores da WEG.

No dia seguinte, a empresa organizou uma teleconferência com analistas de bancos nacionais e estrangeiros para discutir os resultados, como faz a cada três meses. A maioria queria saber qual seria o impacto do tarifaço nas vendas da companhia e se havia algum plano

para lidar com a situação. Ao encarecer as mercadorias brasileiras para os americanos, a tarifa diminuiria a capacidade da empresa de competir num mercado crucial, que contribuiu muito para sua expansão nos últimos anos.

Os executivos da WEG procuraram se mostrar confiantes ao responder às perguntas dos analistas. Disseram que era cedo para calcular danos e fazer previsões, mas reconheceram que as tensões na política internacional tinham levado muitos clientes a adiar investimentos e encomendas de novas máquinas. “Quando alguma parte do negócio não está indo tão bem, a gente vai buscar crescimento em outros negócios”, disse na reunião o diretor André Salgueiro, responsável pelas relações com investidores.

A WEG quadruplicou suas receitas na última década e faturou 38 bilhões de reais em 2024. Antes do tarifaço, um quinto da produção era destinado aos Estados Unidos, onde o avanço dos

novos modelos de inteligência artificial gerou uma onda de investimentos. Esses sistemas dependem de grandes centros de processamento de dados, que consomem muita energia, e isso aumentou a demanda por vários equipamentos da WEG, como geradores e transformadores. A empresa se tornou importante fornecedora dessas máquinas para o mercado americano, onde compete com gigantes como a alemã Siemens e a japonesa Hitachi.

Na teleconferência, os executivos da WEG disseram que o plano era contornar a tarifa, transferindo para outros países a produção destinada a clientes americanos. A empresa tem 67 parques fabris no Brasil e em outros dezessete países. “A gente tem presença industrial global”, disse André Luís Rodrigues, o diretor financeiro. Como alternativas para driblar o tarifaço, ele citou o México e a Índia, dois países que, àquela altura, estavam sujeitos a taxas menores nos

Estados Unidos. Também explicou que seria necessário reorganizar o trabalho nas fábricas brasileiras para atender outros mercados e previu que o rearranjo seria concluído em alguns meses, evitando maiores perdas.

Os investidores continuaram ressaçados. Entre as companhias com ações negociadas na Bolsa de Valores brasileira, a WEG é uma das mais valiosas. Desbancou a mineradora Vale da terceira posição por algumas semanas em janeiro do ano passado, quando seu valor de mercado alcançou 243 bilhões de reais. Mas suas ações começaram a se depreciar depois que Trump voltou à Casa Branca e decidiu encerrar com os países que são parceiros comerciais dos Estados Unidos. Entre o pico atingido em janeiro, alguns dias depois da posse de Trump, e a divulgação dos resultados do segundo trimestre, em julho, o valor da WEG na Bolsa caiu para 159 bilhões de reais, um tombo de 34%.



Décio da Silva, ex-presidente da WEG e hoje no conselho de administração da empresa: com 69 anos, ele costuma se apresentar com sua banda Seucelso, criada em 2009 com amigos da juventude

O PINGUIM NILISTA



Em abril de 2025, no início de sua guerra comercial, Trump havia imposto uma tarifa de 10% aos produtos brasileiros. A WEG conseguiu absorver o impacto, ajustando os preços de seus equipamentos a fim de não perder terreno para os concorrentes nos Estados Unidos. A situação se complicou com o aumento da tarifa total para 50%. Em agosto, Trump continuou disparando a esmo e aumentou de 25% para 50% a tarifa aplicada às exportações da Índia, inviabilizando um dos caminhos alternativos imaginados pela WEG, que tem fábricas em quatro cantos do país asiático.

Outra fonte de preocupação surgiu com o inquérito iniciado por ordem de Trump para examinar políticas comerciais brasileiras que ele considera desleais, conduzido pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês). Para se precaver, a WEG protocolou no USTR um documento de 27 páginas. Nele, o presidente da filial americana, Peter Barry, que trabalha para a empresa há mais de vinte anos, apresentou uma análise detalhada dos investimentos feitos no país e pediu que os produtos exportados pela WEG do Brasil para os Estados Unidos fossem poupados no caso de novas medidas. Nas entrelinhas, o documento revelava que as dificuldades criadas pelo tarifaço de Trump eram bem mais sérias do que os executivos da WEG haviam admitido antes.

A WEG tem nove fábricas e sete centros de pesquisa e desenvolvimento nos Estados Unidos, onde emprega 2,25 mil pessoas. A produção local de motores e transformadores é toda voltada para o

mercado americano, mas em muitos casos as vendas dependem de equipamentos e componentes feitos pela WEG no Brasil e no México e exportados para lá. Na petição submetida ao USTR, a empresa sugeriu que os Estados Unidos tinham atirado no próprio pé, argumentando que indústrias americanas também seriam prejudicadas se tarifas bloqueassem seu acesso à tecnologia embutida nas máquinas da WEG. Por fim, avisou que poderia rever planos de ampliação das suas fábricas americanas se as barreiras não caíssem.

Como outras empresas brasileiras com negócios nos Estados Unidos, a WEG foi pega desprevenida quando Trump anunciou o tarifaço. Embora tenha fábricas em seis estados, a empresa nunca cultivou aliados na política americana e tem poucos contatos no governo. Outras companhias brasileiras com participação relevante no mercado americano são mais ativas no campo político, como a Embraer, que mantém na folha de pagamento um escritório de lobby para defender seus interesses em Washington desde os anos 1990. Uma das empresas controladas pela JBS nos Estados Unidos, a produtora de frangos Pilgrim's Pride, doou 5 milhões de dólares para a festa da posse de Trump em janeiro. Mesmo assim, também foram surpreendidas pelas ações do presidente. Para piorar, os canais de comunicação entre os governos dos dois países estavam obstruídos na época por causa da campanha promovida por Eduardo Bolsonaro contra o Brasil em Washington.

Em outubro, quando o presidente Lula encontrou Donald Trump na

Malásia, as negociações começaram. A trégua contribuiu para que as ações da WEG voltassem a subir, recuperando-se das perdas sofridas nos meses anteriores. A companhia faturou 41 bilhões em 2025, mas os resultados do último trimestre do ano foram mais fracos. Projeções da empresa e de analistas dos bancos sugerem que a WEG deve se recuperar no decorrer de 2026, retomando o crescimento acelerado dos anos anteriores.

A confirmação das previsões ainda dependerá de muitos fatores, incluindo o desfecho das conversas com os Estados Unidos. Em fevereiro passado, após a Suprema Corte americana derrubar o tarifaço de Trump, a taxa de imposto aos produtos brasileiros caiu para 15%. Mas as investigações abertas pelo USTR continuam representando uma ameaça para empresas como a WEG. Em junho, o governo americano anunciou as conclusões preliminares do inquérito, desfavoráveis ao Brasil, e propôs uma taxa adicional de 25% aos produtos brasileiros, reabrindo o balcão de negociação.

A WEG é um espécime raro no capitalismo brasileiro. Fundada em 1961 por três homens que usaram recursos próprios e de familiares para abrir o negócio, a empresa nunca teve o governo como sócio e evita tomar empréstimos bancários para não ficar muito endividada. Em seus primeiros anos, ela foi beneficiada por políticas de substituição de importações promovidas no Brasil por sucessivos governos, que impuseram tarifas elevadas a produtos estrangeiros e ofereceram subsídios para quem investisse na produção local. Mas desde cedo a empresa procurou meios de romper o isolamento econômico para se conectar com o resto do mundo. A WEG também entrou cedo na Bolsa de Valores em busca dos recursos necessários para financiar seu crescimento e hoje tem acionistas em toda parte. O controle da empresa continua com os herdeiros dos três fundadores, donos de quase dois terços das ações.

Na lista das dez empresas mais valorizadas na Bolsa, a WEG está na companhia de quatro bancos e da Itaúsa, que gere os negócios de duas das três famílias que controlam o Itaú.* A Petrobras, que reina no topo, a Vale e a antiga Eletrobras, rebatizada como Axia, foram criadas pelo Estado para explorar recursos naturais e desenvolver setores econômicos estratégicos, mantendo-os sob controle nacional. O governo continuou sócio da Vale e da Axia mesmo depois de privatizá-las. Nessa lista, a única empresa com origem mais ou menos similar à da WEG

* A família do fundador da **piáu** é integrante do bloco de controle do Itaú. A Itaúsa representa os interesses das famílias Setubal e Villela.

é a Ambev, que resultou da fusão de duas cervejarias tradicionais e se tornou a maior do mundo sob a gestão de investidores que fizeram fortuna no mercado financeiro.

No fim dos anos 1980, quando o Brasil começou a remover barreiras protecionistas e abriu a economia, muitas indústrias foram engolidas por grupos estrangeiros ou não conseguiram competir e fecharam as portas. O setor industrial perdeu dinamismo no país e deixou de ser o principal motor da economia. De 1986 a 2024, a participação da indústria brasileira no PIB caiu de 35% para 14%. Indo na contracorrente, a WEG acelerou o passo: abriu escritórios, investiu em tecnologia e comprou fábricas no exterior para entrar em novos mercados. Nas últimas três décadas, seu faturamento cresceu 18% ao ano, em média, puxado principalmente pelo mercado externo, que representou 60% de suas vendas no ano passado.

A WEG só deixou de crescer em 2016, último ano da pior recessão do país. “Ela se tornou uma exceção porque rompeu com nosso paradigma”, disse à **piáu** o economista Luciano Coutinho, que presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 2007 a 2016. “A maioria das empresas beneficiadas pelo modelo de substituição de importações aproveitou a proteção tarifária para ocupar espaço no mercado doméstico e ficou por aí. A WEG buscou um padrão de eficiência acima da média brasileira para alcançar o mercado externo e se capacitou para acompanhar a evolução tecnológica do setor e não ficar para trás.”

A empresa investiu no ano passado o equivalente a 3,4% de suas receitas em atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, cinco vezes a média da indústria nacional. Motores elétricos ainda representam parcela importante da sua produção, mas a WEG se diversificou com o tempo. Hoje, fabrica motores para ônibus elétricos, turbinas de energia eólica, sistemas para armazenagem de energia elétrica em baterias e outras tantas máquinas que nem sequer tinham sido inventadas quando ela foi fundada. Mais da metade do seu faturamento vem de produtos lançados ou aprimorados nos últimos cinco anos.

Na época em que Coutinho presidiu o BNDES, durante os governos do PT, o banco patrocinou a formação de grandes grupos empresariais, numa tentativa de criar “campeões nacionais” em setores considerados estratégicos para o país. A política produziu grandes fracassos, como a operadora de telefonia Oi, em recuperação judicial há uma década, mas também teve êxitos, como a consolidação da indústria de papel e celulose. A principal beneficiária dessa

política foi a JBS, que recebeu bilhões de reais para comprar frigoríficos na Argentina, nos Estados Unidos e na Austrália e se tornou a maior produtora de proteína animal do mundo.

A WEG, por sua vez, adquiriu dezenas de empresas no Brasil e no exterior nos últimos vinte anos. Tomou empréstimos do BNDES para financiar projetos de expansão da sua capacidade industrial e de inovação tecnológica, mas o grosso dos seus investimentos tem sido custeado com recursos próprios, disponíveis graças à retenção de lucros e à disciplina na gestão financeira. Na última década, os desembolsos do BNDES para projetos da empresa somaram 355 milhões de reais, valor equivalente a 3% do que ela investiu no período. “Eles sempre procuraram manter uma estrutura de capital sólida, reinvestindo lucros no negócio para fazê-lo crescer, e não simplesmente usufruindo dele”, disse Coutinho.

Nada indicava que a WEG chegaria tão longe quando tudo começou. Jaraguá do Sul, a cidade em Santa Catarina onde a empresa nasceu, tinha menos de 25 mil habitantes em 1961. A maioria vivia no campo. As indústrias locais estavam começando a se desenvolver, mas ain-

da eram acanhadas e não formavam o polo industrial vigoroso que se criou na cidade, hoje com 200 mil moradores. A WEG começou em um galpão e hoje ocupa uma área equivalente a 132 campos de futebol, por onde se esparramam escritórios e mais de vinte prédios industriais.

Batizada como Eletromotores Jaraguá na fundação, a WEG adotou o nome atual pouco depois, primeiro como uma marca para diferenciar seus motores dos produtos concorrentes e mais tarde incorporando-o à razão social da companhia. A sigla reúne as letras iniciais dos nomes dos três fundadores: Werner Ricardo Voigt, Eggon João da Silva e Geraldo Werninghaus. Também forma uma palavra que significa “caminho” em alemão (o W é pronunciado como V).

Neto de alemães que chegaram ao Brasil no fim do século XIX para trabalhar em colônias no interior catarinense, Werner Voigt nasceu na cidade de Schroeder, onde o pai tinha uma serraria. Depois de concluir o ensino fundamental, mudou-se para a vizinha Joinville e foi trabalhar em uma oficina. Em 1953, transferiu-se para Jaraguá do Sul. Eggon da Silva, também nascido em Schroeder, era filho de um professor e uma imigrante húngara.

Começou a trabalhar no antigo Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina e chegou a gerente da agência de Jaraguá do Sul. Deixou o emprego para abrir um escritório de representação comercial com Pedro Donini, seu cunhado, e por quatro anos foi sócio de uma fábrica de escapamentos para automóveis. Estava negociando um contrato com a Volkswagen quando resolveu largar tudo para fundar a WEG.

O negócio parecia promissor, porque o Brasil estava investindo muito na construção de usinas para geração de energia elétrica, e tudo indicava que isso aumentaria a demanda por motores e outros aparelhos. Em Jaraguá do Sul já havia uma fábrica de motores, a Kohlbach. Mas muitos empresários locais reclamavam de atrasos na entrega dos equipamentos, e Eggon percebeu que havia espaço para um competidor. Em 1961, o cunhado Donini apresentou Eggon, então com 31 anos, a Werner, um ano mais velho, e os dois logo se entenderam.

Werner era capaz de projetar os motores, mas faltava alguém que soubesse fabricar os vários componentes necessários para montá-los. Eggon lembrou-se de Geraldo Werninghaus, um conhecido que trabalhava com o pai numa oficina mecânica de Joinvil-

le. Mais novo do trio, Geraldo tinha 28 anos e topou entrar na sociedade. Cada um precisaria contribuir com 1,2 mil cruzeiros, um terço do capital necessário para colocar a empresa em pé. A soma era modesta, suficiente na época para comprar um Fusca. Werner e Eggon entraram com dinheiro, e Geraldo cumpriu sua parte entregando quatro prensas e dois tornos, as primeiras máquinas da WEG, duas delas fabricadas na oficina de seu pai.

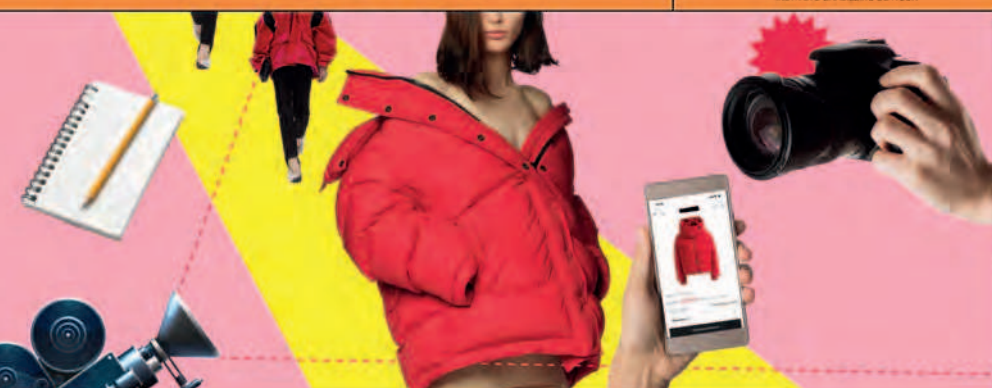
Constituída a empresa, Werner e Eggon seguiram para São Paulo a fim de contratar fornecedores de chapas de aço, fios de cobre e outros insumos de que precisavam. Um galpão ao lado da estação ferroviária de Jaraguá do Sul foi alugado para instalar a fábrica e iniciar a produção em setembro de 1961.

A fábrica começou fazendo motores de pequeno porte, usados para acionar máquinas industriais e bombas de água. A tarifa cobrada pelo Brasil na importação de motores dessa categoria era de 100% na época, o que tornava inviável a entrada de equipamentos feitos no exterior. Graças à proteção tarifária, havia 26 fabricantes no país, incluindo multinacionais, como a americana General Electric, quase todos instalados em São Paulo e nos arredores da capital paulista. O foco dos estrangeiros

espaço **Cult** PROGRAMAÇÃO

ENCONTROS

CURADORIA
IBMD
INSTITUTO BRASILEIRO DE MODA



MODA E INTELIGÊNCIA CULTURAL: COMO NASCE O VALOR

DE 22/8 A 26/2/2027, AOS SÁBADOS

EM 13 ENCONTROS PRESENCIAIS, OS PARTICIPANTES SERÃO CONVIDADOS A COMPREENDER COMO CULTURA, CRIATIVIDADE E ESTRATÉGIA SE TRANSFORMAM EM VALOR NA MODA CONTEMPORÂNEA.

ENDEREÇO:

PÇA. STO AGOSTINHO, 70, 10º ANDAR
(AO LADO DA ESTAÇÃO VERGUEIRO DO METRÔ)
SÃO PAULO - SP

CURSO LIVRE

APOIO
editora ■ 34



GRUPO DE ESTUDOS DE LITERATURA RUSSA

DE 6/8 A 19/11

EM 16 ENCONTROS PRESENCIAIS COM TRANSMISSÃO AO VIVO, OS AUTORES RUSSOS MAIS EXPRESSIVOS SERÃO LIDOS, APRESENTADOS E DEBATIDOS POR ESPECIALISTAS.

MAIS INFORMAÇÕES:

SYMPLA.COM.BR/REVISTACULT
OU APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O QR CODE →





estava no fornecimento de turbinas e outros equipamentos pesados para as novas usinas em construção. O segmento de motores era liderado pela brasileira Arno, que também produzia eletrodomésticos. Com o tempo, todas seriam superadas pela rival catarinense e deixariam o ramo.

Para bater a concorrência, valia tudo. Até espionagem industrial. Em 1965, um anúncio de jornal ofereceu vagas para ferramenteiros na Motores Elétricos Brasil, então a segunda maior fabricante do país. Geraldo viajou até São Paulo para se candidatar ao emprego, como se fosse um operário, e foi contratado. Assim, pôde examinar em detalhes o processo produtivo da concorrente e encontrar soluções para problemas técnicos que não conseguia resolver sozinho em Jaraguá do Sul. Depois de uma semana, largou o posto e voltou a Santa Catarina para colocar em prática o que aprendera. “Foi o primeiro salto tecnológico importante para a empresa e ajudou muito a aumentar nossa produtividade e a qualidade dos nossos motores”, contou à **piauí** Reiner Modro, um ex-funcionário da WEG que trabalhou ao lado de Geraldo naquela época e hoje é consultor de empresas em Jaraguá do Sul. Em 1997, a WEG adquiriu a concorrente que espionara trinta anos antes.

A WEG triplicou sua capacidade de produção nos primeiros cinco anos de vida e continuou avançando depois com as políticas de estímulo à economia adotadas pela ditadura militar. Entre 1968 e 1973, o Brasil cresceu 11% ao ano, em média. No mesmo

período, a produção de motores da WEG aumentou 47% ao ano.

Em 1968, os três sócios foram à Alemanha visitar fabricantes de motores, em busca de um parceiro que topasse se associar a eles, contribuindo com capital e tecnologia. Chegando lá, o trio desistiu de encontrar outro sócio. Preferiu contratar o escritório do engenheiro alemão Ernst Braun para projetar uma nova família de motores, mais eficientes do que os produzidos pela WEG. De volta ao Brasil, Eggon apresentou o plano ao BNDES, que oferecia crédito barato para novos empreendimentos, e conseguiu o primeiro financiamento de longo prazo da companhia. O empréstimo custeou metade dos investimentos, e os fundadores cobriram o que faltava com parte dos lucros acumulados nos primeiros anos.

Para superar a falta de qualificação da mão de obra local, a WEG criou um centro de formação e treinamento. “Aprender a fazer um motor era um grande desafio nas condições que a WEG tinha na época”, disse Pablo Felipe Bittencourt, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). “Eles precisaram desenvolver várias competências rapidamente, desde o começo, para ter capacidade de solucionar internamente os problemas tecnológicos que foram encontrando.” O centro de treinamento funciona até hoje, formando oitocentos alunos por ano, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A WEG tem 49 mil empregados. De cada dez, um é engenheiro.

A empresa implantou um modelo de produção bastante verticalizado, que busca autossuficiência em diversas áreas. Uma fundição própria foi inaugurada em 1965 para fabricar as carcaças dos motores, porque um fornecedor de Joinville vinha falhando na entrega. Pouco depois, a WEG assumiu a fabricação de fios de cobre, para atender às especificações requeridas pelos seus motores. Aproveitando incentivos fiscais oferecidos a projetos de reflorestamento, adquiriu terras em municípios vizinhos e passou a produzir a madeira usada nas embalagens de seus produtos. Em 1973, a empresa comprou uma área na entrada da cidade e garantiu espaço para se esticar no futuro.

Em 1979, quando a WEG completou 18 anos, Eggon voltou à Europa para visitar os gigantes do setor. Impressionado com a diversificação dos catálogos de produtos, concluiu que sua empresa teria que fazer a mesma coisa. Para montar um novo negócio, associou-se à multinacional sueca Asea, que assumira no Brasil a linha de motores da Arno. A WEG queria aprender a fazer motores maiores, de média e alta-tensão, e desenvolver sistemas de automação e controle de equipamentos industriais. Mas a Asea não quis transferir tecnologia aos catarinenses, e a associação foi desfeita depois de um ano.

A WEG não deixou por menos: recrutou dez funcionários da Asea e os levou para Jaraguá do Sul com a missão de criar uma divisão de máquinas de grande porte. Tempos depois, fechou uma parceria com pesquisadores da UFSC e abriu outra empresa em Florianópolis para desenvolver os sistemas de automação industrial e componentes eletrônicos que não sabia fabricar. Os resultados demoraram a aparecer, mas a WEG não tinha alternativa. “Não podemos morrer fabricando apenas motores”, repetia Eggon na época.

A ânsia de diversificação também produziu erros retumbantes. Na década de 1980, Eggon aventurou-se em uma fábrica de pescados e uma processadora de soja, aproveitando, mais uma vez, incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal na época. Os dois negócios fracassaram, e a empresa se livrou deles nos anos 1990.

Eggon da Silva presidiu a WEG nos primeiros 28 anos e continuou influenciando nas suas decisões por mais quinze anos, como presidente do Conselho de Administração. Werner Voigt e Geraldo Werninghaus participaram da Diretoria Executiva, como responsáveis pela área técnica e pela produção, e também se recolheram depois ao conselho. Eggon só pôde exercer a liderança da empresa por tanto tempo porque os sócios estabeleceram desde o início

da WEG um processo decisório colegiado, em que tudo era discutido em conjunto. A divisão do capital do negócio facilitava a conversa: como cada sócio era dono de um terço da empresa, os três tinham direitos iguais.

Em 1971, a WEG abriu o capital e lançou ações nas bolsas de valores. Os fundadores ficaram com mais da metade dos papéis, mantendo o controle da empresa, mas conseguiram atrair até pequenos investidores com a promessa de que distribuiriam parte dos seus resultados na forma de dividendos. Dois anos depois, mais de 650 acionistas haviam adquirido ações da empresa. A **piauí** encontrou nos arquivos do *Diário Oficial* de Santa Catarina a lista de acionistas publicada na época, que inclui funcionários da WEG, professores, estudantes, servidores públicos e donas de casa, a maioria de Jaraguá do Sul, Joinville e cidades vizinhas.

Outro movimento importante foi iniciado em 1976, quando os três sócios começaram a definir princípios e regras para sua sucessão no comando da WEG e a participação de seus herdeiros na administração do negócio. Tudo foi detalhado em documentos, tornados públicos para ganhar a confiança de acionistas e empregados. Foi definido que cargos de direção e gerência deveriam ser preenchidos por meio de processos seletivos, sem levar em consideração laços de parentesco. “Não haverá preocupação com as necessidades e lealdades familiares”, escreveram os sócios no documento. Parentes que quisessem mandar na empresa teriam que demonstrar sua competência, como qualquer outro candidato.

Emílio da Silva Neto, um sobrinho de Eggon da Silva, passou pelo teste. Ele entrou na WEG como estagiário depois do curso de engenharia e mais tarde se candidatou a superintendente de uma das divisões da empresa. Na reunião em que a diretoria analisou o caso, Eggon reconheceu as qualidades do rapaz, mas disse que levantara diversos aspectos negativos dele com os antigos chefes. Apresentou ao sobrinho uma folha de papel manuscrita, frente e verso, listando todos os defeitos. “Ele disse que era para eu nunca esquecer. Era muito duro, mas também sabia valorizar as equipes”, contou Silva Neto à **piauí**, em Jaraguá do Sul. O sobrinho de Eggon conseguiu a promoção, trabalhou mais dez anos na WEG e se afastou para administrar uma fábrica de biscoitos da sua família.

Na mesma época em que começou a profissionalização da empresa, os fundadores cuidaram de proteger os interesses de suas famílias e assegurar que eles seriam respeitados pelas futuras gerações. Em 1978, constituíram a WPA Participações e Serviços, cujo objetivo principal, definido em seu estatuto, é

deter o controle da WEG, mantendo em seu poder pelo menos 51% das ações. Cada núcleo familiar tem um terço do capital da WPA. As regras do estatuto só podem ser alteradas se a mudança for aprovada por detentores de 75% das ações da WPA. Na prática, é muito difícil tomar qualquer decisão sem que as três famílias concordem.

As regras vigentes dificultam também a venda das ações pelos três grupos. Se um dos donos da WEG quiser vender sua parte e sair, deve primeiro oferecê-la aos outros integrantes de sua família e depois, se nenhum parente quiser comprá-la, aos demais sócios. Só em último caso ele poderá negociá-la com alguém de fora. “Tudo é feito para barrar a entrada de terceiros no bloco de controle”, explica um advogado que trabalhou para grandes empresas de controle familiar e analisou os papéis da WPA a pedido da **piauí**.

Como algumas famílias são mais numerosas e precisam dividir seu quinhão com mais gente, alguns herdeiros têm participação maior do que a dos outros, mas nenhum tem votos para decidir qualquer coisa sem consentimento dos demais. Na constituição da WPA, as ações foram divididas entre os três fundadores da WEG, suas mulheres e seus onze filhos, num total de dezessete pessoas. Hoje, as ações do bloco de controle estão com 27 herdeiros, todos netos dos fundadores. Eles também têm ações fora da WPA, individualmente ou por meio de empresas criadas para gerir investimentos pessoais. Esses papéis, que somam quase 15% das ações da WEG, podem ser negociados no mercado sem que a estabilidade do bloco de controle seja abalada. Feitas todas as contas, nenhum deles tem, sozinho, mais do que 3,85% da WEG.

Nos últimos cinco anos, a WEG distribuiu 15 bilhões de reais em dividendos e juros a seus acionistas, o equivalente a 58% dos lucros obtidos no período. A proporção é mais do que o dobro da exigida pela legislação brasileira, que manda as companhias abertas distribuírem no mínimo 25% dos seus lucros todos os anos. Somados os pagamentos realizados nesses cinco anos, é possível estimar em mais de 9 bilhões de reais a parcela que coube aos 27 herdeiros. Os lucros não distribuídos foram retidos pela empresa para mantê-la capitalizada.

Entre os sucessores que hoje detêm o controle acionário, o único que trabalha na companhia é Eduardo Werninghaus, neto de Geraldo. Ele preside as operações da WEG na África do Sul, onde a empresa tem quatro fábricas. Um conselho com representantes das três famílias, sem funções executivas, reúne-se algumas vezes por ano para que todos se informem sobre a situação da empresa.

Segundo o levantamento mais recente da revista *Forbes*, quatro netos de Werner Voigt, que teve três filhas, estão na lista das pessoas mais ricas do mundo, cada um com fortuna estimada em mais de 1 bilhão de dólares. O cálculo é baseado no valor de mercado das ações da WEG, sem contar imóveis e outros bens.

Considerando as cotações em reais, a versão brasileira da *Forbes* aponta 32 bilionários entre os herdeiros, mas há vários equívocos na lista. Uma fortuna de 9 bilhões de reais é atribuída a uma neta de Geraldo Werninghaus, ignorando a parte de seus irmãos na empresa. Décio da Silva, filho de Eggon, e outros herdeiros da sua geração, que há anos transferiram todas as suas ações aos descendentes, entraram na lista como se ainda fossem donos desses papéis. Executivos que trabalham para a WPA e não têm nenhuma ação na empresa familiar foram incluídos na lista em agosto, e depois excluídos.

Outro que ficou fora da lista da *Forbes* foi um filho que Eggon teve fora do casamento. O rapaz, que vivia em Florianópolis, foi reconhecido só depois da morte do empresário e precisou mover uma ação na Justiça para levar sua parte na herança. O processo se arrastou por anos e foi encerrado em 2022, depois de a família concordar em pagar 1 bilhão de reais ao rapaz. O acerto foi noticiado na época, mas o acordo de confidencialidade assinado pelas partes manteve os detalhes sob sigilo desde então.

Em Jaraguá do Sul, herdeiros bilionários de Werner, Eggon e Geraldo adotaram uma vida discreta. Miriam Voigt Schwartz, de 63 anos, a filha mais velha de Werner, trabalha como dentista há 27 anos, mantendo um consultório no centro da cidade. Suas duas irmãs mais novas fizeram carreira na arquitetura. Miriam contou à **piauí** que seu pai nunca pressionou as filhas para trabalharem na WEG. “Ele sempre dizia para a gente: ‘Tem duas coisas que pai não escolhe: cônjuge e profissão.’” Quem tomou gosto pela WEG foi o marido de Miriam, Sérgio Luiz Silva Schwartz, contador que fez carreira na área administrativa da empresa e hoje é membro do Conselho de Administração.

Eggon da Silva decidiu que deixaria a presidência da WEG quando completasse 60 anos, em 1989, e começou a preparar a sucessão com um ano de antecedência. Oito executivos que já faziam parte da liderança da companhia foram considerados elegíveis, e todos os gerentes e diretores puderam votar. A decisão final coube aos três sócios fundadores – e o laço de parentesco apareceu. Feita a contagem dos votos, eles anunciaram como vencedor o diretor de vendas da empresa, Décio da Silva, filho de Eg-

gon, que estava com 32 anos e tinha apenas dez anos de casa.

O resultado contradizia tudo que a companhia havia feito nos anos anteriores para profissionalizar sua gestão e afastar a família da condução dos negócios, mas as regras não foram violadas. Os três sócios concordaram com o nome de Décio, único herdeiro na disputa, e nenhum dos executivos preteridos contestou a escolha.

Décio da Silva tinha sido preparado desde cedo para ocupar o lugar do pai. Aos 12 anos, foi matriculado por Eggon na primeira turma do programa de treinamento da WEG, em 1968. “Eu queria jogar futebol, e às vezes ia meio tristezinho lá, mas sou muito agradecido ao meu pai”, contou o empresário em outubro de 2024, ao discursar num evento em que foi homenageado pelo Instituto de Engenharia, em São Paulo. Em 1970, Décio entrou numa escola técnica de Joinville para estudar mecânica. No aniversário, recebeu de presente do pai uma prancheta, uma régua T, esquadros e compasso, ferramentas básicas da engenharia. Quando fez 15 anos, ganhou uma prancheta com tecnígrafo acoplado, para desenhos técnicos, e uma régua de cálculo. Depois, ingressou no curso de engenharia da UFSC, em Florianópolis.

Em uma entrevista concedida ao lado do pai em 2015 para um trabalho acadêmico de seu primo Emílio da Silva Neto sobre empresas de controle familiar, Décio fez uma analogia de sua formação com a situação do Brasil durante a ditadura militar. “Eu não acredito num general que não tenha sido um bom soldado”, disse. “Naquela época, era um regime [*em casa*], vamos dizer, de disciplina, e isto foi muito importante para a minha formação. Esta educação firme foi carregada de valores éticos.” Eggon, que morreu dois meses depois da entrevista, definiu o filho como um amigo e falou sobre a conveniência de manter distância entre eles dentro da WEG. “Nunca sentamos na mesma sala, com mesas lado a lado”, explicou.

Décio assumiu a presidência da companhia em março de 1989. Werner, Eggon e Geraldo deixaram seus postos na diretoria e tomaram assento no Conselho de Administração. Na primeira semana da nova gestão, veio o golpe da realidade. Os metalúrgicos entraram em greve em Jaraguá do Sul. O movimento paralisou o parque industrial da WEG parcialmente e se prolongou por doze dias. Houve manifestações na frente das casas dos patrões e confrontos entre grevistas, policiais e operários que não aderiram ao movimento.

MINISTÉRIO DA CULTURA, GOOD STORAGE E MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO APRESENTAM

39º PANORAMA DA ARTE BRASILEIRA

CURADORIA: DIANE LIMA

DEPOIS QUE TUDO FOI DITO

12 SET 2026 A 24 JAN 2027

MARQUE NA AGENDA

MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO

PARQUE IBIRAPUERA, ACESSO PELOS PORTÕES 3 E 4

REALIZADO PELO MAM SÃO PAULO DESDE 1969, O PANORAMA DA ARTE BRASILEIRA É UMA DAS MAIS RELEVANTES PLATAFORMAS DE REFLEXÃO SOBRE A ARTE CONTEMPORÂNEA NO PAÍS.

patrocínio

mantenedores

Lei Rouanet

GOODSTORAGE

itau

Pro Matre

realização

mam

PREFEITURA DE SÃO PAULO

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



Os trabalhadores conseguiram um reajuste salarial, e o desconto dos dias parados foi parcelado, mas as relações com os donos da empresa ficaram estremecidas. “Foi um episódio traumático para todos, porque muitos choques com a polícia foram violentos”, disse à **piauí** o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Jaraguá do Sul, Vilmar Sizino Garcia, que na época estava no chão da fábrica e participou do movimento. Nunca mais houve uma paralisação desse porte na WEG.

Em 1991, a empresa decidiu pagar aos funcionários um adicional a título de participação nos lucros, três anos antes de uma medida provisória que regulamentou esse direito, estabelecido na Constituição Federal. O primeiro pagamento levou algum tempo para chegar. A recessão econômica do início da década de 1990 atingiu a empresa depois da greve dos metalúrgicos, e a WEG amargou prejuízos por dois anos seguidos. Desde 1994, a companhia distribui aos funcionários até 12,5% dos seus lucros todos os anos. De acordo com o sindicato, o pagamento tem assegurado aos empregados entre três e quatro salários extras por ano.

Muitos trabalhadores veteranos se mantêm próximos da empresa em Jaraguá do Sul, mesmo depois de pendurar o macacão. “A WEG cria um vínculo de amizade muito forte”, diz o ferramenteiro aposentado Odair Antônio da Silva, de 69 anos, que toda terça-feira se encontra com os antigos colegas numa das quadras da Associação Recreativa e Cultural da WEG (Arweg) para jogar futebol de salão, tomar cerveja e jantar.

Ele conta que os três fundadores da empresa circulavam muito entre os funcionários: “Eles não queriam estar num pedestal, queriam estar com a gente.” Certa vez, Werner Voigt foi conversar com Odair, que era chefe da ferramentaria, sobre um novo instrumento italiano que a empresa havia adquirido. Surpreendido com o bom desempenho da ferramenta, Werner resolveu levar o funcionário de carro para contar pessoalmente a notícia a Eggon. “Eu estava cheio de graxa, mas ele insistiu para que eu fosse no carro dele.”

Depois de deixar seu posto na diretoria, Geraldo Werninghaus decidiu entrar na política. Filiado ao antigo PFL, foi vereador e deputado estadual e, sem concluir nenhum dos dois mandatos, elegeu-se em 1996, aos 63 anos, prefeito de Jaraguá do Sul. A WEG, Décio e quatro executivos da companhia bancaram quase todos os gastos da campanha, segundo a prestação de contas oficial, obtida pela **piauí**. Além do dinheiro, a empresa ajudou no proselitismo. Deixou seu acionista fazer um breve comício para os trabalhadores dentro da fábrica, de pé numa empilhadeira. Nenhum outro candidato teve o mesmo privilégio. Em 1999, pouco depois de cumprir metade do mandato, Geraldo morreu num acidente, dirigindo o próprio carro.

Eggon saiu do Conselho de Administração da WEG em 2004, quando completou 75 anos de idade. Antes de deixar a presidência da WPA em 2007, conduziu a sucessão de Décio da Silva na presidência da empresa. O escolhido foi Harry Schmelzer Jr., que

assumiu o posto em 2008. Engenheiro formado em Joinville que fez carreira na WEG e dirigiu as operações na Europa por alguns anos, ele foi o primeiro profissional sem parentesco com os donos a presidir a empresa. Em 2024, Schmelzer passou o bastão para outra cria da casa, Alberto Yoshikazu Kuba, que também não tem parentesco com os fundadores. O estatuto da WEG fixa em dois anos os mandatos de seus diretores e conselheiros, mas todos podem ser reeleitos sem limite.

Ao deixar o comando da WEG em 2008, Décio substituiu o pai no Conselho de Administração da empresa e na WPA. Em abril, completou 36 anos na liderança da companhia, aproximando-se da marca atingida pelo pai, que ficou 43 anos. Eggon morreu em 2015, aos 85 anos. Décio fará 70 anos de idade em setembro. “Ele é habilidoso na construção de consensos, e por isso ganhou legitimidade para continuar no posto por tanto tempo”, disse à **piauí** o ex-presidente da Eletrobras Wilson Ferreira Júnior, que participou do Conselho de Administração da WEG até 2016 como membro independente. “Já vi muita briga nas empresas em que trabalhei, mas não vi ninguém fazer um questionamento à liderança dele durante os cinco anos em que estive lá.”

Werner Voigt foi o último dos fundadores da WEG a sair de cena. Ele não se envolveu com outros negócios e deu expediente na WPA até sua morte, em 2016, aos 85 anos. Nos últimos tempos, era visto chegando ao escritório a bordo de um automóvel Smart, compacto de dois lugares da Mercedes-Benz. Todos os anos, no dia do aniversário de Lilian Werninghaus, a viúva de seu amigo Geraldo, fazia questão de passar na sala que ela ocupava na sede da empresa. Chegava tocando *Parabéns pra você* com uma gaita de boca.

Em outubro passado, ao abrir um encontro da direção da WEG com investidores e analistas do mercado em Jaraguá do Sul, Alberto Kuba anunciou que a empresa acabara de se tornar a maior fabricante de motores industriais do mundo. Havia desbancado a ABB, gigante multinacional com sede na Suíça que resultou da fusão da suíça Brown Boveri com a sueca Asea — aquela que foi sócia da WEG nos anos 1970.

Segundo os dados exibidos pelo executivo, a participação da WEG nas vendas mundiais de motores industriais alcançou 16% no segmento de baixa-tensão, o maior dentro da categoria. A fatia da empresa catarinense deu um salto em 2024 com a aquisição de vários negócios da americana Regal Rexnord, incluindo dez fábricas de motores nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. A ABB, que liderou esse segmento por

muitos anos, caiu para a segunda posição, com 15,5% das vendas. Se as vendas de motores de média e alta-tensão forem adicionadas a esses cálculos, porém, a ABB continua na liderança.

A WEG é minúscula perto de mamutes como a ABB e a Siemens, conglomerados industriais que começaram a se formar no século XIX, atuam em mercados que a empresa brasileira não conseguiu alcançar e faturam dezenas de bilhões de dólares por ano. Em 2024, a receita global da ABB chegou a 33 bilhões de dólares, equivalente a quase cinco vezes a da WEG, que atingiu 7 bilhões de dólares. As vendas de motores de baixa-tensão da ABB representaram menos de um décimo do total dos produtos que fabrica. A Siemens, cujo faturamento alcançou 85 bilhões de dólares, que corresponde a doze vezes o da WEG, se afastou desse nicho do mercado e vendeu suas operações para a ABB e um grupo de investidores.

Para a WEG, a liderança do segmento em que ela atua desde a origem, e que ainda representa um terço das suas vendas, tem significado maior. Na reunião com os investidores, o avanço foi apresentado como demonstração do acerto da sua estratégia de crescimento e um antídoto contra o pessimismo disseminado depois do tarifaço e de Trump. A mensagem foi reforçada com o anúncio de novos investimentos no Brasil e no exterior, não só para ampliar a capacidade de suas fábricas, mas também para entrar em novos mercados. “Estamos falando de máquinas extremamente grandes, que vão mudar o patamar da WEG”, afirmou Kuba.

A WEG exporta seus motores desde 1970, quando mandou um caminhão entregar a encomenda de seu primeiro cliente no Paraguai, mas a principal alavanca para seu crescimento foi, durante muito tempo, o mercado doméstico. Em 1989, quando Décio assumiu a presidência da WEG, as vendas externas representavam menos de 15% das suas receitas. Foi nas décadas seguintes que a empresa de fato se transformou na multinacional que é hoje, com condições de desafiar até os grandes da primeira divisão.

O voo internacional da WEG é resultado de uma sequência de movimentos cautelosos. Primeiro, a empresa abriu escritórios próprios no exterior, para substituir os representantes comerciais dos quais dependia para conquistar clientes. O mercado americano era uma prioridade desde o início. Por isso, o primeiro escritório foi aberto em Fort Lauderdale, na Flórida, em 1991. O modelo foi replicado na Europa e em outras regiões. No começo dos anos 2000, a WEG passou a comprar fábricas fora do Brasil, para aumentar sua capacidade de atender a diferentes mercados. A primeira foi no México, escolhida

por causa da proximidade com os Estados Unidos e dos custos baixos.

Décio chegou a flertar com a possibilidade de uma associação com a General Electric nessa época. Executivos da empresa visitaram Jaraguá do Sul e depois levaram o dono da WEG para os Estados Unidos, onde ele passou duas semanas viajando num jatinho da GE para conhecer suas fábricas. Mas o namoro não deu em nada. “Os números deles [da WEG] eram excelentes, mas seu modelo verticalizado era difícil de entender”, contou à **piauí** um dos executivos que dirigiam a filial da GE no Brasil. “Ele ajuda a manter custos baixos e sob controle, mas pode engessar a empresa numa crise, quando ela precisa ter mais flexibilidade.” O executivo acrescentou: “Devo reconhecer que houve várias crises desde então e eles continuaram crescendo mesmo assim.”

Em 2002, os catarinenses fincaram a bandeira na Europa, com a compra de uma fábrica em Portugal. Hoje, produzem também na Alemanha, na Espanha e na Itália. Em 2005, chegaram à China, onde Alberto Kuba trabalhou por dez anos para a WEG, antes de assumir a presidência. Começaram com uma empresa pequena numa província no Norte do país e amargaram anos de prejuízo até torná-la lucrativa. Hoje, a WEG tem seis fábricas na China e está construindo mais uma, que produzirá motores de alta-tensão e deverá ser inaugurada em breve. A maior parte da produção é para o mercado local, onde a empresa enfrenta milhares de rivais.

O parque fabril nos Estados Unidos começou a ser montado em 2011, com a compra de uma fábrica de motores centenária no estado de Minnesota. Ali a WEG produz motores e geradores para indústrias de petróleo, gás, papel e celulose. Agora, está ampliando sua capacidade de produção de transformadores, equipamentos essenciais para dar estabilidade às redes de distribuição de energia elétrica e evitar apagões. A WEG comprou duas fábricas de transformadores nos Estados Unidos e construiu uma terceira. Suas novas instalações devem entrar em operação até 2028. Com a expansão internacional, o mercado externo superou o doméstico como principal fonte de receitas da companhia em 2012, quando as vendas no exterior representaram pela primeira vez 51% do total.

Algumas aquisições tiveram como objetivo o acesso a tecnologias que a WEG precisava dominar para competir em novos mercados. Em 2016, ela comprou uma empresa americana que projetara um novo aerogerador, uma turbina para converter a força dos ventos em energia elétrica. A WEG já tinha desenvolvido um modelo com 2 MW de potência, mas seus concorrentes europeus estavam adiantados na corrida para

lançar turbinas maiores. Com a aquisição, pôde dar um salto, envolvendo engenheiros americanos e alemães no trabalho e obtendo uma subvenção do Departamento de Energia dos Estados Unidos para custear o desenvolvimento de um aparelho mais potente.

Pouco depois, uma parceria com a Petrobras e a estatal norueguesa Statkraft viabilizou a criação de um modelo ainda maior, com 7 MW de potência, suficiente para o consumo de 15 mil residências. A primeira turbina entrou em operação em setembro, num parque de energia eólica construído pela Statkraft na Bahia, com 57 aerogeradores da WEG. Não houve outras encomendas, porém. Após uma onda de investimentos em painéis de energia solar e turbinas eólicas, a desorganização do setor elétrico brasileiro fez os preços de referência do mercado despencarem, provocando o cancelamento de novos empreendimentos. Concorrentes europeus fecharam suas fábricas no Brasil, e a WEG logo decidiu imitá-los.

Em 2024, a empresa catarinense desativou a unidade de aerogeradores que tinha montado em Jaraguá do Sul, passando a usar as instalações para fabricar outros equipamentos, e transferiu para os Estados Unidos as equipes de vendas que haviam participado do projeto. O presidente Joe Biden, que estava no último ano de seu mandato, tinha colocado em marcha um programa ambicioso para estimular o desenvolvimento de fontes de energia renovável nos Estados Unidos. A WEG apostou que encontraria novas oportunidades para vender suas turbinas. De novo, não deu certo. O governo Biden acabou, e Trump reverteu suas políticas, cancelando subsídios e impedindo a construção de novos parques eólicos. “Eles são feios. Não funcionam. Matam os pássaros. Fazem mal ao meio ambiente”, disse o presidente americano.

Durante toda a crise com os americanos, Décio da Silva se manteve longe dos microfones e dos holofotes. Deixou que Alberto Kuba e outros executivos na linha de frente falassem em nome da WEG. Mas nenhum deles quis falar com a **piauí**. A assessoria de comunicação da empresa alegou que os executivos estavam ocupados.

Décio só subiu ao palco em agosto passado para um show da banda Seu-celso, que fundou com amigos de juventude em 2009, depois de deixar a presidência da WEG. O nome do grupo homenageia o cantor, compositor e guitarrista Celso Blues Boy, que viveu seus últimos anos em Joinville, foi grande incentivador da banda e morreu em 2012. Com oito membros na formação atual, a Seu-celso se apresenta algumas vezes por ano. Em agosto, participou

de um evento da cervejaria Stannis, de Jaraguá do Sul, ao lado de vários grupos locais. De óculos escuros, camisa estampada com folhagem laranja e calça jeans desbotada, o quase setentão Décio tocou violão, cantou e pulou animado com os velhos parceiros.

Dez dias depois, ele abriu outra exceção e esteve em São Paulo para participar de um jantar organizado pelos Amigos da Poli, um grupo criado por ex-alunos dos cursos de engenharia da Escola Politécnica da USP para recolher doações privadas, financiar projetos da instituição e apoiar o desenvolvimento profissional de novas gerações de engenheiros. Décio estudou em Santa Catarina, muito longe da Poli, mas foi convidado para falar da WEG por causa da admiração que a empresa desperta.

O encontro foi realizado no apartamento do empresário Carlos Terepíns, dono da construtora Nortis, que atua no mercado imobiliário, e reuniu cinquenta ex-alunos da Poli, todos bem-sucedidos no meio empresarial. Décio parecia à vontade, acomodado numa poltrona entre o dono da casa e Fabio Schvartsman, ex-presidente da Vale. Ele falou por uma hora sobre a história da WEG e sua trajetória profissional, respondendo a perguntas no final.

Bem-humorado, rememorou o início da internacionalização da empresa e divertiu a plateia ao contar como foi a escolha do executivo encarregado de abrir o primeiro escritório comercial da WEG nos Estados Unidos, no início dos anos 1990. “Pegamos o engenheiro que melhor falava inglês”, disse. “O emprego era isso: tinha que falar inglês.” Segundo Décio, na época contavam-se nos dedos da mão os profissionais da empresa que sabiam o idioma.

Ao mencionar que a primeira fábrica adquirida pela WEG no exterior foi a do México, o empresário lembrou de Trump e do tarifaço. “Quase que o presidente dos Estados Unidos estava provando que nós... estávamos meio errados”, comentou, hesitando antes de prosseguir. Referia-se à opção de se instalar no México para ficar perto do mercado dos Estados Unidos. Retomando o fio da meada, voltou à preocupação da WEG com o tarifaço: “Imagina perder os Estados Unidos, o nosso maior mercado.” Mas titubeou novamente ao fazer uma digressão sobre as dificuldades que a falta de entrosamento entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos criou para sua empresa. “Nós sempre estamos no contra”, lamentou, fazendo a plateia rir outra vez com o raciocínio truncado. “Quando aqui é vermelho, lá é azul, agora é o contrário.” Não disse uma palavra sobre as ações de Eduardo Bolsonaro contra o Brasil. ✪

Colaborou Maitê Silveira.

TUCA

Teatro da PUC-SP

O MERCADOR DE VENEZA



12

De William Shakespeare
Direção Daniela Stirbulov

Com Dan Stulbach, Augusto Pompeo, Amaurih Oliveira, Cesar Baccan, Gabriela Westphal, Júnior Cabral, Marcelo Diaz, Marcelo Ullmann, Maria Clara Strambi, Rebeca Oliveira, Renato Caldas e Thiago Sak

🕒 Sáb às 20h00
e Dom às 17h00
TUCA

OLHOS NOS OLHOS



12

Direção Sergio Módena
Com Ana Lúcia Torre
Pianista Diógenes Junior

🕒 Sex e Sáb às 21h00
e Dom às 18h00
TUCARENA

DOIS PAPAS



14

De Anthony McCarten
Direção de Munir Kanaan
Com Celso Frateschi, Zécarlos Machado, Carol Godoy, Eliana Guttman

🕒 Sex e Sáb às 20h00
e Dom às 18h00
TUCA

ESTREIA DIA 31 DE JULHO

📄 ingresso online



PUC-SP

Mais informações
Rua Monte Alegre, 1024 - Perdizes
(11) 3670-8456 | 3670-8455

www.teatroluca.com.br

UM DIA EU MORRI À TARDE

Não é correto sobreviver à morte de um filho

VINÍCIUS CACOFONIAS

“Pai, eu quero viver 100 anos.” Fingi empolgação com a frase do Chico. Me doía pensar que, diabético desde os 4 anos de idade, ele estava colocando uma meta quase impossível para si. “O importante é aproveitar a vida. Olha, filho, quando você fizer 18, aprende a dirigir. Eu, você e Ana vamos sair de carro pelo Brasil nos revezando no volante!” O Chico era um sobrevivente. Foram doze horas de parto normal; aos 6 meses, uma meningite; aos 4 anos, ficou diabético no meio de uma pandemia. Só que em 30 de março de 2026, o Chico saiu na garupa da bicicleta da mãe dele e não voltou mais.

“Morre criança de 9 anos na Tijuca.” Foi assim que recebi a notícia da morte do meu filho, ao abrir o Instagram. Pouco antes, recebi duas ligações de amigas da mãe dele, falando que os dois sofreram um acidente grave de bicicleta. Tentei ligar para o celular deles. Ninguém atendeu. Ao descer o *feed* do Instagram, passei pela notícia “após acidente, mulher morre no local e criança é levada para o hospital”. Minutos depois: “Morre criança de 9 anos na Tijuca.” Mais algumas

horas, uma rádio comunicava: “Já está tudo normal na Tijuca.” Não estava.

Tínhamos acabado de nos mudar: Chico, Ana e eu. Finalmente meu filho teria o seu próprio quarto. A tevê ficou para ele. Faltavam pilhas no controle para ligar. O Chico me pediu para colocar na parede do seu quarto um grande escudo do Vasco de papelão que trouxe da triste final da Copa do Brasil de 2025. Enquanto eu pregava o escudo em casa, em um ponto da Rua Conde de Bonfim, o Chico era atropelado em outro ponto da mesma rua. Até esse dia, a casa ainda não tinha recebido nenhum amigo. Queríamos deixar minimamente aceitável primeiro. De repente, o quarto não tinha mais dono, a tevê não seria mais vista e o escudo do Vasco era uma memória ainda mais triste do que a derrota na Copa do Brasil. Eu me enchi de remédios, a casa se encheu de amigos. O primeiro evento realizado no apartamento em que moro atualmente foi pela morte do meu filho. Era possível ouvir o silêncio pesado, quebrado apenas pelos cochichos às minhas costas, a expectativa de suicídio e a certeza absoluta de que a minha vida tinha sido totalmente alterada sem qualquer autorização.

Portais começaram a multiplicar a notícia. Por todos os lugares estavam fotos minhas, da minha mulher, do meu filho, da minha ex-mulher. Em alguns sites, a foto da minha esposa aparecia no lugar da Manu, mãe do meu filho. Parentes da Ana, de outro estado, estavam preocupados justamente com a morte que não aconteceu. Uma das notícias trocava o nome do meu filho pelo meu próprio nome. “Vinícius Antunes morre em acidente na Tijuca.” Talvez essa, a mais errada das notícias, fosse a mais verdadeira. Eram tantos vídeos do atropelamento que se tornava quase impossível evitar. Meu filho recebendo massagem cardíaca no chão da Conde de Bonfim era o entretenimento de alguns. Um repórter da BandNews FM entrou em contato pedindo para me entrevistar no IML. Eu nem sequer conseguia me levantar da cama. O meu cunhado, João, era quem estava resolvendo tudo para mim. A tv Globo me mandou mensagens para conseguir informações do sepultamento em primeira mão. Em grupos de WhatsApp, tentativas de golpe pediam dinheiro como se fosse para o velório do meu filho. Todos estavam ganhando: a mídia tinha assunto, os golpistas tinham uma

nova forma de faturar, e o público, muito entretenimento mórbido à vontade.

Deitado na cama, meus pensamentos passavam por sepulturas infantis em busca de rostos conhecidos. Vejo pais tão miseráveis quanto eu, pais que perderam seus filhos. Pais que são obrigados a se disfarçar ou a se retirar da sociedade. Pais que somem para não contagiar o mundo com o seu fracasso e a sua tristeza. Lembrei de uma seguidora do Instagram, Paula. Fiquei hospedado em seu sítio no fim de 2025. Seu filho, Tom, tinha morrido aos 5 anos. Mesmo sem muita intimidade, mandei mensagem para ela: “Meu filho morreu, só você pode entender o que estou passando.” Ela me ligou. Choramos ao telefone. Não descobri exatamente o que ela e seu marido Thiago, pai do menino, fizeram para ficar vivos, mas sei que estavam. Talvez eu devesse ficar vivo também. Para a memória do Chico, seria melhor do que empilhar tragédias. Seria melhor para Ana, para a minha mãe, para a minha irmã. Talvez Paula me ensinasse o caminho do esconderijo dos pais enlutados. Me senti um pouco menos sozinho no mundo. O mundo do entretenimento ainda não ganharia os cliques gerados pelo meu suicídio.



Chico, em desenho de Allan Sieber

O dia seguinte ao nascimento do Chico era 4 de maio de 2016. Lembro de olhar meu filho no bercinho o tempo todo, cuidando da respiração dele, verificando se estava mesmo vivo. Às vezes, parecia que tinha morrido. O dia 31 de março de 2026 foi o dia seguinte à morte do Chico. Lembro das pessoas me olharem na cama o tempo todo, cuidando da minha respiração, verificando se eu estava mesmo vivo. Às vezes, parecia que eu tinha morrido.

Já passei por alguns lutos e perdas marcantes na minha vida. A morte talvez não seja o pior problema, mas a forma com que somos ensinados a lidar com ela. Nasci numa família extremamente católica e fui criado por avós portugueses que rezavam para Nossa Senhora de Fátima tão logo começasse a trovejar. Eu tinha alucinações com a Virgem Maria; descontrolado, repetia mentalmente rezas católicas; e todos os dias temia que Jesus voltasse para acabar com o mundo.

Na casa da minha infância, em Cavalcanti, Zona Norte do Rio, também morava minha bisavó materna, Glória, com seus 90 anos, viúva desde os 40, enlutada havia cinquenta anos. Eu era um moleque quando vi que a

vó Glória saiu para o hospital e nunca mais voltou. Passei anos perguntando pela vó Glória e ninguém da família tinha a coragem de me dizer: “Ela morreu.” Quando fiz 18 anos, confirmei com meu pai que a vó Glória já tinha morrido havia nove anos.

Meu bisavô paterno, Seu Monteiro, também com os seus 90 anos, cheio de disposição, morreu atropelado em Magalhães Bastos, na Zona Oeste do Rio. Era dia de Brasil e Rússia na Copa de 1994. Meus pais resolveram me proteger do velório. A primeira morte que acompanhei um pouco mais de perto foi a da vó Deolinda, que me criou. Porém, minha mãe e meu pai acharam melhor eu não ir ao enterro e ficar tomando conta da minha irmã de 9 anos.

O avô materno do Chico, Seu Leandro, morreu antes de ser avô do Chico, aos 50 e poucos anos. O impacto que isso trouxe à família da minha mulher à época foi uma amostra do quão perverso pode ser o resultado de um linfoma que durou cerca de dez anos. Mas nem todas as mortes parecem tão difíceis de aceitar.

Meu avô materno, Seu Aurélio, morreu aos 93 anos. Claro que gostaríamos de ter vivido com ele eternamente, ou mais um pouquinho até, porém

sua morte me mostrou como uma vida pode ser bem vivida. Eu invejo a morte do vô Aurélio. Tinha a vida simples que gostava, bebia suas cervejas diariamente, teve filhos, netos, chegou a conhecer o Chico e não sofreu com a morte do bisneto porque morreu antes, como deve ser. Seu Aurélio foi desacelerando aos poucos com problemas de demência e um dia sumiu do corpo. Apesar de algumas lágrimas dos poucos presentes no velório, sinto que ele sorria por debaixo do bigode. Ao redor do caixão, todos os filhos que teve. Como eu invejo o Seu Aurélio, que foi sepultado por todos os filhos. Coisa que eu e os pais do meu pai não conseguirão, pois seguem vivos, enquanto meu pai morreu em 2022, depois de um câncer na garganta.

O Chico foi ao velório do avô. Tinha 6 anos. Eu quis fazer tudo diferente do que fizeram comigo. Queria que o Chico naturalizasse a morte. Eu não poderia imaginar que o próximo velório do Chico seria o dele mesmo. Ainda em 2022, eu tive que lidar com a morte de um dos meus melhores amigos, o Juva, que seria submetido a uma séria cirurgia de coração e começou a organizar várias despedidas. Eu fui a duas delas, mas como o Juva era um

cara muito divertido, eu nunca levei a sério que ele iria morrer. Para mim, ele só queria um motivo para beber, rir e falar besteira. Mas o Juva morreu. Foi uma morte que mexeu muito comigo pelo tanto que duvidei dela.

Também duvidei da morte do meu atual sogro, Seu Samuel, um sujeito muito forte e animado de 79 anos de idade, ex-fisiculturista. Falei inúmeras vezes para minha mulher, mesmo com ele doente: “Seu pai parece tão bem, não é possível que vá morrer.” Morreu. Ainda estávamos de luto, Ana tinha comprado uns livros sobre o assunto para ler quando a mais antinatural das mortes aconteceu: Chico.

Eu não quis nenhuma cruz no caixão do meu filho. Não quis nenhum pastor falando coisas em que eu não acredito. Não quis um padre prometendo vida eterna. Não quis nada de nenhuma religião. Quis só a crueza e a verdade objetiva de um sepultamento. Nenhuma pessoa poderia falar por mim, a pessoa que mais o amou. Nenhum símbolo poderia ser mais forte que símbolo algum. Já há força demais em um velório de criança. Qualquer coisa que se acrescenta, só diminui o fato em si. Eu, um caixão



e meu filho morto ali dentro. “O caixão vai ser aberto?”, perguntei ao meu cunhado antes do velório. “Eles estão vindo, por causa do acidente.” Temia que eu não pudesse ver novamente o rosto do meu filho. “João, vê se eles conseguem, por favor. Te peço mais isso agora, desculpa, mas consegue que seja aberto, eu quero ver o meu filho, não importa como.”

Ao contrário de mim, o Chico não foi batizado. Ao contrário de mim, o Chico não fez catecismo. Ao contrário de mim, o Chico não queria ser padre. O Chico queria ser ninja, espião, astronauta, cozinheiro e advogado. Era só uma criança que não aprendeu o que era pecado. Que não foi criado com culpa. O Chico não aprendeu a temer a deus, nem ao diabo. O Chico aprendeu a ser feliz apenas. E ria de tudo. O riso para nós era sagrado, era a nossa religião. E quando o Chico se foi, levou o meu riso junto.

Pelas redes sociais, WhatsApp, pessoalmente: “Posso rezar pelo seu filho?”, “Posso colocar o nome do seu filho sei lá onde?”, “Deus acalme seu coração, ah, perdão, você não acredita em Deus”, “Depois, vamos fazer uma missa de sétimo dia, pode?” Por favor, rezem, chorem, bebam, prestem homenagens, corram pelados, meu filho acabou de morrer. Façam o que quiserem, mas não me chamem. Não quero ir a lugar algum, não quero pisar em igreja nenhuma, templo nenhum, terreiro nenhum. Só quero ficar na minha cama e sepultar meu filho. Sepultar a mim mesmo.

Meu filho estava dentro de uma geladeira do IML e eu morto, em minha cama. Nesse momento, pessoas

aleatórias se regozijavam. Motivo: não acredito no deus delas. Se zombassem da minha morte e me atacassem, confesso que até seria o esperado. Agora, que tipo de pessoas celebram a morte de uma criança? Não eram perfis falsos. Eram senhoras, perfis com foto de casal, foto de bolo artesanal, de filhos abraçados e até perfis de pequenas empresas. Uma coisa em comum: todos cristãos. Mensagens que transcrevo aqui: “Senti o peso de Deus. Só digo: bem-feito! Espero que fique atordado pelo resto da sua vidinha medíocre!”, “Infelizmente seu filho pagou pela sua falta de respeito com Deus”, “A mão de Deus pesou”, “Você viu o resultado dos seus comentários sobre a existência do altíssimo eterno Deus, o criador”. Que deus é esse que, para punir um ateu, mata uma criança, uma mãe vinda de família evangélica e usa um motorista de ônibus? Por que não me atingir diretamente? Quem inventa um deus desses para adorar?

A morte por si só atrai muitos necrófagos. A morte de uma criança atrai bandos imensos. É o momento perfeito para filhos da puta se fazerem de piedosos e bonzinhos. Reapareceram chefes que sempre me excluíram, colegas de trabalho que me apunhalaram pelas costas, toda espécie de gente sedenta para minimizar o peso na consciência e aproveitar a morte do meu filho para fazer de palanque. Conversei com amigos pelo WhatsApp: “Só quero a presença dos que sempre estiveram comigo e com meu filho, não quero ninguém que passou anos me fodendo, dizendo que eu deveria ser isolado e escoraçado, se fazendo de bom samaritano agora.”

A roteirista e grande amiga Kika Hamaoui tomou a frente: “Deixa que eu resolvo esse problema para você.” Ela enviou um áudio tão direto e certo que circulou por grupos de WhatsApp e cheguei a publicá-lo no meu Instagram: “Não é para vocês entrarem em contato com ele. Durante todo esse tempo, tudo que vocês fizeram foi para excluir ele e os amigos dele. Não entrem em contato! Ele odeia vocês! É nojenta a postura de vocês! Eu tenho muita pena do Vinícius pelo que aconteceu, mas eu tenho muito mais pena de vocês, porque vocês têm uma vida infeliz e miserável.” O Chico teve convites e desconvidos para o seu velório.

Nesses dias, há uma série de detalhes esquisitos que nunca pensamos. Como escolher caixão e decidir como avisar às pessoas? O que colocar no comunicado do falecimento? É possível que uma das suas fotos postadas na internet seja a foto que estampará a sua morte: nos convites de velório, na lápide e até nas camisetas. Pode ser a sua foto em um churrasco aleatório, na varanda de casa, com a camisa de algum político ou do time do coração. Que foto do meu filho eu deveria escolher? Pensei em uma foto do Chico fazendo careta. Ele era conhecido nas aulas de jiu-jitsu como Chico Caretas. Sempre, no fim das aulas, na foto da turma, era o único a quebrar o sério protocolo do jiu-jitsu e torcer o rosto de alguma maneira inusitada. Carinhosamente, seu mestre Jeff sempre riu e permitiu que ele fosse um lutador mais irreverente do que a média. Talvez Jeff tenha notado que o Chico não era um lutador desses de tatame, mas desses da vida mesmo, que precisam fazer piada para aguentar as peças que o destino pregou.

Surgiu, então, uma caricatura do Chico desenhada pelo Allan Sieber, cartunista de quem tenho o privilégio de ser amigo e fã. Falei para a minha irmã: coloca o desenho do Sieber em tudo que for possível. Nosso pai faria exatamente isso. Meu pai era cartunista, desenhava para *O Pasquim*, *Journal dos Sports*, *A Notícia*... Sieber apareceu como a solução mais familiar de todas. O desenho era incrível, de uma simplicidade infantil e que retratava o que mais valorizávamos no Chico: o sorriso. Traços concisos, alegres, rebeldes e impactantes. Tinha a força da célebre foto de Alberto Korda: era um retrato do Che Guevara para crianças. Em vez de cara séria, sorrisos; em vez de semblante heroico, moleque; um Che Guevara que, em vez de dar tiros de fuzil, fazia muitos *six seven*. O desenho do Chico feito pelo Sieber estaria nos convites do velório, nas homenagens póstumas, em camisetas, adesivos, canecas, chavei-

ros e até na lápide. Eu nunca tinha visto uma lápide com uma caricatura em vez de foto. Só o Chico teria isso.

Primero de abril. Uma das coisas que provavelmente acontece com todos os pais que perdem seus filhos repentinamente: parece mentira. Parece uma cena de filme. Algo impossível de acontecer no mundo real. Você não sabe nem como agir, começa a tentar interpretar como deveria ser um pai de um menino morto. Imita os filmes e séries porque é o único lugar em que se tem essas referências. A qualquer momento espera um diretor gritar: Corta! Ou alguém dizer que foi uma piada de mau gosto, uma pegadinha de um João Kléber da *deep web*.

Mas a mentira não é desfeita. Vai virando verdade. Primeiro de abril de 2026. Coincidentemente, no dia 31 de março de 2019, há sete anos, a mãe do Chico se separava de mim. Na tevê, tocava a depressiva música de encerramento do *Fantástico*. Manu olhava para mim e dizia: “Deu, né?” O Chico dormia no quarto. Eu respondia: “Tem certeza?” E ela respondia: “Sim, um dia você vai me agradecer por isso.” Fiz um pedido um tanto quanto estranho: “Como estamos só há algumas horas do 1º de abril, você se importa de avisarmos logo para nossos pais e amigos porque, como sou humorista, amanhã ninguém vai acreditar e vai ser um constrangimento absurdo ficar convencendo as pessoas até o dia 2 de abril.” Assim foi feito. Novamente, às vésperas do 1º de abril, me lançavam no dia que parecia mentira. Primeiro de abril de 2019 a separação da mãe. Primeiro de abril de 2026, a separação do filho.

Ana e eu chegamos no velório sob vários flashes invasivos de fotógrafos. Me segurei para não mostrar o dedo médio e sair assim nos portais. Estavam só fazendo seu patético trabalho de estorvar famílias enlutadas a mando de algum chefe imbecil de algum jornal. Tive a vontade de gritar: “Eu só sou um merda, o que vocês querem tanto é clique com morte de criança?” Mas eu só queria ver meu filho pela última vez. Entrei na capela. De longe avistei o Chico. Fiz um gesto de *six seven*, seu meme favorito do momento. Olhei para ele e gritei: “Te amo, filho, obrigado por ter sido meu filho.” Coloquei o podcast *Gilmar Baltazar, detetive particular*. História de detetive que escrevi com uns amigos e que o Chico ouvia absolutamente todas as noites antes de dormir. Ouvimos juntos, derradeiramente, durante as 3 ou 4 horas de velório. Eu abraçado com o caixão. Levantei algumas dezenas de vezes para abraçar quem chegava, não lembro muito bem, só tenho algumas memórias embaçadas do que aconte-

ceu. Fiz alguns agradecimentos aos que estiveram presentes e declarei uma vez mais meu amor pelo Chico. Fecharam o caixão e o carreguei até nossa definitiva separação física.

Meu cunhado João, no começo do velório, veio até mim certo de que eu responderia “Não”. “Tem um monte de repórteres esperando você dar entrevista, posso dizer que não?” “Diz que quando acabar o velório eu vou falar.” Começava assim um esforço romântico e idealista, uma loucura quixotesca, de transformar essa dor em algo que pudesse fazer algum sentido, para mim e para as pessoas. Uma tentativa pouco racional de deixar o Chico vivo na memória por mais tempo ou de que tudo que eu vivi com ele pudesse causar algum impacto em alguém. De que isso serve? Nada. Nem tudo tem que servir para alguma coisa.

Às vezes só quero me enganar de que essa dor não é vã. Em uma sociedade em que o abandono parental é tão grande, preciso falar sobre esse tema; talvez seja melhor falar sobre o diabetes do Chico e como foi difícil mantê-lo na escola; violência no trânsito é o assunto que mais faz sentido, mas o que eu sei de fato sobre isso? Tantas temáticas soavam importantes e atravessavam a vida e a morte do meu filho. Esses papos que, ao final, as pessoas dizem: “Ele estaria orgulhoso”, “De onde ele está, está feliz”. O que não faz a menor diferença se eu não posso ver o sorriso dele.

Talvez eu só queira que outras pessoas não sofram igual a mim. Embora quanto menos gente sofre, parece que mais sozinho eu fico. Talvez eu só queira aparecer, como disse um comentário de um post. Não sei o que eu quero. Aceito qualquer coisa que tente preencher um pouco desse vazio imenso que ficou. Acho que só preciso falar do Chico. Me dá a falsa sensação de que ele está vivo de alguma forma. Não é por bondade alguma, não há altruísmo em falar desses temas. É só uma incrível vontade arrogante de sentir que o meu filho morto está mais vivo do que os de vocês, que estão vivos de fato. Eu tentava transformar a ausência do Chico na presença mais forte do mundo.

Entrei ao vivo, logo depois do velório, com aqueles vários microfones apontados para mim, como a gente costuma ver na tevê e acha que nunca vai estar nessa situação: “Pais, amem seus filhos. Digam ‘Te amo’. Estejam com eles. Participem da vida dos seus filhos.” Na verdade, as palavras doces que encontrei eram o avesso do meu ódio contra todo pai ausente. Uma raiva absurda de todo cara que despreza seu filho, enquanto eu, que estava sempre com o meu, o tinha perdido. O mundo é desgra-

çadamente injusto. Minhas palavras amorosas eram a forma publicável que encontrei de dizer: “Eu queria que outra criança que não é amada pelo pai tivesse morrido no lugar do meu filho que era tão amado.”

Os repórteres insistiam em perguntas sobre o acidente, sobre a culpa do motorista. Eles precisavam daquela manchete: “Pai quer justiça!”, “Pai diz querer punição”, “Pai quer vingança”, “Pai quer derramar ainda mais sangue”, “Pai precisa se saciar de morte”. Para a infelicidade deles, eu não consegui e não quis ver nem sequer um vídeo do acidente. Pulei absolutamente todos. Não tive estômago. Não vi até hoje e não pretendo ver, embora eu saiba que em cada canto da internet tem a morte do meu filho filmada. Quem vai cuidar disso é o Ministério Público, e não eu. Sou só um pai que sepultou o amor da sua vida, uma criança de 9 anos que era o motivo dos seus sorrisos, seu companheiro de brincadeiras, de vídeos para internet, de piadas... Eu sou só um morto-vivo sem nenhuma condição de opinar sobre infrações de trânsito, sem nenhuma força para estrangular um culpado, sem condições de ficar em pé. Eu só tinha força para dizer o quanto eu amava o meu filho e que absolutamente nada o traria de volta.

Como não funcionou o sensacionalismo sobre o acidente, os repórteres buscaram novo caminho: “Você postou nas redes sociais que seu filho enfrentou muitos problemas de saúde ao longo da vida.” Esse tema me interessava. Meu filho era diabético tipo 1. Meu medo é que o diabetes pudesse matar o Chico. No meio da noite eu acordava com os alarmes do xDrip (monitorador de glicose), passava o dia olhando os números subindo e descendo enquanto ele estava na escola. Todo mês comprava absolutamente todos os insumos do Chico: Tresiba, Fiasp, agulhas, fitas medidoras, álcool, Libre.

Mesmo o dinheiro muitas vezes não alcançando, eu queria que o Chico tivesse um tratamento de ponta. Levei-o ao melhor endocrinologista que conheci, que me fazia sonhar e ter esperança de que ainda nessa vida o Chico poderia ser curado do diabetes. Eu imaginava passar esse dia com o Chico já adulto e como seria feliz. Meu maior sonho era ver a tal cura do diabetes. O Chico não gostava de falar sobre esse assunto. “Pai... Tá muito longe.” Tive muita dificuldade ao longo desses anos com a inclusão escolar. Em dado momento, o Chico chegou a estudar em um colégio municipal em que eu precisava ficar o horário escolar todo no colégio porque ele não tinha acompanhamento. Eu levava meu computador e trabalhava de lá. Sorte que o Chico também teve



outras escolas como o Mallet Soares e o Pedro II, que deram todo carinho e suporte a ele. Quando as coisas pareciam encontrar um caminho menos doloroso, o Chico morreu. E não foi de diabetes. Há coisas muito mais assassinas que uma doença.

Antes mesmo de chegar em casa, voltando do velório, cortes da entrevista já circulavam pela internet. Falas sobre amar os filhos e sobre a inclusão de diabéticos na escola viralizaram. Algumas mídias preferiram caminhos estranhos. A Rádio Tupi resolveu abrir aspas com algo que não falei e, logo em seguida, tirou a matéria do ar por eu reclamar publicamente. Já a Fábria Oliveira, colunista do *Metrópoles*, desde a morte do Chico começou a postar várias matérias seguidas sobre os *stories* que eu fazia. Provavelmente, percebeu que morte de criança dá audiência e passou a virar o canal que mais informava sobre o assunto. Eu postava algo e logo estava lá no perfil dela: “Humorista rebate comentário cruel após morte do filho”, “‘Bizarro’, diz humorista sobre golpe usando nome do filho morto.”

Me indignou, agora, eu estar em várias páginas que simplesmente abdicaram de denunciar os vários casos de assédio da TV Globo quando falei deles. Isso porque eu tinha um arsenal de provas e cinco outros processos de roteiristas já encerrados na Justiça. Os que agora falavam de mim e do meu filho eram os mesmos jornalistas que não se interessaram antes e preferiam tratar como se a Globo e os assediadores tivessem ganhado o jogo judiciário. Se

recusavam a levar novas informações dos bastidores da TV Globo ao público.

Cobrei a Fábria Oliveira publicamente: “Já que você tanto posta tudo que eu falo, posta sobre os assédios da Globo, essa emissora que mantém pessoas empregadas até hoje cúmplices e assediadoras.” Ela entrou em contato pelo WhatsApp, pegou todas as informações e fez uma matéria extremamente genérica, sem nomes, sem dados, sem nada do que eu forneci. Prometeu que era só uma introdução sobre o tema. Achei válido então. Porém nunca mais ela postou nada, nem sobre as denúncias, nem sobre meu filho. Provavelmente, só voltará a postar algo sobre mim quando eu morrer, de forma bem performática para dar audiência. Será, com toda certeza, uma nota pejorativa.

Homenagens ao meu filho e a mim aconteciam simultaneamente às bizarrices dos cristãos e da imprensa. No futebol, o Botafogo, time no qual o Chico jogava, e o Vasco da Gama, time pelo qual o Chico torcia, também fizeram homenagens a ela. O Chico morreu na sua fase mais vascaína. Ele que nasceu coladinho ao último título do Vasco em 2016 e nunca comemorou de fato um título do clube. Cheguei a publicar um livro em homenagem a ele, pela Editora Belas Letras, com uma historinha esperançosa sobre o título do ano em que ele nasceu. Sempre que assistíamos aos jogos em casa, eu abria uma cerveja para comemorar os gols, e o Chico, para se equivaler, falava: “Pai, se o Vasco fizer gol você me dá 5 reais de Robux?” Robux era o brinde dele, o seu abrir de cerveja.



Um dos dias mais felizes de sua curta vida foi quando ganhamos ingressos para a final da Copa do Brasil em 2025, uma espécie de festa de despedida nossa. Um dia que entrou para a nossa história e que rendeu um escudo gigante de papelão até hoje pregado no quarto do Chico. Nos irritamos com o primeiro gol do Corinthians, choramos de felicidade no gol do empate, e o Chico chorou de tristeza com o segundo gol e a derrota. Falei para ele: “Filho, o dia foi maneiro, a gente veio para ver o Vasco e se divertir, o resultado agora não importa.” Eu nunca imaginei que seria o último jogo juntos, eu sonhava que ainda veríamos um título do Vasco, uma reviravolta no clube, que veríamos novos craques... Meses depois, o Chico estaria não do meu lado na arquibancada, mas no telão de São Januário recebendo uma homenagem póstuma. Eu segurava uma camisa que tinha sido minha, passado a ser dele e, agora, voltado a ser minha. Não sabia que era possível a devolução de uma herança.

O movimento de ciclistas chamado Massa Crítica puxou uma manifestação em homenagem ao Chico e sua mãe que partiria da Praça Saens Peña, na Tijuca, até o local exato do acidente. Antes disso, aconteceu a pintura de duas bicicletas fantasmas. Eu nunca estive por dentro de luta de ciclistas, eu não entendo nada de planejamento urbano, eu nem sequer tinha conseguido assistir a qualquer vídeo do acidente em que meu filho morreu e eu não tinha a menor ideia do que eram bicicletas fantasmas. Porém, ab-

solutamente tudo que envolvia o nome do meu filho me interessava imensamente. A causa dos ciclistas parecia, independentemente de qualquer coisa, justa e importante para um futuro melhor na cidade.

Então me apoiei na Hellen e na Rosa do movimento Massa Crítica para me introduzir ao assunto. Descobri que bicicletas fantasmas fazem parte de um movimento internacional. Elas são pintadas de branco e penduradas no local em que ciclistas tiveram suas vidas roubadas. Divulguei o evento nas minhas redes como se fosse uma missa de sétimo dia de um pai ateu. No dia 10 de abril às 17 horas começou a manifestação. Um grupo de ciclistas, amigos e curiosos se reuniram na Saens Peña. Começamos a pintar uma bicicleta de adulto e uma infantil. Enquanto eu usava o spray, tocava na minha cabeça trechos de uma música chamada *El ángel de la bicicleta*, de León Gieco:

*Sacamos cuerpo, pusimos alas/
Y ahora vemos una bicicleta alada que
viaja/Por las esquinas del barrio, por
calles/Por las paredes de baños y cárce-
les [...] Cambiamos fe por lágrimas
[...] Dejamos ir a un ángel/Y nos queda
esta mierda/Que nos mata sin impor-
tarle/De dónde venimos, qué hacemos,
qué pensamos [...] Cambiamos buenas
por malas/Y al ángel de la bicicleta lo
hicimos de lata/Felicidad por llanto/Ni
la vida ni la muerte se rinden/Con sus
cunas y sus cruces/Voy a cubrir tu lu-
cha más que con flores/Voy a cuidar de
tu bondad más que con plegarias.*

Me apropriei da imagem criada pela música e de um grafite que ho-

menageia o ativista social argentino Pocho,* assassinado em 2001. Criei adesivos e mais uma camiseta, desta vez em tom de protesto: a silhueta vermelha do Chico, alado, voando de bicicleta. O Chico e eu sempre amamos essa estética de grafites. Nosso apartamento, antes de nos mudarmos, tinha boa parte das paredes pichadas e grafitadas por nós. Tivemos inclusive o prazer de receber um amigo grafiteiro, Nadi, da Trapa Crew, para grafitar com a gente uma parede inteira do apartamento. O Chico se achava um pequeno artista urbano e toda vez que defendíamos o grafite e as pichações como arte, alguém dizia: “Faz então nas paredes da sua casa.” E respondíamos: “Já fizemos.”

Recebi mais uma mensagem no WhatsApp. Era minha antiga terapeuta, Débora. Ela soube do que aconteceu e ofereceu de marcarmos uma chamada. Foi o primeiro caso que conheço de uma terapeuta marcar consulta com o paciente e não o contrário. Pelo visto, meu caso era mesmo grave. O que confirmava isso eram as dezenas, talvez centenas, de outros psicólogos e advogados que me mandavam mensagens no *inbox* do Instagram e, sei lá, como, no meu WhatsApp. Eu não sabia se eram golpistas, doidos quaisquer ou pessoas muito solidárias. Eu preferi voltar com Débora, pois uma das piores coisas que existe ao começar a terapia é você ter que contextualizar tudo para o seu terapeuta, contar suas questões, seus medos... Débora já me conhecia e agora já estava informada pela tevê e pela internet da desgraça que minha vida virou.

Além dela, recebi a mensagem do “Infinito.etc”, um perfil de Instagram que eu sigo. Eles me passaram o contato de uma terapeuta especializada em luto, a Érika. Então, duas vezes por semana, eu falo de vida e morte com terapeutas diferentes, que toparam fazer um preço extremamente amigável para me atender nesse momento. Também faço acompanhamento psiquiátrico e aumentei o ansiolítico para conseguir ficar de pé. Além disso, passei a frequentar rodas de luto. Pode parecer muito para qualquer pessoa, mas é pouco quando se perde um filho.

Na busca desse muito que é pouco, minha amiga Paula, do sítio, me mandou pelos Correios vários e vários livros sobre luto. Débora e Érika também me recomendaram alguns. De repente, eu estava montando uma biblioteca fúnebre. Além de ler histórias de morte o dia todo, eu ouvia história

nas reuniões das rodas. Inclusive, sou o único pai nas reuniões de luto. Tenho chorado e compartilhado a história do Chico cercado de mães que choram e compartilham as histórias dos seus filhos. Por vezes, enquanto falam sobre suas tragédias pessoais, dúvidas tomam conta de mim: Pais não ficam de luto? Pais não conversam? Pais existem? Aí me lembro de alguns pais enlutados que me procuraram depois da morte do Chico. São três ou quatro que, provavelmente, em algum momento, talvez tenham sido esses pais em meio a tantas mães. Lembrei que já era assim nas reuniões da escola, nas aulas de algum esporte e de música, no dia a dia dos próprios filhos. O mundo tem dessas ironias: tantas crianças vivendo sem pais e eu morrendo sem filho.

Minúsculas coisas se agigantam. Quando enfrentamos os dragões da morte – o IML, o velório, o sepultamento –, geralmente estamos amparados por uma cavalaria de parentes, amigos e pessoas solidárias. Mas os maiores inimigos não são os dragões, são os mosquitos. São eles que enfrentamos sozinhos e são os que, muitas vezes, mais causam danos. Um ato minúsculo: cancelar o Game Pass (assinatura de videogame) do Chico foi uma das batalhas mais dolorosas que já enfrentei. Eu estava desligando o principal brinquedo do meu filho, estava desligando a possibilidade de ele jogar aos berros com os amigos, aceitando que nunca mais seríamos parceiros de *Fifa* e adversários de *Mortal Kombat*; estava desligando a trilha dos jogos que ambientava a casa. Foi como se eu tivesse reafirmado a morte do meu filho. Cancelei. Em seguida, abracei a Ana e chorei tanto, tanto, de soluçar, de não me aguentar em pé. Como se eu mesmo tivesse matado o Chico. Eu me senti o mais derrotado dos homens. Depois fiquei deitado na cama, olhando para o teto e pensando que a vida é como o *Minecraft*, jogo que o Chico tanto jogava, e não como os jogos da minha época: a vida não tem um objetivo claro. A vida é construir e destruir, montar e desmontar, e a gente que se vire pra dar um sentido a ela.

Algumas burocracias, até agora, ainda não consegui resolver. Retirar o Chico do plano de saúde da Amil parece impossível. Lembro quando meu pai morreu e minha irmã quis cancelar o plano dele para não pagarmos mais: “Senhora, só o próprio pode fazer isso.” E minha irmã dizia: “Ele morreu.” E a resposta era: “Lamento, mas só ele.” Aos prantos e aos gritos de “Ele morreu”, minha irmã conseguiu em algum momento cancelar. Eu, até agora, não tive essa energia para prantear e gritar ao telefone. Tenho pagado a Amil desneces-

* Claudio “Pocho” Lepratti foi um ativista social e sindical argentino assassinado pela polícia em 19 de dezembro de 2001, na cidade de Rosário, durante a repressão da crise de 2001. Aos 35 anos, ele foi morto com um tiro no pescoço disparado por um policial enquanto tentava proteger um grupo de crianças em um refeitório escolar.

sariamente, enquanto tento fazer todo o processo pela internet e com ajuda de corretores de plano de saúde que, apesar da boa vontade, também não conseguem absolutamente nada.

Retomei meus trabalhos uma semana depois da morte. A vida de freelancer é assim: ou você trabalha ou não recebe. Sou escritor, roteirista e faço vídeos de humor. Vendo meus textos para atores, empresas... Uns foram muito gentis e solidários. A agência ALMALAB, por exemplo, pagou o velório do meu filho. Outros clientes, obviamente, se afastaram com medo de que o cheiro da morte possa contaminar suas marcas, o que faz com que diminua a procura por publis e anúncios na internet.

A volta ao trabalho é um momento esquisito, porque ninguém sabe ao certo o que falar, e você não tem nenhuma concentração para trabalhar. Algumas pessoas arriscam dizer: “Ocupar a cabeça com trabalho vai te fazer bem.” Em uma roda de luto, uma mãe contou que, ao voltar ao trabalho, ouviu de sua gerente: “Olha, sei que você perdeu sua filha, mas a empresa não tem culpa. Você precisa render.” Há uma perigosa e proposital glamourização do trabalho no luto, e a mídia hegemônica, recentemente, contribuiu muito para ela. Tadeu Schmidt: “Meu irmão morreu e vou trabalhar.” Ana Paula Renault: “Meu pai morreu e vou seguir no reality show.” Exceções tratadas como regras. São casos de trabalhos sonhados, muito bem remunerados e com glamour. Nem de longe dizem respeito à maioria da população.

A realidade da maioria é: a mãe que perde o filho e tem que ir atender clientes de supermercado e sorrir pra eles. Clientes que nem sequer sabem a sua dor. A realidade da maioria é: o técnico de TI ter que destravar seu Windows depois de sepultar o filho. No Brasil, há a licença nojo, em que os empregados pela CLT têm direito a dois dias corridos para ficar em casa na morte de um parente próximo. Dois dias corridos! Seu filho morre na sexta-feira e na segunda-feira você está trabalhando, ou seja, foi só um final de semana normal. Algumas profissões, como os professores, conseguiram nove dias por meio do sindicato.

Com a pejotização e o sucateamento das leis trabalhistas, cabe a cada PJ resolver seu problema. Há contratantes mais compreensivos, outros nem aí. Ou seja, pode ser que durante o velório do seu filho você tenha que enviar aquela versão 7 da planilha. Ainda assim, permanece o imaginário de que todos são celebridades acolhidas em seus lutos. Eu recebi no Instagram centenas de mensagens: “Trabalhe para esquecer”, “Trabalhar

para ocupar a cabeça”, “Trabalhar para viver”. A maioria das pessoas não vai ter a sua dor compartilhada com um “Brasil de audiência”, não terá abraços, não terá dinheiro na conta para depois desse trabalho tirar um ano sabático. Quem defende essa glamourização está inteiramente deslocado da realidade da vida e da realidade da morte. A vida das pessoas é trabalhar até morrer para que, com essa morte, os filhos delas tenham dois dias de licença nojo. Isto é, caso não caia no final de semana.

O primeiro mês foi como se eu dormisse para viver alguma realidade e acordasse para viver o pesadelo. Toda manhã eu lidava novamente com a notícia de que o Chico não está mais ali. Sou tomado por calafrios e angústias. Todo chão vira alcapão. Torno-me um exilado na fronteira da razão com a loucura. Uma informação tão óbvia e direta, a morte, não consegue ser assimilada. Não existem mais paisagens concretas, tudo é nebuloso. Passa-se a entender os sebastianistas que esperam sempre a volta. Parece que a qualquer momento o quarto de criança terá novamente seus barulhos. Só mais algumas cervejas e alguns remédios, e tudo volta ao normal. Se eu dormir mais uma vez, vou acordar no lugar certo, com moinhos de vento, gargalhadas, bandeiras tremulando e um filho para abraçar. Todo dia tenho acordado no lugar errado de novo.

Em 3 de maio de 2026, o Chico completaria 10 anos. Desde que nasceu, suas festas sempre foram muito parecidas. Reuníamos uns parentes mais próximos e alguns amigos dele, no máximo. Um bolinho e um tema: gato, Homem-Aranha, *One Piece*, *Stranger Things*, *Roblox*... não chegamos a falar do tema de 2026, eu arriscaria Vasco, *Spy x Family*, *Demon Slayer*... Neste ano, depois de sua morte, eu tinha duas opções para o aniversário do Chico: passar o dia sozinho, chorando, ou reunir uns amigos do meu filho para buscarmos juntos alguma felicidade. Sei que nem sempre podemos escolher, há dias em que a tristeza se impõe. Mas dessa vez eu pude. O 3 de maio nunca será um dia triste, pois já foi o dia mais feliz da minha vida. Dia em que carreguei o Chico nos braços pela primeira vez. Agora, foram seus amigos que me carregaram e para eles a casa sempre estará aberta. O Chico será sempre uma criança de 10 anos, mas vou acompanhar o crescimento dele através de seus amigos, na torcida para que sejam muito felizes e que tenham sempre um espacinho em seus corações e mentes para lembrar com carinho do meu filho. Desde a morte do Chico,



pela primeira vez, fui um pouco feliz em meio a dias tão tristes.

Se a manifestação das bicicletas foi uma missa de sétimo dia, a festa de aniversário foi nossa missa ateia de um mês. Amigos do Chico saíram com adesivos para colar por aí. Fantasio a reação assustada dos outros pais ao ver isso, aterrorizados com a morte. Pais que acham que o melhor é fingir que meu filho nunca existiu: os filhos deles não podem sofrer pela perda do amigo, sofrer é só para mim que sou pai, os filhos deles não pediram para ser pais, não têm que chorar por criança nenhuma. Quando os pais morrerem, aí os filhos poderão chorar, de preferência muito, para que todos saibam como amavam o paizinho e a mãezinha do coração. Chorar por um amigo, não. É melhor esconder. Crianças não morrem, não se fala sobre isso e nem sobre esse maldito pai que deixou a criança morrer debaixo de um ônibus.

Se o primeiro mês passou em um dia, o segundo mês foi lento, levou um ano. Frilas, reuniões, visitas, chá de mulungu, remédios, vinho, cerveja, whisky, cachaça, terapia, reunião com advogados, conversas com mães enlutadas, mães de diabéticos, passeios aleatórios, conhecer novas pessoas, rever velhas pessoas, brigar com qualquer um na internet, gravar vídeos, denunciar abusos, fumar charuto, tentar voltar a cozinhar, acabar pedindo mais fast-food, ajeitar a barba, comprar um novo boné para esconder o cabelo que nunca mais foi cortado, fazer exercícios, desistir de fazer exercícios, acolher os outros que

estão chorando mais do que eu, receber mais xingamentos, receber mais homenagens. Tudo isso sem poder reclamar nos ouvidos do meu filho e arrancar risadas dele. Eu me tornei um louco, amigo de uma criança imaginária e passo o dia balbuciando “Chico... Chico... Ah, filho”. Escrevo todo esse texto no quarto dele, às vezes durmo por aqui, principalmente quando estou bêbado. Tento achar o seu cheiro em algum objeto, fico abraçado com seus brinquedos, ouço músicas que ele gostava, vejo fotos dele, leio suas mensagens no celular, ouço sua voz. Tento sonhar para me encontrar com ele de alguma forma. Geralmente falho. Nunca mais vamos nos encontrar, a não ser aqui nos textos, por isso tenho escrito tanto.

Ando pelas noites da Tijuca. Sou digno de fazer as pessoas mudarem de calçada. Colo adesivos compulsivamente. Quanto tempo vão durar na paisagem? Se eu parar, quem irá colar por mim? Pelo Instagram, recebo mensagens e fotos de pessoas imprimindo e colando adesivos do Chico pelo mundo. O Chico sempre sonhou em conhecer o Japão. Agora, vivo por mim e por ele. O Chico toma os postes, os hidrantes da Conde de Bonfim, os banheiros da Lapa, os monumentos da Zona Sul, segue pela linha de trem da Zona Norte, chega às praças da Zona Oeste... Vivo invisível pelas noites, colando adesivos, e atravesso os dias já sem fôlego. O Chico precisa estar vivo, eu preciso morrer antes, não é correto sobreviver à morte de um filho. O Chico viverá cem anos. Faltam noventa. ✨



POSIDONIA

Sua especialidade era entrar na mente de assassinos

FABIANE SECCHES

I
O mar devolve o que não lhe pertence.

O corpo apareceu numa manhã fria no Hemisfério Norte, enrolado nas algas como numa mortalha improvisada, e as ondas o empurraram contra as rochas com força e indiferença. A polícia não estava acostumada a ter assassinatos na ilha, então as primeiras hipóteses eram de acidente ou suicídio. O detetive ficou parado na beira da falésia por um momento, temendo o procedimento que viria.

Era baixa temporada na ilha. O aeroporto, que nas semanas de verão engolia e cuspiu turistas de todo o mundo, funcionava agora num ritmo mais lento. Na capital, a vida continuava no seu compasso de inverno, que é um compasso de dentro. Havia dias em que o vento descia da serra e atravessava a cidade de ponta a ponta, esse vento que os ilhéus respeitam como se fosse uma entidade com nome e temperamento próprios, capaz de inclinar as oliveiras centenárias e fazer ranger as janelas nas madrugadas.

O corpo, um corpo de mulher, estava bastante deteriorado. Não havia

como saber, à primeira vista, quanto tempo passara na água. Mas uma coisa o mar não conseguira apagar: o orifício entre a quarta e a quinta costela do lado esquerdo, limpo como uma linha de corte feita por alguém que sabia exatamente onde estava colocando a lâmina. O médico-legista o disse como quem lê uma bula: “Ferimento único. Certo. Profundo o suficiente para atingir o coração.”

Quem fizera aquilo conhecia a anatomia humana do mesmo jeito que conhece o mapa de uma cidade em que viveu a vida inteira.

II
O ex-namorado da vítima se tornou o primeiro suspeito. Filho de pescador, mãos grossas de quem passou a infância no cais, olhos inquietos que não pousavam em nada por muito tempo. A relação com a mulher encontrada havia sido do tipo que os vizinhos descrevem baixando a voz: gritos que vazavam pelas janelas fechadas, reconciliações que duravam dias, rupturas que duravam semanas, e tudo começava de novo. Alguém os viu juntos três dias antes.

Outro alguém ouviu ela chorando no corredor. Outro alguém tinha visto ele sair com uma expressão que não era raiva – era pior.

No interrogatório, o rapaz não negou nem confirmou nada. Ficou com as mãos sobre a mesa, abertas, como se quisesse dizer que não escondia nada nelas.

Então apareceu o segundo corpo.

Outra mulher. Outra praia. Outro corte entre as costelas. A vítima não conhecia a primeira. Não conhecia o ex-namorado. Não havia, entre elas, nenhum fio visível que as conectasse além do furo no peito e do mar que as recebera depois.

O detetive ficou sentado no carro por 20 minutos sem saber como começar. Do outro lado da janela, as amendoeiras da encosta começavam a abrir os botões – era fim de janeiro, e elas sempre floresciam antes do tempo, antes que o inverno tivesse terminado, como se não soubessem ou não quisessem esperar. Os mouros as trouxeram para a ilha no século X e agora eram 7 milhões de árvores cobrindo os vales interiores de branco e rosa-pálido. O detetive olhou para elas por um momento. Depois ligou para o continente.

III
A detetive especializada em homicídios e com experiência em *serial killers* chegou num voo da manhã seguinte, com a expressão de quem já viu demais para se surpreender com facilidade. Sua especialização ela própria descreveria como uma maldição: entrar na mente desses assassinos. Sabia que havia um padrão antes de conseguir descrevê-lo.

O detetive local a recebeu com café e dossiês. Ela leu tudo na mesa pequena da delegacia enquanto o café esfriava. Depois olhou para ele e disse:

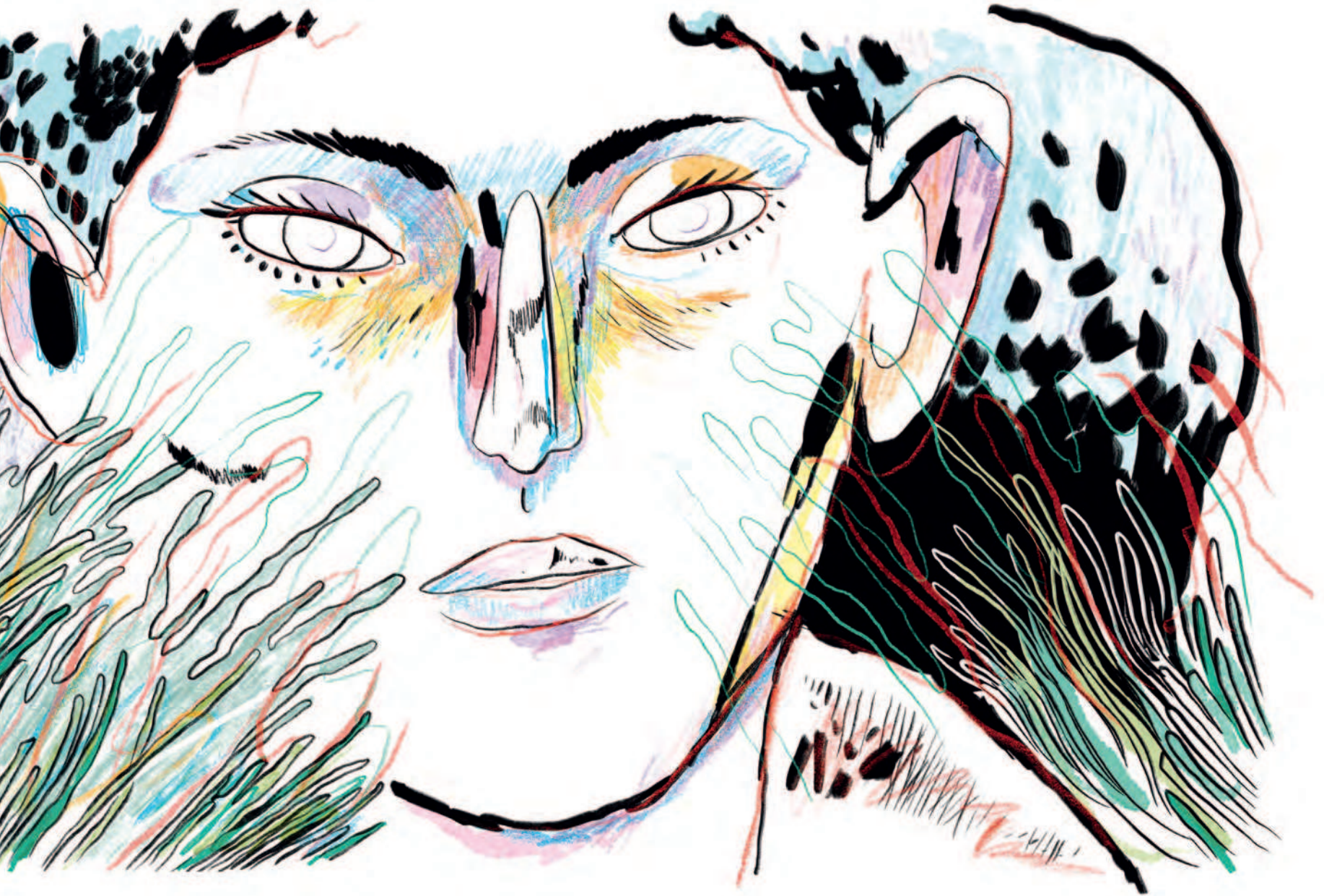
– Vão aparecer mais.

– Eu sei.

– E precisamos de alguém sério que nos ajude a traçar o perfil psicológico antes disso. Alguém experiente.

O detetive local hesitou. Depois disse: – Tem uma pessoa. Mas é complicado.

IV
A mansão ficava nas encostas da serra, longe do barulho da capital, longe do cheiro do mar. Para chegar lá era preciso subir por uma estrada de pedra calcária que ia fican-



do mais estreita, ladeada por azinheiras e pinheiros-de-alepo que cresciam em ângulos impossíveis por causa do vento secular – árvores que aprenderam a dobrar sem quebrar. Havia trechos em que a estrada acompanhava socacos de pedra seca construídos por gerações de camponeses para vencer a inclinação da serra, aqueles muros baixos que os ilhéus simplesmente chamavam de *marges*.

Ao fundo, entre os pinheiros e um olival antigo cujas árvores torcidas pareciam escrever algo em silêncio, a casa enorme tinha o ar de que foi construída para durar.

O homem que abriu a porta tinha cabelos grisalhos e curtos. Corpo de quem ainda corria com frequência pelas trilhas da serra. Olhos que analisavam antes de sorrir, e que sorriam com cuidado. Havia sido psiquiatra forense durante vinte anos, antes de se tornar aquilo que seus editores chamavam de escritor de não ficção criminal e que os números chamavam de best-sellers. Seus livros sobre casos notórios de assassinos em série haviam sido traduzidos para 32 idiomas. Quatro adaptações para séries de televisão. Duas para o cinema. Uma lista de espera de entrevistas que ele nunca

atendia. Tinha se mudado para a ilha alguns anos antes.

– Entrem – disse, gentil, como se os estivesse esperando.

A detetive seguiu adiante olhando para tudo em volta. Era um hábito profissional que já não conseguia evitar.

V

O acordo era simples e extraoficial. O escritor recluso contribuiria com a análise psicológica, por causa do conhecimento acumulado em décadas de trabalho de casos mais terríveis. Em troca, poderia ser o primeiro a escrever sobre este, uma vez fosse solucionado.

– Por que você aceita? – perguntou a detetive na primeira tarde, quando seu colega já tinha ido embora e os dois ficaram conversando sozinhos.

O escritor olhou para o jardim através da janela grande. Lá fora, uma poupa pousou num ramo seco do olival – um pássaro de crista alaranjada que os ilhéus viam como sinal de coisas prestes a mudar – e ficou parada por um momento antes de desaparecer na direção da encosta.

– Porque quero escrever sobre esses crimes. Mortes numa ilha me lem-

bram um pouco de Agatha Christie. É um livro que eu gostaria de ler – disse, curioso e quase animado, como se tratasse de ficção.

Voltaram a se encontrar dois dias depois. E então três ou quatro vezes por semana. As conversas eram longas e às vezes se esqueciam do caso e falavam de outras coisas, encantados um pelo outro. Enfim haviam encontrado alguém com quem podiam conversar sobre as coisas sombrias que os habitavam. Ele perguntava sobre os casos dela, sobre o que a fazia continuar, sobre o que a fazia aguentar. Ela respondia com mais franqueza do que pretendia. Havia algo nele que funcionava como uma dissolução lenta das defesas – uma qualidade de escuta que ela raramente encontrava nas pessoas.

Enquanto isso, um terceiro corpo apareceu. Outros suspeitos foram descartados. A pressão sobre a polícia crescia. O governo cobrava uma solução. Os jornalistas acampavam na ilha como aves de rapina. O detetive local dormia pouco e bebia café demais. A detetive revisitava cada informação dos dossiês às três da manhã no quarto pequeno da pousada, com o barulho do vento nas venezianas e o canto distante da água.

O escritor preparava chá quando a detetive chegava para as reuniões. Sabia como a detetive gostava – preto, com um fio de mel. Começou a prestar atenção em detalhes como esse. Um dia o que parecia inevitável aconteceu e ela acordou na mansão, vestindo uma camiseta dele.

VI

Era começo da noite quando ele foi correr e ela ficou sozinha em sua biblioteca, com estantes do chão ao teto, e os livros organizados com a lógica de quem os havia escrito: primeiro os acadêmicos, depois os de divulgação, depois as primeiras edições, depois as traduções. Ela pegou o livro de um caso notório que conhecia bem, havia estudado cada detalhe em seu treinamento na polícia à exaustão.

Abriu numa página qualquer.

Leu.

Releu.

Havia um detalhe que ela não se esqueceria. Não do livro – dos seus estudos na polícia. Um detalhe que a equipe havia deliberadamente mantido fora de qualquer comunicado, o tipo de



coisa que servia para eliminar confissões falsas e para reconhecer o culpado verdadeiro. Nenhum jornalista havia publicado. Nenhum vazamento.

Estava na página 143 do livro do escritor.

A detetive ficou parada. A casa estava em silêncio. Lá fora, o vento movia os pinheiros e pelas frestas da janela chegava um perfume leve de alecrim aquecido que o inverno não conseguia apagar de todo, porque na ilha algumas coisas simplesmente não sabem morrer.

VII

Ele entrou pela porta dos fundos com o som dos passos de quem volta de uma corrida – respiração pesada, tênis contra as pedras do corredor –, e ela conseguiu colocar o livro de volta no lugar antes de ele entrar na sala. Ele passou sem parar, acenou com a mão, disse “5 minutos” e desapareceu para o andar de cima.

Ela ficou parada no meio da sala.

Pensou: um ex-psiquiatra forense tem formação médica. Conhecimento de anatomia e fisiologia. Conhecimento de onde fica o coração de uma mulher dentro de um peito.

Pensou: a ilha é grande, mas tem um aeroporto movimentado. Ele saiu. Voltou. Nunca ninguém perguntou onde estava nas datas das mortes porque nunca ninguém o considerou suspeito.

Pensou: ele sabe ler o comportamento humano melhor do que qualquer pessoa viva que ela conhecia.

Tirou o celular do bolso. Ligou para o detetive local sem escrever nada, sem mensagem, apenas a chamada, e quando ele atendeu ela disse, com uma voz de conversa corriqueira:

– Estava pensando no que você falou sobre o caso há coisas que você precisa ouvir. – E teve esperança de que ele entendesse que havia algo errado e que devia ficar na linha.

O escritor estava descendo as escadas. Ela ouviu os passos.

VIII

Ele entrou na sala com o cabelo ainda úmido e a expressão de quem estava sempre à frente e leu o rosto dela nos 3 segundos entre a porta e o meio da sala.

– Achou algo interessante?

A voz era diferente. Não mais calorosa. Não mais com o suave arredondamento clínico que tinha quando discutia casos. Era uma voz com arestas – a mesma voz, ela pensou, que a pedra calcária da serra teria se pudesse falar.

Ela não respondeu de imediato. Deixou o silêncio respirar.

– Página 143 – disse ela, então, atemorizada, mas sem se deixar intimidar.

Ele olhou para a estante. Depois olhou para ela. E sorriu de um modo que ela esperava nunca mais ver em nenhum rosto humano.

– Sabia que você era diferente – disse ele. – Ninguém nunca percebeu.

Fez uma pausa.

– Você perceberia. Admito que isso é, ao mesmo tempo, uma decepção e um alívio.

Ela tinha o celular na mão, com o detetive do outro lado, que a essa altura já estava a caminho. Precisava de tempo.

– Você comete esses crimes para depois escrever sobre eles com uma propriedade que ninguém mais possui, não é? Sua imaginação não basta. Você precisa vivê-los.

– Está vendo? Foi por isso que me apaixonei por você – disse ele, enquanto mostrava uma faca de cozinha empunhada, pronta para transformá-la na enésima vítima de seus crimes. Ela pegou o utensílio de ferro para colocar lenhas na lareira, perto da lareira acesa que poderia fazer aquela noite assombrosa tão aconchegante.

IX

A luta durou pouco mais de 4 minutos, um tempo que parece outro quando se está dentro dele.

Ela levou um corte no braço – profundo, doloroso, a faca afiada cortando a manga do casaco e a pele abaixo dele, mas conseguiu proteger o coração e acertá-lo com o objeto de ferro com toda a raiva que sentia de si mesma. Primeiro no ombro, depois no abdômen, em seguida na lateral da cabeça.

Ele enfim caiu.

Ela ficou parada, ofegante, com o braço latejando.

Do lado de fora ouviu o som distante de sirenes.

X

O detetive local chegou com dois carros e uma ambulância. Encontrou-a sentada na calçada da entrada, enrolada num cobertor porque o vento era cortante mesmo em fevereiro, especialmente ali em cima, onde as azinheiras dobravam para Leste. A paramédica foi até ela imediatamente. Lá dentro, outros agentes cercavam o escritor, que estava vivo – inconsciente, mas vivo – e seria transportado preso assim que os médicos o estabilizassem.

O detetive local sentou ao lado da colega.

O céu começava a clarear sobre a planície interior. Nas encostas abaixo, invisíveis na penumbra, os milhões de amendoeiras continuavam abrindo suas flores brancas e cor-de-rosa, aquela nevada paradoxal de pleno inverno, o florescer que os mouros haviam en-

sinado à ilha séculos atrás e que a ilha nunca mais esqueceu.

– Não consigo me perdoar – disse ela, os olhos no horizonte que ia se acendendo. – Por não ter percebido antes. Por ter deixado ele me enganar assim. Por ter...

Parou.

O detetive ficou quieto por um momento. Depois disse, com a voz de quem escolhe as palavras devagar:

– Se isso não tivesse acontecido, a gente provavelmente não teria conseguido pegá-lo. E com o verão vêm os turistas, os sazonais, pense no número de mulheres em risco... – Ele parou, olhou para a serra que ia ganhando contorno contra o céu. – Você está salvando a vida de muita gente.

A ambulância partiu devagar pela estrada estreita, as luzes girando em silêncio porque as sirenes já não eram necessárias. Atrás dela, os pinheiros se moviam como sempre, com a indiferença vegetal das árvores que crescem em solos pobres e ventos hostis e aprenderam que a única resposta à força é a flexão – dobrar, não quebrar, continuar.

XI

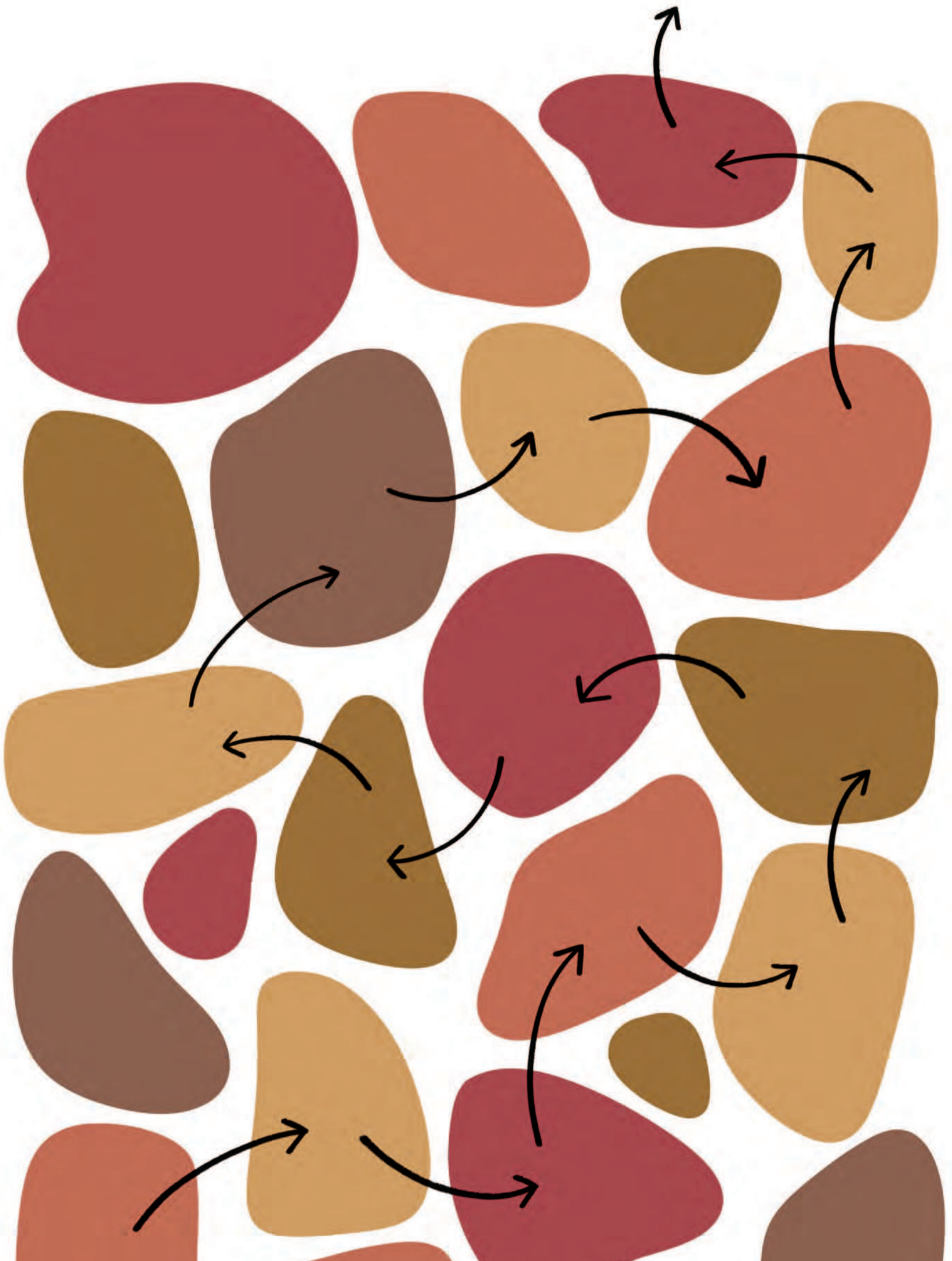
Mais tarde – muito mais tarde, quando os relatórios estivessem escritos, os jornalistas tivessem esgotado o assunto e a ilha voltado ao seu ritmo –, o detetive se lembraria daquele amanhecer e daquela qualidade específica da madrugada, quando há um breve instante em que tudo parece possível.

E lembraria que, quando a paramédica perguntara à detetive como se chamava, ela havia dito seu nome e depois olhara para o colega com uma expressão que ele não soube logo classificar e que só entende agora: era a expressão de alguém que está surpresa por estar viva.

Enquanto isso, lá embaixo, numa das praias, as ondas continuavam seu trabalho antigo. A água avançava sobre as rochas e recuava, avançava e recuava, passando sobre as pradarias de *Posidonia* que cresciam no fundo transparente – plantas marinhas que limpam a água e abrigam centenas de espécies, levando décadas para se recuperar de qualquer ferida.

O céu ia clareando por cima. As gaivotas-de-audouin começaram a aparecer sobre o mar, aves de bico vermelho que só existem neste pedaço específico do mundo. Primeiro uma, depois outra, depois o grupo inteiro planando sobre a superfície quieta.

Não havia mais nada nas rochas. Apenas a água e o canto – esse canto que recomeça todas as manhãs como se fosse a primeira vez, como se o mundo não soubesse, ou não quisesse saber, o que havia acontecido antes, persistindo. ☼



O FOGO

Onde não existe forma para o fogo o
fogo é a forma
ígneia linha que não degrada em
nenhuma resma
ou rito.

Quando se trata de não trair a eva-
língua da natura
nenhum livro confere a si próprio a aura
ou erva
divina.

Não há por trás do barro inflamado da
palavra
nenhum ser maior que o fogo inicial
apenas
o faro e a lira.

ANTICANTO

Nenhum gesto na cidade
invadida por uma língua surda.

Sem o que nos torna loucos,
desperdiçamos horas

antes de cada nascimento
– nenhum parto na rua calva,

nenhum rio pós-estiagem
é tanto que dure um rastro.

Domingo é o dia da consciência
terrível – quem fotografa

nega o desaparecimento.
Viva a morte do deus-rapto –

deus findo no advérbio.
O canto nascido fora do mito

é humano, selva de silvos,
nada sabe de si mesmo.

É contra, é fardo, é lúcido
ao cair da noite – tem o alarde

por ofício, não salva ninguém,
não se ouve quando fala.



BUMERANGUE

JOHNNY ALF
BADEN POWELL

o grande lance
é não ser commodity de país tropical

JOHNNY POWELL
BADEN ALF

síntese que desliga o ponto eletrônico

JOHNNY FLOWER
BADEN BADEN

o grande
número aflora na sala-sílex do ouvido

JOHNNY ALF
FLOWER POWER

síntese que desliga as cercas elétricas

ERHU

duas linhas de melancolia
pairam
no horizonte solar

duas senhas: uma chave

economia de um rouxinol
fendido
por uma nave estelar

uma clave: dura
nênia

sentada à sombra do palácio
uma mulher
de seda

um cavalo de cordas
em
disparada

a o

c v

h e

u n

v t

a o

contra o muro de pedras

duas ilhas para uma
mulher e o arco
da melancolia



FÁBULA

I

Não seria tarefa difícil
plantar o jasmim do imperador.

A terra
molhada e o
grou
o animariam para o trabalho.

Como o poema, no
entanto, a ferramenta
tropeçou.
Não foi para o jasmim,
afinal,
que se cavou e cavou.

Tantos anos à beira do perfume
aqui
se deitará
o homem sem império.

II

As carpas famintas não têm
fome. Ontem e hoje,
a mão lhes oferece o suficiente.
As carpas.
A vulva azul chama-as
para a superfície da água – a fome,

contudo,
amargou o primeiro néctar.

III

Nu sob as cobertas,
triturado pela febre,
porém duro
nas ocasiões secretas.

Não há jasmim
ou carpa
(impérios de beleza)
que o convençam a caminhar
para o Norte
ou para o Sul.

Com um gato roçando-lhe os
pés, desafia
a guerra
para durar no tempo.

Nu sob as cobertas,
rega a carpa
e o jasmim
com sua fonte íntima.



O PÁSSARO DE SAQQARA

Maior que o voo é sua hipótese,
maior que a hipótese, o voo
soterrado – maior que a hipótese-
voo, a dúvida
sobre o que realizou a mão
agreste e o ímpeto aéreo.

Perdido o gesto inaugural da
hipótese resta a manhã
sem passado – extraído do sono
cada ínfimo
osso
desgarra, plana
no céu imaginário de quem o escavara.

CANTO BASENJI

Um lobo uiva no cão que
não sabe latir.

Não sabe, mas tem como
nenhum outro,

como nenhum outro tem sua
voz.

Uma voz que não se repete
em outro cão.

Um outro cão que igual a
ele

(lobo e música sob a nuvem)
tem orelhas

de caçador altas –
agudas. O cão Basenji,

que desaparece nas sombras,
sonha o sonho

do homem na caça do animal
infinito.

Um lobo ouve no cão que, sim,
bebe o filtro

mãe dos delírios –
homem e cão

Basenji – filhos-espírito como
outro nenhum. ☼



LUCIANO FEIJÃO, 2026

AMIGOS
DO CORPO

GRUPO CORPO

SEJA AMIGO DO CORPO E GARANTA
SEU LUGAR NA TEMPORADA 2026

BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS
EXPERIÊNCIAS ÚNICAS
APOIO À ARTE



Acesse amigosdocorpo.com.br

cartas_julho



HUMOR
O *piauí Herald* é uma coisa muito absolutamente maravilhosa. O Bolsoplay da edição de junho (**piauí_237**) é uma criação genial, como são todas as edições do elegante diário supervisionado por Olegário Ribamar. Eu gostaria muito que a coluna fosse fixa na revista impressa, ocupando pelo menos umas dez páginas adicionais.

EDUARDO RIBEIRO_BRASÍLIA/DF

NOTA REVOLTADA DO EGRÉGIO JORNALISTA OLEGÁRIO RIBAMAR: *The piauí Herald* não é uma coluna dentro da revista **piauí**. É a revista **piauí** que desempenha o papel de coluna dentro do centenário *The piauí Herald*.

VIRGÍNIA E UM TOQUE
De todas as matérias da edição do mês de junho, a que mais me chamou atenção foi a que fala sobre o fenômeno da internet Virgínia Fonseca (*A tigresa dos algoritmos*). A leitura da matéria nos deixa uma reflexão sobre como as pessoas são voláteis em busca dos seus objetivos financeiros e trocam de parceiros com menos dor do que se troca de carro.

Quero aproveitar e dizer que sou leitor da **piauí** pelo tablet e achei muito boa a ideia de oferecer as revistas em ePUB para os assinantes digitais (eu mesmo cheguei a mandar e-mail para a redação, sugerindo um formato digital mais confortável que o site para se ler a revista; e realmente vocês atenderam ao meu pedido). Muito obrigado! Espero que a **piauí** tenha vida longa e siga informando gerações a fio!

WINSTON C. S. SANTOS_SANTA CRUZ/RN

NOTA ABISMADA DA REDAÇÃO: Mas trocar de carro dói?

LER NO PAPEL II
No comentário da seção *Cartas*, da **piauí_237**, junho, o senhor Miguel Jacob exaltou a qualidade da reportagem *Em modo detox digital*, da edição anterior, e apresentou a ideia de a revista impressa de janeiro ser-lhe entregue antecipadamente em dezembro,

durante suas viagens de férias, para ele poder esfregá-la na cara dos outros e na sua própria. É uma ideia.

Já eu, inversamente, sem discordar, comprador também contumaz das impressas, sugiro que a revista **piauí**, com papel da Suzano e tudo, traga todos os meses uma senha “raspadinha” individualizada, para acesso adicional online, que pode servir também para um sorteio de prêmios Itaú. Uma prática que, com certeza, aumentará a tiragem da revista de excelente gramatura e trará um movimento econômico formal a bancas e livrarias que vendem revistas. O lançamento da “Raspadinha **piauí**” pode virar moda no mercado impresso para incentivar a cultura e o ressurgimento dos pequenos comitês mágicos de conversas em torno das bancas de revistas físicas. Uma atmosfera que, aos que sabem, deu nome à revista **piauí**, no Leblon. É uma outra ideia.

LEONARDO WAINSTOK_RIO DE JANEIRO/RJ

NOTA CONTRAVENTORA DA REDAÇÃO: Você vai se surpreender, Leonardo, mas o tema já foi amplamente debatido na redação. Pensou-se, inclusive, em lançar um jogo do bicho da **piauí** – ideia que só não foi adiante porque tal jogo não inclui o pinguim.

ERRATA
Ao contrário do que diz o artigo de Fernando de Barros e Silva (*Em busca do 10 perdido*, **piauí_237**, junho), o meia Raí não foi “sacado do time no primeiro jogo” na Copa de 1994, tendo sido titular nos jogos contra Rússia, Camarões e Suécia, na primeira fase. Só a partir das oitavas, contra os Estados Unidos, foi que ele passou a ser injustamente afastado do time, mesmo sendo então um dos melhores jogadores do mundo. Uma ida ao Google e a contratação de um revisor resolveriam esse problema – e muitos outros.

JÚLIO DELMANTO_SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

NOTA FUTEBOLÍSTICA DA REDAÇÃO: Raí participou de todo o primeiro jogo daquela Copa, mas apenas parcialmente do segundo e do terceiro – e não mais voltou ao time titular. Mas o drama é da ordem da paixão. Tricolor paulista que é, Fernando de Barros e Silva perde o distanciamento crítico quando o assunto diz respeito ao São Paulo Futebol Clube – time do qual Raí foi ídolo na década de 1990. A partir de agora, todos os textos de Fernando relacionados ao time passarão pelo VAR antes da publicação.

Por questões de clareza e espaço, a **piauí** se reserva o direito de editar as cartas selecionadas para publicação. Solicitamos que as cartas informem o nome e o endereço completo do remetente.

Cartas para a redação:
REDACAOPIAUI@REVISTAPIAUI.COM.BR

piauí

FUNDADOR
João Moreira Salles

CONSELHO EDITORIAL
Dorrit Harazim, Flavia Lima, João Moreira Salles, Marcelo P.L. Medeiros, Natuza Nery, Simon Romero, Thiago Amparo

DIRETOR DE REDAÇÃO
André Petry

EDITORES EXECUTIVOS
Alcino Leite Neto, Daniel Bergamasco

PRODUTORA EXECUTIVA
Raquel Freire Zangrandi

EDITORES
Alejandro Chacoff, Armando Antenore, Guilherme Henrique, Luigi Mazza

REPÓRTERES
Allan de Abreu, Ana Clara Costa, Angélica Santa Cruz, Bernardo Esteves, Breno Pires, Camille Lichotti, Consuelo Dieguez, Danilo Marques, Fernando de Barros e Silva, João Batista Jr., Pedro Tavares, Tatiane de Assis, Thallys Braga, Tiago Coelho

DIRETORA DE ARTE
Maria Cecilia Marra

EDITORIA DE ARTE
Paula Cardoso

REDES SOCIAIS
Emily Almeida, Fabio Brisolla, Isa Barros

COORDENADORA DE CHECAGEM
Marcella Ramos

CHECAGEM E REVISÃO
Carlos Santos, Carolina Rodrigues, Ethel Rudnitzki, Fábio Martins, Gilberto Porcionio, João Felipe Carvalho, Luciene Gomes, Luiza Barbara

COORDENADORA DE NARRATIVAS EM ÁUDIO
Mariana Faria

COORDENADORA DE NARRATIVAS VISUAIS
Fernanda Catunda

ESTAGIÁRIOS
Maitê Silveira, Pedro Moro

DIRETORA EXECUTIVA
Catarina Carvalho

DIRETOR DE ESTRATÉGIA
Rodolfo Costa

DIRETOR FINANCEIRO
Guilherme Terra

DIRETORA DE CRESCIMENTO
Heloisa Joly Prado
heloisa.joly@revistapiaui.com.br

GERENTE DE CRESCIMENTO
Fernanda de Almeida
fernanda.dealmeida@revistapiaui.com.br

GERENTE DE PROJETOS
Bárbara Uchiyama

GERENTE DE OPERAÇÕES
Thiago Marinho

GERENTE DE PRODUTO
Pieter Zalis

ESPECIALISTA DE NEGÓCIOS DIGITAIS
Felipe Poppe

ANALISTA DE PRODUTO
Amanda Gorziza

ESTAGIÁRIA
Isabela Hitomi

ADMINISTRAÇÃO
Andréa Albuquerque, Elena Abramcheva, Elisangela Prado, Leandro Arruda, Pedro Eduardo Vinhas, Simone Cardoso

COORDENADOR DE PUBLICIDADE
Tarcisio Perroni: tarcisio@revistapiaui.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
publicidade@revistapiaui.com.br
João Fernandes [SP]: joao.fernandes@revistapiaui.com.br
Sérgio Siqueira [SP]: sergio.siqueira@revistapiaui.com.br
Tida Cunha [SP]: tida.cunha@revistapiaui.com.br
Enio Santiago [RJ]: eniosantiago@revistapiaui.com.br
Paulo Tamanaha [BSB]: paulo.cin@centrodeideiasenegocios.com.br

EDITORIA ALVINEGRA
Rua Aníbal de Mendonça, 151 / 2º andar
22410-050 Rio de Janeiro / RJ
tel [21] 3511 7400
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 / 1º andar
05415-030 - São Paulo / SP
tel [11] 97410 3500 / [11] 3061 2122
e-mail: redacaopiaui@revistapiaui.com.br

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

PARA ASSINAR
piaui.uol.com.br/assine
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Segunda a sexta, 9h às 17h

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]
Assinatura Digital
assinaturas@revistapiaui.com.br

Assinatura Impressa ou Combo
site: minhaabril.com.br
email: atendimento.piaui@abril.com.br
WhatsApp e SAC: (11) 3584-9200

EDIÇÕES ANTERIORES
colecione@revistapiaui.com.br

piaui.uol.com.br

ANER
www.aner.org.br
Associação Nacional dos Editores de Revistas

IVC
Instituto Verificador de Comunicação

PRÉ-IMPRESSÃO
Antonio Rhoden



A **piauí** é impressa pela Plural Indústria Gráfica Ltda, em papel pólen bold 90 gramas nas capas e pólen soft 70 gramas no miolo, produzidos em bobinas exclusivamente para a **piauí** por Suzano Papel e Celulose S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35 640 exemplares

despedida

TERRA ARRASADA

A gourmetização dos campos de várzea paulistanos

MÔNICA MANIR



Troféus conquistados pelo Cruz da Esperança, time do bairro da Casa Verde: craques como Rivellino e Serginho Chulapa saíram da várzea

Lembranças da infância costumam chegar enevoadas. A minha preferida chega salpicada de terra. Falo das partidas num campo de várzea para onde meu pai me carregava aos domingos de manhã, na Penha de França, bairro paulistano da Zona Leste. Vestindo calça de brim e camisa de manga curta, os óculos bem apoiados no nariz adunco, ele fazia a convocação: “Quem vai comigo?” Aos 5 anos, eu já me candidatava a segui-lo no que sempre me pareceu a diversão das diversões: assistir a um jogo de futebol, ainda que sob o alto risco de precisar sair correndo no colo do meu pai por ser a filha do juiz.

O campo ficava na parte baixa da Domingos Silva, rua em que nós e toda a parentada morávamos. Seu Manir me colocava sentada num barranco e pedia para alguém próximo tomar conta de mim, enquanto caminhava em direção ao círculo central. Salvo engano, não havia marcação de cal nas laterais. Se havia, desaparecia ao longo das partidas. Em minhas recordações, sobressaem panturrilhas suadas, a bola com gomos semelhantes aos da mexerica, gritos esparsos de gol e muitos “filhos da puta” a moldar meu vocabulário, para horror (até hoje) da minha mãe.

Tempos depois, meu pai contou que não eram equipes fixas que jogavam no terrão, mas uma garotada peladeira que se juntava ao sabor das circunstâncias. Mesmo assim, o pau quebrava, e um árbitro fazia-se necessário para botar ordem na casa. Times mais estruturados, com uniforme e tal, jogavam na sede do Palmeirinha, onde atualmente fica a Estação Penha-Lojas Besni do metrô. Havia também as “arenas” do Penhense, do Santo Antônio, do Jaú, do Nacional e do CBD – todas equipes de verdade, apesar de amadoras.

A Penha estava na rota dos vários campinhos que margeavam o Rio Tietê naquela época, a década de 1970. Quantificá-los com exatidão nunca foi tarefa simples. “A cidade constrói, abole ou modifica campos de terra batida em questão de meses, e isso há mais de cem anos”, diz Alberto Luiz dos Santos, pesquisador de geografia urbana e um dos curadores da mostra *Vozes da várzea*, que o Museu do Futebol exibiu em São Paulo, entre novembro de 2024 e abril de 2025. A criação de campinhos em bairros populares impulsionou o esporte a partir dos primórdios do século passado. Migrantes e imigrantes, negros e brancos, operários e outros trabalhadores de baixa renda levantavam traves nas várzeas dos rios durante os períodos de seca para jogar bola e confraternizar.

Os campos se dividem, ainda hoje, em quatro categorias: os que se localizam em terrenos vazios da prefeitura, os particulares, os estabelecidos em parques públicos ou praças e os que ocupam centros municipais esportivos ou de educação. Segundo Diego Viñas, editor do site *VarzeaPédia* e também curador da exposição *Vozes da várzea*, a capital paulista abrigava cerca de mil deles no início dos anos 1930. “Agora possui apenas uns quatrocentos”, compara.

A medida que o futebol conquistou prestígio, a várzea se tornou celeiro de talentos para os times profissionais. Dos campos paulistanos de terra batida, saíram Cafu, Serginho Chulapa, Rivellino e outros craques que chegaram a disputar copas do mundo. Não por acaso, Antônio de Jesus Marcos, o Tio Toninho, lamenta o destino incerto do clube que preside, o Grêmio Esportivo Recreativo Cruz da Esperança, reducto da comunidade negra fundado em 1958 na Casa Verde, bairro da Zona Norte. Ali, as partidas amadoras divi-

dem o protagonismo com o Samba do Cruz, um celebrado pagode que acontece nos fins de semana. Em 9 de junho, uma ordem judicial a favor da prefeitura determinou não só a reintegração de posse da área que abriga o clube como a demolição das edificações.

O espaço de 50 mil m² também abrange as sedes de outros quatro times varzeanos: o Baruel, o Paulista, o Sade e o Pitangueira. O terreno integra o extenso Campo de Marte, região com mais de 2 milhões de m² em que, desde a década de 1920, funciona um aeroporto. De início, toda a área pertencia à prefeitura – tanto que, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o espaço serviu de quartel-general para as tropas de São Paulo contrárias ao presidente Getúlio Vargas. Bombardeado na ocasião, o Campo de Marte acabou tomado pelo governo federal. A partir de 1958, o município e a União travaram uma batalha legal para determinar quem era dono do quê.

As partes finalmente assinaram um acordo em 2022, estabelecendo que as dependências do aeroporto continuariam sob o controle da Aeronáutica. Já os 400 mil m² restantes foram devolvidos à cidade para a criação de um parque a ser gerido pela Concessionária Campo de Marte, da empresa Allegra, a mesma que administra o Estádio do Pacaembu.

“O contrato prevê que a gente utilize a área por 35 anos. Mas o prazo só vai começar a valer quando a prefeitura nos entregar o terreno desimpedido”, afirma Rafael Carvalho, diretor da concessionária. O novo parque deverá oferecer cinco campos de futebol com grama (provavelmente sintética) e dimensões oficiais. Os times de várzea – que nunca pagaram nada à União ou ao município para bater bola no terrão – poderão usá-los, mas sob condições ainda indefinidas.

Também por determinação da Justiça, a sede do Aliança da Casa Verde – outra equipe amadora que ocupava o terreno de 50 mil m² – foi demolida no dia 12 de março. A gestora do clube, Soraia Marques Trindade, morava ali havia 24 anos e se viu despejada com o filho, a neta e a cachorra. Ela vendia comes e bebes no local, que acolhia tanto o futebol masculino quanto o feminino. “As mulheres, incluindo as trans, morriam de medo de jogar aqui. Nos arredores do campo, tinha muito mato, que eu mesma arrancava”, conta. “Aí uma jogadora chamou a outra, ajeitei um banheiro para elas, e o espaço ganhou fama. Eu apoiava mesmo as mulheres, porque mulher nunca tem vez.”

A advogada Beatriz Calheta Silva, que frequentava o Aliança como jogadora e agora defende Trindade, diz esperar que as aptidões profissionais da cliente sejam aproveitadas no futuro parque. Ela se incomoda com outro campo, o semântico, quando escuta falar em “revitalização da várzea”. “Pode parecer saudosismo, mas desconfio de iniciativas que propõem transformar o terrão em grama sintética. Os custos de manutenção tendem a aumentar, o que vai elevar o valor cobrado de quem usará aqueles espaços.”

No Cruz da Esperança, o clima é de vigília diuturna. “Estamos com a corda no pescoço. Se der um relâmpago e o cavalo correr, o pescoço fica pendurado”, diz Tio Toninho. Ele torce o nariz para a “industrialização do futebol” e a elitização da área. No novo parque, a concessionária pretende instalar uma piscina de ondas. “Aqui é rodeado de periferia. Você acha que o pessoal da Cachoeirinha, do Peruche e do Jardim Rincão vai surfar numa piscina de onda? Além disso, em dia de temporal, periga a piscina encher com a água do Tietê”, antecipa, inundado de indignação. ☘

21

CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE JORNALISMO
INVESTIGATIVO



**Estão abertas as
inscrições para o maior
evento de jornalismo
investigativo do Brasil!**



30/07 a 01/08



**UNIP Paraíso
São Paulo**

Garanta a sua vaga em:



[CONGRESSO.ABRAJI.ORG.BR](https://congresso.abraji.org.br)

Realização:

ABRAJI

UNIP
EDUCAÇÃO POR SUA ESCOLHA

clube de leitura de textos piauí



**Algumas histórias não acabam quando terminam.
Em julho, elas continuam na Casa
da Estante Virtual, durante a FLIP.**

Clube de leitura de textos **piauí**.
Boas histórias rendem boas conversas.